

**ÉRIKA CECÍLIA SOARES OLIVEIRA**

**GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E TEATRO DO(A)  
OPRIMIDO(A): construindo novas possibilidades de pesquisa e  
intervenção social**

**ASSIS**

**2013**

ÉRIKA CECÍLIA SOARES OLIVEIRA

GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E TEATRO DO(A) OPRIMIDO(A):  
construindo novas possibilidades de pesquisa e intervenção social

Tese apresentada à Faculdade de Ciência e Letras  
de Assis – UNESP – Universidade Estadual  
Paulista para obtenção do título de doutora em  
Psicologia (Área de conhecimento: Psicologia e  
Sociedade)

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Araújo

ASSIS

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP.

Oliveira, Érika Cecília Soares

O48g Gênero, violência contra a mulher e teatro do(a) oprimido(a): construindo novas possibilidades de pesquisa e intervenção social / Érika Cecília Soares Oliveira. Assis, 2013

276f. : il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima Araújo

1. Relações de gênero. 2. Violência contra a mulher. 3. Violência conjugal. 4. Teatro do(a) oprimido(a). I. Título.

CDD 301.412

Para Késia

*minha* amor

## AGRADECIMENTOS

Direta ou indiretamente, muita gente contribuiu para que esse trabalho se tornasse cada vez mais importante para mim e para algumas pessoas. Passo agora a agradecê-las por terem tido a bondade de fazer parte dele. Assim, agradeço em primeiro lugar à minha orientadora, Maria de Fátima Araújo, por ter topado se lançar junto comigo nesse desafio que é descobrir uma metodologia nova para um tema tão complexo como a violência contra a mulher e por ter amparado as decisões mais difíceis que tive que tomar ao longo dessa travessia. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) que me permitiu realizar essa pesquisa com dignidade. Às professoras Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira e Silvia Balestreri Nunes que compuseram a minha banca de qualificação e cujas sugestões me possibilitaram transformações profundas no meu modo de pensar a minha pesquisa e a mim mesma como pesquisadora. Àquele(as) que se dispuseram a acreditar em mim e me acompanhar, semanalmente, durante quase dois anos. A essas pessoas só posso agradecer profundamente pela paciência que tiveram comigo. Elas fizeram parte do grupo de Teatro do(a) Oprimido(a) que montei e permaneceram nele até o final. São elas: Viviane Suzano Martinhão, Láisa Freitas dos Santos, Flávia de Azevedo Silva Ribeiro, Késia dos Anjos Rocha e Vinícius Matsunaga Braz. Agradeço também à Karina Scaramboni, Arielle Barbosa, Stefânia Rosa Santos e Carol por terem participado, junto com o grupo, da leitura dramática do esquete *Sou mulher e não serei outra coisa* e ao Ricardo Figueredo Bagge por tê-las preparado. À Lorraine Fernandes que participou de algumas apresentações e construiu elementos para o cenário com muito primor. No decorrer desse caminho dois encontros foram muito importantes e me constituíram. A pesquisa que apresento aqui tem traços, aproximações, aspirações que foram forjadas a partir deles: o primeiro encontro foi com a professora Silvia Balestreri Nunes que, democraticamente introduziu-me no universo do Teatro do(a) Oprimido(a) e, em pé de igualdade, permitiu-me a troca de ideias e encontros no Brasil (e também fora dele) para que esse diálogo não acabasse, dando-me segurança para que eu pudesse olhar de maneira crítica para esse método. O segundo encontro foi com a professora Sandra Maria da Mata Azêredo, ele não foi apenas presencial: através da leitura de seus artigos reconstruí meu modo de olhar para a pesquisa, o que me auxiliou na tomada de

certos posicionamentos que atualmente contribuem na construção da minha singularidade como pesquisadora. Como se agradece pessoas como essas? Agradeço à professora Luísa Saavedra que me orientou em Portugal, me introduzindo no coração do Porto e da vida portuguesa, fazendo-me entender o significado da palavra *saudade*. Agradeço à Amélia e Sandro que emprestaram o figurino para as apresentações e tornaram-se companhias queridas. Também ao grupo de ritmos *Mergulhatu* que emprestou seus figurinos. Aos funcionários do Setor de Manutenção da UNESP-Assis Carlos Alberto de Araújo e Roberval Peres da Silva que, bondosamente, construíram alguns dos elementos que compuseram o cenário da peça-fórum. À Marina Paes que se responsabilizou pelas minhas coisas quando estive fora e tornou-se uma amiga querida, à Lívia Gonsalves que sempre foi solícita, auxiliando-me com toda e qualquer dúvida que eu possuía. À Cecília Boal que tem aberto o espaço do blog do Instituto Boal para que eu coloque as minhas opiniões a respeito do método criado por seu companheiro. À Karina Gomes Bertolino que se lembrou de mim ao me apresentar a obra da Lídia Jorge, *O dia dos prodígios*. Ao meu amigo Celso Saraiva Júnior agradeço por toda a disponibilidade afetiva que teve e tem comigo, ainda que dizer obrigada seja pouco para definir a minha gratidão. À Rita de Cássia Vieira Borges, Marco Flávio de Almeida e Débora Cordeiro agradeço pela amizade. Para finalizar, aos grupos que se dispuseram a abrir as portas de seus trabalhos e locais de estudos para que eu levasse a peça-fórum e contribuíssem para que eu desenvolvesse um olhar mais aguçado sobre o tema, eu só tenho a agradecer. Finalmente, agradeço a todos(as) aqueles(as) que durante a minha trajetória olharam para esse trabalho com carinho e acreditaram que ele poderia ser mais um dispositivo interessante para o enfrentamento da violência contra a mulher.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. **GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E TEATRO DO(A) OPRIMIDO(A): construindo novas possibilidades de pesquisa e intervenção social.** 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

## RESUMO

A violência contra a mulher, que ocorre no âmbito doméstico, conjugal ou familiar é a mais frequente forma de violência de gênero. Este fenômeno é hoje mundialmente reconhecido pelos organismos de Saúde (OMS, OPAS) e de Direitos Humanos como um problema social grave, com sérias consequências para a saúde e qualidade de vida das mulheres e também dos homens. Com a promulgação da lei 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, colocou-se como necessidade a discussão desse tema junto à população para que a mesma não só pudesse conhecer a lei como também pudesse repensar suas concepções sobre feminilidades, masculinidades e, é claro, sobre violência. Um dos objetivos desse trabalho foi justamente fomentar discussões a respeito da violência contra mulher dentro de uma relação amorosa ou conjugal heterossexual bem como conhecer os discursos sobre gênero, violência, poder, casamento, amor, feminilidades e masculinidades junto a grupos populacionais de algumas cidades do interior paulista. Como referencial deste estudo foram utilizadas teorias feministas que permitiram que o gênero fosse compreendido como o aparato de poder por meio do qual a produção e a normatização do feminino e masculino tomam lugar a partir de formas variadas, construindo verdades e regulações sobre corpos de mulheres e de homens. A trajetória metodológica dessa pesquisa também pretendeu inaugurar um novo dispositivo de investigação e intervenção social dentro da Psicologia, a saber, o Teatro do(a) Oprimido(a) de Augusto Boal, na modalidade de Teatro Fórum (TF). No TF a plateia é chamada para subir no palco e substituir o(a) protagonista/oprimido(a), tentando resolver seu problema como se estivesse em seu lugar. Para realizar as cenas (esquete), formei um grupo com estudantes universitários(as) interessados no fazer teatral que se reuniu, semanalmente, no período de março de 2010 a dezembro de 2011. Junto com eles(as), construí um esquete de TF intitulado “Segura meu coração” que continha pequenas cenas de violência entre Branca e José Pássaro,

personagens retirados do romance *O dia dos prodígios* da escritora portuguesa Lídia Jorge. O esquete foi apresentado para os seguintes grupos: catadores(as) de material reciclável de uma associação e de uma cooperativa, alunos(as) de um programa de alfabetização, alunos(as) de um curso profissionalizante e, por fim, profissionais da saúde. As apresentações aconteceram no próprio local de trabalho ou de estudo desses grupos que foram acionados para entrar no palco e procurar uma estratégia para que Branca conseguisse se livrar da situação de violência. Essas intervenções aconteceram com pessoas da plateia entrando em cena e transformando-se naquilo que Boal denominou “espect-atores/atrizes”, isto é, elas eram a um só tempo atores/atrizes e espectadoras. Também foram consideradas as intervenções daquelas que permaneceram sentadas em suas cadeiras, mas que incentivaram Branca a agir ou, ainda, que participaram apenas no final das apresentações, quando abri para conversarmos numa roda. Todas elas foram registradas por meio de filmagem e anotações em diário de campo. Esse trabalho não apenas discorre sobre os discursos produzidos pela plateia, como também avalia o método criado por Boal para o debate da violência contra a mulher, mostrando a importância de dar visibilidade a esse problema através de metodologias alternativas.

Palavras-chave: Gênero. Violência contra a mulher. Violência conjugal. Teatro do(a) Oprimido(a). Teatro Fórum.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. **GENDER, VIOLENCE AGAINST WOMEN AND THE THEATRE OF THE OPPRESSED: constructing new possibilities of research and social intervention.** 2013. 276 p. Thesis (Doctorate in Psychology) – Faculty of Sciences and Languages, São Paulo State University, Assis, 2013.

## ABSTRACT

Violence against women, which occurs in the domestic, conjugal or familiar ambit, is the most frequent form of gender violence. This phenomenon is nowadays worldwide recognized by organizations of health (WHO, PAHO) and human rights as a grave social problem, with serious consequences for health and quality of life for women and also for men. With the promulgation of Law 11340/2006, also known as Maria da Penha Law, it was put as a need the discussion of this theme together with the population so that they could not only know the law but also rethink their conceptions about femininities, masculinities and, of course, about violence. One of the objectives of this work was exactly to foment discussions on violence against women in a heterosexual loving or conjugal relationship as well as to know the discourses on gender, violence, power, marriage, love, femininities and masculinities of population groups in some towns in the interior of the State of São Paulo, Brazil. As a reference for this study it was used feminist theories which made possible to understand gender as an apparatus of power by means of which the production and the standardization of masculine and feminine take place from several forms, constructing truths and regulations of men's and women's bodies. The methodological trajectory of this research also intended to inaugurate a new device for investigation and social intervention in Psychology, namely, Augusto Boal's Theatre of the Oppressed, in its modality Forum Theatre. In the Forum Theatre the audience is invited to go up on the stage and substitute the protagonist/oppressed, trying to solve his/her problem as if they were in his/her place. In order to perform the scenes (sketch) I gathered a group of university students interested in doing theatre who met weekly from March of 2010 to December of 2011. Together with them I made a Forum Theatre sketch entitled "Segura meu coração" ("Hold my heart"), which contained short violence scenes between Branca and José Pássaro, characters taken from the

novel *O dia dos prodígios* (*The day of the prodigies*), by the Portuguese writer Lídia Jorge. The sketch was performed for the following groups: recyclable material collectors of an association and of a cooperative society, students of an alphabetizing program, students of a professionalizing course and, finally, health professionals. The performances took place in the proper study or work places of these groups, which were instigated to go to the stage and look for a strategy that would make Bianca get rid of the violence situation. Those interventions happened with people from the audience entering the scene and turning into what Boal called “spect-actors/spect-actresses”, that is to say, they were at the same time actors/actresses and spectators. It was also considered the interventions from those who remained sitting on their chairs, but who stimulated Bianca to act and also those who took part only in the end of the performances, when I opened a space for talking in a circle. Moreover, this work tried to reflect on another modality created by Boal – The Rainbow of Desire – a method of theatre and therapy. It tried to establish similarities and differences in relation to Psychodrama and, mainly, to reflect on the use of this practice, the ethical implications and the cautions it requires.

Keywords: Gender. Violence against women. Conjugal violence. Theatre of the Oppressed. Forum Theatre.

## **LISTA DE IMAGENS**

Figura 1 – Grupo de Teatro: Flávia, Késia, Vinícius, Láisa e Viviane

Figura 2 - Branca

Figura 3 – José Pássaro Volante

Figura 4 – Jesuína

Figura 5 – Esperancinha

Figura 6 – Fórum: Espect-atriz tentando convencer Branca a ganhar o sustento com o bordado

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

AFD - Análise Foucaultiana do Discurso

BO – Boletim de Ocorrência

CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CTO - Centro de Teatro do Oprimido

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

DDM - Delegacias de Defesa da Mulher

DEMID - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, ao Idoso e ao Portador de Deficiência

FAPESP – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

IML - Instituto Médico Legal

JECRIM - Juizados Especiais Cíveis e Criminais

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização não governamental

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

RC – Roda de Conversa

SESC – Serviço Social do Comércio

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUS – Sistema Único de Saúde

SPM - Políticas para as Mulheres

TF – Teatro Fórum

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TO – Teatro do(a) Oprimido(a)

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNODC - Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes

VCM - Violência contra a mulher

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	7
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	18
<b>Artigo 1. “Deixa de conversa mole Luzia” ou com quantas coerções se constrói uma mulher?</b> .....	22
<b>1.1. “A gente faz nossas obrigações, leva couro”: o que as regulações de gênero têm a ver com a violência contra a mulher?</b> .....	25
<b>1.2. O trabalho da Psicologia: afinal, quanto tempo dura um gesto enlutado?</b> .....	47
<b>Referências</b> .....	62
<b>Artigo 2. Construindo uma nova abordagem de pesquisa e intervenção social para o enfrentamento da violência contra a mulher.</b> .....	73
<b>2.1. Um pouco da trajetória percorrida</b> .....	75
<b>2.2. Os fóruns.</b> .....	78
<b>2.3. Reflexões.</b> .....	80
<b>Referências</b> .....	81
<b>Artigo 3. O Teatro Fórum pode auxiliar na discussão da violência contra a mulher dentro da Academia?</b> .....	83
<b>3.1. Introdução: a possibilidade de articular produções coletivas por meio do teatro.</b> 83	
<b>3.2. Pressupostos do TO e possíveis articulações com práticas investigativas no campo acadêmico.</b> .....	85
<b>3.3. A capacidade de narrar através de um espetáculo de Teatro Fórum.</b> .....	90
<b>3.4. A importância de se fazer pesquisas com posicionamento em Psicologia e o uso do TO como instrumento para uma pesquisa posicionada.</b> .....	95
<b>3.5. Relatos de experiências com TO: conversas “não-inocentes”</b> .....	101
<b>3.6. “Segura meu coração”: uma experiência com Teatro Fórum.</b> .....	108
<b>3.7. A construção da peça-fórum e sua dramaturgia</b> .....	114
<b>3.8. A estória inicial: Branca e José Pássaro Volante, um dia de prodígios.</b> .....	118
<b>3.9. A construção final.</b> .....	127
<b>3.10. Reflexões finais</b> .....	137
<b>Referências</b> .....	142
<b>Artigo 4. O Teatro Fórum como dispositivo de discussão da violência contra a mulher</b> .....	149
<b>4.1. Introdução</b> .....	149

4.2. Metodologia.....	152
4.3. Resultados da pesquisa e discussão.....	154
4.3.1. As duas faces da justiça de gênero.....	155
4.3.2. Rupturas nos discursos dominantes: a luta das catadoras por igualdade e pelo enfrentamento da violência.....	160
Referências.....	165
<b>Artigo 5. Análise de discursos produzidos durante uma peça de Teatro Fórum.....</b>	<b>170</b>
5.1. Uma face da moeda: acessando os direitos através de leis.....	171
5.2. A outra face da moeda: a prisão do homem autor de violência.....	175
5.3. Trajetória metodológica.....	179
5.3.1. Montagem de um grupo de Teatro do(a) Oprimido(a) e preparação do esquete.....	179
5.3.2. Planejamento das apresentações, escolha e contato com os grupos.....	183
5.4. Análise dos Resultados.....	184
5.5. Resultados e discussões.....	187
5.5.1. Discursos reguladores e culpabilizadores.....	187
5.5.1.1. “Mas existe mulher que também é atentada viu?”: a regulação dos papéis de gênero.....	188
5.5.1.2. “É uma questão do eu, né?”: a culpabilização da mulher.....	192
5.5.2. Discursos de resistência ou contradiscursos.....	197
5.5.2.1. A partilha e a liberdade nas relações.....	197
5.5.2.2. “Põe veneno na comida dele”: revidar com violência.....	200
5.5.2.3. “Fome eu não vou passar se você me abandonar!”: ganhar a liberdade por meio do trabalho.....	203
5.5.3. Discursos jurídicos.....	208
5.5.3.1. “Vou procurar meus direitos como mulher”: o fortalecimento das mulheres.....	210
5.5.3.2. “Ele não merece nem ser chamado de homem”: a prisão do autor de violência.....	212
5.6. Reflexões finais.....	218
Referências.....	222
<b>Artigo 6. Aproximações do Teatro do Oprimido com a Psicologia e o Psicodrama.....</b>	<b>233</b>
6.1. Introdução.....	233
6.2. O arco-íris do desejo: método Boal de teatro e terapia.....	234

<b>6.3. Semelhanças e diferenças entre o método de teatro e terapia de Boal e o método psicodramático de Moreno .....</b>	<b>238</b>
<b>6.4. Questões e problemas acerca das aproximações do TO com a Psicologia e o psicodrama .....</b>	<b>245</b>
<b>6.5. Considerações finais .....</b>	<b>249</b>
<b>Referências .....</b>	<b>252</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>256</b>
<b>ANEXO 1 - Esquete 1 – Sou mulher e não serei outra coisa .....</b>	<b>263</b>
<b>ANEXO II - Esquete 2 - “Segura o meu coração”.....</b>	<b>273</b>

**APRESENTAÇÃO**

## APRESENTAÇÃO

A seguir explicarei a estrutura encontrada por mim para escrever essa tese, as modificações e críticas resultantes dessa escolha e um brevíssimo panorama dos textos produzidos para que o(a) leitor(a) se direcione. A escolha para escrever a tese em forma de artigos se deu, num primeiro momento, muito mais pelo desejo de testar uma nova forma de sistematizar o conhecimento adquirido do que qualquer outra coisa. Foram escritos artigos obedecendo aos critérios estipulados pelas revistas aos quais foram ou seriam submetidos, o que fez com que cada um não ultrapassasse certo número de páginas (artigos 2,4 e 6). Mas, a partir de alguns questionamentos surgidos por ocasião da qualificação em março de 2012, pude perceber que esse tipo de estrutura limitava consideravelmente uma leitura que pudesse esclarecer pontos que não poderiam ser contemplados num artigo com poucas páginas. Nasceu em mim, então, a necessidade de ser mais esclarecedora em minha escrita e o modo de resolver esse impasse foi manter a forma de artigos, mas com liberdade em relação ao número de páginas que eles deveriam ter. Confesso que essa articulação mais livre da escrita permitiu, conjuntamente, um melhor amadurecimento das minhas ideias, que antes ficavam presas numa escrita com “prazo” para acabar, numa normatização produtora de uma mentalidade acadêmica muito contemporânea, focada na produção de artigos que acaba, por vezes, por ultrapassar o desejo de socializar o conhecimento adquirido, resumindo-se a uma quantificação e a um mero produtivismo. Essa foi uma, dentre tantas outras normatizações a serem combatidas em minha pesquisa. A adoção desse remanejamento pode ser visualizada nos últimos artigos produzidos para essa tese: artigos 1, 3 e 5. A escrita deles também se dá, diferente dos outros, em primeira pessoa, porque a partir de todas as releituras feitas em decorrência das indagações da banca, acabei notando que o uso do “eu” em um texto científico permite um reposicionamento diante da própria escritura, dando-lhe maior pessoalidade, através de uma implicação direta com o que se está dizendo, retirando-me de uma vez por todas de uma ideia abstrata de “pesquisadora” ao rever criticamente de *onde, para quem e por que* eu falava e como tudo isso me direcionava a fazer determinadas escolhas e não outras para investigar o objeto dessa pesquisa. Foi possível para mim, a partir do uso do pronome “eu”, criar uma fala diferenciada e assumir determinados caminhos que, de outra forma, provavelmente eu não teria enveredado, permitindo-me fazer uma aposta na

singularidade do meu relato através das marcas que me influenciaram ao longo da minha formação e da minha vida.

Junto a isso, tentei incorporar algo que julguei importante, que são os atravessamentos com os quais me deparo cotidianamente, isto é, comecei a articular e exemplificar as leituras teóricas realizadas com propagandas de televisão e entrevistas em sites da internet que conformam a minha subjetividade, servindo-me para o entendimento do tema estudado. O diálogo com essas outras fontes permitiu-me também levar em consideração que as tecnologias de gênero estão espalhadas por todos os cantos, cabendo ao(à) pesquisador(a) ler e analisar os discursos veiculados por elas, entendendo que esses discursos também o(a) constituem e são instrumentos cruciais no readestramento dos corpos.

A divisão que faço na estrutura da tese obedecerá a um critério temático no qual tentarei colocar artigos que discutem temas parecidos numa sequência que facilite a compreensão geral desse trabalho. Os seis artigos escritos estão, desse modo, dispostos na seguinte ordem: o primeiro artigo intitulado “Deixa de conversa mole Luzia ou com quantas coerções se constrói uma mulher?” corresponde, tradicionalmente, à Introdução da tese. Nele é possível acompanhar a revisão bibliográfica que realizo sobre gênero e violência contra a mulher além da tentativa de produzir um debate entre essa revisão e um trabalho realizado dentro do campo da Psicologia, para, em seguida, no artigo dois, “Violência contra a mulher e Teatro do(a) Oprimido: construindo uma nova abordagem de pesquisa e intervenção social” que é uma curta comunicação de pesquisa submetida em uma revista científica, traçar um panorama da pesquisa realizada: população com a qual trabalhei, método utilizado, objetivos e algumas impressões oriundas dessa experiência. O terceiro artigo, “O Teatro Fórum pode auxiliar na discussão da violência contra a mulher dentro da Academia?” tem como objetivo detalhar o modo como essa pesquisa foi realizada através do relato pormenorizado do que me levou a escolher o Teatro Fórum como ferramenta metodológica, o caminho trilhado para colocá-la em prática, a noção de posicionamento em pesquisa e a tentativa de justificar porque acredito que o TO pode fazer parte das pesquisas participativas e/ou interventivas no campo da Psicologia. Além disso, procuro apontar quais foram os equívocos que cometi e quais as contribuições e reflexões que pude realizar a respeito do método criado por Boal, dentre outras coisas. O quarto artigo “O Teatro Fórum como dispositivo de discussão da violência contra a mulher” é um relato de experiência e foi aceito pela Revista Estudos de Psicologia da PUC de Campinas e nele são explicitados alguns resultados iniciais encontrados nas apresentações do esquete com os grupos de catadores(as) de material reciclável. O quinto

artigo, por sua vez, intitulado “Análise de discursos produzidos durante uma peça de Teatro Fórum” é a análise dos discursos produzidos pelos(as) participantes do fórum, seja na condição de espectadores(as), isto é, sentados(as) em suas cadeiras, dando opiniões e sugestões sobre o conflito apresentado e, também, como espect-atores/atrizes, ao entrarem no palco e assumirem o lugar das personagens. Finalmente, o sexto e último artigo, “Aproximações do Teatro do Oprimido com a Psicologia e o Psicodrama” publicado na revista Psicologia Ciência e Profissão aborda as aproximações do TO com o Arco-íris do Desejo - método de terapia e teatro criado por Boal - com a Psicologia, em especial com o Psicodrama, já que o TO e o Psicodrama são frequentemente comparados. Neste artigo foi problematizado o uso das técnicas do Arco-íris levando em conta as apropriações que essa modalidade faz dos pressupostos da Psicologia.

Encerro a tese procurando refletir sobre a investigação realizada como um todo, as questões e problemas que ainda se colocam para mim, as reflexões sobre os resultados obtidos em campo e o quanto os mesmos conseguiram ser diferentes das demais formas de coletas de dados e, em razão disso, aponto para os limites da investigação, as implicações que ela traz para a prática, sobretudo pelo uso de uma metodologia pouco discutida na Universidade e algumas ideias para pesquisas futuras.

**ARTIGOS**

## Artigo 1. “Deixa de conversa mole Luzia”<sup>1</sup> ou com quantas coerções se constrói uma mulher?

“La mujer es lo extraño, la otredad. Es un reconocido fragmento de las pesadillas del hombre, es su Bestia de la Sombra. Verla le conduce a un frenesí de ira y temor” (Gloria Anzaldúa. *Movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam*, 2004, p. 74).

Discutir a violência contra a mulher implica no exercício de articular diversas teorias e conceitos. Justamente por se tratar de um fenômeno bastante complexo, esse assunto requer que se debruce sobre temas diferentes e, ao mesmo tempo, complementares. É como estar diante de um caleidoscópio que com suas múltiplas figuras e seus incontáveis arranjos, coloca desenhos diversificados e peculiaridades distintas para se entender o problema. A partir das descobertas feministas, é possível perceber que a própria definição de “mulher” já contém uma miríade de possibilidades de conceituação, não podendo ficar fechada numa explicação única e universal, dado seu caráter escorregadio. Em *Manifesto ciborgue* Donna Haraway (2000) demonstra a necessidade de se estabelecer a não inocência da categoria mulher, entendendo sua construção tal como a de um ciborgue:

Não existe nada no fato de ser “mulher” que naturalmente una as mulheres. Não existe nem mesmo uma tal situação – “ser” mulher. Trata-se, ela própria, de uma categoria altamente complexa, construída por meio de discursos científicos sexuais e de outras práticas sociais questionáveis. A consciência de classe, de raça ou de gênero é uma conquista que nos foi imposta pela terrível experiência histórica das realidades sociais contraditórias do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. E quem é esse “nós” que é enunciado em minha própria retórica? Quais são as identidades que fundamentam esse mito político tão potente chamado “nós” e o que pode motivar o nosso envolvimento nessa comunidade? (HARAWAY, 2000, p. 52).

E mais adiante:

As mulheres brancas, incluindo as feministas socialistas, descobriram a não-inocência da categoria “mulher” (isto é, foram forçadas, aos pontapés e aos gritos, a se darem conta disso) [...]. As feministas-ciborgue têm que argumentar que “nós” não queremos mais nenhuma matriz identitária natural e que nenhuma construção é uma totalidade. (HARAWAY, 2000, p. 57-58).

<sup>1</sup> Letra da música de Itamar Assumpção, *Luzia*, na qual seu companheiro diz que ela, querendo harmonia, só lhe enche o saco, só chia, o que o obriga à mais cruel solução: descer ao porão da vil covardia e meter-lhe a mão.

Para Butler (2003), a ideia de uma categoria uma referente às mulheres revela consequências coercitivas e reguladoras dessa construção visíveis em práticas reguladoras da identidade. Diz ela: “Como uma prática discursiva contínua, o termo [mulher] está aberto a intervenções e re-significações” (BUTLER, 2003, p. 59). Harding (1993, p. 09) por sua vez, pontua que “[...] temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura”. Falando da importância de se criticar um “vínculo comum entre todas as mulheres”, bell hooks (2004) chama a atenção para o fato de que as identidades de raça e classe criam diferenças na qualidade, estilo de vida e *status* social que se encontram em cima das experiências comuns que as mulheres compartilham, denunciando, assim, o feminismo praticado por mulheres brancas da classe média. Ela aposta na singularidade da experiência das mulheres, entendendo que fatores associados à classe, raça, religião, orientação sexual etc, favorecem uma diversidade de experiências que acaba por determinar o alcance no qual o sexismo será uma força opressiva na vida de mulheres individuais. Ela traz uma importante denúncia sobre o fato de que a análise feminista da situação das mulheres acaba por concentrar-se exclusivamente no gênero, não proporcionando uma fundamentação sólida ao mistificar a realidade das mulheres, insistindo que o gênero é o único determinante do destino delas, sem que se leve em consideração as opressões de raça ou classe. Outra autora feminista, Avtar Brah (2004) também entende que as estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratados como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita nas outras, é constituída por e é constitutiva das demais. Assim, para ela o feminismo negro questiona seriamente qualquer interpretação da mulher como uma categoria unitária e entende como sendo fundamental abordar a questão sobre quais matrizes ideológicas ou campos de significação e representação estão em jogo na formação dos sujeitos além de levar em conta os processos políticos, econômicos e culturais que inscrevem experiências que são historicamente variáveis.

É preciso, portanto, levar em consideração a historicidade da categoria “mulher”, seu contexto, os eixos de poder e diferenciação que a atravessam e que constituem sua subjetividade, religião, etnia, nacionalidade, classe social, enfim, uma série de dispositivos deverão ser acionados para orientar as investigações nesse tema. Somado a isso, é necessário considerar a subjetividade de quem realiza pesquisas sobre as mulheres, pois ela é definidora de olhares e da disposição para compreender o objeto estudado. A própria noção de sujeito, subjetividade e identidade são questionadas pelas teorias feministas que demonstram que tais

noções não existem fora da história, da linguagem, da cultura ou das relações de poder (SILVA, 2000). O olhar, portanto, deve se voltar, como aponta Haraway (2000) para os limites da construção da categoria identidade e a aposta se dá em construções parciais, contraditórias, permanentemente abertas dos eus pessoais e coletivos de mulheres e também de homens. Ao trazer o debate sobre a subjetividade nômade, Braidotti (2002) aposta numa visão descentralizada e multi-dimensionada do sujeito como entidade dinâmica e mutante, situada em contexto, transformando-se constantemente e aponta para a diversidade das mulheres e as multiplicidades existentes dentro de cada uma. Diz ela:

Identidade não é compreendida como algo fixo, essência dada por Deus – do tipo biológico, psíquico ou histórico. Pelo contrário, identidade é um processo: é construída nos mesmos gestos que a colocam como ponto de ancoradouro de certas práticas sociais e discursivas. Conseqüentemente, a questão não é essencialista: o que é identidade nacional ou étnica?, mas ao invés, crítica e genealógica: como a identidade é construída? Por quem? Sob que condições? Para que fins? (BRAIDOTTI, 2002, p. 4).

Para Mouffe (1999) não existem identidades “naturais” ou “originais”, sendo que esse processo em si deve ser considerado como um movimento permanente de mestiçagem, pois “[...] a identidade se constitui a partir de uma multiplicidade de interações e isto não ocorre dentro de um espaço cujos contornos poderiam ser delimitados” (MOUFFE, 1999, p. 272). Assim, para se pensar na identidade é necessário refletir sobre a multiplicidade de discursos e relações de poder que atravessam o caráter complexo de cumplicidade e resistência proporcionadas pela trama das práticas nas quais a identidade está implicada, daí seu caráter nômade.

A partir dessa compreensão faz-se necessário redirecionar discursos, muitas vezes normativos, que procuram racionalidade na ciência e desconsideram alguns atravessamentos não menos importantes – subjetivos e emocionais – que a compõem. Neste projeto, tento considerar algumas dessas multiplicidades de fatores que constituem as mulheres e suas vivências, dentre elas, aquelas que se relacionam com situações de violência. Para início de conversa, procurarei conceituar o que entendo por gênero alinhavando com as discussões sobre violência contra a mulher, a fim de traçar um retrato inicial que demonstre o caminho teórico que percorri para desenvolver o trabalho que ora apresento. Depois disso,

problematizo o modo como a Psicologia pode olhar para esse tema para, em seguida, falar sobre os objetivos e a metodologia empregados neste trabalho.

1.1. “A gente faz nossas obrigações, leva couro”<sup>2</sup>: o que as regulações de gênero têm a ver com a violência contra a mulher?

Termos como violência familiar ou intrafamiliar, violência doméstica, violência nas relações amorosas e conjugais, violência contra a mulher ou violência de gênero são utilizados de acordo não apenas como os países de origem, mas também com enfoques teórico-analíticos e políticos arrolados para a compreensão e ação diante deste problema (COUTO; SCHRAIBER; D’OLIVEIRA; KISS, 2007). O uso que farei aqui do termo violência nas relações amorosas ou violência conjugal se dá em função de entender que a violência nas relações de casal não é sempre causada por homens, ainda que eles costumem cometê-la com mais frequência e maior gravidade e porque foi esse tipo de violência que priorizei estudar em minha pesquisa. Além disso, o termo relações amorosas engloba as várias possibilidades de arranjos de casal presentes em nossa sociedade (D’OLIVEIRA, 2000).

A violência contra a mulher, que ocorre no âmbito doméstico, conjugal ou familiar é a mais frequente forma de violência de gênero. Este fenômeno é hoje mundialmente reconhecido pelos organismos de Saúde (OMS, OPAS) e de Direitos Humanos como um problema social grave, com sérias consequências para a saúde e qualidade de vida das mulheres e também dos homens (COUTO, SCHRAIBER, 2005; HEISE, 1999; KRUG et al., 2002; MEDRADO et al., 2009; OLIVEIRA, GOMES, 2011). Nos países ocidentais, sob forte influência da mobilização feminista, a violência contra a mulher tornou-se, nas últimas décadas, alvo da preocupação dos mais diversos atores/atrizes sociais, dentre os quais se incluem militantes feministas, pesquisadores(as), profissionais da saúde, direito e assistência, governantes e gestores(as) de políticas públicas. No Brasil, ela ganhou visibilidade no debate acadêmico e político a partir dos anos 80 (AZEVEDO, 1985; GREGORI, 1992; GROSSI, 1995) e, desde então, tem se observado um aumento crescente de estudos e pesquisas sobre o tema (GROSSI; MNELLA; LOSSO, 2006).

---

<sup>2</sup> Fala de uma espect-atriz, Ernestina, durante o fórum ao referir-se às obrigações das mulheres e do não reconhecimento por parte do marido, que muitas delas vivenciam.

A violência pode ser encontrada numa forma de relação pessoal, política, social e cultural; noutras pode ser resultante de interações sociais ou ainda, pode ser um componente cultural naturalizado e, segundo Minayo e Souza (1999), ela tem um caráter de permanência em todas as sociedades. Aqui entenderei a violência contra a mulher como um evento social, historicamente construído e sempre relacional (D'OLIVEIRA, 2000). Oriunda das discussões e noções de gênero, a perspectiva relacional da violência permite que se afirme que toda situação de relação na qual as pessoas participam são construtoras de interações produzidas ali, sendo que as mulheres são “[...] partícipes, muitas vezes, como sujeitos de menor poder e menor valor social, mas sempre, de algum modo, sujeitos de relações estabelecidas” (D'OLIVEIRA, 2000, p. 30). Embora revestida de complexidade conceitual, além de ser polissêmica e multicausal, a violência contra a mulher costuma ser um instrumento de controle viril sobre corpos e mentes de mulheres, abrangendo um repertório de práticas diversas em intensidade e extensão (BANDEIRA, 2009).

Trabalhar com a categoria gênero para o entendimento da violência contra a mulher significa assumir que ela ocorre dentro de relações hierárquicas de poder entre mulheres e homens e que não se deve a doenças, problemas mentais, álcool/drogas ou características inatas às pessoas, como adverte Meneghel et al. (2011). O poder, neste caso, figura nessas relações tal como preconiza Foucault (1979/1995), como fluido, disperso, produtivo e não necessariamente exercido por apenas um dos lados, mas atravessando todo o corpo social, salvaguardando as devidas singularidades de cada um(a) dentro da relação. As relações de poder se aprofundam na sociedade e se reproduzem nos corpos, gestos e comportamentos de mulheres e homens, através de seus micropoderes (FOUCAULT, 1987, p. 26). Assim, o poder deve ser entendido como sendo sempre prévio, nunca estando fora do sujeito, sendo co-extensivo do corpo social. As relações de poder são intrínsecas a outros tipos de relações (de produção, de aliança, de família, de sexualidade), possuindo formas múltiplas e não obedecendo a forma única do proibido ou do castigo (FOUCAULT, 1977/2007). Segundo Foucault (1977/2007) não se pode pensar no poder num fato primeiro de dominação (dominantes de um lado e dominados(as) de outro, numa lógica binária), mas numa produção multiforme de relações de domínio que são parcialmente integradas em estratégias de conjunto. Não há, também, relações de poder sem resistência e essas são tão reais e eficazes quando se formam justamente no lugar exato em que essas relações são exercidas. Para ele, em todo lugar onde há poder, ele é exercido. Ninguém é seu titular e, se não é possível delimitar quem tem o poder, por um lado, por outro é possível saber quem não o tem (FOUCAULT, 1977/2007).

Teorizar numa dimensão que coloca o gênero como espinha dorsal das teorizações sobre violência contra a mulher permite, também, trazer a ideia formulada por Scott (2005) de que o gênero é um convite para se pensar de modo crítico sobre como que se produzem, utilizam ou modificam os significados dos corpos sexuados e as perguntas formuladas sobre essa questão só poderão ser enunciadas e respondidas em contextos específicos. O gênero deve ser compreendido como o aparato de poder por meio do qual a produção e a normatização do feminino e masculino tomam lugar a partir de formas variadas, construindo verdades e regulações sobre corpos de mulheres e de homens. O discurso que produz um sujeito é justamente aquele que efetua essa produção e a verdade nele contida cria uma série organizada de restrições que ser mulher e homem implicam (BUTLER, 2005). A conversão em mulheres ou homens se dá através de atos performativos que constituem modalidades de discursos autoritários que, em sua maioria, são afirmações que, ao serem enunciadas, encarnam uma ação e exercem um poder vinculante (BUTLER, 2002). Um enunciado performativo tem êxito não porque uma intenção governou com eficácia a ação de um discurso, mas porque essa ação é o eco de outra, anterior, acumulando o poder da autoridade através da repetição de um conjunto de práticas autoritárias precedentes. O gênero é performativo por ser o *efeito* de um regime que regula suas diferenças e, nesse regime, ele se divide e se hierarquiza de maneira coercitiva. Regras sociais, tabus, proibições e ameaças punitivas atuam através da repetição ritualizada das normas que criam um efeito estável de feminilidade e masculinidade, fazendo com que os sujeitos compreendam a si mesmos mediante uma matriz de gênero, não estando livres de segui-las. A performatividade é, desse modo, a reiteração ou repetição *obrigatória* das normas mediante as quais as pessoas se constituem. Os constrangimentos sociais acerca do acatamento e do desvio de gênero são tão grandes que, segundo Butler (1987) as pessoas podem se sentir profundamente feridas caso lhes digam que estão exercendo de modo inapropriado sua feminilidade ou masculinidade.

A atualização de regras e atribuição de um corpo a um determinado gênero é um procedimento obrigatório, uma produção forçada, mas nem por isso completamente determinante. Por se tratar o gênero de uma atribuição, nem sempre ela cumpre plenamente as expectativas, mostrando que seus(suas) destinatários(as) nunca habitam totalmente esse ideal do qual são obrigados(as) a aproximarem-se. Trago aqui um claro exemplo disso e que tem aparecido nos sites de notícias brasileiros que mostra o caso do pai de um garoto de cinco anos de idade, morador de uma pequena cidade no sul da Alemanha<sup>3</sup>. Porque o filho sente

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://nadaerrado.com.br/meu-pai-de-saias/>>. Acesso em: 29 Ago. 2012.

vontade de usar saias e pintar as unhas, o pai dessa criança resolveu vestir-se da mesma maneira, para servir de exemplo para o filho, não permitindo que o mesmo fosse ridicularizado na escola e por entender que esse não é um problema apenas para a família, mas sim para toda a cidade que já começa a se incomodar com o fato. Welzer-Lang (2001) denomina os espaços destinados à socialização dos homens por lugares monossexuados ou “casa dos homens” (são os pátios de colégios, clubes esportivos, cafés ou todo e qualquer lugar aos quais os homens atribuem a exclusividade de sua presença). Ali eles devem aceitar o sofrimento para integrar o círculo restrito dos homens e devem aprender a combater os aspectos que poderiam associá-los às mulheres. O caso do garoto alemão acaba por transgredir as categorias sociais da masculinidade, colocando em dúvida a unicidade desse modelo, ainda que seja provável que isso venha a ter duros custos para a vida do menino e de sua família, pois se a existência humana, tal como formula Butler (1987), é sempre uma existência generizada, extraviar-se do gênero estabelecido é, de certa forma, colocar em questão a própria existência. Nesses momentos de deslocamento de gênero é possível verificar o peso de eleição intrínseca que viver como mulher ou homem ou como alguma outra identidade de gênero acarreta.

Operando como fenômeno psíquico, a norma restringe e produz o desejo, regendo também a formação do sujeito e circunscrevendo o âmbito da sociabilidade visível. O funcionamento psíquico dela oferece ao poder regulador um caminho mais insidioso do que a coerção explícita e o êxito disso permite seu funcionamento dentro do social (BUTLER, 2010). É possível ver através do exemplo acima que as normas de gênero às quais Butler (2002) se refere operam exigindo a encarnação de certos ideais de feminilidade e masculinidade que, quase sempre, estão ligados à idealização de uniões heterossexuais. Dessa maneira e segundo a autora, o enunciado performativo iniciador “É uma menina!” antecipa a sanção “Eu os declaro marido e mulher”. Assim, nomear a “menina” é transitivo e inicia o processo pelo qual impõe uma certa “feminização”, governada pelo poder simbólico desse termo que toma forma no corpo e que nunca se aproxima, totalmente, da norma. A feminilidade não seria o produto de uma eleição, mas sim da repetição forçosa de uma norma cuja historicidade é inseparável das relações de disciplina, regulação e castigo. O modo como a feminilidade é construída em nossa sociedade resulta numa prática que confere à mulher um lugar tangenciado pelo preconceito dado o caráter natural – e não político – que é conferido à

---

sua existência. Esse aspecto é estudado no livro *Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos* de Azêredo (2011):

Aprendemos a perceber a linguagem e nosso corpo como sendo processos “naturais”, como algo essencial e necessário, com leis e normas bem precisas, que existem independente de nós. Nesta perspectiva, não há como escapar da materialidade de nosso corpo nem da realidade da língua. Porém, essa materialidade não é dada de antemão, mas é construída, reiterada performaticamente. É assim que se produz o preconceito – através da linguagem, em nossos corpos, num processo de reiteração em que somos agentes, mas no qual não reconhecemos nossa agência, já que faz parte desse processo apagar os traços de nossa participação de modo que as palavras e as coisas apareçam como dadas, naturais, mantendo uma relação direta, imediata entre elas, independente de nós. O processo de produção de preconceito é muito complexo e começa muito cedo em nossas vidas. (AZÉREDO, 2011, p. 28).

Um exemplo disso é trazido pela análise de entrevistas realizadas com homens autores de violência em um Programa de Atenção à Violência Doméstica e Intrafamiliar de um município de médio porte em Santa Catarina (ROSA et al., 2008). A maioria dos homens entrevistados não se entendiam como agressores e justificavam a violência realizada pelo fato da companheira não ter demonstrado atitudes adequadas em relação às atividades que acreditavam estarem destinadas a elas, como o cuidado com filhas e filhos, por exemplo. Assim, o ideal de feminilidade é perseguido por esses homens que tentam, a todo custo, fazer com que as mulheres que vivem ao seu lado obedeçam aquilo que julgam ser condizente ao seu gênero. Em virtude disso, eles se sentem legitimados para redirecioná-las caso entendam que elas tenham se desviado ou não estejam cumprindo satisfatoriamente suas obrigações e a violência, desse modo, é sentida apenas como o meio de se obter aquilo que julgam ser correto e não uma prática violadora de direitos humanos.

Em outra pesquisa, realizando entrevistas com trinta casais cujas mulheres já haviam registrado queixas mais de duas vezes em delegacias de polícia de Florianópolis, Deeke et al. (2009), observaram que as explicações dos casais para a violência cometida contra as mulheres se devia ao ciúme, ingestão de álcool, traição da parceira e o fato do homem ser contrariado ou diante da não obediência das regras estipuladas por ele. Todos esses fatores, tal como prevê a perspectiva de gênero, carregam consigo modelos de verdade como, por exemplo, a naturalização da ingestão de álcool como algo tipicamente masculino e a violência

como tendo sido causada pelo excesso dessa ingestão ou o ciúme como forma de controlar a mulher, não permitindo que ela possa se aproximar de outros homens além do parceiro. Os argumentos utilizados por advogados para defenderem homens que assassinaram suas companheiras ainda hoje concentram-se na defesa da honra para defender os acusados (RAMOS, 2012), o que comprova que a ideia de que mulheres são transformadas em seres inumanos para preservarem a virilidade masculina é legitimada até mesmo pelas instâncias jurídicas, pois a partir do momento em que essas mulheres não “funcionam” de acordo com as normas, podem ser exterminadas. Bandeira (2009) denomina esses assassinatos como “crimes de poder” justamente por denunciarem as hierarquizações que permeiam as relações de afetividade. Como diz Preciado (2008) o corpo individual, a esfera privada e o espaço doméstico não conseguem escapar da regulação política.

Cabe, então, usar o exemplo de Lauretis (1994) quando diz que quando as mulheres assinalam a letra “F” num formulário, ingressam oficialmente no sistema sexo/gênero e nas relações sociais de gênero, tornando-se “en-gendradas” como mulheres, isto é, não são apenas os(as) outros(as) que as consideram do sexo feminino, elas também começam a se representar dessa maneira. São suas palavras: “Agora, pergunto-me, isto não é o mesmo que dizer que a letra F assinalada no formulário grudou em nós como um vestido de seda molhado? Ou que, embora pensássemos estar marcando o F, na verdade era o F que estava se marcando em nós?” (LAURETIS, 1994, p. 220). Ela afirma que esse é o processo pelo qual uma representação social é aceita e absorvida por uma pessoa como sua própria representação, tornando-se real para ela, ainda que, de verdade, seja apenas imaginária. Wittig (1992), por sua vez, afirma que o que as pessoas costumam acreditar ser uma percepção direta e física não passa de uma formação imaginária, uma construção sofisticada e mítica que reinterpreta traços físicos marcados pelo sistema social por meio de uma rede de relações. Diz ela: “Elas são vistas como *negras*, por isso *são* negras; elas são vistas como *mulheres*, por isso *são* mulheres. Não obstante, antes que sejam *vistas* dessa maneira, elas tiveram que ser *feitas* dessa maneira” (WITTIG, 1992, p. 34)<sup>4</sup>.

Contudo, nem mesmo a existência alarmante de feminicídios e a concomitante promessa de que não estar dentro das prescrições idealizadas é justamente o que pode provocá-los, faz com que as normas sejam eficazes. Butler (2002) demonstra que as normas

---

<sup>4</sup> Tradução minha. Conforme o original: “Elas son vistas como *negras*, por eso *son* negras; ellas son vistas como *mujeres*, por eso *son* mujeres. No obstante, antes de que sean *vistas* de esa manera, ellas tuvieron que ser *hechas* de esa manera” (WITTIG, 1992, p. 34, grifo meu).

costumam ser cercadas por sua própria ineficácia, por isso se repetem de maneira angustiante os esforços para se estabelecer e incrementar sua jurisdição. São suas palavras:

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica do seu gênero mas porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos. (BUTLER, 2003, p. 20).

As normas não são escolhidas ou descartadas pelos sujeitos por vontade própria e palavras como “mulheres”, “maricas”, “gay” e “lésbica” definem os sujeitos antes mesmo deles terem consciência disso, o que demonstra que eles não precedem à repetição dessas normas, pois são, precisamente, o efeito dessa repetição, sendo que tais nomeações estabelecem uma fronteira e a inculcação repetida delas (BUTLER, 2010). Algumas dessas nomeações (como “maricas”, “gay” ou “lésbica”) causam um repúdio tão grande por parte das pessoas que fica difícil falar delas e colocá-las como sujeitos que merecem ser incluídos nas políticas públicas. Exemplo disso é a ausência completa, nos livros didáticos infantis das famílias homoparentais (IMPERATORI et al., 2008). A homossexualidade fica circunscrita à esfera da abjeção de forma que tentar levá-la para o ambiente escolar não ecoa como uma prática legítima por parte daqueles(as) que tentam fazê-lo e, embora alguns documentos recentes tenham sido lançados pelo governo na tentativa de discutir o assunto, como é o caso da Proposta Curricular do Estado de São Paulo incorporada em 2010 como novo currículo oficial do Estado, ainda assim vê-se a dificuldade para levar o tema para os sujeitos que compõem o universo escolar. Isso é corroborado por práticas do próprio governo que demonstram que questões como essas não devem fazer parte do cotidiano da escola, como se deu com a vetação do *Kit Escola sem Homofobia* em maio de 2011, pela atual presidência da república (ROCHA, 2012) e pelo ressurgimento dessa discussão como prática de disputa em eleições, mas sem a intenção de promover uma sociedade sem preconceitos, apenas como alegoria para se angariar mais votos e também para acirrar a homofobia, como foi possível acompanhar na última disputa para a prefeitura de São Paulo<sup>5</sup>. Sobre esse assunto e a questão da religiosidade que impera nesse tipo de debate, diz Butler (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012) em entrevista para o Caderno Aliás, de O Estado de São Paulo:

---

<sup>5</sup> Trata-se da disputa para a prefeitura de São Paulo entre os candidatos José Serra (PSDB) e Fernando Haddad (PT).

Em minha opinião, uma comunidade religiosa pode ter as visões mais tacanhas sobre as mulheres, os gays, as lésbicas, os bissexuais e transexuais. Mas não pode querer impor suas crenças na forma de políticas que contradigam princípios básicos dos direitos humanos. Acreditar é uma coisa; impor discursos e políticas públicas é outra. Claro que devemos combater esse tipo de crença, apelando inclusive aos valores do amor e do respeito ao próximo na tradição cristã - e reforçando os princípios universais que ditam que toda pessoa, independentemente do gênero ou da orientação sexual, deva ser tratada com dignidade. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2012).

Segundo Toneli e Becker (2009) e Lago, Ramos e Bragagnolo (2010) com a Lei Maria da Penha é a primeira vez na história da legislação brasileira que a categoria gênero é contemplada. Fruto de reivindicações e lutas feministas essa lei é criada em 22 de setembro de 2006 (Lei 11.340) para “criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (Artigo 1º). Sua legislação é adequada à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém de Pará, OEA, 1994), Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, ONU, 1979) e a Constituição Federal (BRASIL, 1988). Ela é destinada a coibir a violência que ocorre em ambiente doméstico (independente do vínculo familiar), nas relações familiares ou em relações íntimas de afeto. No caso da violência entre casais homoafetivos essa invisibilidade política e social que mencionei acima é, de algum modo, rechaçada pelo texto da Lei que prevê medidas protetivas nos casos de violências originadas dentro dessas relações. Não deixa de ser interessante chamar a atenção para o fato de que o reconhecimento dessas relações tenha se dado, num primeiro momento, na esfera judiciária e em seu aspecto criminal, sendo que somente cinco anos depois, em 2011, as uniões homoafetivas são, de fato, reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal e alguns direitos civis passam a ser assegurados, demonstrando como as instâncias públicas e políticas lidam com a questão da diversidade sexual. Como demonstra Butler (2006), como uma operação de poder, a regulação de gênero pode adotar uma forma legal, definindo a produção de parâmetros, construindo as pessoas de acordo com normas abstratas que condicionam suas vidas, fazendo-as e desfazendo-as.

Não há ninguém que escolha uma norma de gênero e a formação do sujeito depende, justamente, da operação prévia da legitimação delas (BUTLER, 2002). O conceito de performatividade de gênero deve ser reconsiderado, desse modo, como uma norma que exige

uma determinada reiteração para que possa produzir um sujeito aceitável. Não haveria, portanto, uma verdade “interna” da feminilidade considerada como uma disposição psíquica ou núcleo do eu. Para Butler (2002), o gênero não é nem uma verdade psíquica concebida como intrínseca, tampouco pode ser reduzido a uma aparência superficial. Sua condição, ao contrário, deve ser reconhecida como a relação entre psique e aparência e, assim mesmo, essa relação estará regulada por restrições heterossexistas. Essas restrições podem ser observadas como demonstra a ex-ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcea Freire (2011) ao falar dos desafios assumidos por mulheres que chegam aos espaços institucionais de exercício do poder, questionando, portanto, as expectativas que são direcionadas a elas e que, por isso mesmo, frequentemente são rotuladas como “duronas”, “mulherzinhas”, “peruas” ou “machonas”, sendo que muitas vezes esses adjetivos são utilizados por elas mesmas, como é o caso da própria presidenta da república que afirmou ser uma mulher “dura” no meio de homens “meigos”. Para ela, a inclusão das mulheres como sujeitos políticos capazes de interferir na formulação de um amplo conjunto de políticas públicas a partir do exercício de sua cidadania se faz mediante o questionamento da lógica do poder, geralmente concentrada nas mãos dos homens. São suas palavras: “Isto porque, no âmbito da gestão pública, o espaço precipuamente destinado às mulheres é frequentemente esvaziado de poder real” (FREIRE, 2011, p. 138). A ex-ministra, além disso, refere-se ao fato de que a presença das mulheres nesses espaços faz com que sua presença e autoridade sejam frequentemente questionadas, o que confirma o pensamento de Scott (1995) quando diz que a história política é, usualmente, o bastião de resistência à inclusão de questões de gênero e das mulheres. Assim:

A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. (SCOTT, 1995, p. 27).

Para essa autora, o gênero constrói a política, pois esta representa algo mais do que as relações de poder, refletindo as influências “externas” sobre os conceitos de mulher e homem que, somente aparentemente, não teria a ver com questões políticas (SCOTT, 2005).

Os padrões culturais que promovem aquilo que Butler (2003) denominou por inteligibilidade de gênero contribuem para a construção de representações e autorrepresentações dos sujeitos marcados por ele que, por sua vez, assumem ao longo da vida várias posições de sujeito fundadas no gênero. Essas representações afetam as

construções subjetivas dos sujeitos e vice-versa e, assim, a identidade de gênero se configura por meio da construção mútua entre essas duas esferas (LAURETIS, 1994). Além desses discursos que o constrói, o gênero não pode ser analisado sem que se leve em consideração sua dimensão econômica e política, sendo um campo primário no qual o poder é articulado (SCOTT, 1995). Dentro da normalização do que uma mulher *deve* esperar de suas relações, a violência surge, muitas vezes implicitamente, como algo que sequer é compreendido como aquilo que realmente é, já que é naturalizada e banalizada pela sociedade. Para Debert e Gregori (2008), estudar as articulações entre violência e gênero permite avançar na análise sobre as dinâmicas que configuram posições, negociações e abusos de poder nas relações sociais.

As velhas propagandas de cerveja são exemplo desses abusos de poder, uma delas, recentemente publicizada na televisão mostra jovens rapazes, brancos, de classe média, procurando um modo de abusarem de mulheres sem que, contudo, sejam identificados: tomam cerveja e isso os transforma em homens invisíveis e este poder - de estarem embriagados e de não se responsabilizarem por seus atos - lhes dá a possibilidade de entrarem no vestiário feminino e fazerem o que bem desejam, prova disso é a saída das mulheres deste vestiário correndo e aos gritos<sup>6</sup>. Afinal, o que os(as) publicitários(as) que fizeram essa propaganda desejavam, de fato, que a população pensasse e sentisse ao assisti-la? Bandeira (2009), ao analisar matérias da mídia nacional impressa, afirma que as discursividades midiáticas correspondem, em geral, aos valores e representações sociais presentes no senso comum e que estes acabam por incidir também nas atuações e práticas profissionais de agentes públicos(as). Diz ela:

[...] um recorrido pelas notícias presentes na mídia evidencia a força das dessimetrias de poder presentes nos jogos relacionais entre homens e mulheres não apenas simbolizadas, mas como uma ordem que sustenta o controle e a posse sobre o corpo feminino, revelados nas falas dos agressores. (BANDEIRA, 2009, p. 407).

Em seu texto *A tecnologia do gênero*, Lauretis (1994) demonstra ser o gênero produto de diferentes tecnologias sociais como a mídia, as escolas públicas ou particulares, os tribunais, as famílias, dentre outros. Ela fala sobre o aparelho cinematográfico, mas penso que isso pode se estender às propagandas televisivas diárias, em que a apresentação do gênero é

---

<sup>6</sup> Estou me referindo à propaganda da Nova Schin que está há meses sendo veiculada nos canais televisivos brasileiros e que tem recebido a rejeição de várias usuárias de redes sociais. Disponível em: <<http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2012/08/cultura-de-estupro-nao-imagine.html>>. Acesso em: 25 Ago. 2012.

construída por essas tecnologias e é subjetivamente absorvida por cada pessoa, isto é, o modo como cada um(a) é interpelado(a) por essas propagandas (ou pelo filme, ou pelas matérias das revistas) está intimamente explicitada ao gênero do(a) espectador(a). Ela entende, dessa maneira, que a construção de gênero ocorre através de várias tecnologias de gênero e de discursos institucionais com o poder de controlar o campo do significado social, produzindo, promovendo e implantando representações de gênero. Haraway (2000) também entende que as tecnologias de comunicação e as biotecnologias são cruciais no processo de remodelação dos corpos, constituindo tanto em momentos congelados de fluidas interações sociais, como também em instrumentos para a imposição de significados.

O controle e a posse do corpo feminino como menciona Bandeira (2009) são naturalizados em propagandas como a da referida cerveja e a violência deixa de ser veiculada como tal, transformando-se em um comportamento natural para se conseguir “aquilo” que se deseja. Em pesquisa realizada por Machado (apud Minayo, 2005), todos os homens que cometeram estupro e que foram entrevistados por ela confessaram que, no fundo, a mulher queria ser violentada. Para Minayo (2005), a plenitude da macheza não admite que a mulher – sendo um objeto – possa dizer “não”. Mas é necessário admitir que essa “macheza” é construída discursivamente e a mídia é um espaço de grande divulgação dessa construção. Essa construção de verdades compõe o conjunto de crenças a respeito dos papéis tradicionalmente atribuídos a mulheres e homens esboçando um quadro que dá sustentação ao argumento de que a violência nas relações amorosas emerge, segundo Couto et al. (2007), ante a impossibilidade de reproduzir um padrão de relacionamento entre os gêneros centrado na diferença, impossibilidade esta mais ou menos “dramática” das pessoas atualizarem modelos de gênero e família.

Em pesquisa realizada por Couto et al. (2007) com mulheres e homens de baixa renda e escolaridade sobre suas concepções a respeito do assunto, foi possível verificar a crença de que determinados comportamentos são reconhecidos como atributos naturais (como por exemplo, o homem ser considerado sexualmente insaciável, o provedor ou, ainda, alguém que deve defender a sua honra, não tolerando, portanto, a infidelidade feminina). A forma como as relações de poder e desigualdade são manejadas em espaços de intimidade acabam confrontando tais noções essencializadoras, dando lugar a tensões e conflitos. Isso está ligado, muitas vezes, como aponta Meneghel et al. (2011), a aceitação da violência por parte da mulher, sentida como algo natural, pelo fato de que a mesma é socializada de forma a suportar este tipo de acontecimento. Isso se reflete no fato de que os homens violentos associam a prática da violência cometida contra suas companheiras com a intenção de *dizer algo*, de

expressar um sentimento, desejo ou vontade, ao passo que as mulheres violentadas definem os golpes recebidos como “coisas duras ou atos dolorosos”, mas nunca como violência (WELZER-LANG, 2001). As desigualdades nas relações afetivas operam não apenas na ordem simbólica, mas estruturam lugares socioinstitucionais que serão ocupados por mulheres e homens (BANDEIRA, 2009).

É possível verificar tudo isso através de duas pesquisas de opinião realizadas com mulheres e homens. A primeira, feita pela Fundação Perseu Abramo e SESC em 2010 mostra que quando questionadas sobre as razões da última violência que haviam sofrido, as explicações fornecidas pelas mulheres se deram, em ordem de importância, da seguinte forma: 46% afirmaram que a violência havia se dado em função de um “controle de fidelidade” por parte do companheiro, controle compreendido por comportamentos de ciúme, pelo fato do marido acreditar que sua parceira tinha amantes, por querer checar suas ligações telefônicas, ou ainda, pelo fato dele mesmo ter outras mulheres, dentre outros; 23% alegaram “predisposição psicológica” e é interessante observar que elas entendem como fazendo parte dessa categoria comportamentos como ser “grosso ou estúpido”, ser violento ou agressivo, descontrolado ou, ainda, naturalmente ruim, “louco” ou “tarado”; 19% explicaram a última violência sofrida como sendo causada por “afirmação da autonomia” aqui entendida como o fato do marido não aceitar a separação, por achar que a mulher deveria estar sempre disposta para o sexo, por não fazer o que ele estava mandando ou por ela ter liberdade. 7% acreditaram que se deu em razão dos(as) “filhos/atividades domésticas” e aí se encontra a não finalização ou satisfação das tarefas domésticas, como por exemplo o jantar que não estava pronto ou os(as) filhos(as) que não tinham tomado banho, acompanhadas de 4% que acreditavam que o motivo da violência residia em sua “submissão/baixa autoestima”, aqui entendidas pelo fato de serem muito jovens, inocentes ou sem malícia, por não conseguirem demonstrar suas capacidades ou fazer o que o companheiro queria. Apenas 1% dessas mulheres respondeu que a causa da violência residia em “questões financeiras”, como não ter emprego ou estar sem dinheiro para comprar comida. Vale mostrar, ainda, que 90% dos homens entrevistados afirmaram que bater em uma mulher é errado, contra 6% que acreditavam que alguns tapas, de vez em quando são necessários e 2% que disseram que tem mulher que só toma jeito apanhando bastante. Nessa pesquisa foram entrevistadas 2.365 mulheres e 1.181 homens e apenas 8% dos entrevistados afirmaram ter batido em uma mulher em algum momento da vida.

Outra pesquisa realizada em 2011 pelo Instituto Avon/Ipsos sobre a percepção sobre a violência doméstica contra as mulheres no Brasil com 1.800 mulheres e homens revela que 11% das mulheres e 20% dos homens entrevistados não acreditam que empurrar uma mulher mereça punição e 8% de mulheres junto com 18% dos homens não acham que o xingamento regular também mereça punição. 47% dessas mesmas mulheres que foram entrevistadas alegam terem sido vítimas de agressão física, 44% de humilhação e 33% já tinham sido ameaçadas e a causa disso, tanto para mulheres como para homens, reside no machismo (50% acredita nisso) e no alcoolismo (41%). Somado a isso, é importante dizer que geralmente o relato dos homens que agredem suas companheiras costuma conferir a ela a culpa pela violência sofrida, como demonstrou uma pesquisa realizada com homens que trabalhavam em uma empresa de transportes de Porto Alegre (PINTO; MENEGHEL; MARQUES, 2007).

Dos 84 países mencionados pela pesquisa realizada por Waiselfisz (2012) no *Mapa da Violência 2012*, o Brasil é o 7º país responsável por assassinatos de mulheres, depois de El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize. As notificações de violência doméstica, sexual ou outras violências contra mulheres registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde em 2011 demonstram que foram notificados 107.572 atendimentos, sendo que 70.285 (65,4%) foram destinados às mulheres e 37.213 (34,6%) para os homens, o que significa que praticamente dos três atendimentos realizados nessa área, dois foram de mulheres que sofreram violência. Os quantitativos registrados pelo SINAN representam, contudo, apenas uma ponta do iceberg das violências cotidianas que, por sua gravidade, demandam atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda segundo a pesquisa, o lugar de residência prepondera nas situações de violência, especialmente até os 10 anos de idade e a partir dos 30 anos. A partir dos 10 anos, quem pratica a violência, predominantemente, é o pai, cônjuge ou namorado da responsável pela criança. A partir dos 60 anos de idade, são os filhos que assumem o lugar de destaque na violência contra a mulher dentro de sua própria casa.

Além das esferas privadas, é possível ver através das matérias veiculadas por sites, televisão e jornais, ininterruptamente, notícias de estupros realizados por cinco, seis até 10 homens contra adolescentes ou mulheres adultas (como é o caso veiculado, atualmente, sobre o estupro de duas adolescentes por uma banda de pagode na Bahia)<sup>7</sup>, ou de festas como a que aconteceu no município de Queimadas (PB) em que mulheres são abusadas e mortas por

---

<sup>7</sup> Disponível em:

[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3817&catid=43](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3817&catid=43).  
Acesso em: 14 Out. 2012.

conhecidos<sup>8</sup> ou, ainda, os mais de 100 femicídios cometidos no Ceará somente no primeiro semestre deste ano<sup>9</sup>, número semelhante à cidade de São Paulo, que registrou entre setembro de 2011 a junho de 2012, 87 femicídios além de 228 tentativas de assassinatos de mulheres nesse período<sup>10</sup>. Em pesquisa realizada pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), no período de 2005 a 2011, 500 brasileiros(as) foram vítimas de tráfico de seres humanos, sobretudo nos estados de Pernambuco, Bahia e Mato Grosso do Sul. De acordo com o Ministério da Saúde a maioria das vítimas são mulheres, cuja faixa etária mais comum é de 10 a 29 anos<sup>11</sup>.

Voltando no tempo por dois anos, a sociedade pôde acompanhar em 2010 uma prática de violência e humilhação provocada por estudantes universitários contra suas colegas que não estavam de acordo com as prescrições sociais que ditam a magreza como norma a ser seguida por todas as mulheres e que, diante disso, instauraram aquilo que convencionaram chamar, abusivamente, como “Rodeio de Gordas” nos próprios campi da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Além desses exemplos, existe a alta cifra de mortalidade de mulheres em razão de abortamentos precários (189 mil mulheres por ano realizam curetagens no SUS) e a criação de medidas realizadas pela atual presidência, como a Rede Cegonha, que para muitas feministas implica num retrocesso de pelo menos 30 anos nas políticas com enfoque de gênero e atendimento integral à saúde de mulheres, por restringir essas discussões à concepção materno-infantil, simplificadora no que tange à saúde das mulheres, não levando em conta os ciclos de vida nem a possibilidade das mulheres não desejarem a maternidade, conforme explica Telia Negrão<sup>12</sup>. Sob o estandarte de querer combater a mortalidade materna, a Rede Cegonha segundo Telia Negrão é uma falácia, pois:

---

<sup>8</sup> Trata-se do estupro coletivo que terminou na morte de duas mulheres em fevereiro de 2012 na cidade de Queimadas, causado por sete homens durante uma festa. Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3843&catid=43](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3843&catid=43)>. Acesso em: 14 Out. 2012.

<sup>9</sup> Disponível em: <[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3840&catid=43](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3840&catid=43)>. Acesso em: 14 Out. 2012.

<sup>10</sup> Carta Capital. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/cerca-de-10-mulheres-sao-assassinadas-por-mes-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 01 Ago. 2012.

<sup>11</sup> Disponível em: <[http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/10/16/quase-500-brasileiros-foram-vitimas-de-trafico-de-pessoas-em-seis-anos/\[16/10/2012 15:58:14\]](http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/10/16/quase-500-brasileiros-foram-vitimas-de-trafico-de-pessoas-em-seis-anos/[16/10/2012 15:58:14])>. Acesso em: 17 Out. 2012.

<sup>12</sup> Telia Negrão é jornalista, cientista política e coordenadora da ONG Coletivo Feminino Plural. É integrante do Conselho diretor da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos e da Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe. Participou da última Sessão do Comitê da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação à Mulher, em Genebra, na Suíça (13 a 17 de fevereiro), aonde levou dados para expor a situação de saúde das mulheres brasileiras.

[...] o enfrentamento da mortalidade materna, um dos argumentos para a Rede Cegonha, não está baseado em evidências científicas. A política anunciada é só para as mulheres que querem filho ou aquelas que, mesmo que sem nenhuma condição, vão ter filho contra a própria vontade. Logo, não é uma política que considerou que há mulheres que engravidam e não desejam levar adiante aquela gestação ou que engravidaram em circunstâncias adversas à sua vontade<sup>13</sup>.

Em matéria do jornal espanhol *El País* realizada no Dia Internacional da Mulher de 2012<sup>14</sup> fala-se sobre o elevado índice de violência sofrida pelas latino-americanas e menciona-se que a presidenta Dilma afirmava, antes de sua eleição, que o aborto era uma questão de saúde pública e que milhares de mulheres morriam porque ele costuma ser realizado em condições de extrema precariedade. Ainda segundo esse jornal, a pressão de católicos(as) e evangélicos(as) obrigou-a a renunciar a qualquer projeto de despenalização do aborto. O efeito disso atinge diretamente milhares de mulheres que não têm acesso às clínicas particulares e que necessitam realizar abortos em condições de extremo perigo para suas próprias vidas. Essa discussão, que costuma ser recoberta e abafada pelo manto da religiosidade, transforma a questão em algo que não é entendido como mais uma violência sofrida pelas mulheres em países como o Brasil.

Butler (1987) entende a maternidade como uma realidade institucional mais que instintiva, expressando a interação entre constrangimento e liberdade. Assim, o esforço por interpretar os sentimentos maternos como necessidades orgânicas revela o desejo de encobrir a maternidade como uma prática opcional, pois entendê-la como uma escolha implica em engendrar vertigem e terror a respeito da possibilidade de se perder as sanções sociais, de abandonar um posto e um lugar social sólidos por parte daqueles(as) que têm interesse em manter a hegemonia desses lugares destinados às mulheres. Todas essas notícias que trago aqui mostram o lugar desprivilegiado que a mulher ocupa no cenário atual e como conquistas como a Lei Maria da Penha são necessárias por criar mecanismos para coibir a violência, por um lado, e fazer o debate sobre o tema atingir também a população em geral. Cabe aqui mencionar também Wittig (1992) que demonstra o quanto as mulheres são manipuladas para acreditarem em seus corpos como algo “natural”. Para essa autora a própria opressão seria uma consequência dessa “natureza” que se encontra dentro delas. Contudo, ao se admitir que

---

<sup>13</sup>Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/rede-feminista-de-saude-rede-cegonha-e-um-retrocesso-de-30-anos-nas-politicas-de-genero-saude-da-mulher-direitos-reprodutivos-e-sexuais.html>>. Acesso em: 10 Out. 2012.

<sup>14</sup> Disponível em: <[http://sociedad.elpais.com/sociedad/2012/03/07/actualidad/1331154707\\_868060.html](http://sociedad.elpais.com/sociedad/2012/03/07/actualidad/1331154707_868060.html)>. Acesso em: 01 Ago. 2012.

há uma divisão “natural” entre mulheres e homens, faz-se uma naturalização da história, assume-se que tanto mulheres como homens já existiam e sempre existirão. Dentro dessa perspectiva, a sociedade considera a gravidez como um processo natural e biológico, esquecendo-se que as mulheres são programadas para produzir crianças, ainda que essa atividade social, tal como a guerra, implique em vários riscos de morte. Através de um ideário normativo coloca-se para a mulher a imposição de reproduzir “a espécie” (WITTIG, 1992a) dentro da sociedade heterossexual, configurando tal obrigação num sistema de exploração sobre elas que se funda economicamente na heterossexualidade, permitindo aos homens apropriar-se de todo o trabalho das mulheres por meio de um contrato de matrimônio. Ao discutir a farmacopornografia e o uso massificado da pílula anticoncepcional – entendido como um violento método de re-feminização técnica de mulheres<sup>15</sup> camuflado sob a forma de controle de natalidade - Preciado (2008) demonstra como se dá de maneira desigual a institucionalização do corpo feminino e masculino nos circuitos de produção de saber e artefatos biomédicos. Segundo ela, o corpo das mulheres, inclusive daquelas que aparecem como normais – as femininas, as heterossexuais, as que não são frígidas nem histéricas, nem putas ou ninfômanas – e que são corpos de perfeitas mães potenciais, mesmo estes, estão sempre sujeitos à vigilância e regulação, a discussão da Rede Cegonha que trago aqui é um exemplo gritante disso. Assim, por definição, para essa autora, o corpo feminino nunca é completamente normal fora das técnicas que fazem dele um corpo social, não existindo, portanto, um destino biológico para mulheres ou homens, mas sim programas farmacopolíticos. Para ela, tanto os serviços sexuais como os de reprodução fazem parte de um trabalho não remunerado, isto é, configuram-se socialmente como serviços gratuitos (isto é, pauperizados e politicamente obrigatórios).

A manutenção de práticas discursivas que permitem a morte de milhares de mulheres em função da escolha de políticas públicas que as fixam em determinados papéis, como é o caso da Rede Cegonha, é uma prática de violação de direitos que permite a emergência das demais violências ao colocar o corpo da mulher que resolve abortar na esfera da abjeção, da invisibilidade, naturalizando seu caráter reprodutivo e, desse modo, não contribuindo em nada para a desconstrução dessa performatividade. Sobre tudo isso diz Welzer-Lang (2001) e Azêredo (2011) respectivamente:

---

<sup>15</sup> Preciado (2008) chama de biogêneros (bio-mulheres e/ou bio-homens) aqueles sujeitos que se identificam com o sexo atribuído em seu nascimento.

Esta divisão do mundo, esta cosmogonia, baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens à custa das mulheres. (WELZER-LANG, 2001, p. 461).

Os números da violência contra a mulher – estupros, assassinatos, abusos, espancamentos, insultos, ameaças, bem como o desrespeito gritante aos direitos sexuais e reprodutivos, tais como mortes e injúrias provocadas pela prática clandestina do aborto, e a mortalidade materna – continuam a crescer e considero que nessa violência específica contra mulheres é onde desemboca o preconceito contra a mulher. (AZÊREDO, 2011, p. 14).

Para Preciado (2008) a sexopolítica se caracteriza como um dos modos dominantes de ação política do final do século XIX e, nesse regime, o sexo entra como parte dos cálculos do poder. Assim, o discurso sobre feminilidade e masculinidade e as técnicas de normalização das identidades sexuais se transformam em agentes de controle e modelização da vida e umas das diferenças políticas constitutivas do Ocidente (ser mulher ou homem) se resolve numa equação banal, isto é, ter ou não ter um pênis de um centímetro e meio no momento do nascimento. Ela denomina como “império sexual” o sistema de construção biopolítica que toma como centro somático da invenção e controle da subjetividade o “sexo” do indivíduo moderno, no qual o corpo heterossexual é um dos artefatos com maior êxito governamental da sexopolítica. Ele é produto de uma divisão do trabalho da carne segundo a qual cada órgão se define em relação à sua função, tanto reprodutora como produtora de feminilidade ou masculinidade, normalidade ou perversão. Para ela, ainda, o gênero não seria nem um conceito, nem uma ideologia, tampouco uma *performance*. O gênero seria uma ecologia política, na qual a certeza de ser mulher ou homem seria uma ficção somaticopolítica produzida por um conjunto de tecnologias de domesticação do corpo, por um conjunto de técnicas farmacológicas e audiovisuais que fixam e delimitam as potencialidades somáticas das pessoas, funcionando como filtros que produzem distorções permanentes na realidade. O gênero, desse modo, funcionaria como um programa operativo por meio do qual percepções sensoriais são produzidas, tomando a forma de afetos, desejos, ações, crenças e identidades. A produção de um saber interior sobre si mesmo(a) é um dos resultados dessa tecnologia de gênero: “sou mulher”, “sou homem”, “sou heterossexual”, “sou homossexual” são algumas das formulações, segundo ela, que condensam saberes específicos sobre si mesmo(a), atuando como núcleos biopolíticos e simbólicos duros em torno dos quais é possível aglutinar todo um conjunto de práticas e discursos. A violência de gênero seria, assim, equivalente à violência

do sistema de gênero, em que o Estado figura como aquele que tira prazer da produção e do controle da subjetividade dos sujeitos. Sem essas ecologias somaticopolíticas que regulam o gênero e a sexualidade não há mulheres, homens, heterossexualidade ou homossexualidade.

Preciado (2008) denomina de “programação de gênero” essas tecnologias psicopolíticas de modelização da subjetividade que permitem produzir sujeitos que se pensam e atuam como corpos individuais, que se autocompreendem como espaços e propriedades privadas, com uma identidade de gênero e sexualidade fixas. A sociedade contemporânea é um enorme laboratório sexopolítico nos quais se produzem os gêneros. Para ela, o que chamamos por sexo, mas também o gênero, a feminilidade e a masculinidade e a sexualidade são “técnicas do corpo”, extensões biotecnológicas pertencentes ao sistema sexopolítico cujo objetivo é a produção, reprodução e expansão colonial da vida heterossexual humana sobre o planeta. A feminilidade e a masculinidade é um dos produtos somático-midiáticos, farmacopornográfico e, ao mesmo tempo, corpo e ideia, entidade viva e código digital que tem sido fabricada de modo exitoso pela indústria farmacêutica e de comunicação no final do século XX. À performatividade de gênero trazida por Butler, Preciado (2008) vai complementar chamando de produção farmacopornográfica de ficções somáticas de feminilidade e masculinidade.

Por outro lado, o novo sujeito hegemônico, para ela, é um corpo (masculino, branco, heterossexual), farmacopornograficamente suplementado (pelo Viagra, a cocaína, a pornografia), consumidor de serviços pauperizados (corpos codificados como femininos, infantis, racializados), em que é possível visualizar uma relação direta entre pornificação do corpo e grau de opressão, sendo que os corpos historicamente mais pornificados são: corpos das mulheres, corpos infantis, corpos racializados dos escravos, dos jovens trabalhadores, dos homossexuais. Mais um exemplo disso e das violências decorrentes desse sistema encontra-se, atualmente, na visibilização da situação dos índios e índias da etnia guarani-caiova no Mato Grosso do Sul e na denúncia de exploração e abuso de meninas indígenas cuja virgindade costuma ser comprada, por homens poderosos da região amazonense, em troca de uma peça de roupa ou celulares<sup>16</sup>.

As formações discursivas que conferem à mulher a condição de inferior foram ditadas em nosso país durante séculos e, como demonstra Ramos (2012) em seu artigo sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil isso contribuiu

---

<sup>16</sup> Disponível em:

[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4033&catid=43](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4033&catid=43).  
Acesso em: 13 Nov. 2012.

para a construção de uma estratégia de anulação da mulher através de sua construção como um ser humanamente impensável. É produzida uma ideia da mulher que, a todo instante, é colocada no lugar da abjeção para que o homem possa gozar a liberdade que a esfera pública lhe oferece. Segundo essa autora, cabe à mulher ficar encerrada em seu silêncio, como exterior constitutivo do homem, zelando para que os atributos sociais dele – como a honra sejam sempre reatualizados à custa de sua própria abjeção. Sobre isso, Grossi (2004) lembra que por depender a honra masculina exclusivamente das mulheres, torna-se necessário que os homens as controlem. Por isso mesmo, os modelos que constróem esse universo de defesa da própria honra são distribuídos e divulgados em vários espaços. Diz ela:

O que é um homem honrado? Há inúmeros personagens, na nossa literatura, de homens honrados, homens de palavra, homens de caráter, homens íntegros, homens respeitados por seus pares. *Na tradição do coronelismo do nordeste, na literatura, nas novelas, etc.*, é muito presente este modelo do grande proprietário de terras que é um homem honrado e que lava a sua honra com sangue. O que significa lavar a honra com sangue? Se for enganado, se levar gaia, mata a mulher, mata o amante da mulher. (GROSSI, 2004, p. 12, grifo meu).

Estou trazendo exaustivamente essas práticas discursivas coletadas pelos órgãos de pesquisa de opinião pública, pelos relatos de pesquisas na área e matérias em sites e revistas para lembrar que tais violências são, muitas vezes, originárias dessa tentativa de normalização e de formas particulares de poder que são exercidas contra as mulheres por meio de controles e coerções. Confirma-se, assim, a ideia trazida por Brah (2004) de que as formações discursivas, como Foucault já preconizara, são um lugar de poder e este se constitui de forma performativa em e através de práticas econômicas, políticas e culturais. Deste modo, a subjetividade tanto de dominantes como de dominados(as) se produzem nos interstícios desses lugares de poder múltiplos e entrecruzados.

Butler (2006) recorda que o poder regulatório não atua apenas sobre um sujeito pré-existente, mas também o conforma e o forma e que ficar sujeito a uma regulação também é ser subjetivado por ela. Todos os discursos que impregnam tanto mulheres como homens para explicarem as causas da violência são, na verdade, modelos de verdade sobre o assunto e demonstram que os homens violentam as mulheres para tentar controlá-las, ter poder sobre elas ou por desejarem sua obediência, colocando-as numa posição que prevê que elas lhes sejam subalternas, inferiores. Por outro lado, o Estado demonstra, muitas vezes, que o corpo feminino deve ser coagido de acordo com ideias muitas vezes baseadas em crenças religiosas

e opinião pessoal, destituídas de uma visão política e histórica. As normas, portanto, estão diluídas em todas as instâncias sociais e são, segundo Butler (2006) difíceis de serem lidas e discerníveis de maneira clara e dramática, sendo que elas governam a inteligibilidade, permitindo que certos tipos de práticas e ações sejam reconhecíveis como tais, impondo uma legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que aparecerá e do que não aparecerá nesse domínio. Elas persistem como normas até o ponto em que se realizam na prática social por meio de rituais sociais diários, não tendo um *status* independente e fazendo com que “[...] os corpos produzidos mediante tal imposição regulatória de gênero são corpos doloridos, que levam as marcas da violência e sofrimento. A idealidade da morfologia genérica está literalmente marcada na carne” (BUTLER, 2006, p. 30). As mulheres são construídas, dessa forma e segundo Wittig (1992) numa relação social específica com os homens, com traços de servidão, pois são relações que implicam em obrigações pessoais, físicas e econômicas, exemplo disso são os trabalhos domésticos, os deveres conjugais, a produção de filhos(as), etc. Por isso, é preciso pensar na constituição da identidade de mulheres e homens como a implicação do estabelecimento de hierarquias, tais como negro(a) e branco(a), homem e mulher etc, como lembra Mouffe (1999). As identificações coletivas preveem a criação de um “nós” mediante a delimitação de um “eles” e, segundo essa autora, há sempre a possibilidade de que essa relação nós/eles se transforme em uma relação amigo/inimigo. Trago suas palavras a respeito desse assunto:

Isto sucede quando o outro, que até agora tinha sido considerado sob o modo simples da diferença, começa a ser percebido como aquele que nega minha identidade e questiona minha existência. A partir desse momento, qualquer forma da relação nós/eles, seja do tipo religioso, étnico, econômico ou outro, se torna política. (MOUFFE, 1999, p. 269).

Desse modo, para ela a identidade cultural é um cenário de conflitos políticos, sendo que a existência social de um grupo se constrói sempre a partir desse conflito. A hegemonia de um grupo se dá através da fixação da identidade cultural dele por meio de articulações específicas de relações sociais contingentes e particulares que contribuem de maneira determinante para a criação de “pontos nodais hegemônicos”. A meu ver, parece que a violência é um expediente que legitima a hegemonia de um grupo – neste caso, aquele que se identifica como sendo “homem” – além de ser utilizada como demonstração de poder e da tentativa de manter o controle sobre as mulheres. Nas palavras de Anzaldúa (2004):

La cultura modera nuestras creencias. Percibimos la versión de la realidad que ella comunica. Paradigmas dominantes, conceptos predefinidos que existen como incuestionables, imposibles de desafiar nos son transmitidos a través de la cultura. La cultura la hacen aquellos en el poder – hombres. (ANZALDÚA, 2004, p. 72-73).

O modo como a violência contra a mulher foi tratada até recentemente (como um problema de família, da esfera privada) demonstra que a banalização e invisibilidade sofrida pela mulher diante dessa situação provocada pelo Estado e pela sociedade em geral, de certa forma, não só contribuía mas permitia que elas fossem corrigidas por seus companheiros sem nenhuma consequência. Esse apagamento também permitia e ainda permite que poucas instituições sejam acionadas para tratar profundamente dessa questão (a saúde é um caso exemplar). Não é à toa, portanto, que na entrevista realizada pelo Instituto Avon/Ipsos 78% das mulheres entrevistadas indicariam uma delegacia de defesa da mulher e 76% indicariam uma delegacia de polícia para uma mulher que sofreu ou sofre violência. Se por um lado isso é sinal de que com a Lei Maria da Penha há uma conscientização maior de que esse tipo de violência tornou-se um crime e não deve ser tolerada, por outro lado, demonstra também que a instância jurídica é entendida como lugar, por excelência, para esse tipo de enfrentamento, além do esclarecimento dos direitos das mulheres serem também destinados a esses lugares (e onde ficam a educação e saúde como instituições que também acolhem e reproduzem maciçamente as desigualdades de gênero? Qual é a função desses espaços, afinal, para o rompimento da fixidez que tantas vezes assombram as representações de gênero? Por que a escola, por exemplo, é tão avessa a discutir questões como diversidade sexual, defendendo assim a heteronormatividade e, conseqüentemente, os binarismos?).

Ainda que a Lei Maria da Penha seja fruto de lutas muito importantes realizadas pelos movimentos sociais e feministas, não se pode reduzir assunto tão complexo, que envolve questões de gênero enraizadas desde a infância, resumindo-o à prisão ou contenção do homem autor de violência. A regulamentação e o controle advindos de uma excessiva ideia de criminalização podem limitar discussões mais potentes e, sobretudo, práticas discursivas desconstrutoras daquilo que se costuma entender por gênero. Acreditar que somente a contenção que se dá pelo sistema prisional resolve o modo como os homens concebem as relações com as mulheres e vice-versa significa não adentrar na análise de como se constituem as relações de poder que se dão entre eles (ou entre casais homoafetivos). A contenção que se dá pela via da prisão, na verdade, serve para penalizar as violências que, por sua tipificação, transformam-se em crime (DEBERT; GREGORI, 2008), mas não abala, em

sua raiz, o modo como são formadas, condicionadas e restringidas as feminilidades e masculinidades.

A lei Maria da Penha contempla em suas medidas preventivas a discussão do tema junto à sociedade, mas ainda é pouco o que se vê acontecendo na prática e noções rígidas prevalecem nas discussões, quando essas acontecem, não ampliando a questão para as várias possibilidades de feminilidades e masculinidades que poderiam servir como parâmetro para uma sociedade que acolhe as diferenças e as multiplicidades. O fato de que é o(a) juiz(a) quem determina ou não se o homem autor de violência deverá ir a um programa de reeducação também demonstra, mais uma vez, que isso não é tido como essencial, ainda que as pesquisas demonstrem o contrário, pois deixar esse tópico nas mãos da interpretação pessoal de um(a) operador(a) do direito, devendo ele(a) agir de acordo com o seu bom senso, é um modo de não garantir a efetiva implementação dessa medida. Nas “Medidas Integradas de Prevenção” todos os pontos que mencionei acima deverão ser contemplados: serviços integrados, respeito nos meios de comunicação social aos valores éticos da pessoa e da família, coibindo papéis estereotipados que legitimem a violência contra a mulher, promoção de campanhas educativas de prevenção da violência voltadas para o público escolar, capacitação das polícias civis e militares, promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos com a perspectiva de gênero, raça ou etnia e, por fim, o destaque nos currículos escolares que visam à equidade de gênero e problematizem a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Além disso, as redes de serviços especializados constituem a base da política nacional para o enfrentamento da violência e representam um dos pilares que sustentam a implementação da lei. Segundo Pasinato (2010):

Nesta rede [os serviços] devem desempenhar duplo papel: tanto no desempenho de suas missões institucionais, como na relação que devem estabelecer com outros setores da sociedade e dos governos, facilitando o acesso das mulheres à educação, programas de formação profissional, de geração de renda, programas habitacionais e outros que contribuam para que possam reorganizar suas vidas da forma independente que desejam. (PASINATO, 2010, p. 229).

Para essa autora, ainda, o discurso punitivo e de defesa de penas severas a cada dia se perde e ganham espaços as medidas “alternativas” que são aplicadas equivocadamente. Entre elas figuram prisões em flagrante utilizadas como estratégia de contenção para comportamentos violentos, uso de penas mínimas com aplicação de sursis, suspensão do

processo e conseqüente obrigatoriedade do homem comparecer ao juízo para prestar contas sobre seu comportamento, encaminhamento para tratamento psicológico ou alcoolismo. As medidas de proteção, por outro lado, se resumem muitas vezes ao assistencialismo imediatista da cesta básica ou inclusão em programas sociais que visam à manutenção e sustento da família. O discurso dos(as) operadores(as) de direito torna mais frequente a afirmação de que as mulheres não querem a condenação do companheiro, o que tem justificado o arquivamento dos processos e a suspensão de medidas de proteção. Ela conclui que “[...] ainda que às vezes pareça usar nova roupagem, o que se verifica é o exercício de uma política criminal que coloca a defesa da família à frente da defesa dos direitos individuais” (PASINATO, 2010, p. 231). A seguir problematizarei sobre o papel da Psicologia para o enfrentamento da violência contra a mulher.

## 1.2. O trabalho da Psicologia: afinal, quanto tempo dura um gesto enlutado?

“O ‘gênero’ foi desenvolvido como categoria para explorar o que conta como ‘mulher’, para problematizar o que antes se tomava por certo, para reconstituir o que conta como ‘humano’”. (Donna Haraway. *O humano numa paisagem pós-humanista*, 1993, p. 289).

“Los límites de un grupo político formado en torno a preocupaciones específicas dependen de la naturaleza de dichas preocupaciones y de su significación e importancia en las vidas de las personas afectadas por ellas”. (Avtar Brah. *Diferencia, diversidad, diferenciación*, 2004, p. 117).

“Pra onde vão os trens meu pai? Para Mahal, Tamí, para Camirí, espaços no mapa, e depois o pai ria: também pra lugar algum meu filho, tu podes ir e ainda que se mova o trem tu não te moves de ti”. (Hilda Hilst. *Axelrod, da proporção*, 2004, p. 132).

A equipe de atendimento multidisciplinar deve trabalhar de acordo com a lei de modo integrado e, o que se espera, é que seus(suas) profissionais sejam capacitados(as) para atenderem tanto a mulher como o homem autor de violência numa perspectiva que leve em consideração as discussões de gênero. No que diz respeito ao trabalho realizado por psicólogos(as) em redes específicas para o atendimento desse tipo de violência em pesquisa realizada por Hanada, D’Oliveira e Schraiber (2010) foi verificado pela leitura do Guia de Serviços para as Mulheres em Situação de Violência que os(as) psicólogos(as) estavam em todos os tipos de serviço da região metropolitana de São Paulo em 2005, ainda que com

menor participação em delegacias e serviços jurídicos. Elas observaram, através de entrevistas realizadas com diversos(as) profissionais dos serviços de Segurança Pública, Saúde, Assistência Social e Justiça que a concepção deles(as) a respeito da inserção e atuação dos(as) psicólogos(as) na rede específica, que há uma dificuldade em delinear a especificidade do serviço da Psicologia dentro desse campo. Elas constataram que os(as) psicólogos(as) são chamados para prestar assistência às mulheres, crianças, adolescentes, casais e famílias que sofreram violência de gênero, doméstica e/ou intrafamiliar e também para atuar na capacitação e supervisão de profissionais da rede. Para os(as) entrevistados(as) as atividades assistenciais desenvolvidas por psicólogos(as) deveriam se concentrar no fortalecimento das mulheres, promoção de autoestima e autonomia, reflexão e elaboração da situação da violência, superação da condição de vitimização, mudança nos padrões de relacionamento familiar e/ou conjugal, apoio emocional, redução da ansiedade, acolhimento do sofrimento, orientação e esclarecimento das necessidades e mediação do diálogo entre o casal. Foi possível verificar, também, que em todas as categorias de serviço destinadas a esse tipo de atendimento, há uma grande diversidade de práticas executadas pela Psicologia que vão de atividades clínicas, sociais, educativas até a orientação e mediação. Porque essas atividades são realizadas, muitas vezes, em conjunto com outros(as) profissionais, as autoras constatarem que existem outras possibilidades de atuação psicológica para além da psicoterapia que podem ser desenvolvidas, abrindo espaço para práticas mais integradas com as ações da equipe. Isso tem grande relevância nesse tipo de trabalho, pois para elas:

Considerando que o psicólogo ainda é popularmente associado ao trabalho clínico, liberal e autônomo e que nem sempre é associado aos trabalhos em equipe multiprofissionais para além da saúde mental, entendemos que essas características podem representar práticas novas que abrem espaço para reflexões importantes sobre a assistência psicológica. (HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010, p. 54).

Isso se deve ao fato de que há pouco conhecimento sobre as atividades desse(a) profissional na rede, o que reflete a diversidade e os conflitos internos ao campo da Psicologia, que carece de definições mais claras de suas práticas não clínicas para melhor definir as intervenções do atendimento psicológico, já que essas indefinições trazem prejuízo ao diálogo entre os(as) profissionais e a articulação de um projeto assistencial integrado com o resto da equipe.

Além dessa discussão sobre o papel do(a) psicólogo(a) dentro da rede assistencial de serviços ao atendimento da violência, trago aqui a ideia de Azêredo (2010) sobre a

importância de se produzir uma verdadeira “encrenca” de gênero para esse campo, mostrando, embasada em Butler, que o estudo de gênero exige um discurso inter e pós-disciplinar. São suas palavras: “[...] para se estudar efetivamente gênero é preciso considerar os processos de subjetivação que nos constituem e também levar em conta o político, e este tem sido um ponto cego nas teorizações da psicologia” (AZERÊDO, 2010, p. 185). Dessa forma, comungo com seu pensamento sobre a importância de se levar para o campo da psicologia a dimensão política da existência (AZÊREDO, 2002), estando atento(a) para as escutas das diferenças, compreendendo também as resistências que surgem na prática dos(as) próprios(as) profissionais, direcionando o olhar não para “a sagrada imagem do ‘igual’”, mas na prática autocrítica da “diferença”, “do eu e nós que nunca é” (HARAWAY, 1993, p. 278).

Para dinamizar essa discussão, trago aqui um artigo que serve como exemplo do que estou discutindo até agora e, por meio dele, tento interrogar algumas posturas que os(as) psicólogos(as) podem ter sobre o tema da violência: no texto “*Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima*” de Cerruti e Rosa (2008) as autoras procuram problematizar a dualidade vítima *versus* agressor numa perspectiva psicanalítica. Partindo da experiência de trabalho com mulheres e homens de baixa renda atendidos(as) na organização não-governamental (ONG) Pró-Mulher Família e Cidadania, na cidade de São Paulo, elas estabelecem uma crítica quanto ao uso da via jurídica como local de produção de posicionamentos que constrói a mulher como vítima da situação de violência conjugal. Segundo elas, as atuais políticas públicas para o enfrentamento da violência contribuem para que a dicotomia vítima/agressor se estabeleça de maneira irrefutável, o que leva a uma visão maniqueísta da resolução desses impasses e propõem que um olhar crítico sobre o discurso jurídico permitiria a percepção de que ele exclui o caráter enigmático do desejo através de suas categorias pré-existentes, fazendo com que algo muito valioso se perca a partir dessa ordem pré-determinada. Dizem elas: “[...] o que se constata é a construção de um cenário no qual não se dá a palavra ao sujeito uma vez que toda a tentativa é de articular a demanda a algo que possa ser inscrito no vocabulário jurídico” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1070).

A resignação a uma posição vitimizada, amparada pelos procedimentos jurídicos colocaria as mulheres no mesmo lugar do qual estão tentando sair: o de objetos. As autoras demonstram que esse posicionamento acaba por remetê-las a um lugar imutável, apartado de implicações com suas próprias narrativas e procuram compreender o uso de uma “queixa infinita” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1053 e 1056) por parte das mulheres atendidas, utilizando, para tanto, de noções psicanalíticas como posição subjetiva, eu, narcisismo e masoquismo. A escuta psicanalítica permitiria, assim, a elucidação de identidades

imaginárias, ambivalências e feridas narcísicas. Elas concluem que a inclusão dos homens no atendimento realizado pela ONG permitiu maior adesão tanto de mulheres como de homens, demonstrando o quanto o trabalho interdisciplinar é necessário para o enfrentamento da violência e apontando para o fato de que os estudos acadêmicos não estão contemplando os dispositivos públicos de atenção aos impasses relativos à violência entre mulheres e homens. O atendimento realizado no Pró-Mulher permitiu a identificação de certa fixidez em uma cena de “caráter acusatório” e na constatação daquilo que denominam como uma “posição narcísica de vítima” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1061), que coloca as mulheres como subordinadas aos mandamentos de um ideal (de uma relação que deveria ter sido bem sucedida, mas que foi frustrada), impedindo a relativização de uma postura adversarial, vulnerabilizando-as, conseqüentemente. Dizem elas: “O narrador, vítima de circunstâncias que se armam e baseado na integridade de seu ser, tenta compor um cenário no qual atos arbitrários e agressivos se contrapõem à perfeição de sua conduta” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1056). Cabe também esclarecer a definição de vítima utilizada por elas:

[...] podemos identificá-la como a condição daquele que atribui a outro a responsabilidade por aquilo que a faz sofrer. O outro é identificado como responsável por um fracasso, é apresentado como alguém que não cumpriu uma promessa e cuja ação é sempre arbitrária. (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1057).

De acordo com elas, através de uma figuração obscena e fascinante da vítima é possível articular os desígnios do ideal do eu como operador permanente de um masoquismo primordial, gerando “monotonia discursiva” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1058) e apego ao sofrimento, típica dos relatos encontrados no Pró-Mulher. A relação das mulheres com as cenas traumáticas vivenciadas em seus relacionamentos violentos obedecem a uma lógica na qual ou elas se fazem de objeto, submetendo-se ao companheiro ou então se posicionam de maneira ressentida, desejando apenas puni-lo. Faltaria a elas uma implicação subjetiva na historicização dos acontecimentos, o que perpetuaria a posição de assujeitamento na qual encontram-se enredadas.

Esse masoquismo é explicado como um fenômeno implicado na constituição do eu, sendo um resíduo que representa uma maneira de preservar a destrutividade no interior do psiquismo, enlaçando-a a pulsões eróticas, revelando, assim, a existência de uma disponibilidade do eu em se posicionar como uma representação de objeto de gozo do Outro. Elas consideram importante demarcar que o masoquismo se refere a uma modalidade de

relação com o outro, e apenas em sua categoria perversa é entendido como relativo à estrutura individual do sujeito, chamando a atenção para o fato de que a crença de que algumas mulheres “apanham porque gostam” se restringiria a uma modalidade patológica perversa, sendo que a banalização de tomar o ato de apanhar como masoquismo (no sentido do senso comum) deve ser deslocada para o “discurso sobre o ato” ou a fala queixosa da mulher, pois eles sim são alienantes e perversores de uma condição desejante. Esse discurso, fomentado pelas práticas jurídicas que não permitem ao sujeito ter acesso à palavra, coloca as mulheres como vítimas passivas do que lhes aconteceu, destituindo-as de ferramentas que lhes propiciem uma responsabilidade sobre o vivido. A escuta psicanalítica, assim, permitiria a abertura de brechas para a produção de dúvidas onde só existiriam certezas, criando um espaço para a (re)construção de uma narrativa individual e da interrogação sobre o lugar que a mulher ocupa na cartografia dos poderes que modulam o laço social. A mulher, que antes “vociferava” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1061) a favor de uma integralidade absoluta e contra a arbitrariedade do outro, ressignificando essa posição narcísica de vítima, teria diante de si a possibilidade de contornar o vazio com um objeto inventado, com as palavras, as relações amorosas e a realização de seus ideais, ainda que esses sejam ilusórios e cambiantes.

Sobre a queixa, Gregori (1992) também já a mencionava em seu livro *Cenas e queixas* entendendo-a como a impossibilidade de ser um contradiscurso e o esforço constante de afirmar a singularidade do sofrimento vivido. Para ela, as mulheres reunidas nos grupos de reflexão tentavam mostrar que a dor de cada uma era única. Diz ela:

Isso faz com que as mulheres se singularizem seja no esmero como qual desempenham suas atividades (por serem repetitivas e monótonas, o detalhe desempenha um papel singularizador) seja na enunciação detalhada de uma trajetória de vida. Para aquelas que vivem relações violentas, o esmero se manifesta anunciando o peso da cruz que carregam. Eis por que, quando reunidas, entram em competição. (GREGORI, 1992, p. 193).

Também Azêredo (2011) em sua experiência na Delegacia de Mulheres de Belo Horizonte aponta para a delegacia como lugar que contribui para a construção de uma postura vitimista e diz:

Trabalhar com a noção de queixa tem sido problemático para nós no Setor da Psicologia na Delegacia. Se, por um lado, não podemos evitar a queixa nem ignorá-la por estarmos trabalhando dentro da Delegacia, por outro lado, nada podemos fazer com a queixa no sentido de possibilitarmos

alguma mudança na situação a partir das próprias mulheres, a não ser transformar a queixa em demanda social. (AZÊREDO, 2011, p. 97).

Essa autora trabalha com o conceito de demanda social trazido por André Levy e entende que esse conceito permite retomar o sentido de experiência proposto por Scott (1999), buscando entender a experiência da violência não como algo que é subjetivo, mas sim forjado historicamente no âmbito de relações de poder que constituem o sujeito discursivamente.

Entendendo, portanto, o caráter problemático da queixa enquanto uma fala que paralisa não só o(a) ouvinte, mas sobretudo a mulher que a pronuncia, tentarei a partir das leituras que fiz a respeito de gênero e violência, trazer algum tipo de contribuição para essa discussão. Assim, feita a apresentação das ideias principais de Cerruti e Rosa (2008), passo agora a fazer algumas problematizações para melhor compreender o modo como uma teorização relativa ao campo da Psicologia pode contribuir para esse tipo de discussão. Com relação à afirmação de que o desmantelamento de uma queixa “alienante e perversa”, produzida por um masoquismo estruturante que se configura num modo específico de se relacionar com o outro se dá pela responsabilização das mulheres como co-participantes de um cenário violento, pergunto se existiriam, para essas autoras, outros meios que poderiam ser acionados por uma escuta psicanalítica, capazes de provocar na mulher que vive ou viveu uma situação de violência, o desejo de compreender sobre os fatores que permitiram que certas posturas fossem reforçadas dentro da sociedade na qual se encontra e que cooperaram para que ela também se tornasse responsável, tanto como os homens, na manutenção de um relacionamento baseado na violência. Dito de outro modo, uma queixa cristalizada também poderia ser desmantelada através da análise das práticas discursivas disponíveis em nossa sociedade ou da compreensão de que, em função disso, é possível assumir determinadas posições dentro da ordem do discurso disponibilizadas por aparatos tecnológicos e sociais?

As autoras demonstram, também, que essas “relações monótonas” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1066) com a queixa podem se concentrar num discurso que demonstra o quanto essas mulheres foram boas mães, boas esposas, boas donas de casa e de quantos sacrifícios fizeram em nome de uma harmonia conjugal, colocando-as numa posição narcísica de vítima. Pergunto-me se o modo como a queixa é desenhada não teria também a ver com o fato dessas mulheres tentarem compreender como é que, estando de acordo com as regulações de gênero, não conseguiram ser bem sucedidas em suas relações. Exemplifico isso com o próprio relato das autoras diante do atendimento de mulheres casadas com homens

alcóolatras, que costumam dizer que tentaram auxiliá-los “[...] oferecendo-lhes amor e cuidados, sobretudo cuidados domésticos: a casa sempre limpa, organizada; o sustento garantido por seu trabalho. Sua convicção, conforme afirmam, é que esse amor e cuidado deveriam ser suficientes para que eles abrissem mão do álcool” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1061). Ramão, Meneghel e Oliveira (2005) ao realizarem oficinas com mulheres que sofriam violência de seus companheiros, refletem sobre como as práticas de socialização delas, aliadas à produção capitalística do desejo as agenciavam nos devires da maternidade, cuidado e submissão, fazendo com que atuassem de acordo com as referências do feminino na sociedade e família de modo que fossem engendradas sem questionamento. Além disso, descrevem como as mulheres de classes menos favorecidas são contempladas com outras violências para além do espaço doméstico, como o desemprego, a violência do tráfico de drogas, a feminização da AIDS, as relações conjugais instáveis, a sobrecarga com as famílias além das violências que elas sofriam por serem mulheres e pobres e que eram cotidianas. É evidente que todas essas outras violências mais o sistema social que agencia posicionamentos de mães (e de vítimas) contribuem para a construção e manutenção de um discurso queixoso. Resta saber como é possível sair dele estando inserida nas demais violências e se é possível descolar a apresentação dessas queixas das demais violências sofridas no dia a dia.

Retomo a fala de Ernestina, citada no título do tópico anterior, em que a espect-atriz durante o fórum ressalta todas as obrigações que um ser humano deve ter (como ser feliz, por exemplo), além da obrigação que a mulher deve ter de ser uma boa dona de casa, ainda que apesar de seguir tais formatações, ela corra o risco de “levar couro”. Acredito que seja preciso advertir que a manutenção de uma harmonia conjugal costuma ser referendada socialmente, fazendo parte dos discursos de inúmeras instituições. Vários estudos demonstram como aconteciam (ALMEIDA, 2008; DEBERT, 2006; DEBERT, OLIVEIRA, 2007; DEBERT, GREGORI, 2008; GREGORI, 2006; OLIVEIRA, 2008; SAFFIOTI, 2002; SANTOS, 2008;) e ainda acontecem (MENEGHEL et al., 2011) o encaminhamento de mulheres aos JECRIMs e Delegacias, nos quais os(as) próprios(as) operadores(as) de direito ainda orientam as mulheres a voltarem para seus companheiros e renunciarem à queixa. Se os discursos têm uma história que não apenas precede, mas também condiciona seus usos contemporâneos, como afirma Butler (2002) não seria importante pensar como os discursos ditados durante anos pelo sistema jurídico constituem as subjetividades das mulheres, sendo as queixas a superfície dessa construção? Se os sujeitos se convertem em mulheres e homens

através da repetição de atos performativos, o quanto a repetição interminável da mulher como devendo dar amor, cuidados e preservar a harmonia familiar ecoa nessas queixas?

Creio que seja possível pensar nessas queixas para além de uma fixação em uma posição dicotômica em que a mulher é tida como boa e o companheiro como mau como afirmam as autoras. A meu ver, essas falas demonstram como mulheres são afetadas subjetivamente na construção de sua identidade de gênero e como essas representações as impedem de agir de forma mais empoderada dentro da relação, além de levarem-nas ao empobrecimento diante das múltiplas possibilidades que ser mulher poderia abarcar, mas cujo acesso é bastante truncado socialmente. Resta também compreender se as queixas surgem em função desse masoquismo estruturante operando resistência à transformação da narrativa ou se, ainda, são fruto de uma incompreensão de que os modelos de verdade sobre o gênero são falíveis, o que implica numa desestruturação daquilo a que se está habituado(a) e no direcionamento de novos padrões de relacionamento, distintos daqueles até então conhecidos. Tomo aqui o importante trabalho da antropóloga indiana Veena Das (2011) e sua tentativa de compreender as relações entre o desdobramento de uma violência política como a da Partição da Índia em 1949<sup>17</sup> e suas relações na vida cotidiana das mulheres. Ainda que a violência que a autora descreve tenha se originado por motivos específicos do país analisado por ela, as reflexões produzidas por Das (2011), contudo, podem ser estendidas para se pensar a violência sofrida por mulheres em países como o Brasil, que não vive um conflito territorial, mas cujos assassinatos de mulheres nos últimos 30 anos (de 1980 a 2010) aumentaram de 1.353 para 4.465 mulheres, aumento de 230%, sendo que 41% delas foram assassinadas dentro de sua própria casa por armas de fogo, objetos cortantes ou contundentes, estrangulamento e sufocação (WASELFSZ, 2012). Segundo Das (2011):

As violações inscritas no corpo feminino (literal e figurativamente) e as formações discursivas em torno dessas violações, como vimos, tornaram visível a imaginação da nação como uma nação *masculina*. O que isso fez à subjetividade das mulheres? Precisamos perguntar não só como a violência étnica ou comunal foi perpetrada por atos de violação específicos de gênero, como o estupro, mas também como as mulheres tomaram esses signos nocivos de violação e os re-ocuparam através do trabalho de domesticação, ritualização e re-narração. (DAS, 2011, p. 11, grifo da autora).

---

<sup>17</sup> Trata-se da divisão territorial efetuada pela Índia e Paquistão em 1947, pouco após suas independências político-administrativas do império britânico. Ela se caracterizou pela violência entre muçulmanos, hindus, sikh e diversos grupos étnicos e religiosos que acabou desalojando 14 milhões de pessoas e vitimou pelo menos 1 milhão, sendo que o rapto e violação de mulheres tornou-se uma prática comum nessa época (PEREIRA, 2010).

As mulheres que viveram os acontecimentos trazidos na época da Partição são, segundo Das (2011) capazes de dar voz e mostrar os prejuízos causados a elas e de testemunhar o dano causado ao tecido social como um todo e, assim, o significado de testemunhar a violência é, precisamente, o de falar em nome da morte das relações. É necessário, portanto, estabelecer relações entre as normas sociais e entender como podem surgir delas novas formas de subjetividade, o que me leva a crer que é necessário que se entenda a produção de queixas das mulheres como sendo forjadas pelas normas culturais e que agem, performativamente, como um gesto de luto que fala das normas, um incessante reencenar fantasmagórico que faz eco à reiteração mesma dessas normas em nossa sociedade. Compartilho a pergunta de Das (2011): “Como os indivíduos colocam normas para si mesmos, e como elas se relacionam com o modo como as normas sociais são imaginadas?” (DAS, 2011, p. 16). É preciso que perguntas como essas sejam formuladas para se entender o aprisionamento nas queixas e a difícil tarefa que é movimentar-se a partir de si mesmo(a), em outra direção que não a habitual, muitas vezes sem a ajuda de absolutamente ninguém na tentativa de reprogramar novas narrativas que produzam uma subjetividade não sujeitada.

A autora indiana, ainda, atesta a importância de se descobrir meios de falar sobre a experiência de testemunhar a violência, afirmando que se a maneira de estar com os outros tiver sido bastante estragada, então o passado corporifica-se no presente, não necessariamente como uma memória traumática, mas como um conhecimento venenoso, que pode ser enfrentado apenas pelo conhecimento através do sofrimento. Pereira (2010) explica esse conhecimento trazido por Veena Das (2011) que se dá através da zona de silêncio criada pelas vítimas da Partição em torno dos fatores mais brutais que vivenciaram, utilizando, para escapar da narrativa direta das violações, figuras de linguagem. Elas utilizavam, assim, a metáfora de uma mulher que bebia veneno e o mantinha dentro de si e “[...] esse conhecimento manifestava-se no cotidiano e nas formas de perceber a vida, construindo um mapa das relações sociais, permitindo-lhes operar as experiências violentas no cotidiano, na reconstrução do dia-a-dia” (PEREIRA, 2010, p. 360-361). Esse autor lembra que Das entende que o “trabalho do tempo” é um processo contínuo de reescrita das relações sociais dessas mulheres, o tempo também possuindo agência e trabalhando a favor desse tipo de reconstrução.

Baseada nessa leitura, eu diria, então, que a queixa, como um choro interminável, um gesto enlutado de uma dada posição e de uma lamúria inconformada diante do acontecido, deve ser a via pela qual se deve entender o início de uma fala que afirma “a morte das

relações” e a vulnerabilidade diante da qual os sujeitos estarão sempre expostos(as). A aposta, assim, é permitir que essa fala seja pronunciada, interrogando-a sobre novas possibilidades de se criar outros subtextos dentro de uma cultura marcadamente patriarcal e, por isso mesmo, violenta, possibilitando sua passagem para uma demanda de outra ordem.

Seria então um caminho levar as mulheres a compreenderem que estarem formatadas de acordo com uma norma de gênero não lhes dá garantia de que não serão violentadas, muito pelo contrário, pois essas normas também prescrevem a elas, pelo fato de serem mulheres, obediência e submissão incondicionais e para o homem “atitudes viris”, aqui entendidas como agressivas, violentas. Assim, é possível entender que também seus companheiros, constrangidos pelos mesmos ideais regulatórios, responderam aos conflitos através das formas que entenderam ser apropriadas e de acordo com o que julgavam acertado exercerem através de suas concepções sobre a masculinidade. Gregori (1992) aponta, através de sua experiência no SOS Mulher na década de 1980 que a conscientização das mulheres não é garantia para que elas compreendam que são sujeitos de direitos e não merecedoras de violência assim como Cerruti e Rosa (2008) também afirmam em relação ao Pró-Vida. Mas pensar na responsabilização sem incluir um conhecimento histórico da realidade vivida por milhares de mulheres em nossa sociedade, não seria um modo de individualizar o problema? É possível responsabilizar-se por uma vivência dessas, que carrega hierarquizações de poder, relações histórica e desigualmente construídas, performatividade de gênero, sem que lhes sejam disponibilizados conhecimentos para compreender as razões que as levaram a permanecerem e até mesmo a contribuírem para as relações violentas que vivenciaram? Estou levando em consideração que o atendimento jurídico realizado por essas instituições não necessariamente implica no esclarecimento desses fatores, mas talvez os grupos reflexivos o façam, embora isso não seja explicitado no artigo. Pergunto-me, então, como os(as) psicólogos(as) ou psicanalistas conseguem, durante o atendimento, auxiliar na compreensão interna dos mesmos? Seria então necessário, entendendo a experiência como um lugar de formação do sujeito, transformá-la em lugar de questionamento, como aponta Avtar Brah (2004), já que esse é um espaço discursivo onde se inscrevem, reiteram ou repudiam posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais. Por que então não tomar a experiência trazida por essas mulheres como local e exercício de indagações que problematizem o modo como a violência tomou forma em suas vidas ou o modo que constituir-se como mulher sugeria uma garantia de que todo o resto – o amor do companheiro e um lar harmonioso – seriam garantidos ou conquistados por elas?

Além disso, se for possível considerar que as violências sofridas resultam, muitas vezes, dos desordenamentos decorrentes de uma tentativa de resistir ou de não se sujeitar aos imperativos de gênero, a responsabilidade das mulheres em torno da violência deve ser pensada em função dessas mesmas resistências e oposições? E ainda que possam verificar o quanto cooperaram para produzir conflitos dentro de seus relacionamentos, como construir uma abordagem que lhes permita entender que a resolução deles não necessita se dar pelo consentimento do uso da violência? Além disso, se a escuta psicanalítica permite que a mulher assuma uma parcela de responsabilidade sobre sua história, ela também possibilita que se possa conhecer a parcela de responsabilidade de todas as instâncias sociais envolvidas na manutenção, reprodução e legitimação da violência? Se sim, como isso é feito?

Os dispositivos jurídicos, de fato, podem, além de fazê-las repensar-se como sujeitos que possuem direitos e que não podem ter suas experiências banalizadas pelo aparato que lhes é destinado a resolver tais questões, constituírem-se na única maneira de enfrentar esse problema, o que faz com que as autoras acreditem que isso dê às mulheres um “atestado de virtude” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1071), fazendo com que apenas uma versão dos fatos seja acionada, impedindo, assim, que seus desejos sejam colocados em marcha, tal como o faria uma escuta psicanalítica. O perigo residiria, então, na tentativa desses mecanismos jurídicos de tentarem suturar uma falta, uniformizando respostas, o que impediria de levá-las ao reconhecimento das “raízes” (CERRUTI; ROSA, 2008, p. 1073) da violência ou das consequências dela para suas vidas, o que me leva, novamente, a perguntar se essas raízes deverão ser encontradas apenas numa perspectiva pessoal ou se a procura do entendimento disponibilizará explicações políticas também, já que o pessoal também é político.

Concordo que reduzir o enfrentamento da violência ao âmbito jurídico não apenas não permite que se pronunciem palavras singulares a respeito do acontecido, como também não deixa que tanto mulheres como homens revejam os posicionamentos que adotaram em função das representações que possuem sobre feminilidade e masculinidade, o que os(as) leva a não os ressignificarem, conseqüentemente. Que a mulher “vocifere” como dizem as autoras, que ela grite ou exija cuidados para si e deseje que o homem autor de violência seja responsabilizado pelo que cometeu talvez não demonstre apenas um impedimento para reconhecer o companheiro como um sujeito falível e impotente como elas fazem crer, mas sim a ruptura de um silêncio muitas vezes prolongado e, por que não, a assunção de um posicionamento “adversarial”. É sabido, como afirmam Hanada, D’Oliveira e Schraiber (2010, p. 34) que a “violência configura-se como uma ‘dramática vivência de negação do

humano’, evocando sentimentos de vergonha, humilhação, medos, que caracterizam a tensão e as dificuldades de falar sobre a situação vivida” e essas autoras realizam um importante trabalho na tentativa de esclarecerem os(as) profissionais da saúde sobre como podem acolher esses casos, sensibilizando sua escuta e propondo-lhes meio de identificarem a violência.

A rota crítica pela qual várias mulheres passam mostra bem a dificuldade delas de falarem sobre esse assunto e a dos(as) profissionais em escutá-las, o que não causa estranhamento, portanto, quando Cerruti e Rosa (2008) afirmam que elas procuram, ao relatarem sua experiência, evidenciarem sua “inocência”. Pois antes de chegar a um atendimento junto ao(à) psi elas já não tiveram que se sujeitar a inúmeros preconceitos próprios dos espaços destinados a atendê-las? Nesse caso, a defesa de uma imagem – ou melhor, a defesa de si mesma – não é também o resultado das várias re-vitimizações às quais estão expostas e, em último caso, não deveria ser considerado como algo positivo, uma etapa na reelaboração de sua fala e de si mesma? Se numa análise tradicional é dada ao(à) paciente a possibilidade de falar anos a fio sobre suas impressões a respeito daquilo que viveu, talvez seja de se esperar que as mulheres que passaram por essas situações, uma vez conseguindo falar sobre elas, precisem também de um tempo considerável para representá-las e repensarem mais profundamente sobre aquilo que lhes aconteceu e é necessário que se detalhe quantas sessões de atendimento costumam acontecer nesse tipo de instituição para que a queixa delas seja entendida como “infinita”, já que os serviços disponibilizados para a população de baixa renda não costumam prever um atendimento prolongado. Isso significa então que a elaboração e superação das experiências traumáticas desse segmento populacional deveria se dar de uma maneira mais rápida? O quanto o eixo de classe social e suas consequentes exclusões, neste caso, operam para que se deseje uma reformulação de posicionamento a curto prazo das mulheres atendidas? A incessante repetição da narrativa, segundo Cerruti e Rosa (2008) indicaria uma “eterna” demanda de reconhecimento e, nesse artigo, não fica explicitado o tempo de contato com essas mulheres que levam as autoras a utilizarem palavras como “infinito”, “eterna” ou “monótona” ao se referirem a essas queixas ou às demandas de reconhecimento vindas delas, adjetivos que não são tão comuns quando se lê textos psicanalíticos relativos à clínica tradicional – branca e de classe média - que abordam essas mesmas queixas e demandas de amor ou reconhecimento.

Para finalizar, elas defendem que o risco de ficar numa condição de vítima é que o sujeito passe a procurar uma proteção absoluta que se condensa na fantasia, já explicitada por Freud em “Bate-se em uma criança” em 1914 de que, ao se sujeitar a alguém é possível que se

receba mais amor. Para que isso não aconteça, a escuta psicanalítica não deveria assumir um discurso em que o sujeito seja colocado como vítima passiva do que lhe fizeram e que a lei irá reparar isso, fixando-o eternamente num laço alienante. É preciso, portanto, que as mulheres responsabilizem-se pelo próprio desejo, desbancando o sujeito suposto saber do discurso jurídico, já que as definições pré-estabelecidas impedem a reflexão sobre a responsabilidade pelos acontecimentos traumáticos.

Trago a reflexão realizada por Butler (2010) sobre a submissão como um mecanismo psíquico do poder para que se possa pensar sobre isso dentro do campo da Psicologia. Discordando que ao perseguir ou sustentar um estatuto de subordinado o sujeito é responsável por sua subordinação, a autora defende a ideia de que a submissão é um produto dos manejos de poder e que o funcionamento do poder transparece parcialmente nesse efeito psíquico, constituindo uma de suas produções mais insidiosas. Segundo ela, a subordinação é essencial para o devir do sujeito, pois a formação de uma paixão primária de dependência o torna vulnerável à subordinação e exploração e esta mesma situação condiciona a formação e regulação política dele, convertendo-se no instrumento de sua submissão. Assim, para poder persistir psíquica e socialmente deve haver dependência e formação de vínculos, sendo que nenhum sujeito pode emergir sem esse tipo de vinculação. Esse vínculo apaixonado da criança poderia ser explicitado da seguinte maneira: “Prefiro existir na subordinação do que não existir<sup>18</sup>” (BUTLER, 2010, p. 18).

O sujeito dependeria do poder para sua formação e a submissão seria um poder assumido por ele, sendo que essa assunção constitui o instrumento do seu devir e o poder que opera na submissão se manifestaria de duas formas: como algo que é sempre anterior ao sujeito, estando fora dele e em funcionamento desde o princípio, por um lado e, por outro, como efeito voluntário do sujeito. Para Butler (2010) o fato de que os sujeitos se constituem em uma vulnerabilidade primária não exonera os abusos de que padecem, muito pelo contrário, mostra de maneira nítida o quanto sua vulnerabilidade é fundamental, o que acaba por permitir que o sujeito seja caracterizado como um tipo de ser explorável. O que define o ser humano como alguém que, em sua formação, pode ser vulnerável à subjugação é que ele a persegue como promessa de existência, já que a submissão é sempre conferida de fora, impondo uma vulnerabilidade primária ante o Outro como condição para se alcançar o ser.

---

<sup>18</sup> Tradução minha. No original: “Prefiero existir en la subordinación que no existir” (BUTLER, 2010, p. 18).

Levando em consideração essa perspectiva é possível pensar em distribuições de responsabilidades frente à violência diante do entendimento do poder na formação das subjetividades e suas operações tanto psíquicas como sociais. Evidentemente, o trabalho do(a) psicólogo(a) deve se amparar numa conversa “não inocente” (HARAWAY, 1995) na tentativa de desvelar os jogos de poder que participam dessas relações, mas esses mesmos jogos devem ser circunscritos à historicidade não apenas individual do relato do sujeito, como também social, política, econômica, etc. Creio que seja importante, portanto, para tentar entender os movimentos psíquicos e sociais no qual mulheres estão imersas quando em decorrência de situações de violência, estar atento(a) ao que Haraway (1993) afirma sobre a existência de que qualquer indivíduo definitivamente coerente constituir uma fantasia, sobre a personalidade pessoal e coletiva ser precária e permanentemente reconstituída em termos sociais, o que deve levar os(as) psicólogos(as) a refutarem explicações essencialistas para assunto tão complexo. Brah (2004) adverte que o modo com que uma pessoa interpreta um acontecimento varia de acordo com a forma com que ela foi construída culturalmente e que há uma miríade de maneiras nas quais essas configurações podem configurar-se no fluxo de sua psique e, invariavelmente, no repertório político dos discursos culturais de que dispõem. Preciado (2008), por sua vez, ao descrever sua experiência em laboratórios *drag king*, fala da importância de se confrontar os efeitos das identidades sexuais como efeitos traumáticos de um violento sistema biopolítico de gênero e sexual na tentativa de elaborar novos mitos para interpretar o dano psicopolítico produzido para dar conta da programação de gênero. Assim, fica a pergunta para a Psicologia: como podem psicólogos(as) contribuir para a criação de estratégias de resistência à normalização junto à mulheres que sofreram violência praticadas por seus companheiros que tinham como objetivo último corrigi-las, normalizá-las e torná-las obedientes? Que tipo de atendimento (e olhar) resulta politicamente transformador para a vida dessas mulheres?

É necessário, portanto, ao se discutir violência de gênero contra a mulher estar atento(a) a tais dimensões, caso contrário, a psicologização acaba por culpabilizar quem, a princípio, deveria ser escutada e defendida. É importante esclarecer que a orientação e assistência jurídica acionada nesses casos servem para os casos de separação, disputa de guarda de filhos(as), orientação acerca dos direitos sobre bens e para situações que configuram crime (HANADA; D’OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010) o que implica em dizer que elas são importantes por restaurarem direitos que estão muitas vezes, sendo desrespeitados. Não se pode, contudo, afirmar que a potência de uma mulher para a vida seja

recuperada em função desses ajustes e, é claro, é possível que muitas esperem que apenas a punição do homem autor de violência lhes permita refazer-se dos traumas vividos. É preciso levar muita coisa em consideração quanto o assunto é esse, tendo em conta que a violência é um objeto transdisciplinar dada sua complexidade, exigindo a composição de conhecimentos e a superação de disciplinas isoladas para compreender o problema (HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010), daí não ser possível apenas à psicanálise (ou a psicologia) explicá-la. É necessário também que se pense como a atuação de psicólogos(as) nesse tipo de situação consegue auxiliar no desmantelamento de discursos incorporados historicamente. No próximo artigo pretendo explicar o modo que encontrei para trabalhar com esse tema, ilustrando panoramicamente as escolhas realizadas e o caminho percorrido para que essa pesquisa pudesse acontecer.

## Referências

ANZALDÚA, Gloria. Los movimientos de rebeldía y las culturas que traicionam. In: HOOKS, bell; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; ANZALDÚA, Gloria; MORALES, Aurora L.; BHAVNANI, Kum-Kum; COULSON, Margaret; ALEXANDER, M. Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade. **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras**. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2004, p. 71-80.

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 175-188. 2010.

\_\_\_\_\_. O político, o público e a alteridade como desafios para a Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 22, n.4, p.14-23. 2002.

\_\_\_\_\_. **Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos**. São Paulo: Cortez, 2011.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas: a violência denunciada**. São: Cortez, 1985.

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 401-438, mai./ago. 2009.

BRAH, Avtar. Diferencia, diversidad y diferenciación. In: HOOKS, bell; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; ANZALDÚA, Gloria; MORALES, Aurora L.; BHAVNANI, Kum-Kum; COULSON, Margaret; ALEXANDER, M. Jacqui; MOHANTY, Chandra

Talpade. **Otras inapropiables:** feminismos desde las fronteras. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2004, p. 107-136.

BRAIDOTTI, Rosi. Diferença, diversidade e subjetividade nômade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1-2, p. 1-16. 2002.

BUTLER, Judith. Variaciones sobre sexo y género: Beauvoir, Witting y Foucault. In: BEHABIB, S., CORNELL, D. (Org). **Feminismo como crítica da modernidade**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1987, p. 303-326.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. (ed.) **Sexualidades transgresoras:** uma antologia de estudos queer. Barcelona: Icaria, 2002.

\_\_\_\_\_. Violencia, duelo, política. In \_\_\_\_\_. **Vida precaria:** el poder del duelo y la violencia. Buenos Aires: Paidós, 2006, p.45-78.

\_\_\_\_\_. Regulaciones de género. **La ventana**. Guadalajara, Méxino, n. 23, p. 7-35. 2005.

\_\_\_\_\_. **Mecanismos psíquicos del poder:** teorías sobre la sujeción. Madrid: Ediciones Cátedra, Universitat de València, Instituto de la mujer, 2010a.

\_\_\_\_\_. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b, p. 151-172.

HOOKS, bell. *Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista*. In: HOOKS, bell; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; ANZALDÚA, Gloria; MORALES, Aurora L.; BHAVNANI, Kum-Kum; COULSON, Margaret; ALEXANDER, M. Jacqui; MOHANTY, Chandra Talpade. **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras**. Madrid: Editorial Traficantes de Sueños, 2004, p. 33-50.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; KISS, Lígia Bittencourt. *Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher*, São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11(Supl.), p. 1323-1332. 2007.

CERRUTI, Marta Quaglia; ROSA, Miriam Debieux. *Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima*. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. VIII, n. 4, p. 1047-1076. 2008.

DAS, Veena. *O Ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade*. **Cadernos Pagu**, n.37, jul-dez, p. 9-41. 2011

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. *Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas*. **RBCS**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-211. 2008.

DEEKE, L. P.; BOING, A. F.; OLIVEIRA, W. F.; & COELHO, E. B. S. *A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro*. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 248-258, abr./jun. 2009.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Violência de gênero, necessidades de saúde e uso de serviços em atenção primária. 279f. **Tese** (Doutorado em Medicina Preventiva). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FREIRE, Nilcea. Mulheres e poder: uma relação delicada? In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. **O progresso das mulheres**, 2011, p. 137-139.

FOUCAULT, Michel. A verdade e o poder. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. São Paulo: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988/2007.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha (Orgs.) **Gênero e violência**: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

\_\_\_\_\_. Masculinidades: uma revisão teórica. **Antropologia em primeira mão**, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.antropologia.ufsc.br/75.%20grossi.pdf>>. Acesso em: 15 Ago. 2012.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tadeu Tomaz. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 38-129.

\_\_\_\_\_. O humano numa paisagem pós-humanista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 1, 2º sem., p.277- 292. 1993.

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p.7-41. 1995.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista de Estudos Feministas**, n. 1, p.7-31. 2003.

HANADA, Heloísa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L.; SCHRAIBER, Lilia B. In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. **Anais...** Florianópolis, 2008. Disponível em: <[www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST33/Hanada-Schraiber\\_33.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST33/Hanada-Schraiber_33.pdf)>. Acesso em: 15 Ago. 2008.

HANADA, Heloísa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 33-59. 2010.

HEISE, Lori. Gender-based abuse: the global epidemic. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. 1, p.135-145. 1994.

IMPERATORI, Thaís; LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora; SANTOS, Wederson. Qual diversidade sexual nos livros didáticos brasileiros? In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. **Anais...** Florianópolis, 2008. Disponível em: <[www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Imperatori-Lionco-Diniz-Santos\\_40.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST40/Imperatori-Lionco-Diniz-Santos_40.pdf)>. Acesso em: 15 Ago. 2012.

JORGE, Lúcia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Europa-América, 1990.

KRUG, Ettiene; DAHLBERG, Linda; MERCY, James; ZWI, Anthony; LOZANO, Rafael. **WHO**: Report on violence and health. Geneva: World Health Organization, 2002.

LAGO, Mara C. S.; RAMOS, Maria Eduarda; BRAGAGNOLO, Regina Ingrid. Enfrentamento da violência doméstica e família na legislação brasileira: lei Maria da Penha. In: TONELI, Maria Juracy F. (Orgs). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres**: experiências latino americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010, p.25-48.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; GRANJA, Edna; VIEIRA, Sirley. **Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde**. Recife: Instituto PAPAÍ, 2009.

MENEGHEL, Stela Nazareth; IÑIGUEZ, Lupicínio. Contadores de histórias: práticas discursivas e violência de gênero. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1815-1824. 2007.

\_\_\_\_\_. et al. Rotas críticas de mulheres em situações de violência: depoimento de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752, abr. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilza Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-23. 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n.1, p. 18-34. 2005.

MOREY, Miguel. **Michel Foucault**: Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones. Madrid: Alianza Editorial - Colección El Libro de Bolsillo / Filosofía, 2004.

MOUFFE, Chantal. Por uma política da identidade nômade. **Debate Feminista**. Edição Especial, São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1999.

POLÍTICA DA AMBIGUIDADE (Entrevista com Judith Butler). **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 22 out. 2012. Notícias. Caderno Aliás.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 5, p. 2401-2413. 2011.

PESQUISA INSTITUTO AVON/IPSOS. **Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**, 2011.

PASINATO, Wânia. **Lei Maria da Penha**. Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 2, p.216-232, mai./ago. 2010.

PEREIRA, Pedro Paulo G. Violência, gênero e cotidiano: o trabalho de Veena Das. **Cadernos Pagu**, n. 35, p. 357-369, jul./dez. 2010.

PESQUISA INSTITUTO AVON/IPSOS. **Percepções sobre a violência doméstica contra a mulher no Brasil**, 2011.

PINTO, Andréia D. C.; MENEGHEL, Stella N.; MARQUES, Ana Paula M. K.. Acorda Raimundo! Homens discutindo violências e masculinidades. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 3, p. 238-245, set./dez. 2007.

PRECIADO, Beatriz. **Testo yonqui**. Madrid: Editorial Espasa Calpe, 2008.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-73, jan./abr. 2012.

RAMÃO, Silvia Regina; MENEGHEL, Stela Nazareth; OLIVEIRA, Carmen. Nos caminhos de Iansã: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 17, v. 2, p. 79-87. 2005.

ROCHA, Késia dos Anjos. Da política educacional à política da escola: os silêncios e sussurros da diversidade sexual na escola pública. 165f. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília/SP, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

ROSA, Antônio G.; BOING, Antônio F.; BÜCHELE, Fátima; OLIVEIRA, Walter F.; COELHO, Elza B. S. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor de violência. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 152-160. 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. Nós, ciborgues: o corpo elétrico e a dissolução do humano. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 20, p. 71-99. 1995.

\_\_\_\_\_. Preguntas no respondidas. **Debate Feminista**, México, ano 20, v. 40, p. 100-110. 2008.

\_\_\_\_\_. Experiência. In: SILVA, Alcione da. et al. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999, p. 21-55.

SCHRAIBER, Lilia B.; GOMES, Romeu; COUTO, M. T. Homens e Saúde na Pauta da Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p.7-17. 2005.

TONELI Maria Juracy; BECKER, Simone. A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina após dois anos de implantação da Lei Maria da Penha no Brasil. In: TORNQUIST, Carmen Susana; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba (Org.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. v. 2. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009, p. 377-39

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil**. FLACSO Brasil, Área de Estudos sobre a Violência, CEBELA, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2012.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, p. 460-482. 2001.

WITTIG, Monique. No se nace mujer. In: \_\_\_\_\_. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial Egales, 1992, p. 31-43.

\_\_\_\_\_. La categoría de sexo. In: \_\_\_\_\_. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Madrid: Editorial Egales, 1992a, p. 21-29.

## **Artigo 2. Construindo uma nova abordagem de pesquisa e intervenção social para o enfrentamento da violência contra a mulher<sup>19</sup>.**

A pesquisa desenvolvida neste doutorado teve como objetivo promover discussões a respeito da violência contra a mulher (VCM), utilizando como ferramenta metodológica o Teatro do(a) Oprimido(a) – (TO), de Augusto Boal, na modalidade de Teatro Fórum (TF). Ainda que este seja muito utilizado em trabalhos de intervenção social junto às comunidades carentes, é um instrumento pouco conhecido dentro do campo de pesquisas acadêmicas brasileiras.

A modalidade conhecida como TF procura, através do fórum ou debate, trazer os(as) espectadores(as) para a cena. Por intermédio do(a) curinga, responsável, dentre outras coisas, pela mediação entre palco e plateia, eles(as) são convidados(as) a entrarem no palco e interferir nos acontecimentos. Sua dramaturgia prevê um conflito, no qual o(a) protagonista sofre algum tipo de opressão e deseja livrar-se dela, sem, contudo, conseguir. É justamente neste momento que os(as) espectadores(as) são acionados(as). Confiando em sua sabedoria, o(a) curinga pede-lhes auxílio. É um convite coletivo, realizado com a intenção de resolver o conflito apresentado, preparando a plateia para a solução de problemas futuros, daí receber o nome de “modelo de ação futura” (BOAL, 2005). Como um dispositivo político, o TF prevê o resgate de memória, através da narrativa de opressões que se viveu um dia e que permaneceriam caladas caso não fossem reativadas em função desta atividade. Este tipo de resgate tem como objetivo instigar as pessoas a procurarem não apenas soluções para os conflitos encenados, mas também para que percebam que aquilo que vivenciaram tem uma dimensão política, devendo, portanto, ser publicizada, a fim de que não volte a acontecer ou que se aprenda a lidar com a situação, caso ela ocorra novamente. É um modo de colocar nas mãos das pessoas possibilidades de enfrentamento social.

Além disso, Boal (2000; 2005) contribui ao dizer que o teatro é um instrumento que deve estar a serviço de todos(as), não devendo seu uso ficar concentrado nas mãos de alguns(as) poucos(as). Através da sistematização de suas técnicas, ele permite que aqueles(as) que não têm acesso a este tipo de fazer, possam não só aprender como também praticar, tornando-se artistas também.

---

<sup>19</sup> Esse item sofreu algumas modificações para a tese, mas sua escrita original faz parte de uma comunicação de pesquisa que foi submetida na revista Estudos e Pesquisas em Psicologia e aguarda resposta dos(as) pareceristas.

Nesta pesquisa construí uma pequena cena de TF cujo tema principal dizia respeito à violência contra a mulher, sobretudo aquela praticada dentro de casa, na esfera conjugal. Esta cena foi apresentada para diferentes grupos de mulheres e homens de três cidades do interior paulista, totalizando cinco apresentações. A escolha dos grupos se deu em função do pouco acesso que essas pessoas tinham a qualquer tipo de produção artística, concentrando-se, portanto, nas comunidades mais excluídas como cooperativas e associações de catadores(as) de material reciclável, alunos(as) de um programa de alfabetização para jovens e adultos(as), alunos(as) de um curso profissionalizante e, por último, um grupo de profissionais da saúde.

Outro objetivo associado à pesquisa foi a análise do TO como um dispositivo que poderia ser inserido no campo das metodologias de pesquisas participativas e/ou interventivas por ter vários atributos típicos deste tipo de pesquisa, tal como a construção coletiva entre pesquisador(a) e pesquisados(as) e a possibilidade de permitir que estes(as) últimos(as) sejam escutados(as) e possam dizer aquilo que pensam sobre a realidade na qual estão inseridos(as).

Para a Psicologia, o TO não seria apenas uma ferramenta, mas um conjunto de ideias a respeito do ser humano e de como sua inserção no mundo poderia acontecer. Como nos lembra Azerêdo (2002), a Psicologia precisa de um campo político para pensar a existência das pessoas. É necessário, portanto, aprender a escutar as diferenças, procurando soluções coletivas para as mesmas. Assim, o TO apareceria como uma possibilidade para que se reavalie práticas e discursos, podendo promover fissuras em posturas cristalizadas ou preconceituosas.

No caso específico das discussões de gênero, o TO surge como uma possibilidade de pesquisa e militância. Ele permite que se resgate as concepções dos sujeitos envolvidos, entendendo-as e transformando-as em categorias de análise, para se compreender a realidade da qual fazem parte. Mas, para além deste momento, ele permite – e esta é sua grande contribuição – a inserção de pesquisadores(as) comprometidos(as) com os rumos dessas discussões – de modo a possibilitar pequenas revoluções no cotidiano das pessoas, dos bairros, das comunidades, na tentativa de chamar-lhes a atenção para as formas como mulheres e homens são tratados(as) em nossa sociedade, seja econômica, política ou juridicamente.

## 2.1. Um pouco da trajetória percorrida.

Vou relatar, sucintamente, como se deu a trajetória que culminou na montagem de um esquete de teatro fórum sobre violência contra a mulher.

A escolha para se fazer este tipo de trabalho por meio do teatro se deu porque eu acreditava que o campo de discussão sobre a VCM, campo por si só bastante minado dado a complexidade do assunto, poderia receber como contribuição algo que colocasse as pessoas para pensarem, permitindo-lhes o acesso a outros modos de se encarar a realidade, até mesmo mais criativos. Além disso, era a possibilidade de construir uma abordagem mais humanizada, já que a arte consegue transformar realidades um tanto embrutecidas, em encantamento e poesia. Esta, portanto, foi a aposta, isto é, buscou-se um modo de denunciar este tipo de violência ao convidar as pessoas a celebrarem, conjuntamente, um modo inédito de se relacionar com assuntos dolorosos.

Para realizar tudo isso montei um grupo de discussão de gênero e VCM com estudantes da própria universidade (Figura 1) que participavam de oficinas semanalmente. Depois de um ano, montei o esquete que viria a receber o nome de “Segura o meu coração”. Respeitando a dramaturgia característica do TF, consegui produzir um roteiro que contemplasse uma situação de violência doméstica. O mesmo foi adaptado do livro *O dia dos prodígios* da escritora portuguesa Lídia Jorge com o acréscimo de algumas frases do conto *Agda*, de Hilda Hilst e da peça *Mateus e Mateusa*, do dramaturgo Qorpo Santo e de textos escritos por mim também. A narrativa que conduziu o fórum contava a história de Branca (Figura 2) e José Pássaro Volante (Figura 3). Branca bordava um dragão numa colcha que possuía o tamanho de sua própria casa. Este trabalho era controlado pelo marido que punia qualquer coisa que considerasse como desviante. Metaforicamente, o dragão representava a prisão de Branca a esta tarefa interminável e de como sua obediência e comportamento eram vigiados por seu marido. Além disso, ele acreditava que Branca deveria servir-lhe sexualmente, mostrando-se, ainda, satisfeita com isso. Para atender a estrutura de um Fórum, procurei mostrar que, mesmo sendo submissa, Branca desejava, de algum modo, livrar-se daquela violência toda. Com o decorrer das apresentações e com a aprendizagem através dos fóruns, inseri duas vizinhas (Figuras 4 e 5): Jesuína, a vizinha que acreditava que Branca talvez até gostasse de apanhar e Esperancinha, a vizinha e amiga, que torcia para que Branca

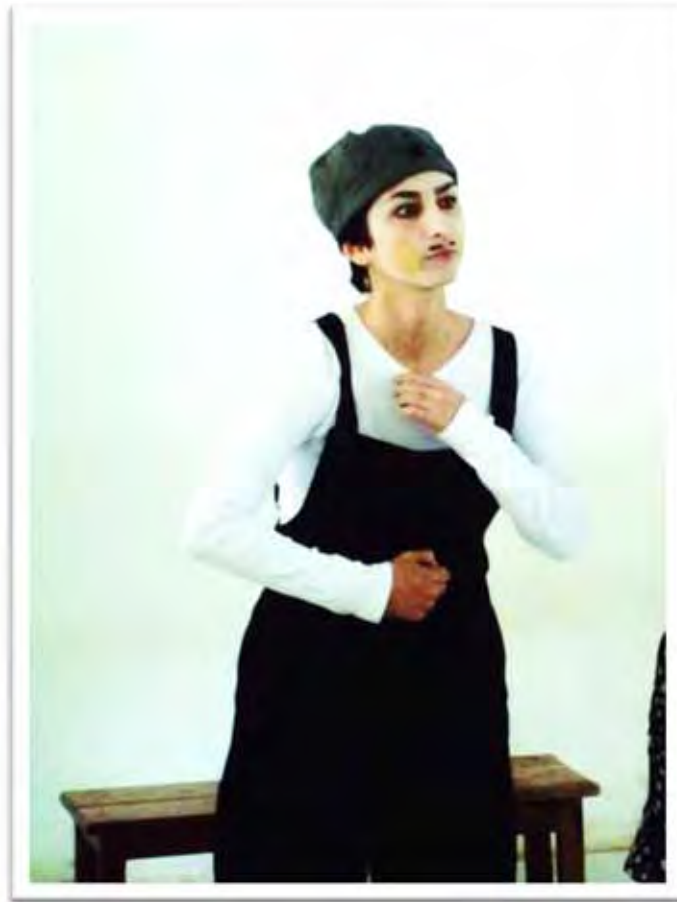
saísse daquela situação de opressão. A seguir, relatarei alguns dos resultados das apresentações.



**Figura 1: Grupo de Teatro: Flávia, Késia, Vinícius, Láisa e Viviane.**



**Figura 2: Branca**



**Figura 3: José Pássaro Volante**



**Figura 4: Jesuína**



**Figura 5: Esperancinha**

## 2.2. Os fóruns.

Como previa Boal (2005), todos(as) os seres humanos são “espect-atores/atrizes”, isto é, são espectadores(as) e atrizes/atores a um só tempo. Isso permite que a linha divisória entre palco e plateia seja apenas uma convenção e faz-se necessário subverter este modo de conceber o teatro. Assim, a participação no esquete se deu de maneira bastante intensa. Mulheres e homens adentraram no espaço estético com bastante naturalidade. Muitos(as) substituíram a protagonista, alguns(as) substituíram a vizinha opressora e, por se tratar de pesquisa, acabei permitindo que até mesmo o antagonista fosse substituído, o que aconteceu apenas uma vez. Pude observar, nos distintos grupos para os quais apresentei, que muitos(as) procuravam, estando no lugar da protagonista, acabar com a situação de violência. Para isso, procuravam saídas tais como tentar dialogar com o marido que estava numa posição de opressor, algo geralmente infrutífero, pois o mesmo estava preparado para usar todos os argumentos que mostravam que ele, na verdade, não estava oprimindo ninguém, tentando, portanto, preservar o estado de coisas e manter seu poder dentro de casa. Diante disso, alguns(as) espect-atores/atrizes acabavam optando por fugir de casa, largando tudo para trás:

móveis, casa e até mesmo o filho, já que o marido dizia que ele não iria junto. Outros(as) viam na justiça um jeito de obstruir o conflito ou ainda, e não menos frequente, procuravam empoderar a protagonista, através da possibilidade desta vir a trabalhar, ganhando sustento por meio do bordado, atividade principal de Branca (Figura 6). Eram ensaios um tanto reais, ensaios que permitiam verificar a dificuldade da protagonista que alegava não sair daquela situação por vários motivos: sua crença de que o casamento é para sempre, sua dependência econômica, seu medo de ser assassinada pelo marido, sua submissão como mulher, sua descrença no sistema jurídico, enfim, todos os fatores que são acionados no cotidiano e que contribuem para que uma mulher permaneça neste tipo de situação. Para os(as) espectadores/atrizes que resolveram substituir Esperancinha no diálogo com Jesuína, a vizinha que reproduzia conceitos sobre gênero bastante normatizados, os argumentos tentavam reconstruir os papéis femininos e masculinos, colocando a mulher como um sujeito de direitos, com vontades e desejos que deveriam ser respeitados. Alguns(as) substitutos(as) de Esperancinha procuravam também dar apoio à Branca, convidando-a para ir para sua casa ou tentando reforçar sua capacidade de sobreviver sozinha. Tudo isso, claro, era dificultado pela opressora (neste caso, Jesuína), que tentava mostrar àquelas pessoas ali reunidas, como o gênero atravessa e determina as práticas das pessoas, paralisando-as em posturas que lhes causa sofrimento, mas diante das quais, muitas vezes, não conseguem se livrar. Procurava-se, assim, ativar reposicionamentos a respeito de gênero e VCM.



**Figura 6: Fórum - espect-atriz tentando convencer Branca a ganhar o sustento trabalhando com bordado**

### 2.3. Reflexões.

Boal via no teatro, isto é, na capacidade do ser humano agir ao mesmo tempo em que se auto-observa, a possibilidade dele vivenciar outras personagens e buscar, através delas, a análise de um ponto de vista. Por meio do fórum, é possível colocar-se neste espaço incontrolável, pois se é movido(a) por essa incorporação e deseja-se, de algum modo, resolver aquele conflito. Às vezes soluções irreais são ativadas, como se fosse possível, por exemplo, como num passe de mágica, dar à Branca comportamentos que ela não teria, enfrentamentos que ela não faria sozinha. Quando isso é denunciado pelo(a) curinga, a plateia volta a remanejar suas próprias intervenções, procurando aquelas que pareçam mais ajustadas àquilo que está sendo proposto. É um verdadeiro exercício de colocar-se no lugar do(a) outro(a), de pensar com a cabeça dele(a), levando em consideração suas potencialidades e também suas limitações. Deste exercício a Psicologia também necessita: saber se colocar no lugar dos(as) outros(as), através de uma escuta diferenciada. É a tentativa de se produzir uma prática mais apurada, respeitando as várias subjetividades, entendendo que se é constituído(a) por fatores externos e internos, sociais e subjetivos e que todo este conhecimento serve para pensar em novos modos de agir diante dos sofrimentos que esse campo encontra o tempo todo.

## Referências

AZERÊDO, Sandra. M. M. O político, o público e a alteridade como desafios para a Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 22, n. 4, 14-23. 2002.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

### **Artigo 3. O Teatro Fórum pode auxiliar na discussão da violência contra a mulher dentro da Academia?<sup>20</sup>**

#### 3.1. Introdução: a possibilidade de articular produções coletivas por meio do teatro.

O Teatro do(a) Oprimido(a) (TO) surge no cenário político e estético de 1971, em plena ditadura militar, criado pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal. Neste mesmo ano, Boal é preso e recolhido no Presídio Tiradentes, de São Paulo, onde é submetido a torturas. Dois meses depois ele é solto, devido às manifestações internacionais pedindo sua libertação e parte para a Argentina, onde fica de 1971 a 1976. Boal (2000a), acreditava que, metaforicamente, o Teatro do(a) Oprimido(a) nascera nesse período que passara na prisão. Seu exílio político abarca o período de 1971 a 1986, sendo que aí foram desenvolvidas e aprimoradas as técnicas que viriam a constituir todo o arsenal do TO.

Boal persegue dois conceitos básicos para o seu teatro: em primeiro lugar, para ser um verdadeiro espetáculo de TO o(a) espectador(a) deverá se transportar da condição de ser passivo, recipiente, depositário em protagonista da ação dramática, sujeito criador, transformador. A partir deste primeiro conceito, o teatro assumiria um novo olhar sob a função catártica, tão amortizadora de atitudes mais críticas. Em segundo lugar, o TO não busca refletir apenas o passado, mas quer preparar o futuro, o que se resume na expressão cunhada por Boal (1979), de “modelo de ação futura”.

É com sua Poética da Liberação que Boal poderá, então, dizer de qual lugar a plateia deverá falar, ou melhor, agir. A pretensão do TO é dar voz e vez à plateia (aos/às oprimidos/as) de uma forma nova na história do teatro brasileiro, causando uma verdadeira transgressão no ritual teatral ao levá-la até o palco. Segundo ele, as palavras “oprimido(a)” e “espectador(a)” eram sinônimas, justamente pela impossibilidade de diálogo que havia entre

---

<sup>20</sup> Agradeço às sugestões da minha banca de qualificação composta pelas professoras Ana Flávia Pires Lucas D'Oliveira (USP/SP) e Sílvia Balestreri Nunes (UFRGS/RS) que permitiram que a escrita desse texto pudesse se tornar, ao menos para mim, uma prática e um discurso potentes e singulares. Dedico essa escrita à professora Sandra Maria da Mata Azêredo (UFMG) que me permitiu, através das leituras de seus artigos, entender a importância de se fazer uma pesquisa com posicionamento.

essas duas instâncias, resultando num monólogo entre elas, obsceno por seu caráter opressor (BOAL, 1980). O monólogo converteria o indivíduo em objeto, que por sua vez, teria atrofiada a sua capacidade de criar e produzir por si mesmo.

Além disso, Boal (1979, 1980, 2005), faz afirmações que causam bastante polêmica na classe artística, como “Todo mundo pode fazer teatro – até mesmo os atores!”. O que Boal (1980), procura mostrar ao fazer essa afirmação é que todos os seres humanos são semelhantes, ainda que não sejam idênticos entre si, capazes, portanto, de executar qualquer atividade. Para ele, a sociedade se protege dessa ideia com a finalidade de manter o *status quo*, através da constante especialização das tarefas, privilegiando, desta maneira, uma minoria. Ele queria desconstruir a ideia de que o teatro seria uma propriedade privada de poucos(as), mostrando que, pelo contrário, era uma linguagem imanente a todos os seres humanos.

Se a teatralidade era, como dizia Boal (2002), a capacidade que permitiria ao sujeito observar a si mesmo em ação, dando-lhe possibilidades de imaginar variantes ao seu agir, bastaria oferecer situações e condições para exercer essa teatralidade, para que, então, as pessoas pudessem refletir sobre suas práticas. Mas, para que a coisa não ficasse centrada num único sujeito e em sua opressão particular, buscava-se ao máximo, por meio deste dispositivo, criar o devido distanciamento entre a ação e a reflexão acerca desta ação, já que o(a) protagonista deveria ver a si mesmo(a) como objeto e como sujeito, sendo, a um só tempo, observador(a) e pessoa observada.

O arsenal construído por Boal (2005) descreve minuciosamente jogos e exercícios dramáticos, muitos deles trazidos de sua experiência com o Arena. Seu trabalho é democratizar o conhecimento sobre o fazer teatral, possibilitando que qualquer pessoa possa ter noções de atuação, encenação, direção, dramaturgia, improvisação, concepção, técnicas de ensaio, criação de cenários, figurinos, trilha sonora etc. Essa democratização do fazer teatral acrescida do pensamento de que qualquer um(a) pode fazer teatro, fez com que seu método proliferasse rapidamente em todo o mundo, sendo que hoje em dia o TO é praticado em mais de 47 países (NUNES, 2004; SILVA, 2009).

Como ele acreditava que todos deveriam ter condições e acesso à palavra, ao som e à imagem, suas técnicas visavam justamente o desenvolvimento e a capacitação nessas três áreas. Por isso, Boal lançou um livro chamado “*Jogos para atores e não-atores*” (2000), em que divide os jogos e exercícios em cinco categorias, todas elas, evidentemente,

comprometidas em devolver esses três atributos à população. São elas: sentir tudo o que se toca, escutar tudo o que se ouve, ativar os vários sentidos, ver tudo o que se olha e, por último, a memória dos sentidos.

Neste artigo irei priorizar a discussão a respeito de uma das modalidades de TO conhecida como Teatro Fórum (TF). Para Boal (2005), o Teatro Fórum é a técnica mais democrática, conhecida e praticada em todo o mundo. Através de um antimodelo, isto é, um conflito ou drama, encena-se uma pequena peça (esquete) ou cena onde há um(a) protagonista (oprimido/a) e seu(sua) antagonista (opressor/a). A característica principal do antimodelo é que o(a) protagonista deve ser alguém que deseja alguma coisa e não consegue realizar este desejo, pois um(a) outro(a) – o opressor(a) – o(a) impede. O TF deverá conter uma estrutura dramática com os seguintes elementos: conflito, ação dramática e crise chinesa e estes deverão ser contemplados para que se possa, depois, fazer o fórum.

Os(as) espectadores(as) são transformados em espect-atores/atrizes, isto é, são convidados(as) a entrar em cena pelo(a) curinga e, teatralmente, pela via da ação, buscar estratégias para encontrar uma possível solução para o problema apresentado. Para tanto, eles(as) terão que ter algum tipo de identificação com o(a) protagonista, seja ela uma identificação absoluta, por analogia, ou então, por solidariedade (BOAL, 2009a). Por sua vez, o(a) protagonista deve apresentar alguns atributos, como motivação, que é aquilo que ele(a) quer e persegue e caracterização, que seria a maneira singular que ele(a) encontra para perseguir e fazer aquilo que deseja, mas que, para a eficácia do fórum, deve ser equivocada, pois isso possibilitaria a intervenção da plateia para auxiliá-lo(a) a encontrar soluções inéditas para o seu conflito.

3.2. Pressupostos do TO e possíveis articulações com práticas investigativas no campo acadêmico.

Ao ler sobre a trajetória de Boal fica evidente que suas preocupações em desenvolver um método teatral podem dialogar com os modos de se pensar a participação das pessoas nos processos grupais e, como consequência, em pesquisas realizadas na academia, como mostro a seguir: já na experiência vivida com o Arena no período de 1956 a 1971, ele e o grupo se preocupavam em criar peças que mostrassem a realidade brasileira, popular, que expusesse a

realidade social. Em 1960, por exemplo, ele escreve a peça “Revolução na América do Sul” e o foco de sua dramaturgia passa a se concentrar sobre as classes operárias. O Arena procura, a partir daí, uma linguagem não apenas esclarecedora, mas também mobilizadora e politicamente comprometida, além de buscar um público que seja popular (LIMA, 1978). Esta preocupação gira em torno de questões que o grupo procurava responder tais como: para quem faziam seus espetáculos, se para eles(as) mesmos ou para o público; sendo feitos para o público, desejavam saber quem fazia parte dele; além disso, procuravam saber se estavam levando em conta a realidade em suas peças ou se estavam se baseando apenas em textos literários ou obras-primas. Todos esses questionamentos levavam o grupo a procurar uma resposta para a função do teatro, se este era social ou se deveria ficar encerrado em si mesmo. Boal (2000a), afirma que as personagens das peças do Arena costumavam ser camponeses(as) e operários(as), mas que estes(as) nunca se encontravam na plateia. Para ele faltava fazer uma definição mais precisa do que seria o povo a fim de nortear sua busca. Restava saber quem teria o direito de receber tal título, se eram as pessoas que vagavam, desorganizadamente, pelas ruas ou aquelas que frequentavam as Ligas Camponesas, os Sindicatos, as Associações de Moradores(as) do Bairro, ou, ainda, se povo era apenas o sinônimo de “muita gente” reunida. A partir de “Revolução na América do Sul”, o grupo procura fazer inúmeros espetáculos, sempre à procura do povo, nos mais diversos lugares, em ruas, circos, cidades grandes ou pequenas, campos e fábricas, quadras de basquete, salões de clube etc.

A partir da criação do TO, Boal começa a questionar o próprio papel do(a) espectador(a) num espetáculo teatral, como expliquei no início deste artigo. Além disso, em seu livro “*A estética do oprimido*” (BOAL, 2009), ele tenta criar uma teoria não científica sobre o pensamento e a arte, tendo como objetivo último empoderar as pessoas e fazê-las se apropriarem, de uma vez por todas, dos meios de produção teatral. Dividindo o pensamento em sensível e simbólico ele tenta criar uma teoria a fim de disponibilizar à população maneiras de lutar contra a concentração da arte nas mãos de poucas pessoas.

Ele defende que o pensamento sensível é uma arma de poder e, sendo assim, os(as) opressores(as) procuram fazer de tudo para tê-lo em suas mãos, através da posse dos espetáculos e dos meios de comunicação de massa. Eles(as) usam as principais características do pensamento sensível – som, imagem e palavra – produzindo uma verdadeira “estética anestésica”, que leva a população a uma espécie de analfabetismo estético. Usando suas palavras: “A castração estética vulnerabiliza a cidadania obrigando-a a obedecer mensagens imperativas da mídia, da cátedra e do palanque, do púlpito e de todos os sargentos, sem pensá-

las, sem refutá-las, sequer entendê-las!” (BOAL, 2009, p. 15). Evidentemente, não resta dúvida alguma que, para Boal (2009), a arte é algo completamente imbricado com a política e está presente no cotidiano das pessoas de diversas maneiras, sendo assimilada por elas sem que, para tanto, necessitem sair de suas casas para assistir a um espetáculo ou coisa parecida. Para isso basta ligar o aparelho de televisão. Boal (2009), faz uma extensa crítica ao monopólio realizado pelos meios de comunicação de massa que infantilizam os(as) telespectadores(as) com suas ideias vazias, comparando a invasão causada, tanto pela televisão como pelo cinema, com as táticas utilizadas em países em tempos de guerra. Para ele, todo o conteúdo trazido pelas emissoras de televisão tem como objetivo impedir o desenvolvimento intelectual das pessoas, usurpando justamente o acesso delas à palavra, imagem e som, oferecendo-lhes imagens que elas não olham (como as propagandas que duram frações de segundos e apenas incitam ao consumo); fazendo-as ouvir sem escutar (as mercadorias dessas mesmas propagandas costumam ser oferecidas aos gritos) e dando-lhes explicações para que deixem de entender qualquer coisa, caso emblemático seria a venda do produto não pelo próprio produtor, mas por artistas ou celebridades. A empatia criada pela televisão visa à criação de um mimetismo (com o ator ou atriz em voga). Para ele: “Essa apropriação indébita de significados e significantes, proposital esvaziamento da palavra – que, podendo significar qualquer coisa, não significa nada – tem por objetivo desorganizar a linguagem e impedir a formulação de pensamentos coerentes” (BOAL, 2009, p. 153).

Boal (2009), também se vale de explicações que envolvem neurônios e cultura para entender como o ser humano é atravessado, desde antes do nascimento, por palavras, sensações e emoções que ditarão, na vida adulta, quem ele deve ser, fazer ou pensar. Ele defende a ideia de que o bebê, sentindo tudo o que a mãe sente no momento da gravidez, será constituído por toda essa avalanche de sensações recebidas, pois essas sensações deixarão marcas em seu cérebro e estas, transformadas em memórias, serão ativadas posteriormente. Assim, ele fala de um “cérebro social”, que é formado pelas diversas interações vivenciadas pelo bebê no ventre materno. Tais contatos do bebê seriam de natureza sensorial e, quando os mesmos começam a ser organizados, podem ser chamados de “neurônios estéticos”.

É importante entender como ele define o conceito de estética (presente já no título do seu livro). Estética vem de “esteta”, significando “pessoa que sente”. Todas as pessoas sentem, todos(as) são estetas, capazes de sentir uma obra de arte e apreciá-la. A estética, para ele, seria a ciência da comunicação sensorial e da sensibilidade, ou ainda, a organização sensível do caos vivido pelos seres humanos e a obra de arte, por sua vez, seria uma forma

particular dessa comunicação sensorial. Deste modo, a ação criativa se daria logo no início da humanização, quando o bebê começa a produzir iniciativas motoras próprias, quando desenvolve suas emoções e estrutura seu aparelho psíquico. A simples resposta que o bebê dá no início de sua vida, é substituída, gradativamente, pelas ações criativas, que seriam, por assim dizer, ações individualizadas e singulares. Tais contatos com o mundo são chamados por ele de contatos estéticos, organizadores de sensações através das quais se atribui valores às coisas e com as quais se realizam desejos.

O belo, dentro dessa perspectiva, seria a capacidade de organização das formas sensoriais que lhe dão sentido, sendo aquilo que agrada ou assusta as pessoas. Além disso, o belo estaria não somente na *coisa*, mas também no *olhar*. Ou seja, para se compreender e sentir uma obra de arte não é possível desvincular-se da própria cultura, que, segundo Boal (2009), está entranhada no corpo e na mente dos seres humanos. Como apreciadores(as), também não se pode restringir a admiração de um só tipo de estética padronizada, pois existe muita diversidade nos gostos e nos modos de se fazer e receber arte.

A arte, deste modo, seria a busca da verdade, pois caberia ao(à) artista revelar aquilo que está diante das pessoas, mas que elas não conseguem ver. Essa busca da verdade, para Boal (2009) é, em si, bela, pois desvela uma verdade que estava até então ocultada. Isso é importante para se entender toda a concepção do TO, que acredita que o teatro e a arte, de forma geral, podem ser produzidos por qualquer pessoa. Pois para Boal (2009), não existe o mais belo ou o menos belo, sendo que as coisas são belas ou não, em função de sua capacidade de significar uma verdade, seja ela real ou imaginária, consciente ou não. Independente do desejo do(a) artista, a arte geralmente quer dizer algo. Ao acreditar que qualquer pessoa pode fazer arte Boal (2009), afirma a ideia de que não se trata, portanto, de dar acesso à arte e à cultura ao povo. A Estética do Oprimido pretende algo mais: acredita que o povo tem a sua própria cultura, sendo também capaz de construí-la. Retorno, assim, à dimensão do Pensamento Sensível, trazida por Boal (2009): para poder construir sua própria cultura e sua própria arte, o povo precisa conquistar aquilo que lhe é retirado constantemente: a palavra, o som e a imagem.

Para falar da importância de se ter os meios de produção artística à disposição de todos(as), ele analisa a participação dos “neurônios estéticos” na vida das pessoas. Segundo ele, as sinapses neuronais multiplicam-se na medida em que são estimuladas. Isso significa que quanto mais uma pessoa tem acesso ao conhecimento, maior será sua produção. Haverá

então um enriquecimento de sua rede de circuitos, e, conseqüentemente, enriquecimento de todas as funções que estão à sua disposição, pois elas passariam, a partir da produção dessas sinapses, a transformar e transmitir mensagens sensoriais, motoras, abstratas e emocionais. Ele ainda procura localizar os chamados “neurônios estéticos” em regiões do cérebro, sobretudo, no córtex e no tálamo. Além disso, eles seriam responsáveis pela estimulação do pensamento sensível e do pensamento simbólico, ambos responsáveis pela “metaforização da realidade”. A “metaforização da realidade” seria a capacidade do ser humano de transpor aquilo que existe em seu contexto cotidiano para outro contexto, agora mais organizado. Essa organização seria uma maneira de se entender melhor o real, através de uma “distância estética” que, por sua vez, permitiria ao sujeito ver a realidade com maior clareza, podendo atuar sobre ela. O TO tenta, assim, lutar contra algo bastante grandioso, que é o monopólio da arte e cultura liderado por poucos(as) e que, ao longo da história, tem atrofiado e paralisado qualquer manifestação artística das populações menos favorecidas. Para Boal (1980, p. 28): “[...] todos os homens são capazes de fazer tudo aquilo que um homem é capaz de fazer”.

Um exemplo da prática do TO para facilitar o surgimento da “distância estética” nos(as) *espect-atores/atrizes* se daria através da presença do(a) curinga. O curinga conduziria a plateia, por meio de perguntas feitas no final do espetáculo, a encontrar soluções para os problemas apresentados. Trata-se de encontrar soluções estruturais para problemas conjunturais. Ao(à) curinga caberia o trabalho de auxiliar no processo de ascense, de busca da verdade, de análise daquela realidade ali representada, mostrando que não se trata de encontrar soluções pontuais, cujos problemas voltarão a acontecer, mas de buscar soluções que impliquem na tomada de ações, para que as pessoas responsáveis pela situação injusta, sejam acessadas e deem um encaminhamento ético para o problema.

Além disso, Boal (2009) acreditava que os grupos multiplicadores do TO não deveriam apenas apresentar o espetáculo numa dada comunidade e depois do término deste, ir embora, “deixando saudade”. O grupo deveria deixar contatos, auxiliar, na medida do possível, em algumas discussões da *própria* comunidade, criando, desta forma, redes de apoio e estruturas solidárias entre as pessoas, na tentativa de se fazer ações coletivas.

### 3.3. A capacidade de narrar através de um espetáculo de Teatro Fórum.

“Um mandarim estava enamorado de uma cortesã. ‘Serei tua, diz ela, quando passares cem noites me esperando sentado num tamborete, em meu jardim, sob minha janela’. Mas, na nonagésima nona noite, o mandarim se levantou, pôs seu tamborete debaixo do braço e partiu”. (Roland Barthes, *Fragments de um discurso amoroso*, 2003, p. 167).

Judith Butler (2006) em seu texto “*Violência, luto e política*”<sup>21</sup> recorda o velho ensinamento psicanalítico: todas as pessoas são desamparadas, necessitam do Outro para sobreviver. O vínculo com o Outro as constitui ao mesmo tempo em que as desintegra, ele as habita e as despossui ao mesmo tempo. Este pensamento trazido por Butler (2006), não pode ser compreendido de modo individualizado, pois para ela cada pessoa se constitui politicamente em virtude da vulnerabilidade social de seus corpos. Em maior ou menor grau elas estão irremediavelmente ameaçadas pela dor da perda, pelo luto advindo dela, pelas violências e humilhações que podem vir a sofrer ao longo de suas vidas. Para além destas considerações iniciais Butler (2006) indaga-se a respeito das vidas que contam como vidas, ou melhor, sobre o que faz com que uma vida “valha a pena”. Algumas vidas são consideradas, pelos discursos oficiais como sendo dignas de serem vividas em contraposição àquelas que, invisibilizadas por estes mesmos discursos, poderiam ser apagadas a qualquer momento e relegadas ao esquecimento. Muitos continuariam suas vidas, achando que essa divisão entre aqueles(as) que “valem a pena” e aqueles(as) que não “valem a pena” é algo um tanto natural e fatídico. Mas Butler (2006) argumenta que o “eu” de cada sujeito está inserido numa comunidade, por ela é afetado, ao mesmo tempo em que atua sobre os outros. Ela insiste em defender a noção de uma vulnerabilidade corporal “comum” a todos(as). A partir daí é possível entender a formação dos seres humanos e coloca-se, então, a reflexão sobre o porquê de certas vidas serem altamente protegidas ao passo que outras não gozam de nenhum apoio, sendo desprestigiadas e desqualificadas. Entende-se, a partir disso, que essas escolhas que agem como uma espécie de loteria, premiando alguns(as) e rechaçando outros(as), são um tanto políticas, criadas e mantidas em função de vários interesses sociais, econômicos, religiosos, de classe etc.

---

<sup>21</sup> “Violência, duelo, política” conforme o original.

Sobre essas vidas que podem ser apagadas e exterminadas sem que se dê conta disso, Donna Haraway em conversa com Sandra Azerêdo (HARAWAY; AZÊREDO, 2011), também se pronuncia. Ao falar das multiespécies humano-animal-vegetais, Haraway discorre sobre como animais e pessoas são “tornados matáveis e exploráveis” na produção e reprodução, sendo reduzidos(as) a seres que não podem ser sujeitos nem objetos de suas vidas; seres sem história, sem relações natural-sociais que importam, sem trabalho e diversão. Azerêdo menciona nessa conversa a crítica que Haraway faz ao mandamento cristão “Não matarás”, lembrando que o mesmo aplica-se apenas aos humanos (excluindo, portanto, as outras espécies), transformando algumas criaturas em “meramente matáveis”, dentre elas as próprias mulheres; afinal, quantos homens não mataram suas companheiras alegando que estavam defendendo sua honra e, diante disso, foram absolvidos? Coloco aqui as palavras de Haraway (2011b):

Acho que o que o meu povo e eu precisamos largar se quisermos aprender a cessar o exterminismo e o genocídio, seja através de participação direta ou de benefício indireto e aquiescência, é o mandamento “Não matarás”. O problema não é descobrir a quem tal mandamento se aplica de modo que a matança de “outros” possa continuar como de costume e atingir proporções históricas sem precedentes. O problema é aprender a viver responsabilmente dentro da múltipla necessidade e labuta de matar, para então assumir isso com transparência, em busca da capacidade de responder em inexorável contingência histórica, não teleológica e multiespécies. Talvez o mandamento deve ser “Não tornarás matável”. (HARAWAY, 2011b, p. 42).

Feitas essas considerações, vou agora tentar estabelecer um vínculo com o pensamento e a prática de Augusto Boal. Parece-me muito evidente a luta de Boal para denunciar a existência destas vidas que, para tantos(as), não “valeriam a pena” ou seriam “meramente matáveis”. Para ele não bastaria denunciar o fato de que em nossa sociedade muitas vidas são tidas como não merecedoras de tratamento humanizado. Para tanto, ele convida os próprios indivíduos implicados nesse estado de coisas, a narrarem essa experiência de ser sentido/visto como um corpo *objeto*, usando expressão de Butler (PRINS; MEIJER, 2002). Segundo ela, o corpo *objeto* diz respeito a todo tipo de corpo cuja vida não é considerada “vida” e cuja materialidade é entendida como “não importante”. Este exercício de relatar as opressões vividas, a meu ver, faz parte das contribuições mais libertadoras do TO. Aquele ser, antes tratado como invisível, anônimo, despossuído, um verdadeiro outro, ganha

agora o *status* de sujeito, de protagonista de sua própria história. Ele passa a construir uma narrativa que lhe permite dizer como é estar no lugar de quem tem a vida tratada pelos(as) outros(as) (pelo Estado e pela sociedade), como uma vida indigna de “valer a pena”.

Boal dá, a um só tempo, um pontapé em posturas estáticas decorrentes das várias expropriações sociais às quais as pessoas estão expostas, levando-as a dizerem: estamos indignadas com isso! Ele insiste para que elas tenham em suas mãos a possibilidade de criar o universo no qual estão inseridas. Para isso, elas precisam ter de volta aquilo que lhes foi retirado: a palavra, o som e a imagem. Ao conquistar estes atributos, elas terão condições de pensarem por si mesmas, sem o intermédio de outros(as) cujos interesses não necessariamente as representam. A troca de experiências passa a ser o motor deste tipo de atuação, já que, em última instância, ao cambiar relatos de dor e opressão, aquilo que é privado ganha a esfera pública e começa a agir como denúncia. Para Boal este tipo de ação funcionaria como uma verdadeira catarse, que destruiria todos os bloqueios que estariam proibindo a realização de uma ação subversiva e libertadora por parte dos indivíduos.

Segundo Benjamin:

São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. Quando se pede num grupo que alguém narre alguma coisa, o embaraço se generaliza. É como se estivéssemos privados de uma faculdade que nos parecia segura e inalienável: a faculdade de intercambiar experiências. (BENJAMIN, 1985, p.197-198).

O espaço estético concebido por Boal (2002) recria a dimensão humana muitas vezes perdida. Esta dimensão é inaugurada pela capacidade de se lembrar e rearticular a própria história, contando-a para os(as) demais. Benjamin (1985), diz:

[...] somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras: quase nada do que acontece está a serviço da narrativa, e quase tudo está a serviço da informação. (BENJAMIN, 1985, p. 203).

Boal, ao incitar as pessoas para um verdadeiro trabalho de memória (não vamos varrer nossas mazelas para debaixo do tapete!), inaugura a possibilidade delas tornarem-se grandes narradoras de uma história surpreendente; a história pessoal de cada uma.

Ressignificar o sofrimento ou a opressão vividos, projetando-os politicamente, através do compartilhamento com os(as) outros(as), é a sua proposta. Não apenas resignificar, mas dividir as opressões, buscando provocar uma indignação, agora coletiva. A experiência partilhada, até então silenciada e muitas vezes lembrada apenas como uma impotência, ganha novos contornos e a narrativa em que a fala e a escuta do(a) outro(a) são potencializadas funda um espaço de comunhão entre as pessoas. Ao ser colocada numa prática inédita – já que mesmo para as opressões mais subjetivas Boal sugere o esforço de transformá-las, antes de tudo, numa experiência *política* – a memória, reativada na condição de experiência e, depois, em fórum, pode ser acionada do modo que se desejar. Sobre essa capacidade de utilizar a experiência a seu serviço:

Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada. *Uma escada que chega até o centro da terra e que se perde nas nuvens – é a imagem de uma experiência coletiva [...].* (BENJAMIN, 1985, p. 215, grifo meu).

A dramaturgia de um espetáculo de Teatro Fórum é uma pergunta aberta cuja resposta encontra-se em suspenso. Às pessoas que assistem este tipo de espetáculo, cabe a confecção, quase manual, dos fios que conduzirão a uma tessitura coletiva. Sobre isso Boal dá claras orientações: ele preconiza que num espetáculo destes, até mesmo a plateia deve abster-se de uma posição passiva. Por isso mesmo, o Teatro Fórum recebe, oportunamente, a designação de antimodelo. Esta nomeação acontece porque Boal não queria repetir a experiência que teve com o camponês Virgílio em uma das incursões do Arena pelo Norte e Nordeste do Brasil: como a finalidade do grupo nessa época era apresentar ao povo um teatro que fosse político, ele levava peças que incitava a plateia a pegar em armas e ir para a luta. Numa dessas apresentações apareceu um camponês chamado Virgílio que, muito tocado com a apresentação, convida os(as) artistas para pegarem em armas, junto com eles. Eles, contudo, não estavam preparados para uma luta real (BOAL, 2005). Diante disso, Boal deixa de levar receitas prontas e alheias às pessoas e passa a confiar na sabedoria delas. Tal como o(a) narrador(a) de Benjamin (1985), aqueles(as) que criam ou participam de um espetáculo de Teatro Fórum agem como se estivessem diante de um trabalho artesanal e reativam seus conhecimentos para colocá-los a serviço de um bem comum. Todos(as) devem se debruçar

sobre o objeto ou problema apresentado, analisando-o para que este se torne algo do qual possam extrair conhecimentos sobre si mesmo(a) e sobre os(as) outros(as).

O modo como essas pessoas encontrarão alternativas dependerá da sabedoria do grupo. Deste modo, assim como a história narrada, o espetáculo de Teatro Fórum também visa uma dimensão utilitária: ambos propõem uma solução prática que deverá ser transferida para a vida cotidiana. Usando a ideia de Benjamin (1985), nota-se que, tal como a arte de narrar, o processo de construção de um espetáculo de Teatro Fórum visa trabalhar com a matéria-prima da experiência, transformando-a num produto útil para todos(as) e, também singular, já que a marca do(a) narrador(a) se imprime na narrativa como a mão do oleiro na argila do vaso, como bem ilustra o autor.

O fato de sua dramaturgia deixar uma questão pendente age como um incentivo para que se busque vários desfechos, tal como as narrativas aludidas por Benjamin (1985). Como a epígrafe escrita por Roland Barthes (2003) que consta no início deste tópico, ao invés das pessoas ficarem blindadas diante de um final estipulado pelo(a) narrador(a), elas são levadas a se movimentar à procura de uma explicação para o enigma: por que, afinal, o mandarim se retira justamente no nonagésimo nono dia deixando atrás de si o silêncio e a suposta promessa de amor da cortesã? O enigma deverá ser desvelado por aqueles(as) que ouvem a história e reativado, quem sabe, ao longo de toda uma vida. Cabe lembrar que não há uma única resposta para este dilema, mas uma gama variada de possibilidades que talvez deem conta de respondê-lo provisoriamente. Mas a ideia de que a narrativa pode suscitar um impasse naquele(a) que a escuta assim como um espetáculo de Teatro Fórum faz com que se deseje uma resolução por parte daquele(a) que o assiste, abre a possibilidade de uma construção coletiva. Procura-se, com isso, buscar novos paradigmas, além de se levar em consideração o fato de que existem histórias que precisam ser recontadas várias vezes para que se possa, talvez, encontrar um rumo dentro delas ou da própria cabeça que satisfaça cada pessoa.

3.4. A importância de se fazer pesquisas com posicionamento em Psicologia e o uso do TO como instrumento para uma pesquisa posicionada.

Tomarei como pressupostos epistemológicos desse tópico o artigo *Saberes localizados* de Donna Haraway (1995) e amparo sua leitura em dois artigos que o discutem, um de Sandra Maria da Mata Azerêdo e o outro de Maria Cecília Mac Dowel dos Santos (1995)<sup>22</sup> e pontuarei definições como ciência, objetividade e posicionamento em ciências, tentando, simultaneamente, dialogar com textos de outras autoras que discutem a pesquisa qualitativa, o posicionamento do(a) pesquisador(a) e o relato sobre seu processo investigativo como parte integrante do processo de pesquisa. Em seguida, pretendo articular essas noções com o relato de experiência trazidos por multiplicadores(as) do TO que lançam sobre ele um olhar crítico. Finalmente, tentarei articular essas discussões com a possibilidade de incorporação dos pressupostos e método trazidos por Boal para, depois, refletir sobre a possibilidade de incorporá-lo em pesquisas, sobretudo em Psicologia e, mais especificamente, naquelas que discutem gênero e violência contra a mulher.

Para Haraway (1995) a política e a ética são a base das lutas a respeito de projetos de conhecimento em todas as modalidades das ciências, sejam elas exatas, naturais, sociais ou humanas. Ciência que para ela deve ser entendida como um “texto contestável e um campo de poder” (HARAWAY, 1995, p. 11), um jogo real que deve ser jogado, a convicção de atores<sup>23</sup> sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder bem objetivo. Essa convicção deve levar em conta a estrutura dos fatos e artefatos tanto quanto os atores mediados pela linguagem no jogo do conhecimento. Por sua vez, as entidades científicas não devem ser encaradas como objetos românticos ou modernistas com leis internas de coerência, mas como “[...] traços momentâneos focalizados por campos de força” ou “vetores de informação numa semiose mal corporificada e altamente fugaz, ordenada por atos de reconhecimento e de mau conhecimento” (HARAWAY, 1995, p. 11).

Para Haraway (1995) as doutrinas de objetividade estão a serviço de ordenações hierárquicas positivistas a respeito do que pode ou não ter validade como conhecimento. É

---

<sup>22</sup> São respectivamente: AZÊREDO, Sandra Maria da Mata. Em defesa do posicionamento em Psicologia e SANTOS, Maria Cecília Mac Dowel. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa “nada inocente” com Donna Haraway. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 43-78. 1995.

<sup>23</sup> Atores para Haraway (1999) são humanos e não humanos orgânicos e tecnológicos, entidades que fazem coisas, têm efeitos, constroem mundos em concatenação com outros atores diferentes.

necessário, então, que se aprenda com o próprio corpo como vincular o objetivo aos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear o *lugar* do qual o(a) estudioso(a) fala e *onde* ele(a) se encontra. Apenas uma perspectiva parcial do conhecimento permite que se tenha uma visão objetiva, pois a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, sem procurar a transcendência ou a divisão entre sujeito e objeto, sendo este o único modo, no seu entendimento, de se responsabilizar pelo que se aprendeu a ver. Sobre os saberes localizados e parciais, diz ela:

Não há nenhuma fotografia não mediada ou câmera escura passiva[,] nas explicações científicas de corpos e máquinas; há apenas possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos. (HARAWAY, 1995, p. 22).

Deste modo, ela é a favor de um conhecimento que seja situado e corporificado e se opõe às várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e irresponsáveis – irresponsável aqui significa incapaz de ser chamado a prestar contas. É também a favor de uma doutrina e de uma prática de objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. A objetividade, neste caso, seria garantida pela assunção de um conhecimento transformador, de um controle rigoroso e de estímulos a uma firme avaliação crítica. Reside na promessa de objetividade a existência de um(a) conhecedor(a) científico(a) que não procure a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial. É justamente este posicionamento crítico que é produtor de objetividade. Sendo assim: “Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional” (HARAWAY, 1995, p. 27). Segundo Santos (1995) Haraway dá preferência aos “conhecimentos subjugados”, por terem o potencial de serem mais confiáveis, responsáveis, críticos e objetivos. Para ela, o ponto de vista dos(as) subjugados(as) não são posições “inocentes” pois eles(as) também não podem escapar das relações de poder, estando sujeitos também a desejar a posição de dominador(a). São palavras de Haraway (1995):

A adesão a posicionamentos móveis e ao distanciamento apaixonado depende da impossibilidade de políticas e epistemologias de “identidade” inocentes como estratégias para ver desde o ponto de vista dos subjugados, de modo a ver bem. Não se pode “ser” uma célula ou uma molécula – ou

mulher, pessoa colonizada, trabalhadora e assim por diante – se se pretende ver e ver criticamente desde essas posições “Ser” é muito mais problemático e contingente. Além disso, não é possível realocar-se em qualquer perspectiva dada sem ser responsável por esse movimento. A visão é sempre uma questão de poder de ver – e talvez da violência implícita em nossas práticas de visualização. Com o sangue de quem foram feitos os meus olhos? (HARAWAY, 1995, p. 25).

Também Schraiber, D’Oliveira e Couto (2009) assumem que as pesquisas qualitativas fomentam inúmeras discussões de natureza teórico-metodológica e ética durante o processo de se fazer pesquisa. Na produção de conhecimento existem duas modalidades de relações necessárias, segundo elas: a primeira diz respeito aos referenciais teóricos e metodológicos utilizados pelo(a) pesquisador(a), indicando que as escolhas de recortes do objeto e sua problematização em hipóteses ou teses implicam em restrições correlatas de ordem metodológica, definindo certo leque de possíveis métodos além de haver necessidade de uma definição filosófico-política do conhecimento que se quer produzir e como se pretende concretizá-lo durante o processo investigativo. Outra modalidade que define essa produção se dá na metodologia e ética de pesquisa, sobretudo em relação à produção de dados empíricos e que implicam cuidados especiais durante o trabalho de campo. Deste modo, o esclarecimento do(a) pesquisador(a) sobre sua pesquisa deve se dar até o final de seus estudos, tornando pública a posição assumida por ele(a), desde a construção do objeto produzido, com o término da análise e a discussão de dados, numa tentativa de garantir a transparência da pesquisa. Nas modalidades de pesquisa qualitativa, a produção de dados tem lados “em aberto”, tendo como vantagem epistemológica a flexibilidade na apreensão dos objetos, base da necessária apresentação de escolhas e percursos realizados. Cria-se, assim, um ambiente no qual a objetividade seja problematizada, já que as autoras entendem que muitas vezes a objetividade acaba sendo um mecanismo que suspende a relação sujeito-objeto na produção empírica, restringindo as escolhas do(a) pesquisador(a) e fazendo crer que o trabalho de campo é a mera coleta de dados, muito mais do que sua produção.

Articulando a discussão acima com as reflexões de Haraway (1995), cabe aprofundar mais um pouco lembrando sua discussão de que o objeto estudado reafirma e renova o poder do(a) conhecedor(a) e, em decorrência disso, seu estatuto de agente na produção de conhecimento é, geralmente, negado. Dentro da ciência e das pesquisas o mundo acaba sendo objetivado como coisa, não como agente. Para ela, os saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto tanto como ator e como agente, simultaneamente, isto é,

“[...] não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’” (HÁ RAWAY, 1995, p. 36).

Na prática tanto da Psicologia como das pesquisas que derivam dessa disciplina, Azêredo (no prelo), menciona o quanto a noção de posicionamento permite romper com uma série de dicotomias que constituem obstáculos para a transformação da realidade de dominação com a qual os(as) profissionais psi se deparam cotidianamente. Para ela, a categoria do político trazida por Haraway em “Saberes localizados” é de imensa importância para se pensar o posicionamento em Psicologia, demonstrando que para essa autora é justamente o posicionamento crítico que produz ciência. Segundo Santos (1995), o conhecimento para Haraway resulta na tradução de uma conversa “não inocente” entre pesquisador(a) e pesquisados(as). “Não inocente” significa que o sujeito cognoscente está sensível às relações de poder, explicitando-as e tornando o conhecimento aberto a contestações. Vale a pena localizar algumas críticas de Santos (1995) aos “Saberes localizados”: diferente de Haraway, Santos (1995) acredita que é possível que o(a) pesquisador(a) se situe objetivamente estando próximo(a) de suas raízes históricas e posições sociais, sendo que o “distanciamento apaixonado” preconizado por Haraway, não garante, necessariamente, uma visão mais objetiva. Mas, caso essa visão seja incorporada, é necessário que se especifique *do quê e de quem* se está pregando distância. Ela também não acredita que conversas “racionais” sejam condição imprescindível à sensibilidade ao poder e, por fim, para ela a “solidariedade” pensada por Haraway não deve ser concebida como um objetivo partilhado para se praticar a conversa sensível ao poder e uma política de tradução responsáveis, ela pode ser vista, sim, como uma consequência dessa conversa.

Com relação à pesquisa e ao estudo de gênero dentro do campo da Psicologia, Azêredo (1998) aponta a importância de se encontrar um lugar não disciplinar dentro desta Disciplina, pois essa é uma categoria que abre inúmeras possibilidades para a pesquisa em Ciências Humanas. No caso específico de pesquisas sobre violência contra a mulher há que se levar em consideração a complexidade do tema bem como de seu empreendimento teórico-metodológico, caracterizando-o como um objeto de natureza interdisciplinar e tema sensível por se tratar na concepção de Schraiber, D’Oliveira e Couto (2009), de um “objeto fugidio ou instável” quanto à sua delimitação para a produção de dados empíricos. Essas autoras chamam a atenção para dois pontos: a questão da interdisciplinaridade quando se tenta estudar esse objeto, já que há uma insuficiência de disciplinas isoladas para se conhecer a violência, além das incertezas e pluralidades que caracterizam o tema e o desafio de articular

conhecimentos produzidos sob diferentes finalidades sociais. Para elas as formas de investigação sobre violência contra a mulher serão produtos e produtoras, a um só tempo, daquilo que será ou não revelado por quem a experimentou, o que acaba por definir, também, as dinâmicas de sua (in)visibilidade.

Levadas em conta todas essas considerações que delimitam e esclarecem o que deve ser acionado quando se está pesquisando, inicio uma conexão entre os pressupostos e o método criado por Boal como podendo figurar dentro das pesquisas acadêmicas, sobretudo aquelas de caráter participativo e interventivo.

Para Rocha e Aguiar (2003) as pesquisas participativas são constituídas por uma metodologia com pressupostos gerais, envolvendo modos diferenciados de ações investigativas e de priorização de objetos, sendo a pesquisa-intervenção uma tendência dentro das pesquisas participativas que tem como objetivo investigar a vida de coletividades na sua diversidade qualitativa. O fundamental dentro das pesquisas participativas é que o conhecimento que foi produzido deve estar disponível para todos(as) e possa servir de instrumento para ampliar a qualidade de vida da população. No campo da Psicologia a pesquisa-intervenção representa, além de uma crítica à ciência positivista, uma prática ético-estético-política. Nesse campo de saber, ela tem como função redimensionar a formação acadêmica, ressaltando a importância da perspectiva sócio-histórica-política e também a construção de bases para o trabalho de psicólogos(as) dentro das instituições, contribuindo na organização de equipes que queiram analisar suas implicações com as práticas produzidas, “[...] entendendo as situações cotidianas como acontecimentos sociais complexos, determinados por uma heterogeneidade de fatores e de relações” (ROCHA; AGUIAR, 2003, p. 64). Sua utilização pela Psicologia deve implicar, sobretudo, na recusa da individualização e da psicologização de conflitos.

Dessa maneira, a pesquisa-intervenção propõe uma intervenção de ordem micropolítica na experiência social, atualizando sua proposta de atuação transformadora da realidade sócio-política. Suas estratégias de intervenção têm como alvo a rede de poder e os jogos de interesses presentes no campo de investigação, desconstruindo territórios e propondo a criação de novas práticas. Articulada à pesquisa, ela produz uma relação diferenciada entre instituição da prática e aplicação de conhecimentos. Através de seu uso adota-se a postura de que o objeto não deve ser revelado ou interpretado, mas sim criado coletivamente (ROCHA; AGUIAR, 2003). Sobre esse aspecto, Haraway (1995, p. 37) diz que as explicações de um mundo que seja “real” não dependem dessa lógica da “descoberta”, mas de uma relação social

de “conversa”, carregada de poder. Para ela o mundo não fala por si mesmo nem desaparece em favor de um “senhor decodificador”, seus códigos não estão inertes, à espera de serem lidos, pelo contrário, o mundo deve ser entendido como uma entidade ativa. A categoria política, para ela, deve dar escopo para as pesquisas científicas que se pretende realizar e o que deve ser buscado é justamente a perspectiva de pontos de vista que não podem chegar a ser conhecidos antecipadamente e que devem prometer algo que figure na ordem do extraordinário, do “[...] conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” (HARAWAY, 1995, p. 24).

Aqui chamo a atenção para essa modalidade de pesquisa participativa, a pesquisa-intervenção, por acreditar que os pressupostos e a prática vislumbrada por Boal possam ser inseridos dentro deste tipo de pesquisa. Considerando o caminho percorrido por Boal é possível verificar sua preocupação em trazer as pessoas (os/as subjugados/as), as “vidas que não valem à pena” (BUTLER, 2006) ou que são “meramente matáveis” (HARAWAY; AZÊREDO, 2011) para o palco das ações, para relatarem as opressões cotidianas vivenciadas, politizando-as, isto é, transformando-as em problemas de ordem pública com implicações econômicas, éticas, políticas (mesmo as opressões que acontecem nas esferas íntimas são trabalhadas até atingirem esse lugar), denunciando relações de poder, através do desvelamento de eixos tais como classe, raça/etnia, gênero, enfim, de tudo aquilo que sofre dominações em nossa sociedade.

O “drama” que compõe o universo cotidiano dessas pessoas é publicizado, mas também chama-se aqueles(as) que estão assistindo (e que também deverão viver, de preferência, as mesmas opressões) a fazerem um único coro, uma narrativa e uma ação comum e solidária. Até aqui tais pressupostos muito se assemelham com aqueles que devem ser considerados quando se está realizando pesquisas com posicionamento. Baseada na ideia trazida por Rocha e Aguiar (2003) acredito que Boal propõe uma “intervenção de ordem micropolítica na experiência social”, ao incentivar as pessoas a recuperarem aquilo que lhes foi retirado um dia (a capacidade de metaforizar a realidade), a reaverem o direito de produzirem som, palavra, imagem, isto é, uma estética, a construção de uma verdade e a deixarem de serem esteticamente castradas, assumindo formas de resistência diante de suas experiências. Ao resgatar a capacidade de articular esses elementos, tenta-se lutar contra a exclusão dos sujeitos e garantir a retomada de seus próprios discursos e a produção de contradiscursos. Foucault (1997) mostra que os discursos obedecem determinadas condições para o seu funcionamento, impondo aos indivíduos que os pronunciam um número de regras,

não permitindo, dessa maneira, que todos(as) tenham acesso a eles. Segundo ele, ninguém pode entrar na ordem do discurso se não for para satisfazer certas exigências ou, ainda, se não for qualificado para fazê-lo. Ele afirma que nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis, sendo algumas terminantemente proibidas para determinadas pessoas, ao passo que outras permanecem abertas “a todos os ventos” (FOUCAULT, 1997, p. 29).

### 3.5. Relatos de experiências com TO: conversas “não-inocentes”

A figura do(a) curinga que durante uma peça-fórum auxilia a plateia no processo de ascense, isto é, na apreensão da realidade social e de possíveis soluções para ela, facilita a emergência de novas produções de conhecimento, produções essas com fins de gerar discursos diferenciados sobre assuntos antes não revelados bem como maneiras inéditas de intervir na realidade. O próprio processo de construção de um espetáculo de TF, com toda a sua complexidade, ao mesmo tempo em que permite a reconstrução coletiva de narrativas, também faz rever concepções, gerando conhecimentos sobre os posicionamentos adotados pelos(as) participantes, seus modos de ver e sentir o mundo, suas responsabilidades diante das posições assumidas e dos discursos escolhidos para explicarem suas realidades, os papéis que desempenham na estrutura de poder etc. A seguir farei algumas articulações com textos de curingas que relatam seus processos de trabalho com o TO.

O livro *Playing Boal: theatre, therapy, activism*<sup>24</sup> traz a experiência de curingas e atores que relatam suas intervenções junto à comunidade utilizando o TO e que também fazem adequações a esse método. A finalidade aqui é ilustrar esse método que aqui considero como produtor de conhecimento e, portanto, investigativo. Abaixo transcrevo o relato de uma curinga canadense, Lib Spry, para exemplificar a minha fala, ressaltando que essa curinga prefere utilizar o termo “poder” ao invés de “opressão” para que as pessoas consigam identificar as hierarquias de poder das quais participam:

---

<sup>24</sup> Todos os textos deste livro aos quais me refiro foram traduzidos livremente para mim por Karina Gomes Bertolino.

[...] se usamos o TO como uma ferramenta para entender onde nós estamos nas estruturas de poder em que vivemos, damos um primeiro passo no ato de modificá-las. Todas as estruturas de poder que permitem que a realidade do terceiro mundo seja mantida, para que o primeiro mundo possa aproveitar seu padrão de existência, podem ser encontradas em nossa sociedade. Os “ismos” abundam no Canadá: sexismo, racismo, chauvinismo, heterossexismo, idadismo, classismo; tudo isso existe em nossas relações diárias. Embora a maior parte de nós possa e exerce alguma escolha na própria vida, fazemos todos parte de relações de poder que permitem, com o fim de conservar o *status quo*, a dominação e as estruturas exploradoras. *Muitas vezes, as pessoas estão tão alienadas que se encontram incapazes – ou estão indispostas – de reconhecer qual é o poder que elas detêm, ou não conseguem enxergar onde estão na hierarquia.* (SPRY, 2002, p.173, grifo meu).

Como alguém que direciona o trabalho com o TO, o(a) curinga (de agora em diante passarei a chamá-lo/a de curinga/investigador/a) para ela tem a função de estar consciente das dinâmicas com as quais está trabalhando, devendo ter uma postura crítica quanto ao seu papel dentro dessas mesmas relações, ter clareza sobre o lugar de onde fala, levando em conta os eixos de diferenciação e poder que o(a) constituem e qual papel pretende desempenhar ao praticar o TO. David Diamond (2002), outro curinga canadense, ao relatar seu trabalho com TO através de oficinas que ele denomina como “Power Plays”, assinala o amadurecimento processual de seu grupo teatral, o *Headlines Theatre*, que deixa de levar peças prontas para a comunidade e passa a praticar o TO *com* a comunidade, demonstrando, deste modo, uma preocupação primordial de Boal que é ofertar os meios de produção teatral para a população, de modo que ela também possa utilizá-los como seus. Diz ele:

A peça-fórum, por si mesma, não luta contra a opressão: simplesmente a expõe e convida a audiência a se tornar ativa, e, por sua própria conta, combater a opressão. Os indivíduos, uma vez ativos, se tornam figuras positivas em suas próprias comunidades, assumindo a luta que lhes é precisamente relevante. A peça-fórum não tem de dar nenhuma resposta. Na verdade, o melhor é que não as forneça de modo algum — quanto mais respostas são dadas, menor é chance de haver participação da audiência (DIAMOND, 2002, p. 36).

Campbell, ator inglês, relata sua experiência ao trabalhar com teatro no campo da educação chamando a atenção para a emergência de reflexões sobre o poder e a responsabilidade durante os fóruns. Ele realça a importância do(a) curinga/investigador(a) focar no *processo* durante a aplicação das oficinas e não buscar verdades fixas ou prescrição

de temas. A exploração e a comunicação entre as pessoas passam a ser priorizadas e os ensaios implicam em se reconhecer estratégias para lidar com os conflitos que surgem. São suas palavras:

Nós estamos criando pequenas peças emblemáticas de teatro, que surgem de um lugar partilhado por todos, e de uma rede de relações que tem sido construída na escola há anos. Portanto, nenhum facilitador pode influenciar diretamente essa rede de relações, ou modificá-la em um único dia, mesmo quando tal objetivo é desejável. É a descoberta de uma linguagem de ação compartilhada que importa. Esse território compartilhado é o próprio teatro – ele está tanto dentro como fora do tempo real, é tanto “verdade” (já que o grupo é livre para decidir o que é verdadeiro), como não é literalmente verdade (já que nenhum indivíduo no grupo fica literalmente exposto ou é magoado) (CAMPBELL, 2002, p. 63).

A curinga e atriz brasileira Carolina Vieira Silva ao relatar seu processo de pesquisa de mestrado em Artes Cênicas em 2009 fala do papel do(a) curinga como sendo aquele(a) que exerce três funções prioritárias: faz a mediação do jogo entre palco e plateia, coordena administrativa e artisticamente o grupo e é o(a) multiplicador(a) desta poética política. Para ela, a interferência direta do(a) espectador(a) na cena é um fator determinante de decisões políticas e estéticas na condução do(a) curinga com seu grupo. A montagem de um espetáculo é justamente a possibilidade de se dizer alguma coisa e essa ideia é apresentada no palco de forma poética. Se encenar um espetáculo é dar sentido a uma ideia, problematizando-a poeticamente, concebê-lo é também um trabalho que carrega dimensões éticas e estéticas.

A psicóloga e curinga brasileira Dóris Regina Marroni Furini relata sua experiência de TF com um grupo de crianças e adolescentes de uma pequena ilha no sul do Chile para a qual ela foi levada para trabalhar durante quase três meses. A escolha do drama a ser publicizado referia-se à denúncia do abuso sexual sofrido por meninas em seus lares. Aqui a curinga relata o desafio que foi trabalhar com esse tema

Apesar de algumas tentativas minhas de “convencê-los” a mudar de temática, o grupo mantinha a proposta, afirmando que este era o momento de discutir o tema, pois apesar de ser uma situação recorrente na ilha, nunca houve denúncia formal. Após noites de insônia e dias de discussão e questionamento com o grupo, era eu quem estava convencida de que este seria nosso tema de trabalho. (FURINI, 2011, p. 57).

Furini (2011) tinha receio de, ao trabalhar o tema, criar mais situações de violência dentro das famílias, pois ela era estrangeira e iria embora, deixando-os(as) ali: “Este era um cuidado que todo o tempo me mantinha atenta: eu era a estrangeira na comunidade e não estava ali para dizer como deveriam ser as coisas, para trazer a ‘verdade’ sobre o que quer que fosse e depois ir embora” (FURINI, 2011, p. 59). Trabalhando numa perspectiva de gênero, ela pôs-se a capacitar o grupo para que fosse compreendido, historicamente, o silêncio imposto a mulheres e crianças na ilha bem como “[...] a necessidade de cada vez mais efetivarmos percursos de expressões estéticas e narrativas femininas, que superem a perspectiva do corpo-para-o-abuso, corpo-objeto para o consumo [...]” (FURINI, 2011, p. 58).

A curinga, atriz e professora brasileira Silvia Balestreri Nunes traz em sua produção acadêmica a contribuição de procurar causar irrupções do novo em práticas do TO no cenário contemporâneo (NUNES, 2011). Baseada em Guattari, Deleuze, Foucault e nas filosofias da diferença e da arte contemporânea, ela indaga sobre o que pode ser perverso ou conformista nas “boas intenções” e nas formas de abordar certos problemas. Acredita ser difícil fazer uma crítica ao TF porque, além dos trabalhos com ele serem bem intencionados, acaba por deixar as pessoas mais felizes por estarem falando de suas mazelas no espaço teatral. Mesmo assim, ela pergunta o quanto essa prática altera, efetivamente, a realidade. São suas palavras:

Não vi pobreza material em Toronto quando participei do Festival Internacional de Teatro do Oprimido, em maio de 1997, vi, sim, ‘nativos’ caídos bêbados naquela cidade daquele país. Deve ter sido bom para as comunidades poderem falar da dor nas escolas religiosas, da dor do abuso sexual, da dor de não poderem falar seu idioma. *Parece-me, porém, que os alívios que o teatro-fórum propicia dificilmente ameaçaria esse estado de coisas.* (NUNES, 2008, p. 07, grifo meu).

Em suas conversas “não inocentes” com essa prática, Nunes (2004, 2008, 2011) tem convidado as pessoas a se debruçarem criticamente sobre o TO. Apostando no acolhimento das diferenças, ela defende que a escuta do(a) curinga não pode, em hipótese alguma, ser preconceituosa, não devendo correr o risco de cair em “novelinhas” que tentam explicar de forma redutora as multiplicidades de cada um(a) (NUNES, 2008).

Também preocupada com a extensão desse tipo de ação na sociedade, a professora, dramaturga e diretora brasileira, Margarida Gandara Rauen (2005), diz que “o teatro e a *performance* engajados” têm o desejo de intervir e negociar a cultura e política e ainda que no

caso do Brasil isso seja uma gota d'água no oceano, ela acredita que a arte pode contribuir para causar reflexões sobre os problemas sociais, além de oferecer visões alternativas. A autora relata um projeto de pesquisa no qual pôde conhecer o pensamento de meninas adolescentes marginalizadas, com as quais trabalhou durante um semestre e também a experiência da peça-fórum *Juliets*, na qual faz uma apropriação feminista para problematizar a representação da mulher a partir de peças de Shakespeare. Para ela, o desafio era que, para além da conscientização, as pessoas possam transformar os pensamentos ali disparados em ação e também realça o fato que o grupo precisa ter ao trabalhar com mundos tão diferentes dos seus. Segundo ela: “A apropriação [de Shakespeare] com um critério contra-discursivo aliado ao teatro-fórum proporciona, aos espect-atores mais do que o simples papel de ‘testemunhas da tragédia’ [...], incitando-os a pensar em comportamentos para superar ou evitar a tragédia” (RAUEN, 2007, s/p).

Procurei trazer os discursos de alguns(mas) curingas, atores/atrizes, diretores(as) e professores(as) com o intuito de apontar elementos que comprovam o caráter investigativo de um processo de TO e aqui chamo de processo porque todos(as) eles, ao relatarem suas experiências, demonstram o quanto avançam em suas considerações na medida em que seus grupos amadurecem e experenciam essa prática ao longo dos anos. A socialização dessas narrativas e a transparência de seus relatos também permite a associação com a ideia de objetividade trazida por Haraway (1995). Além disso, eles(as) trazem a importância de se detectar as estruturas de poder dentro das relações, de ativar os(as) participantes para que estes(as), uma vez produzidos os conhecimentos sobre suas realidades, possam levá-los para suas comunidades, multiplicando a prática do TO, falam do TF como uma pergunta em suspenso cuja resposta deve ser preenchida pela singularidade da plateia que dela participa, o caráter processual e de rede na construção de uma peça de TF e o combate a respostas apriorísticas, universalizantes e vindas de outro lugar que não aquele onde se encontram os(as) próprios(as) participantes do fórum. É também visível a tentativa desses(as) curingas de estabelecerem conexões parciais com os sujeitos de suas intervenções, na tentativa de provocar desestruturações em concepções naturalizadas como gênero, raça/etnia, AIDS etc.

É possível concluir diante do que foi exposto que a condução das oficinas de TO permite que as experiências do grupo sejam manejadas a fim de serem transformadas numa peça de teatro. Para o(a) curinga/investigador(a) o trabalho com as experiências do grupo está vinculado, também, à produção de conhecimento sobre ele. Tomo aqui a noção de experiência trazida por Scott (1999) ao discutir como historiadores(as) devem trabalhar com os relatos de

experiências coletados e estendo suas considerações para os(as) curingas/investigadores(as) também. Para ela, não são os indivíduos que possuem experiências, mas os sujeitos é que são constituídos através delas. Assim, a experiência não deve ser a origem da explicação, mas aquilo que se busca explicar e aquilo sobre o que se produz conhecimento. A experiência precisa ser historicizada assim como as identidades que ela produz. Quando se trabalha com a experiência de pessoas é necessário investigar os processos de construção de suas subjetividades, examinar as relações entre discurso, cognição e realidade e a relevância do posicionamento dos sujeitos para o conhecimento que produzem. Analisar esses posicionamentos como o efeito de certos discursos e historicizar sua experiência como efeito desses mesmos discursos significa para Scott (1999) recusar a separação entre a experiência e a linguagem, insistindo na qualidade produtiva do discurso. Segundo ela: “Sujeitos são constituídos discursivamente, mas existem conflitos entre sistemas discursivos, contradições dentro de cada um deles, múltiplos sentidos possíveis para os conceitos que usam” (SCOTT, 1999, p. 42). Para ela, ainda, os sujeitos têm agenciamento e são criados através de posições e situações que lhes são conferidos. As noções de conhecimento e de experiência precisam ser entendidas na perspectiva do poder e da política, além disso, ao(à) pesquisador(a) é necessário deixar claro onde está situado(a) (quem é, como é definido em relação aos/às outros/as, quais os efeitos políticos que sua história pode ter), isto é, ele(a) deve revelar o quanto a sua posição subjetiva tem a ver com o conhecimento que produziu.

Feitas todas essas reflexões, concluo esse tópico citando mais uma vez Haraway (1995), desejosa de que suas palavras corporifiquem o que estou tentando discutir ao falar da dimensão humana nessas pesquisas, humanidade essa complexa, contraditória, estruturante e estruturada e que deve falar a partir de si mesma:

Estou argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo. (HARAWAY, 1995, p. 30).

A seguir passo a falar do lugar de onde falo na elaboração da minha pesquisa. Tomo como pilar da narrativa dessa experiência o conceito de “eu cognoscente” de Haraway (1995) que deve ser compreendido como parcial em todas as suas formas, jamais acabado ou

completo, dado ou original, sendo sempre construído de maneira imperfeita, capaz de juntar-se a outro, de ver junto, sem, contudo, pretender ser outro. Ressalto também a escassa publicação de pesquisas discutindo o modo de se realizar este tipo trabalho, muitas vezes resumindo-se apenas aos livros escritos pelo próprio Boal. Silva (2009) vivenciou de forma semelhante a falta de existência desses debates sobre as experiências com TO, tendo que seguir as “poucas orientações metodológicas” (SILVA, 2009, p. 91) que Boal realiza em seu livro “Jogos para atores e não-atores”. No período referente à sua pesquisa, a autora comenta a dificuldade que teve para dialogar com outras obras e explica isso da seguinte forma: “Essa escassez de referencial teórico pode refletir diretamente na discussão do lugar, muitas vezes não privilegiado, que o encenador Augusto Boal ocupa na contemporaneidade da cena brasileira” (SILVA, 2009, p. 42). Ao rever seu processo de pesquisa e os equívocos que cometeu como curinga, a pesquisadora ressalta a importância de se estabelecer relações críticas, conjugar informações, traçar parâmetros comparativos, honestos e consistentes. Também vivenciei essa dificuldade por não ter tido acesso a uma ampla oferta de leituras críticas sobre a obra de Boal e, sobretudo, por não encontrar descrições detalhadas sobre o uso de sua metodologia, de modo que eu pudesse antecipar possíveis equívocos que, como pesquisadora inexperiente nesse tema, vim a cometer. Paralelamente a isso e, não menos importante, chamo a atenção para o fato de que algumas modificações que realizei nas indicações sugeridas por Boal durante a minha pesquisa existiram, em parte, porque muitas das minhas escolhas só ficaram claras após o processo ter se encerrado e é sobre elas que tenho me debruçado para ver como cooperaram ou atrapalharam no meu modo de ver as coisas. Por fim, acredito que dentre todas as alterações realizadas, as mais significativas são aquelas que estão associadas ao fato de que coloquei como meta a ser atingida a exibição de pelo menos cinco apresentações de TF junto à comunidade. Não há dúvida de que o foco num “produto final” em tão pouco tempo de pesquisa permeou todas as tomadas de decisões subsequentes e a experiência de priorizá-lo em detrimento do processo de construção do TF deve ser entendida como uma crítica para futuras pesquisas usando esse método.

### 3.6. “Segura meu coração”: uma experiência com Teatro Fórum.

Quando passei no processo seletivo do doutorado meu desejo era estudar gênero e violência contra a mulher de uma maneira que não fosse apenas teórica nem através do levantamento usual das concepções das pessoas por meio de questionários ou entrevistas. Eu sentia necessidade de levar a discussão sobre o assunto para a população, de modo que fosse possível criar espaços para reflexão e discussão acerca deste tema, espaços diferentes daqueles trazidos por meio de palestras ou cursos. Provavelmente isso tenha se dado, num primeiro momento, pela minha experiência durante alguns anos como professora e supervisora de estágio em cursos de Psicologia em faculdades privadas e também pelo fato do tema da violência já fazer parte dos meus estudos, pois no Mestrado que realizei no período de 1998 a 2001 estudei a concepção de professores(as) sobre a violência contra crianças e adolescentes.

Na experiência docente e de supervisão, era perceptível, através dos vários trabalhos realizados com alunos(as) e estagiários(as), que havia muito a ser compreendido quando o assunto era violência contra a mulher. Através dos relatos trazidos percebia-se que temas como estes, além de outros, como homofobia, diversidade sexual, papéis femininos e masculinos, precisavam ser amplamente discutidos com as pessoas, fizessem elas parte da sociedade em geral ou de campos profissionais específicos, como a saúde e a educação para que, assim, alguns preconceitos pudessem ser desconstruídos e novas práticas de se relacionar com a alteridade fossem incorporadas. Mas esses preconceitos, contudo, não se localizavam apenas do lado externo da faculdade: eles se encontravam também dentro da sala de aula, fazendo parte do universo das próprias alunas. Além disso, na própria supervisão com estagiárias de Psicologia Clínica, era possível escutar o relato de pacientes mulheres que haviam sofrido violências provocadas pelo fato de serem mulheres, seja através do relato de violências sexuais praticadas por desconhecidos, seja por violência praticada contra elas dentro de relação conjugal e com o testemunho dos próprios filhos e filhas. Assim, era necessário trabalhar num duplo movimento: direcionando aqueles(as) que fariam estágio e atenderiam demandas da população e incluindo as turmas iniciais do curso nessas discussões.

Em disciplinas/estágios que ministrei ou supervisionei como Psicologia Social e Psicologia Jurídica procurei estabelecer debates a respeito desses assuntos, através da leitura de textos que tivessem uma perspectiva de gênero e feminista como também da promoção de vídeos-debates coordenados e apresentados pelas próprias alunas, trazendo filmes que abordassem questões como gênero, diversidade sexual, violência contra a mulher, dentre outros (filmes como “Pelos meus olhos”, “Minha vida em cor de rosa”, “Meninos não choram”, “Desmundo” fizeram parte das aulas, sendo que conseguimos trazer a comunidade para assistir e debater conosco o primeiro filme). Além deles, procurei trazer experiências alternativas que discutiam gênero e violência, como por exemplo, a experiência da artista plástica Beth Moysés que em 2004 fez uma série de desenhos intitulada “Mulheres divididas”<sup>25</sup>. Esse trabalho foi realizado numa delegacia de defesa da mulher e é o resultado da observação da artista num dia comum de atendimento. Ela se sente seduzida com aquele ambiente de espera e, identificada com aquele universo, olha para as mulheres como “se fosse uma delas”. Com um bloco de papel e lápis na mão ela passa a desenhar aquele momento único de espera e percebe que aquelas mulheres aguardam tanto para serem atendidas que é possível fazer seu registro com riqueza de detalhes. Ela passa a desenhar a parte inferior do corpo delas e o resultado são corpos divididos ao meio. Diz ela: “Ao meio não só porque escolhi uma parte para observar e traçar, mas também porque estão sempre divididas, entre o amor e a dor”<sup>26</sup>. Em outra performance-manifesto que ela intitula por “Memória do afeto”, mulheres vestidas de noiva saem numa passeata pelas ruas de diversas cidades, jogando pétalas de rosa no chão, num apelo à paz dentro das relações amorosas. Por outro lado, na história em quadrinhos “Mas ele diz que me ama”, Rosalind Penfold é o pseudônimo de uma mulher que prefere não se identificar e que conta a história de violências vividas em seu casamento através dos desenhos que fez ao longo de sua vida. Enfim, esses são apenas alguns exemplos da minha tentativa de articulações com produções alternativas para discutir o tema.

Alguns trabalhos foram produzidos em razão dessas indagações ou mesmo antes delas chegarem por algumas alunas que entenderam a importância de fazerem uma Psicologia que considerasse a dimensão política da existência, como sugere Azêredo (2002). Atualmente, tenho tido o privilégio de acompanhar, passados quase três anos da minha desvinculação da faculdade na qual lecionava, as atividades de algumas dessas ex-alunas, agora psicólogas.

---

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.bethmoyses.com.br/bethmoys.htm>. Acesso em: 08 Ago. 2012.

<sup>26</sup> Trecho retirado do blog de Beth Moysés. Disponível em: <http://www.bethmoyses.com.br/>. Acesso em: 08 Ago. 2012.

Dentre elas encontra-se o trabalho apresentado no III Pensando Gênero<sup>27</sup> de 2011 escrito por mim, Débora Cordeiro Silva e Sônia Regina Zordan intitulado “Gênero no contexto da saúde: um relato de experiência com agentes comunitárias de saúde” no qual falamos um pouco da experiência desenvolvida em estágio supervisionado em Psicologia Social. Ele relata nossa tentativa de criar oficinas para discutir gênero junto a seis agentes comunitárias de saúde em uma Unidade Básica de Saúde, localizada num bairro periférico em situação de vulnerabilidade social. Nosso objetivo era articular as discussões sobre gênero com as vivências profissionais de cada agente, a fim de criar um espaço diferenciado para que as mesmas pudessem, posteriormente, atender os(as) usuários(as) da Unidade levando em consideração os diferenciais de gênero, violência contra a mulher, identidade de gênero etc. Conseguimos fazer sete reuniões apenas em função de dificuldades burocráticas da própria faculdade que resultou na entrada em campo das alunas apenas nos meses finais do semestre letivo. Mas ali foi possível vislumbrar um pouco daquilo que já antevíamos em outros espaços, concepções binárias sobre papéis masculinos e femininos e assim por diante.

Outra aluna que também assumiu a importância de se envolver com tais questões já bem antes de entrar em contato com as aulas da faculdade por ter trabalhado como assistente social e que tem apresentado vários trabalhos em eventos é Rita Borges. Em trabalho de conclusão de curso intitulado “Sentidos e Significados da Violência, da Violência Doméstica e Modos de Educar de Mães Beneficiárias do Programa Bolsa Família” em co-autoria comigo e com outra professora do curso, apresentado no 16º Encontro Nacional da ABRAPSO<sup>28</sup> também em 2011, ela investiga e analisa a perspectiva de mães, pais ou responsáveis, usuários(as) do Programa Bolsa-Família, sobre a violência contra crianças e adolescentes, procurando compreender os modos de educar os filhos e filhas desses(as) usuários(as).

Parecia, então, que embora eu acabasse ministrando muitas aulas relativas a temas da Psicologia Clínica e Psicanálise (essa diversidade de aulas nas mãos de poucos/as professores/as é comum nas faculdades particulares assim como a sua não continuidade de um ano para o outro com o/a mesmo/a professor/a), ainda assim, os aspectos sociais da Psicologia não eram colocados para fora de minhas preocupações, pelo contrário, ao entrar em contato

---

<sup>27</sup> III Seminário Internacional Pensando Gênero: a Psicologia para além do espelho que ocorreu no período de 18 a 20 de outubro de 2011 na Universidade Estadual Paulista – UNESP/Assis.

<sup>28</sup> Trata-se do 16º Encontro Nacional da ABRAPSO realizado no campus da Universidade Federal de Pernambuco no período de 12 a 15 de novembro de 2011. O trabalho foi escrito por Rita de Cássia Vieira Borges em co-autoria com as professoras Elisana M. Machado de Souza e Érika Cecília Soares Oliveira.

com as diversas disciplinas que lecionei, tudo atingia dimensões complementares para mim e com a entrada no doutorado, assumi essas preocupações de vez.

A escolha do meio teatral para se tentar algum tipo de intervenção se deu num segundo momento. Ela foi muito mais intuitiva do que ancorada numa prática como a que já tinha na docência. Intuitiva porque, de algum modo, eu acreditava que a arte era o melhor meio de se falar sobre coisas que nos incomodam, mas minha experiência neste campo, até o momento, se dava muito mais por apreciar manifestações artísticas como literatura, teatro, cinema, artes plásticas, ainda que na época eu resgatasse uma prática de escrita que havia sido abandonada ao longo dos anos. Eu acreditava também que a criatividade permitiria que a discussão a respeito da violência, geralmente tão densa e muitas vezes dolorosa, abrisse a possibilidade de trabalhar com o assunto de um modo mais lúdico. Além disso, queria de algum modo produzir encantamento nas pessoas, dizendo-lhes que a violência existe e precisa ser combatida, ao mesmo tempo em que procurava deixá-las inspiradas para que notassem que existe, para além do peso desta discussão, o desejo de se construir uma sociedade mais humanizada. Qual meio melhor para se fazer tudo isso senão aquele trazido pela arte? Em contato com o TO no meu primeiro ano de doutorado, resolvi encará-lo como uma possibilidade para conduzir minha pesquisa. É sobre esse processo que passo a falar.

Como dito anteriormente, Boal (1979, 1980, 2005), dizia: “Todo mundo pode fazer teatro, até mesmo os atores!”. O que, afinal, ele estava querendo dizer com isso? Hoje posso afirmar, como conhecedora de sua obra, que Boal subverteu o universo teatral de várias formas, algumas delas já mencionadas nos tópicos anteriores. Mas a afirmação de que todos(as) podem ser atrizes e atores fundou em mim um modo completamente inaugural de conceber as coisas. Tive que lidar com este pensamento durante toda a minha travessia como pesquisadora. Era fácil reproduzir as palavras de Boal para quem quisesse ouvi-las, mas era penoso conseguir aplicá-las no cotidiano. Precisava de um processo de desconstrução muito intenso para que a ideia de que artistas são alguns(as) poucos(as), privilegiados(as), talentosos(as) “por natureza” fosse, pouco a pouco, diluída e um modo inédito de conceber a arte pudesse se instalar em mim.

Como parte do meu processo de pesquisa, anunciei em um jornal da cidade e na própria universidade, a abertura de um grupo de discussão de gênero e violência contra a mulher por meio do teatro. Vários(as) estudantes da própria Universidade entraram (e também saíram) do grupo e este existiu durante o período de março de 2010 a dezembro de 2011 com

encontros semanais de quatro horas<sup>29</sup>. Mas, como disse, no primeiro ano ainda não conseguia me descolar da ideia de que o teatro era algo para poucos(as) e, como prova disso, acabei procurando diretores de teatro amador para tentar conduzir o trabalho comigo. Paralelamente a isso, fui contemplada com uma bolsa FAPESP e ela me permitiu deixar a faculdade onde lecionava e me dedicar integralmente ao programa de doutorado e à pesquisa nos dois anos e meio subsequentes. Esse movimento foi, sem dúvida, coadjuvante na quebra de minhas crenças infundadas, pois agora com a bolsa, pude procurar entender melhor o TO. Como parte disso, fiz capacitações no Centro de Teatro do Oprimido (CTO), do Rio de Janeiro, para ver como se colocava em prática tudo aquilo que vinha lendo até então somada à experiência que eu havia tido com o segundo diretor de teatro, Ricardo Figueredo Bagge com o qual aprendi muitos exercícios e jogos, além do modo de se conduzir uma oficina de teatro.

Junto às capacitações também comecei a produzir artigos sobre o tema, dialogando e muitas vezes até assumindo uma postura mais crítica frente àquilo que vinha entendendo sobre esta prática ou ainda sobre aquilo que vinha descobrindo sobre gênero para além dessa pesquisa de doutorado<sup>30</sup>. Além disso, encontrei parcerias muito enriquecedoras para a troca de impressões, dentre elas, os encontros com a professora, curinga e atriz Silvia Balestreri Nunes, que esteve dentre as fundadoras do CTO junto com Boal, que acolheu minhas indagações e me permitiu dialogar sobre essas práticas em pé de igualdade. Como trabalho final do primeiro ano de pesquisa, o grupo realizou a leitura dramática de um esquete de teatro escrito por mim intitulado “Sou mulher e não serei outra coisa” e que foi apresentado no dia 25/11/2010 no auditório Antônio Merisse na Faculdade de Ciências e Letras, campus de Assis dentro de um evento maior, do qual fui uma das coordenadoras<sup>31</sup>. O esquete foi dedicado à memória de Gláucia Rocha Medeiros, moradora de uma cidade vizinha que faleceu alguns meses antes, após ter ficado dois anos em coma, tendo sido baleada pelo ex-namorado que se matou em seguida. A notícia da morte de Gláucia me deixou chocada por me fazer crer que aquele assassinato poderia ter sido cometido contra qualquer mulher, independente de classe social, raça/etnia, religião, pelo simples fato dela ser mulher. Como reação a isso, entendi que

---

<sup>29</sup> Permaneceram no grupo até o final, realizando as cinco apresentações do esquete de TF as seguintes pessoas: Viviane Suzano Martinhão, Láisa Freitas dos Santos, Késia dos Anjos Rocha, Flávia de Azevedo Silva Ribeiro, Vinícius Matsunaga Braz e, nas três primeiras apresentações, Lorraine Fernandes.

<sup>30</sup> Como resultado deste último, escrevi o artigo intitulado *Entre Riobaldo e Diadorim*: discussões sobre sexo, gênero e sexualidade que foi submetido na Revista *Psicologia & Sociedade* e o capítulo de livro OLIVEIRA, E. C. S.; ARAÚJO, M. F. Questões de gênero e violência na filmografia de Fassbinder: uma análise do filme Martha. In: Mattioli, O.C., Araújo, M.F. e Resende, V. R. (Org.). **A produção da violência na família e nas relações de gênero**. 1ªed. Curitiba: CRV, 2010, pp. 21-33.

<sup>31</sup> Trata-se do “Fórum de debates de gênero e violência contra a mulher” coordenador por mim e a Profª Maria de Fátima Araújo realizado no dia 25/11/2011 na Universidade Estadual Paulista, campus de Assis.

deveria levar o seu nome para nossa apresentação como um modo de demonstrar indignação e não esquecimento diante do ocorrido.

Em 2011, contudo, o diretor que me acompanhava anunciou a sua saída do grupo e acabei assumindo a pesquisa sozinha. Isso implicou em preparar os exercícios e jogos teatrais, conduzir as oficinas e auxiliar os atores e atrizes para a apresentação do esquete junto à comunidade. A preparação das oficinas levava horas, mas eram horas de um exercício criativo intenso, inaugurando o início de um trabalho de pesquisa solitário e, ao mesmo tempo e sem que eu soubesse, de uma formação para toda a vida. Os jogos e exercícios elaborados por Boal permitiam o trabalho de desmecanização do corpo ao mesmo tempo em que preparava a mim e os(as) participantes do grupo para compreendermos que tipo de teatro poderíamos fazer caso optássemos pelo TO. Concomitantemente a isso, fui convidada para auxiliar um dos grupos para o qual apresentaríamos o esquete – o de catadoras de material reciclável - a montar uma pequena cena na qual falavam sobre o cotidiano de trabalho na vida delas: a dupla jornada de trabalho, a ausência de divisão de tarefas domésticas com o companheiro, a falta de transporte público para chegar na Associação e que viria a ser apresentado no I Encontro de Mulheres Catadoras do Oeste Paulista. Fui convidada também para dar duas oficinas de TO para discutir *bullying* com professores(as) e coordenadores(as) da rede de ensino público do município de Assis, integrei um projeto financiando pelo governo de São Paulo<sup>32</sup> no qual, através de Ciclos de Oficinas Itinerantes, foram utilizados jogos e exercícios do TO além de pequenas cenas de TF para discutir diversidade sexual e homofobia com seis grupos de cidades do interior do oeste paulista, como alunos(as) de cursos de Psicologia de faculdades privadas, agentes da saúde e da educação, alunos(as) do ensino médio e alunos(as) do ensino fundamental.

Em 2012, ainda, fui convidada por Simone de Oliveira, psicóloga do espaço Bem-me-querem em Contagem (MG), para preparar mulheres em situação de violência para lerem o esquete que havíamos apresentado anteriormente e que foi dedicado, novamente, à memória de Gláucia e de várias mulheres assassinadas por seus companheiros ou ex-companheiros em cidades do Estado de Minas Gerais e, ainda neste mesmo ano, realizei junto com Késia dos Anjos Rocha a leitura dramática de uma peça de teatro chamada “Saudade” do dramaturgo

---

<sup>32</sup> Trata-se do Projeto Diadorim: Ciclo de Oficinas itinerantes LGBT, realizado com apoio do Governo de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura e Programa de Ação Cultural 2010 com coordenação de Késia dos Anjos Rocha. Para mais informações sobre esse trabalho ver: ROCHA, Késia dos Anjos; OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. *Projeto Diadorim: um diálogo entre diversidade sexual e Teatro do Oprimido*. In: Mattioli, O.C.; Araújo, M.F.; Resende, V. R. (Org.). *Família, violência e políticas públicas: pesquisas e práticas*. Curitiba: CRV, 2011, pp. 191-202.

brasileiro Leo Lama no Porto, cidade na qual morei em razão do meu estágio de investigação em Portugal<sup>33</sup>. A peça contava a história de duas namoradas, Joaquina e Fernanda, que relembram experiências de violência em suas vidas: Joaquina havia sido abusada sexualmente pelo pai durante a infância e Fernanda havia sido estuprada pelo pai de Joaquina, que considerava sua homossexualidade intolerável. O desejo de fazer essa leitura nasceu diante da constatação da invisibilidade das relações homossexuais no cotidiano desta cidade.

Relato todas essas experiências para apontar como o teatro alcançou uma grande dimensão em minha vida profissional e como isso acabou por reconstruir o lugar de onde falo enquanto realizava a pesquisa. O redimensionamento dessa prática só foi possível porque as pessoas também demandaram muito este tipo de produção para discutirem temas difíceis. Sejam as catadoras, os dirigentes de escolas, a psicóloga de instituição, parece que o desejo de estar diante de linguagens alternativas era bastante frequente, o que mostrava o quanto este dispositivo poderia gerar curiosidade e vontade de saber além de criar uma disponibilidade afetiva durante as oficinas ou apresentações, por meio de um envolvimento bastante singular. Essa trajetória, é certo, me fez ficar ainda mais atenta para a utilização de modos distintos para se discutir as desigualdades entre mulheres e homens, as construções de gênero etc.

### 3.7. A construção da peça-fórum e sua dramaturgia

“Se a cena puder ser colorida, por que fazê-la em preto e branco?” (BOAL, 2000, p. 333).

Antes de iniciar este tópico, falarei de algumas considerações a respeito do literário como possibilidade de discutir o gênero e violência de gênero contra a mulher. Segundo Azêredo (2010) em seu texto *Experiência*, Scott (1999) faz uma crítica ao modo como o conceito de gênero tem sido utilizado na disciplina de História que se acaba se restringindo aos estudos dos fatos. Essa crítica de Scott poderia ser estendida à Psicologia, que se preocupa pouco com o literário e, tal como a História, se limita à reprodução dos fatos da realidade. Para a autora, tanto Butler como Scott se preocupam com a linguagem como uma importante ferramenta para a teorização feminista de gênero. Uma forma de analisá-la seria através do

---

<sup>33</sup> Leitura realizada na Livraria Gato Vadio e Associação Cultural e Espaço de Intervenção Social Saco de Gatos por ocasião do meu estágio de investigação de doutorado em Portugal. Data: 17 de junho de 2012.

literário, pois “[...] o que seria esse literário que nos ajudaria na Psicologia a entender melhor a experiência do outro ou a experiência da diferença?” (AZÊREDO, 2010, p. 178). Ao eliminar o literário das pesquisas em Psicologia cria-se um distanciamento diante da possibilidade de fundar um encontro com a alteridade sendo que a indicação de Azêredo (2010) é justamente a de se tentar borrar os contornos entre fatos e ficção dentro desse campo como possibilidade de fazer valer novas produções discursivas. Deste modo, “[...] a literatura, assim como a arte, tem uma função terapêutica, de curar as aflições da alma através da invenção de modos de resistir a reiterações da norma que produzem o [corpo] abjeto” (AZÊREDO, 2010, p. 181). Ao esvaziar-se de si mesmo(a), os(as) pesquisadores(as) psi podem propôr-se um novo encontro com a diferença, colocando o próprio “eu” na narrativa e na invenção de novas práticas performativas que resistam à reiteração das normas que produzem o humano numa situação de dominação, segundo ela.

A experiência de fazer tais associações se tornou presente tanto nas minhas tentativas como professora como também na escrita de um artigo em que discuti a relação homoafetiva entre Riobaldo e Diadorim, personagens de Guimarães Rosa em “*Grande Sertão: Veredas*” (ROSA, 2001). Parecia-me que, tal como demonstra Azêredo (2010), ir para além dos fatos, tentando analisar a rede de relações estabelecidas na obra, permitiria um modo incomum de encarar as coisas, além de entender que todas as manifestações artísticas são políticas e, como formações discursivas, revelam modos de ver e de estar no mundo dos(as) autores(as) que as concebem. Habitada por essa crença, optei por utilizar uma dramaturgia que estivesse associada ao literário, por acreditar que ele produza uma linguagem que denuncia ou reflete, muitas vezes, a realidade social, mas que também inaugura formas inéditas de se dizer e pensar as coisas que, de outro modo, poderiam ser vistas sob um ponto de vista um tanto banalizado se a construção do texto fosse uma fotocópia da realidade, do instituído.

Procurei não utilizar uma linguagem cotidiana não para negar a realidade das pessoas, mas para recriar a dimensão da existência que é capaz de fazer poesia e de fundar esperanças em lugares que, aparentemente, a esperança estaria completamente perdida, como é o caso de se trabalhar com temas como a violência. Queria também refazer narrativas, deslocar as pessoas de seus lugares confortáveis, descolando-as das produções corriqueiras, articulando-as em contextos discursivos inusitados. Desejava demonstrar que todo mundo é capaz de entender um texto literário, aspecto que foi colocado em dúvida por algumas pessoas que assistiram a uma das apresentações e que disseram-me, no final dela, que a linguagem literária era difícil demais para a população para a qual o grupo levou a peça-fórum, o que não

se confirmou, pois ficou visível que a plateia não só conseguiu compreender o que foi dito, como pôde dialogar e transitar com facilidade dentro do texto apresentado. Além disso, o questionamento da linguagem cotidiana, muitas vezes “televisiva” se deve ao fato desta apenas reproduzir, dependendo do uso que se faz dela, o que Azêredo (2010) diz que deve ser combatido pela Psicologia: a mera reprodução dos fatos. Os meios de comunicação, segundo Preciado (2010) levam ao limite da lógica da produção performativa da identidade sexual, de gênero, racial ou étnica, eles servem como tecnologia do visível e ocupam atualmente uma posição disciplinante e coopera na produção de subjetividades através do que ela nomeou como uma identidade-realidade. Esse conceito serve para caracterizar a inflação da representação ao vivo como, por exemplo, se dá pelo acompanhamento televisivo de cenas de violência doméstica, dentre tantos outros.

Diante disso, pergunto então se essa mera reprodução veiculada, muitas vezes, pela linguagem cotidiana é capaz de provocar estranhamentos nas formas de ser e de agir das pessoas, fundar um universo pouco conhecido em que as palavras não foram tão desgastadas e seus sentidos perdidos e desconectados daqueles(as) que a utilizam? Também pergunto-me se a poesia ou a prosa poética permitem, além do trabalho com temas duros, levar reencantamento para a plateia e a ideia de que, para além dos conflitos, é possível resgatar a dignidade humana por meio das palavras.

Ao mesmo tempo, quero salientar que a opção por uma linguagem poética como modo de retirar as pessoas do habitual não é, contudo, o único ou o melhor meio de se escrever uma peça-fórum. Acredito que o modo com o qual cada grupo encontra para se expressar tem a ver com várias condições internas e externas a ele. Deste modo, a forma de escrever sua dramaturgia também tem a ver com o modo com que deseja se comunicar com as pessoas, suas crenças a respeito disso, seus objetivos, enfim, não é possível acreditar que possa existir alguma verdade sobre a linguagem (ou a encenação, ou o figurino e assim por diante). Defendo a ideia trazida por Gloria Anzaldúa (2000) ao falar da escrita das mulheres terceiro-mundistas, convidando-as a descobrirem uma linguagem que as caracterize, que as liberte das línguas consideradas melhores que as suas, já que a linguagem é claramente marcada tanto pela classe como pela etnia de quem a utiliza. Cotidiana ou literária, a linguagem deve ser utilizada para desconstruir, provocar, desformatar e representar o grupo que a utiliza.

Em “*Jogos para atores e não-atores*”, Boal (2000) acredita ser “indiferente” o estilo que deverá ser utilizado para se construir a encenação ou a dramaturgia de uma peça-fórum. Ele acredita que o ritual de confecção de uma peça pode obedecer três estilos: realista, extrapolado ou metafórico. Em um tópico que ele domina por “A encenação” ele sugere que se o grupo tiver condições econômicas, deve construir uma cenografia que seja “o mais elaborada possível, com todos os detalhes que julguem necessários, com toda a complexidade que se considerar importante” (BOAL, 2000, p. 333). Ele acredita que quanto melhor a apresentação estética da peça-fórum mais intensa será a participação da plateia. Diz ele:

O mesmo vale para os demais elementos de uma encenação. Afinal, *o modelo é uma peça de teatro como tantas outras*, com a única diferença de que não pode ser evangélica, não pode ser portadora de mensagem, da boa palavra, e sim da dúvida, da inquietude que vai estimular o pensamento e a ação da platéia. Por isso, se for possível, usar música; se for possível[,] usar dança, dance-se muito! *Se a cena puder ser colorida, por que fazê-la em preto e branco?* (BOAL, 2000, p. 333, grifo meu).

Boal (2000, p.323) defende ainda o argumento de que o estilo para se fazer o TF esteja em comunhão com aquilo que ele denomina como “bom teatro, antes de mais nada”, que possibilite prazer estético, devendo ser um “bom e belo espetáculo”. Para ele, o perigo de se realizar uma encenação pobre é que os(as) participantes podem não desejar entrar em cena, ficando sentados(as) em suas cadeiras. Contudo, trabalhar com um texto pré-existente seria também algo que poderia ser compreendido como uma desconsideração das indicações de Boal. Silva (2009), também preocupada com isso em sua pesquisa, realiza uma entrevista por e-mail com Boal em 2007, pedindo sua opinião a respeito disso, ao que ele responde que não existiria nenhum problema em se fazer um fórum com uma peça já escrita, desde que a mesma fosse adaptada para as necessidades previstas para esse tipo de espetáculo. Ela também questiona o fato das oficinas realizadas pelo CTO/Rio se preocuparem muito pouco com a parte estética da peça-fórum, aspecto que também pude constatar quando realizei duas capacitações lá. A seguir falarei mais pormenorizadamente da estória que norteou a construção da dramaturgia do esquete apresentado.

### 3.8. A estória inicial: Branca e José Pássaro Volante, um dia de prodígios.

“Um personagem levantou-se e disse. Isto é uma história. E eu disse. Sim. É uma história. Por isso podem ficar tranquilos nos seus postos. A todos atribuirei os eventos previstos, sem que nada sobrevenha de definitivamente grave. Outro ainda disse. E falamos todos ao mesmo tempo. E eu disse. Seria bom para que ficasse bem claro o desentendimento. Mas será mais eloquente. Para os que crêem nas palavras. Que se entenda o que cada um diz. Entrem devagar. Enquanto um pensa, fala e se move, aguardem os outros a sua vez. O breve tempo de uma demonstração” (Lídia Jorge, *O dia dos prodígios*, 2010, s/p).

A estória que embasou a dramaturgia que construí foi retirada do livro “*O dia dos prodígios*”, da escritora portuguesa Lídia Jorge (2010) que a publicou pela primeira vez em 1980. Ela se passa em Vilaminhos, vila fictícia criada por ela para narrar o caráter mítico que as pessoas daquele lugar encontravam para explicar as mudanças que vinham ocorrendo com o fim da Revolução de 1974. Dentre essas personagens encontra-se Branca Volante, dona de casa que costura uma colcha com um dragão em seu centro, do tamanho de sua própria casa e seu marido José Pássaro Volante. A atividade de Branca é medida pelo marido, que corrige seus excessos sempre que ela está com o espírito para além das parreiras.

Passo agora a descrever como Lídia Jorge (2010) constrói a relação de Pássaro com a violência: Pássaro aprendeu a resolver seus conflitos através do uso da força física desde pequeno. Assim, diante do desejo de vender a mula Menina que costumava fugir e que, de algum modo, dava a entender que confrontava o poder de mando de Pássaro, desafiando “as regras de existência de mula mansa”<sup>34</sup>, diz a autora: “Então Pássaro Volante sentiu que ia ficar repleto de cólera, e a barba que tinha azul e afiada, pôs-se a despontar vigorosa contra a insolência de uma *mula tão louca como a mulher*, e como ela perversamente misteriosa e cínica”<sup>35</sup>. Fica evidente que querer escapar da autoridade de Pássaro coloca a mula na condição de *louca*, tal como Branca quando não obedece ao seu controle. E Pássaro pensa: “Se eu não soubesse desde moço pequeno, e por *ensinamento de meu pai*, que espancar uma besta é sempre mais caro do que espancar pessoa, eu te diria, oh velhaca”<sup>36</sup>. Pássaro amarra o focinho da mula para conter seu “riso” e, após espancá-la com uma vara de vime, ele sente

<sup>34</sup> JORGE, Lídia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010, p. 42.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 41, grifo meu.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 41, grifo meu.

seu corpo “tremendo como se tivesse amado uma mulher”<sup>37</sup>. A descarga liberada por ele ao espancar a mula demonstra o alívio que Pássaro encontra ao castigar aqueles(as) que vão contra aquilo que ele determina, produzindo-lhe prazer esse exercício desmesurado de poder; ele quer ser obedecido: “E com elas [as mulas] exercitas a voz de comando. Dizes. Alto. Parem. E elas param. Andem. E elas andam. Vá. E elas trotam”<sup>38</sup>. Apesar do castigo, Menina dispara um relincho e isso é compreendido novamente por Pássaro como se ela estivesse rindo dele. Nessa passagem, Lúcia Jorge (2010) demonstra como a força física é utilizada por ele como forma de controlar a expressão do outro, mesmo que este outro seja apenas um animal. Os(as) vizinhos também explicam o nascimento de Pássaro como um ato que provoca dor extrema em sua mãe, segundo Manuel Gertrudes Pássaro teria nascido “de pés” (JORGE, 2010, p. 76), o que causou imenso sofrimento em Margarida Volante: “Mas ninguém deveria ter de engolir a sua própria vida, só porque um outro nasceu de pés”<sup>39</sup>.

O mesmo acontece com a esposa, diante de quem se entende como senhor e dono, não precisando consultar seus desejos em nenhuma ocasião. Branca também é comparada à mula, corpo sobre o qual Pássaro cavalga quando bem entende:

Mas Pássaro sentava-se sobre a cintura de Branca, feita selim de coiro, bordado a lã e a espelinhos. Arreios invisíveis sim, mas Branca via os atafais virem no ar, passarem-lhe por baixo das ancas, e a sobrecarga a apartar-lhe a barriga. (JORGE, 2010, p. 66).

Deste modo:

Pássaro cavalga. Branca é um dorso macio de aragem pelada. Pássaro cavalga como se a *montada* tivesse partido à desfilada pelos caminhos, e ele cego por ver a terra tremer. E então o estremeamento sobre a montada da cama, veloz e horizontal, como se Pássaro se quisesse sacudir de si próprio, despejar o seu interior aí sobre. Larva e linfa esmaecida. Branca fecha os olhos. Desventrou-se de uma urina resinosa sobre mim. Agora todos os pensamentos são amargos sob o ímpeto mal contidos. (JORGE, 2010, p. 51).

---

<sup>37</sup>JORGE, Lúcia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010, p. 42.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 122.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 77.

Tomar a esposa sexualmente, sem o seu consentimento é o modo que Pássaro conhece de se relacionar e ela, por sua vez, entende que, com sua “navalha de carne [Pássaro] vai-lhe esfacelando a alma, pensando que está apenas a coçar-lhe as virilhas”<sup>40</sup>. Ele serve-se dela: “E um dia Pássaro se mandou para cima dela sem uma palavra e lhe disse depois. Estou servido”<sup>41</sup> e quer controlar até mesmo os seus pensamentos, demonstrando como eles são perigosos. Exemplifico isso na passagem em que Branca reclama de uma dor de cabeça localizada entre seus olhos, “no alto da cana do nariz, sob a testa”<sup>42</sup>: “Pássaro declara. Não admira, esse é o sítio exacto da cabeça para apontar uma arma. Porque está aí o nó dos pensamentos”<sup>43</sup>.

Branca possui uma capacidade de ver, escutar e ouvir através das coisas: “Consigo ouvir animais, pessoas, rumorejo de folhas. Chego a ouvir as ondas. Este tam tam que vem e vai” (JORGE, 2010, p. 48). Ainda que dotada dessa clarividência, ela não consegue entender o motivo que leva o marido a ser um tirano, o que a leva a indagar-se a respeito da origem disso, querendo ter uma “faca afiadinha” para abri-lo e inspecionar o seu interior:

Onde está o órgão gerador da tua peçonha, Pássaro? Desejava às vezes. Abrir-lhe as vísceras uma a uma, para espreitar o interior, meter a mão, estudar o pormenor. Alguma lagarta branca sairia rastejando, vinda de uma origem de fel. As roscas e ondulações. Subiria a tripalhada e iria roer o órgão do humor pulsante e vermelho, postado desde sempre na caixa do peito. Aí a larva enrolada teria sua casa sempre renovada. (JORGE, 2010, p. 49-50).

Ela imagina que, uma vez encontrado o ovo da larva, poderia examiná-la até que essa se transformasse numa “mancha de líquido sobre o ladrilho”<sup>44</sup>. Depois, Branca pegaria uma agulha e uma guita e costuraria o marido da “goela ao púbis”, demonstrando que o seu desejo era estancar a violência que acontecia dentro de sua casa, sem que tivesse, contudo, que se separar dele. O que ela espera é um acordar que seja tranquilo, “Pássaro de rosto sereno,

---

<sup>40</sup> JORGE, Lídia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010, p.96.

<sup>41</sup> Ibid., p.65.

<sup>42</sup> Ibid., p.88.

<sup>43</sup> Ibid., p.88.

<sup>44</sup> Ibid., p. 50.

falando manso. Parado à mesa como quem estivesse. Embora da goela ao púbis houvesse uma fenda cozida a guita e dedal”<sup>45</sup>. Conversando com seus vizinhos, ela diz:

Muito mais difícil é o que eu espero. Eu espero acordar um dia sem sentir o peso do corpo, nem dos ossos, nem das miudezas do ventre. Estar em casa e pensar. Vou abrir a janela. E levantar-me para abrir a janela sem antes pesar quantas arrobas tem o meu assento sobre a cadeira onde estou sentada. Pensar. Vou chamar o Francisquinho. E não precisar de cortar as coleiras que me amarram a língua para chamar por meu filho. Isso eu queria. (JORGE, 2010, p. 96).

Esse pensamento de Branca, essa *espera*, é alimentada pela ideia de *destino fati* (BOURDIEU, 2007), própria de alguns tipos de relações amorosas. Ela conhece o marido aos 17 anos e tem uma de suas premonições ao olhá-lo: “Vai ser aquele. Nunca se sabe. Disseram-lhe. Vai ser aquele, porque tem cara de me querer bater toda a vida”<sup>46</sup>.

Mas um dia Branca resolve confrontar Pássaro quando este insinua que ela não tem intenção de terminar a colcha que está bordando. Branca diz: “Usas este bordado como para controlares a minha pessoa no próprio espírito. E eu mais do que submissa, acobardada. Caladinha” (JORGE, 2010, p. 99). É a primeira vez ela enfrenta seu marido: “E disse. Que mais valia pedir uma esmola por amor de deus, que viver numa casa onde apenas tinha feito de parideira de meninos machos. E servido as coisas que serviam as bestas”<sup>47</sup>. Entendendo que havia sido chamado de *besta* o marido a convoca a repetir novamente aquilo. Cansada, ela se transforma na “senhora do dragão, das missangas, das linhas, dos pontos”<sup>48</sup>, o que faz com que Pássaro sintasse obrigado a tomar uma atitude, sentindo que “a alma do seu pai lhe falava nas veias”<sup>49</sup>. Pássaro começa a espancar Branca, mas dessa vez ela reage:

Alcançou com a mão esquerda a tenaz, passou-a à direita, e cega por um fluido de baba e ranho onde nada existia a não ser visco e seu marido concreto. Seu marido concreto. Arremessou-lhe o ferro que se abriu no ar em cruz e se foi espetar na parede, uma mão travessa acima do chapéu de Pássaro. E Pássaro pregado à cadeira, como se as calças que trazia vestidas. E toda a gravidade da terra. O prendessem ao tampo de madeira pelos fundilhos. Sua mulher tinha perdido o juízo. (JORGE, 2010, p. 101).

<sup>45</sup>JORGE, Lídia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010, p. 50.

<sup>46</sup> Ibid., p. 66.

<sup>47</sup> Ibid., p. 100.

<sup>48</sup> Ibid., p.100.

<sup>49</sup> Ibid., p.101.

Isso desmobiliza Pássaro, dá-lhe vontade de sair dali e ir “pensar para outro lado”<sup>50</sup>. Mais uma vez, contudo, a educação dele para ser um homem “macho” o impede de sair, quando vê os filhos se aproximando: “achou que de novo a alma de seu pai, *muito forte e muito homem* lhe falava de debaixo da mesa”<sup>51</sup>. Pássaro volta a espancar a esposa, agora para ensinar aos filhos como um homem deve agir: “*Vejam meus filhos*. Urrou duas vezes, engolfou os bicípedes dos braços, de força e ar, e avançou para o quadrúpede, animal de cabelo, Branca”<sup>52</sup>. Mas Branca resiste e tenta se defender: “E procurava o rosto de Pássaro. Enfiava os dedos nos olhos de Pássaro. Mordia os olhos de Pássaro”<sup>53</sup>. Ela, ainda, abre a gaveta e pega o facalhão de dois gumes que usava para matar porcos: “Aí Pássaro compreendeu que *aquela faca ia mudar a vida*”<sup>54</sup>. Aquela faca, ou melhor dizendo, a atitude de Branca mudaria a vida dos dois. Pássaro consegue, contudo, tirar a faca das mãos da mulher e, quando aparecem diante da vizinhança, a reação é:

Os vizinhos começaram a chorar e a gritar descompostamente. Não porque homem e mulher se arranhavam como ginetos e mordiam como cães. Não. Mas porque nunca tinham pensado que Branca, uma só vez na vida, fosse capaz de outro gesto senão o da obediência, comedimento e castidade. (JORGE, 2010, p. 103).

Também os filhos do casal ficam mobilizados pela figura da mãe que “apesar de parecer morta não queria que a compusessem”<sup>55</sup>. As crianças dela, aprisionadas por um “terramoto sentimental de baba e pranto, queriam que uma grande estrela caísse sobre Vilaminhos. Sendo dia. Para que não fossem só eles, meninos de José Pássaro Volante, a sentirem na alma tamanha desgraça”<sup>56</sup>. Até aqui Lídia Jorge (2010) reposiciona Branca na situação de violência, fazendo-a também revidar como se fosse igual ao marido, causando espanto em vizinhos e vizinhas e demonstrando, também, o quanto seus filhos ficavam penalizados com aquela vida cheia de violências, o que confere ao Pássaro a ideia de que todos estão unindo forças contra ele, os filhos que são medrosos a ponto dele “desconhecer o escrito da masculinidade”<sup>57</sup> neles, a vila que o trata como um forasteiro e a mulher que, se não

---

<sup>50</sup> JORGE, Lídia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010, p.101.

<sup>51</sup> Ibid., p.100, grifo meu.

<sup>52</sup> Ibid., p.102, grifo meu.

<sup>53</sup> Ibid., p.102.

<sup>54</sup> Ibid., p.102, grifo meu.

<sup>55</sup> Ibid., p. 104.

<sup>56</sup> Ibid., p. 104.

<sup>57</sup> Ibid., p. 123.

passasse perfume aos domingos ou não levasse um “estalo encontro na cara”<sup>58</sup> desferido por Pássaro, não se notaria a existência. Vê-se, assim, Pássaro abalado porque sua mula fugiu e também porque sua esposa resolveu se opôr aos seus desmandos, desestruturando todas as suas certezas. Além disso, a escritora menciona o quanto a atividade de Pássaro está se transformando em coisa do passado, seja porque as mulas carregavam mais moléstias àquela altura, seja porque não se reproduziam e ficavam cada vez mais caras. É como se o agir de Pássaro, sua existência, fosse algo obsoleto: “Arranji este jeito de ser e vida, e agora o que pode um homem fazer?”<sup>59</sup>.

Paralelamente a isso, a figura do cantoneiro José Maria questiona Branca, dizendo-lhe que só se liberta quem deseja e lembrando-a do quanto a profissão de Pássaro está circunscrita ao desaparecimento. Ele traz também a ideia do progresso para a vila através dos grandes caminhões que irão substituir o trabalho manual e irão lavrar a terra, demonstrando que o tempo da ditadura chegara ao fim e que Branca poderia modificar sua vida caso reparasse melhor no caminhão (e provavelmente nele, o cantoneiro), pois o caminhão era “a porta para uma boa vida”<sup>60</sup>, onde Branca poderia cozinhar em sua carroceria, deitar as crianças, dormir, comer, até mesmo montar um negócio com “pãezinhos com ovo, pirolitos, e viver-se de praia em praia” (JORGE, 2010, p. 149). O cantoneiro incita Branca a libertar-se, queimando sua colcha:

Devia, senhora dona. Ser proibido as pessoas sem coragem falarem. Quando se tem um ser. Ou coisa. Que nos ataca só há dois caminhos. E isto você sabe mas não quer saber. Ou mata ou morre. Não interessa se é com faca, palavra ou tiro. Ou mata ou morre. Você porque não queima a colcha? Mas se pensa que mesmo queimada ela ainda é colcha, porque não sai você. Senhora Dona. Da colcha? Ou está a pretender fazer como aquela mulher de seu marido do princípio do mundo? Que fazia uma teia e a desmanchava todas as noites para nunca acabar? Com a intenção de se manter fiel ao compromisso, andando ele a correr mundo e até metido com sereias do mar? Oh senhora dona. Às vezes dá-me vontade de rir. (JORGE, 2010, p. 150).

Branca demonstra seu desconhecimento perante o mundo e o cantoneiro tenta, ainda, explicar-lhe que em Lisboa os soldados e o exército libertaram todos os(as) oprimidos(as), lembrando-a também que a velocidade mais veloz de um cavalo a galope poderia ser

---

<sup>58</sup> JORGE, Lúcia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010, p. 172.

<sup>59</sup> *Ibid.*, p. 123.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 149.

ultrapassada pelas rodas de uma viatura como aquela que ele conduzia, mostrando-lhe o quanto era muito mais potente que Pássaro. Ele ainda propõe-lhe que os dois saiam de Vilamaninhos, levando os filhos de Branca, a malva, a mesa, as cadeiras e o fogão.

Acontece que Branca passa, com seu dom de antever coisas, a enxergar os pensamentos e as falas interiores de seu marido e adivinha, então, que este deseja mudar sua própria vida. Isso se exprime aqui:

Então sabes no que penso sobre a mudança da vida. Desde há um ano a esta parte que me sinto comido e escoiceado por bestas. Levantou-se Pássaro com voz de noivo. Para tomar a mão de Branca. E Branca disse no escuro. Agora, que parece querer, vai ser muito difícil conversares comigo, Pássaro. Porque eu ainda antes dos teus gestos sei que a tua mudança vai começar. (JORGE, 2010, p. 172).

Não bastasse isso, Branca adivinha que o marido deseja encostá-la no umbral da porta para despi-la e se esfregar contra ela até ficar “aliviado dos teus males” (JORGE, 2010, p. 172). O fato de fazer sexo com Branca pela primeira vez “nessa posição de pessoa” (JORGE, 2010, p. 172) e não de cavalgadura já é um indicativo, segundo ela, de que Pássaro começou a mudar. Branca afirma que ela mesma iniciou uma mudança ao conseguir falar tais palavras junto a ele e chama-o para executar o que havia planejado, ao que ele a indaga a respeito de suas premonições: “E eu não gostaria que me amasses a ponto de me chamares de Passarinho?” (JORGE, 2010, p. 173). E ela responde:

Ai, sim. Disse Branca. Todo desejo de pessoas como tu, é que alguém lhes redobre o amor. Dando elas no entanto, apenas a décima parte do que deveriam dar. Ou nada mesmo. É como fazer uma cova no fundo do poço. Quanto mais a queres seca, mais ela se enche de água. Sendo neste caso a água, a dor e a indiferença. Porque esperas, Pássaro? Tens ali o umbral da casa. Faz escuro. Os teus filhos dormem no quarto de trás e as malvas estão presentes, mas não têm língua. E se tivessem contariam apenas a verdade a quem a quer ignorar. Passarinho. (JORGE, 2010, p. 173).

É interessante observar que Branca não precisou abrir o marido da “goela ao púbis”. Sua liberdade é adquirida a partir do momento em que consegue colocar-se através de palavras ou de violência, permitindo que adquira a capacidade de ler/adivinhar o universo do próprio marido. Isso se expressa aqui: “Agora esse pressentimento de que mesmo inchada de

socos e pedindo perdões com a língua sempre ela havia de estar acima de si. De mim. De mim. Pensava Pássaro” (JORGE, 2010, p. 173). Ele sente raiva desse poder que a esposa adquiriu, pensa-a como “puta” que, mesmo estando atrás da parede da casa, sabe o que ele pensa, “que lhe digo e chamo” (JORGE, 2010, p. 173). Pássaro fica inconsolável, mesmo sabendo que, no final das contas, a esposa irá usar aquilo que sabe para cuidar dele e protegê-lo: Branca se preocupa se ele toma sereno e fica com a garganta picando, corre para agasalhá-lo, deixando água sobre a cabeceira para que possa beber. Ele pensa:

E tudo o que eu lhe disser, já ela antes saberá, e assim estará sempre adiante de mim, e eu atrás, atrás. Como uma sombra de sua pessoa. Sem conseguir ultrapassá-la. Ai de mim. Nem a sombra do meu pai pode valer a um homem que, cheio de pasmos e dúvidas, só tem a certeza de que a mulher. Estando em casa, comendo, bebendo e dando de corpo como qualquer um. Pertence a um mundo que vai à frente dos outros vários passos no tempo. (JORGE, 2010, p.174).

O poder assumido por Branca, de algum modo, enfraquece o marido, faz com que queira mudar de vida, com que se sinta atrás dela, vendo-a como um ser que tudo sabe, fazendo-o sentir-se como “uma sombra de sua pessoa” (JORGE, 2010, p. 174):

Quando Pássaro voltou a sentar-se no suposto abrigo das malvas e outras flores, junto do poial do pátio, o céu escuro e estrelado pareceu-lhe altaneiro por indizível. *Podia abrir uma mão e outra e o braço sempre seria curto para alcançar a verdade do ar.* Tanto mais que agora Branca assumia o tamanho desses astros altos, escapando-se assim pela turquês da sua vigilância. (JORGE, 2010, p. 173, grifo meu).

Aqui Lígia Jorge (2010) deixa explícito que a relação de Branca e Pássaro, como todas as relações interpessoais é, antes de tudo, uma relação na qual o poder flui e é disputado pelo casal. A partir do momento em que ele deixa de se concentrar apenas nas mãos do homem, sua masculinidade passa a ser questionada por ele mesmo: “O que pode um homem depois de tanto desastre havido com as mulas. O que pode um homem fazer, quando uma mulher, saracoteando a saia pela casa é capaz de prever os acontecimentos da vida?” (JORGE, 2010, p. 195). E mais adiante:

E Pássaro sentia a repelência que sente o vencido debaixo do gume da lâmina do vencedor. Poupano-lhe esta a vida. O vencido agarrando as calças pela braguilha, sente que ainda está vivo, mas perdeu a excecência da masculinidade. Cala-te porra de mulher. (JORGE, 2010, p. 197).

Diante das adivinhações de Branca e do poder supostamente contido nelas, Pássaro ainda sente vontade de fazer algo: “Pássaro levanta-se. Ainda eu levanto as duas mãos e começo a apertar-lhe o tubo da respiração até ela dar o último solavanco. Esta marafada que agora fala, apesar de tudo, é feita de língua e bofes como os demais” (JORGE, 2010, p. 198).

Branca, conhecedora do pensamento de Pássaro, lembra que toda Portugal virá procurá-la para que ela adivinhe o futuro das pessoas e que, ainda que ela cobre por tais consultas, as esmolas serão tantas que todos na casa terão como viver para o resto da vida. Até mesmo Pássaro terá o luxo de passear o gordo corpo sobre as mulas, por puro deleite. Assim, tal como previa o cantoneiro, Branca prefere continuar ao lado do marido, deixando a possibilidade de ir embora com José Maria, dizendo-lhe adeus, sem nunca conhecer o que é doce, “para se julgar a figura duma história de romances” (JORGE, 2010, p. 199). Disse ele:

A prisão de sua vida enquanto vida. Branca olhando o cantoneiro com um risinho de pranto. Espreitando o zinco do carrinho, o aço da picareta através da água puro do copo. Tudo passa, Branca, tudo, mesmo a virtude. Mas a lembrança dum beijo de boca, Branca. Se soubesse. Fica até à morte. Oh Branca. (JORGE, 2010, p. 200).

Acertada ou não, a escolha de Branca se dá diante de uma nova possibilidade: a de ter fundado junto ao marido um posicionamento subjetivo, até então inédito, em que a relação do casal passa a se equilibrar diante da não abjeção do corpo de Branca, sua inserção como um sujeito que também é detentor de poderes fazendo com que, ao contrário do que vivia até então, ela não só adivinhe o futuro, como também tenha condições de sustentar marido e filhos.

### 3.9. A construção final.

A riqueza trazida pela obra de Lídia Jorge (2010) provavelmente poderá ser interpretada inúmeras vezes, dependendo da leitura que dela se faça. Por hora, me contentarei com esse modo de relatar a estória de Branca e Pássaro. Olhando-a agora com distanciamento, posso verificar que toda a riqueza de elementos trazidos pela escritora não foram por mim considerados quando adaptei seu texto para a dramaturgia da peça-fórum. Isso se deve a várias razões: um primeiro motivo é que seu texto não é fácil de ser compreendido num primeira leitura, sendo que para conseguir delimitar com clareza a estória desse casal, precisei ler várias vezes a obra, pois as personagens ou os seus diálogos não ficam expostos com a clareza que agora trago aqui. Cabe ressaltar que antes de chegar à conclusão de que utilizaria essa estória, eu havia escrito o esquete que serviu para as leituras dramáticas que relatei em minha trajetória de pesquisa. Num primeiro momento, pensei que poderia servir para a minha dramaturgia, mas depois fiquei com receio de que ele não traria os elementos para uma peça-fórum. Esse conhecimento mostrou-me que há que se ter um tempo considerável para a construção da dramaturgia caso se queira priorizar uma escrita poética.

Somado a isso, eu tinha a tarefa de adaptar a dramaturgia e construir todo o espetáculo, preocupada que o mesmo levasse uma pergunta para a plateia. O fato de ter concentrado todas as tarefas em minhas mãos (dirigir, construir figurino, cenário, dramaturgia), enfim, o fato de tomar todas as decisões e executar as tarefas na maioria das vezes, solitariamente, na tentativa de garantir o produto final, isto é, as cinco apresentações, fez com que eu ficasse muito sobrecarregada como pesquisadora, tendo que estar atenta a inúmeros fatores desconhecidos num curto período de tempo. Isso justifica as lacunas que percebo na construção do esquete e condução do fórum e deve servir como uma crítica para que o processo grupal seja priorizado, podendo ou não resultar em um produto/espetáculo. Se o(a) curinga/pesquisador(a) tiver diante de si a responsabilidade de construir um processo grupal com um número de pessoas com as quais deseja produzir conhecimento, então será mais fácil distribuir tarefas, já que o nível de cobrança não será medido através de um produto que deverá ser elaborado a todo custo. Isso também será muito mais enriquecedor para o grupo, pois nos momentos em que consegui delegar tarefas, todos(as) os(as) participantes mostraram conhecimentos e habilidades que possuíam e que, de outra forma, ficariam

sufocados pela correria em produzir a peça. Dessa maneira, o compartilhamento das tarefas potencializa e capacita o grupo, fazendo-o, de fato, compreender visceralmente o que significa fazer TO. Essa orientação vale, sobretudo, para aqueles(as) que, como eu, nunca trabalharam com essa metodologia.

Tomando isso em consideração, simplifiquei a estória de Pássaro e Branca e construí pequenas cenas entremeadas de música, projeção de filme e dança. Procurei usar o Teatro Imagem fazendo com que Branca executasse seus movimentos cotidianos, repetidamente: lavar, costurar, passar roupa e Pássaro também: fumar, ler jornal, ter seus sapatos engraxados. Isso surtiu bastante efeito: quando entravam no palco, tanto espect-atrizes como espect-atores, reproduziam a mesma sequência de gestos da protagonista e, posteriormente, com o acréscimo das vizinhas, delas também.

Nas três primeiras apresentações ocuparam o palco apenas o casal e uma amiga de Branca que tentava intervir para ajudá-la, um tanto timidamente. Como essas apresentações aconteceram uma em seguida da outra, tive tempo de aprimorar as duas últimas apresentações somente depois. Chamou minha atenção em uma dessas apresentações as intervenções de uma espectadora, Matamouros, e suas concepções sobre as mulheres que vivenciam situações de violência, tomando-as como *tontas* ou *marias-jó* justamente por serem maltratadas por seus maridos. Isso me fez seguir as indicações de Boal e acabei por construir de um modo mais contundente duas vizinhas: Jesuína e Esperancinha. Também através de Teatro Imagem, essas atrizes conversavam e executavam tarefas domésticas. Jesuína mostrava-se defensora do Pássaro e acusava Branca de talvez até gostar de ser violentada pelo marido. Esperancinha fazia às vezes do cantoneiro que incitava Branca a sair da situação, colocando em dúvida o que a outra vizinha falava. Além disso, ao invés de tomar a ideia inicial de Lídia Jorge, mostrando que Branca poderia revidar a violência sofrida com mais violência, deixei em suspensão qualquer tentativa de resolução por parte dela, entregando à plateia a responsabilidade de encontrar caminhos para isso. Mas a ideia de conservar o roteiro original de Lídia Jorge também poderia ser interessante, pois permitiria que a plateia confrontasse, diretamente, com suas concepções sobre violência nas relações interpessoais.

Acabei optando em fazer o antagonista nas três apresentações iniciais, numa tentativa de garantir a argumentação com a plateia e também para mostrar para o resto do grupo como se daria, efetivamente, o fórum, pois apenas uma atriz já havia presenciado uma peça-fórum. Isso fez com que a figura do(a) curinga não aparecesse nesse primeiro momento, já que eu

entendia que essa função deveria ser desenvolvida por mim. Para resolver esse impasse, coloquei a própria atriz que fazia o papel de Branca para curingar: bastava ela pegar um, dentre os vários corações que compunham o cenário e entregar para uma pessoa da plateia, pedindo-lhe que segurasse seu coração e a ajudasse a resolver seu problema, daí o nome da peça-fórum ser “Segura meu coração”.

Aquelas pessoas que não desejavam entrar em cena tinham como possibilidade dizer o que a protagonista poderia fazer, aconselhando-a. Ao fazerem isso, a protagonista voltava ao palco e, através da dramaturgia simultânea<sup>61</sup>, tentava executar o que lhe foi sugerido, recebendo, em troca, uma contra-argumentação do antagonista, o que a levava novamente para o palco, em busca de mais auxílio. Acredito que as duas últimas apresentações, nas quais eu mesma fiz a curingagem, permitiram que a ação do grupo fluísse com mais eficácia, por não obrigar a protagonista a se concentrar em tantos elementos (curingar e atuar), que já são, separadamente, bastante complexos. Era muito mais fácil, assim, fazer perguntas para as pessoas, sem necessidade de entregar-lhes o coração e pedir-lhes para que entrassem no palco. Entraria nele, portanto, somente quem desejava fazê-lo. Outra atriz passou a fazer o Pássaro, a partir daí. Outro aspecto que deve ser levado em consideração aqui é que acabei definindo os momentos em que iríamos parar e pedir o auxílio da plateia, na tentativa de garantir sua participação. O que desconsiderei, nessa época, é que a não ação também poderia ser interpretada como material a ser estudado, já que também indicava um posicionamento do público, ou seja, não pedir para a cena parar também já é uma forma de intervenção.

Acabei respeitando todos os tipos de intervenções realizados pela plateia, considerando-os como possibilidades dentro do fórum. Acredito que as pessoas que ficaram sentadas em suas cadeiras, mas que torciam ou ajudavam a protagonista ou que, na roda de conversa ou no final do espetáculo vieram procurar algumas pessoas do grupo, sobretudo a protagonista, relatando que também haviam “sido uma Branca um dia” (anotação de Diário de Campo) também foram acionadas, mas de outra forma. Em seu trabalho como curinga, Silva (2009) observou que a intenção teatral da plateia varia muito de acordo com o grau de desinibição e familiaridade que o(a) espectador(a) tem com a linguagem teatral e até mesmo com a relação que ele(a) estabelece com o tema apresentado. Ela entende que a mobilização do público é notável durante a intervenção dos(as) espect-atores/atrizes ou, ainda, durante a

---

<sup>61</sup> Na Dramaturgia Simultânea a peça contendo um problema é apresentada e a busca de uma solução era realizada junto com a plateia, que dizia para os(as) atores/atrizes o que estes(as) deveriam fazer. No palco, eles(as) improvisavam as soluções sugeridas por ela.

fala dos(as) curingas, sendo que as pessoas continuam analisando e julgando as alternativas apresentadas. Para ela, essa mobilização não se apresenta apenas durante as intervenções, mas também de maneira interna, individual, o que é perceptível através da escuta dos comentários vindos da plateia. Ela pôde verificar em sua experiência com o TF que alguns(mas) espectadores(as) consideram opressivas as próprias regras do jogo e não se motivam a participar quando são incitados(as) a fazê-lo apenas pela via da ação, teatralmente, sem poderem se expressar exclusivamente através de suas ideias. Para ela, a interrupção do debate desmotiva essas participações e bloqueia a possibilidade de atores/atrizes e público detectarem em cena relações de opressão. Assim, Silva (2009) descreve três possibilidades de espectador(a) numa peça-fórum, que foram encontrados(as) também em minha pesquisa. São eles(as): aqueles(as) que, de fato, não intervêm em nenhum momento, aqueles(as) que intervêm apenas com suas falas, sentados(as) em suas cadeiras e, finalmente, aqueles(as) que intervêm com ação, que são, de fato, os(as) espect-atores/atrizes. Segundo ela, esses(as) últimos(as) são uma minoria no meio do público, já que conseguem se deslocar da condição de testemunha, passando a ser agentes do discurso verbal, legitimando que são espectadores(as) e atores ou atrizes ao mesmo tempo. Eles(as), ainda, emprestariam seu próprio corpo para criar condições propícias à solução dos problemas apresentados.

A pesquisadora chama a atenção para o fato de que no TF o público é submetido a uma explicação do(a) curinga acerca das regras da encenação ou do jogo e, antes de iniciar a apresentação do antimodelo, lhe é sugerida a participação em jogos teatrais com o objetivo de melhorar suas capacidades expressivas e criativas. Contudo, na apresentação de uma peça-fórum nem sempre o(a) espectador(a) tem consciência das regras as quais será submetido(a) e nem sempre está disposto(a) a jogar. Ela acredita que as regras às quais ele(a) é exposto(a) antes do espetáculo não são suficientes para atingir um efeito catalisador necessário para sua intervenção, sendo que na maioria das apresentações, em uma plateia com cem ou mais espectadores(as), apenas cinco ou seis têm coragem de entrar em cena, pois talvez não estejam dispostos(as) a serem julgados(as) pelos outros(as), o que indica, muitas vezes, a necessidade de um trabalho prévio com o público que participa deste tipo de espetáculo.

Acredito que esse trabalho prévio feito com o grupo tenha caráter informativo e o reposicione diante de importância de sua participação numa peça-fórum. Exemplo disso foi a minha experiência com o grupo de profissionais da saúde para o qual levei o esquete. Alguns meses antes da apresentação, eu havia trabalhado com alguns(mas) deles(as) num outro projeto já mencionado nesse artigo, para discutir diversidade sexual e homofobia através de

jogos e exercícios do TO. Eu e a coordenadora desse projeto, passamos seis horas com eles(as) discutindo isso e terminamos o dia com a construção de pequenas cenas, retiradas de notícias de jornal, que o grupo tinha que dramatizar para, posteriormente, abrir para o fórum. Nós alternávamos os jogos com rodas de conversa, nas quais conversávamos sobre cada jogo ou exercício, revíamos crenças, opiniões etc. Um desses profissionais, Ermilindo, contou numa dessas rodas que ele havia participado da oficina naquele dia sem saber que seriam utilizadas técnicas de teatro e que, se soubesse, provavelmente não teria ido, por não gostar desse tipo de vivência. Mas assumia que ter passado o dia conosco fez com que revisse o que até então pensava sobre teatro, entendendo que existem outros tipos de teatro, com diferentes propósitos. O resultado real dessa reconstrução de Ermilindo se deu, meses depois, através de várias entradas no palco, durante o fórum. Não só ele, mas outros(as) profissionais que participaram daquela oficina entraram em cena no dia da apresentação.

É possível, portanto, facilitar a participação das pessoas ao deixá-las familiarizadas com o método utilizado. Mas o número de pessoas que participaram nos fóruns foi parecido em quase todas as apresentações da minha pesquisa, não sendo possível afirmar, concretamente, se o encontro prévio com o grupo facilita significativamente sua entrada em cena.

Com relação à ativação dos corpos durante o fórum em contraposição à intervenção realizada apenas com as pessoas sentadas em suas cadeiras, a partir de seus testemunhos ou encorajamentos dados à protagonista, não é possível delimitar o quanto uma ou outra ação são, efetivamente, produtoras de um sentido político e emancipatório, ainda que seja possível observar que se trata de participações bem diferentes. Todos os fóruns realizados foram seguidos de uma grande torcida, isto é, as pessoas aplaudiam a espect-atriz ou espect-ator que entraram no palco pelo simples fato de ter coragem para fazê-lo, aplaudiam quando conseguiam desbancar o antagonista ou encontrar uma solução que elas mesmas consideravam eficaz, muitas vezes elas diziam para a Branca coisas como “chama a Maria da Penha pra ele!” (anotação de Diário de Campo), enfim, parecia que a plateia vibrava junto com aquele(a) que se dispunha a vencer o medo de entrar no espaço estético, mas não é possível chamar as pessoas que não se ativaram teatralmente de espect-atores/atrizes, justamente por não terem emprestado seu corpo à ação teatral.

Sem configurar autoritarismo, o ideal é convidá-las para adentrarem no espaço estético, respeitando aquelas que desejam falar de seus lugares. É que, a meu ver, a ação

teatral lhes confere uma ideia mais elaborada do que é aquilo pelo qual está passando a protagonista. Maria Deodorina, aluna do programa de alfabetização que entrou mais de uma vez em cena, diz ao final da apresentação: “Foi muito bonito o trabalho de vocês, deu um toque de realidade, você começa a sentir mesmo, sei lá [...]. É que a gente sente porque as outras pessoas estão passando [...]. A gente sente pela dor das pessoas”. Sentir “pela dor das pessoas” é justamente compreender que há vidas que são tratadas como meramente matáveis, é colocar-se no lugar do(a) outro(a) e sentir debaixo de sua própria pele as lutas de poder que ele ou ela vivenciam em seu dia-a-dia, neste caso, dentro de sua própria casa. Se o objetivo do TF é fazer com que as pessoas se importem com as condições sociais de sua existência e se isso é mais eficaz, ao que tudo indica, através de sua entrada no espaço estético, para que se auto-observe e encare analiticamente o tema a ser debatido, então é necessário o incentivo para sua entrada em cena, sem dúvida. Mas os debates que acontecem após o espetáculo, por outro lado, também precisam ser avaliados como outra faceta do conhecimento, algumas vezes contraditória, que foi produzida por parte daqueles(as) que entraram em cena para auxiliar a protagonista. Alguns(as) espect-atores/atrizes que haviam tentado auxiliar Branca a quebrar sua opressão, depois que se sentavam em suas cadeiras, demonstravam através do que nomeei como *discursos de regulação* ou *discursos culpabilizadores*, que determinadas mulheres são merecedoras de violência em ocasiões específicas<sup>62</sup>. Essas pessoas mostravam a necessidade da violência ser usada em casos nos quais o comportamento da mulher deveria ser corrigido, o que levou-me a questionar se ter apresentado a protagonista como uma dona de casa séria, responsável e dedicada não teria reforçado essa visão. Será que ter construído uma personagem apenas com aspectos que figuram como hegemônicos nas construções de gênero não terá contribuído para reforçar uma ideia normatizadora das mulheres? Como teria sido se Branca apresentasse certos “desvios” que foram mencionados pela plateia, como “sair de casa para bagunçar” (Maria Mutema e Rosa’uarda) ou “abandonar seus filhos” para se defender da violência (Carolinda)? Que tipo de auxílio seria fornecido a ela, se é que seria, caso não se encontrasse dentro de um ideal regulatório que satisfizesse a plateia? (BUTLER, 2010). Eu posso entender que essas pessoas, de fato, se prepararam para uma ação futura, tendo em vista que a personagem que elas defenderam no palco corresponde às suas expectativas?

---

<sup>62</sup> Os discursos produzidos pelos(as) participantes foram denominados por: discursos reguladores ou culpabilizadores, discursos de resistência ou contradiscursos e, por fim, discursos jurídicos e a análise deles pode ser lida no artigo final dessa tese.

Além disso, durante uma de nossas apresentações, um homem que estava na plateia disse algo como “se eu entrar no palco, bato em todo mundo” (anotação de Diário de campo). Seguindo o modelo criado por Boal, acabei construindo um antagonista que, em oposição à sua esposa, possuía apenas aspectos negativos. Até que ponto a perspectiva relacional da violência foi simplificada ao adotar essa postura? Como seria se o marido tivesse sido descrito como alguém que foi engendrado, sofrendo as mesmas coerções para a assunção de um papel dito masculino, sendo coagido a “não chorar” desde sua infância, a resolver seus conflitos por meio da força física, caso contrário seria menosprezado em sua masculinidade, leitura que já foi proposta por Lídia Jorge na construção do José Pássaro? Em minha opinião, desconsiderar essa dimensão dentro de uma peça-fórum é não falar sobre a realidade, não permitir que a plateia dialetize suas escolhas, provocando a ideia de que a vida dos homens, também elas, não são “dignas de valerem à pena”. Desumanizá-los, portanto, não é a melhor escolha, apostar na prisão como uma técnica corretiva de normalização e regulação (FOUCAULT, 1987) de homens, punir sem pensar em ações que recriem as masculinidades é apostar em uma ficção nada inocente sobre esse tema. Ao delinear a construção dessa discussão em uma divisão maniqueísta vítima *versus* opressor, ficam de fora todas as alternativas possíveis para denunciar as construções pelas quais todos(as) são expostos(as) na ordem do discurso: nem todas as mulheres são como Branca e nem todos os homens são como o Pássaro. Há muitos fatores que os formatam e que contribuem para a construção de suas subjetividades e a plateia precisa se deparar com essas contradições, chegando ou não à ideia de que, afinal, todas as vidas valem à pena. Além disso, é necessário reconhecer, como ensina Scott (1995) que tanto mulheres como homens são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes, vazias porque não têm nenhum significado definitivo e transcendente e transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, contêm dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

Diamond (2002) traz a necessidade de mostrar para o público a complexidade do perfil do antagonista em uma peça-fórum que dirigiu numa comunidade indígena canadense para trabalhar violência familiar e que recebeu o nome de *Out of the silence*. Através do trabalho com o grupo e da escolha daquele que seria o antagonista, este demonstra para o curinga que sua personagem, um pai que abusava sexualmente da filha, era alguém que se sentia isolado dentro da própria família, assombrado pelo seu passado e que necessitava, portanto, de um olhar menos estigmatizador. Em uma cena da peça criada pelo grupo, o antagonista é atormentado por todas as expressões que sua família fictícia usa para se referir a

ele (abusador, perdedor, bêbado, dentre outras). O grupo queria mostrar o quanto essas “vozes” influenciavam o opressor a permanecer na mesma posição em que se encontrava. Caberia à plateia tentar romper os abusos de poder que o próprio antagonista sofria. Essa experiência, sem dúvida, deve ser levada em consideração quando se deseja falar do antagonista, ele também é constituído por eixos de diferenciação e poder, não podendo, portanto, ser reduzido apenas à figura enrijecida do “opressor”. Essas construções podem ser exploradas durante o fórum de diversas maneiras, a própria plateia dá ao(à) curinga a chance de falar sobre isso. Na primeira apresentação que fizemos, Branca sai do palco e pede ajuda para a plateia. Uma catadora, Margarida, se disponibiliza a entrar no palco. O que o grupo não esperava, contudo, é que ela desejava entrar no lugar do Pássaro, isto é, ela desejava reforçar ainda mais a opressão que ele já realizava. Isso, é claro, pegou todo mundo de surpresa. No fórum, Margarida dizia coisas como “Você não vai trabalhar, porque eu sou o homem da casa, afinal de contas você tem que ser submissa”. Como a opressão continuava seguindo a mesma linha daquela que já estava sendo feita, a protagonista resolveu levantar-se novamente, pedindo para parar a cena e dirigiu-se até a plateia, pedindo auxílio. Engrácia, uma espectatriz, entra no palco, mas ao invés de conservarmos Margarida no papel de Pássaro, deixando as duas espect-atrizes continuarem o fórum, eu acabei tomando novamente o lugar do antagonista. Pela inexperiência com o fórum, fica visível que perdeu-se nesse momento uma rica possibilidade de mergulhar naquela situação, lembrando que aquela apresentação foi a mais repleta de pessoas na plateia, o que também contribuiu para dificultar experimentações para as quais ninguém estava preparado(a) naquele dia.

Para reforçar a ideia de que a discussão da violência deve ser feita numa perspectiva relacional, não delimiti, nos próximos fóruns, as personagens que deveriam ser substituídas, por acreditar que tanto mulheres como homens têm condições de lidar com essa questão. Dessa maneira, os fóruns foram feitos da seguinte maneira: a plateia pôde substituir Esperancinha, tentando dialogar com Jesuína, a vizinha que reproduzia concepções cristalizadas sobre gênero, puderam substituir Branca na tentativa de argumentar com o Pássaro e, finalmente, puderam também substituir Esperancinha procurando conversar com a própria Branca. Depois da primeira apresentação, ninguém mais desejou substituir o Pássaro. Acredito que os fóruns realizados com a protagonista foram importantes para que a plateia conhecesse os motivos que a levavam a permanecer naquela relação violenta e pudessem, também, ver o ponto de vista daquela mulher.

Em acréscimo às considerações feitas por Silva (2009) sobre as inibições de um público não familiarizado com essa modalidade teatral, coloco que numa pesquisa que prioriza, sobretudo, a apresentação do espetáculo para a discussão de um tema, a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que a plateia deve conhecer para permitir o uso desse material pode contribuir também para toda a dificuldade e indisposição do(a) espectador(a) ser julgado(a) ou avaliado(a). Dessa maneira, sugiro que a explicação desse termo não seja realizada no dia da apresentação, como eu fiz, o que implicaria num amontoado de informações novas que as pessoas não habituadas ao universo acadêmico, não terão condições de compreender em sua totalidade. Por isso mesmo, indico que o TCLE deve ser lido num encontro agendado com o grupo com antecedência, permitindo que as pessoas tirem suas dúvidas sobre ele e entendam que o material que irão produzir será utilizado para fornecer conhecimento sobre a realidade do tema estudado, conhecimento esse que deverá ser transformado em uma leitura simples para que elas mesmas, posteriormente às apresentações, possam ter acesso. Daí a necessidade de se realizar um número de apresentações que permita ao(à) pesquisador(a) ter a chance de voltar para o campo, socializando o conhecimento que obteve a partir dos grupos. Esse ponto é de fundamental importância quando se pensa em pesquisa com posicionamento. Santos (1995) adverte sobre a necessidade de se traduzir a língua e a linguagem do(a) pesquisador(a) para outras pessoas que não ocupam posições na academia, pois não raro essas pessoas fornecem com sua língua, linguagem e experiência, o material empírico para a construção de teorias. Dessa maneira, a tradução unilateral que vem da rua para a academia, implica em uma apropriação da linguagem dos(as) “outros(as)”. Segundo ela:

O objetivo de acadêmicos, feministas ou não, não deveria limitar-se a reproduzir teorias servindo apenas os interesses da academia. Se pretendemos produzir e distribuir o saber científico e feminista o mais democraticamente possível, precisamos aprender a traduzir tanto ‘outras’ linguagens (não consideradas articuladas e sofisticadas), como a nossa própria linguagem, quer em direção à comunidade acadêmica, quer em direção à não-acadêmica. (SANTOS, 1995, p. 69-70).

Ela defende a ideia de que o trabalho acadêmico deve ser traduzido tanto *para dentro* como *para fora* da academia. Encontrar essa linguagem que traduza o científico de modo a ser compreendido pela população, ainda que possa exigir um grande trabalho do(a) pesquisador(a), viabiliza uma conversa “não inocente” a partir dos dados produzidos através

da experiência da plateia. Entendendo a subjetividade das pessoas que ali estão como sendo constituídas por suas experiências é possível fazer com que se estabeleça uma relação social que leve em conta as diferenças e o poder desses(as) interlocutores(as) numa peça-fórum. Esse retorno está vinculado à responsabilidade do(a) pesquisador(a) de esclarecer o modo como trabalhou, como também clarificar *para quem* realizou sua pesquisa (apenas para a academia? para a população?). Nessas políticas de tradução ou mediação, aprender as línguas e as linguagens dos(as) interlocutores(as) é o primeiro passo para uma conversa com pessoas que não compartilham do mesmo universo linguístico e discursivo do(a) pesquisador(a), segundo Santos (1995). Essa tarefa não deve ser assim, tão impossível, pois do mesmo modo que a plateia se disponibilizou para compreender a linguagem que eu dizia, o mesmo poderá acontecer comigo em relação a ela, em futuras pesquisas.

Termino esse tópico refletindo que seria melhor, ao invés de se pensar no TO como produto, pensá-lo como processo, ou ainda, ao invés de se levar o fórum para a população, construir a peça-fórum junto com ela, disponibilizando os meios de produção teatral de forma que ela encontre maneiras de expressar os abusos de poder que sofre, transformando-se, tal como prevê Anzaldúa (2000) em criadora de suas próprias teorias com o(a) pesquisador(a) encarando todas as dificuldades que trabalhar com grupos que se encontram do lado de fora da universidade acarretam, na tentativa de descolar-se daquilo que Haraway (1999) chama de prática representacional que autoriza aqueles(as) que produzem conhecimento a agirem como ventríloquos(as) das pessoas que, de fato, devem articular e dizer aquilo que pensam. São palavras dela: “A tutelação será eterna. O representado é reduzido ao status permanente de recipiente da ação, sem poder ser nunca um co-ator em uma prática articulada com outros companheiros sociais diferentes, mas vinculados” (HARAWAY, 1999, p. 138)<sup>63</sup>.

Os dois grupos de catadoras de material reciclável para o qual o esquete foi levado, por exemplo, demonstraram um grande desejo de conhecer melhor a linguagem teatral: um deles, como falei nesse artigo, pediu auxílio para a construção de uma pequena peça e no outro grupo duas mulheres da plateia vieram pedir, no final da apresentação, para aprenderem teatro conosco, pois algumas delas já possuíam a experiência de ter aulas de teatro no espaço da cooperativa. Coloquei-me à disposição para desenvolver oficinas com elas, comuniquei minha intenção junto à estagiária que havia feito meu contato com o grupo, procurei-a ainda

---

<sup>63</sup> Tradução minha. Conforme o original: “El tutelaje será eterno. Lo representado queda reducido al estatus permanente de recipiente de la acción, sin poder ser nunca um co-actor en una práctica articulada con otros compañeros sociales diferentes, pero vinculados” (HARAWAY, 1999, p. 138).

mais uma vez, meses depois, para verificar se poderia me reunir com elas, mas o fato de depender da estagiária para fazer essa negociação, fez com que a ideia não se realizasse e eu prossegui fazendo as demais apresentações, tendo em alguns momentos chegado até mesmo a ter dúvidas se não deveria interromper o processo com o grupo formado na universidade para tentar desenvolver o trabalho com elas.

Se houvesse tempo disponível junto com a possibilidade de correr mais riscos dentro da pesquisa e experimentar novos arranjos, creio que caberia aqui investigar um pouco mais e, talvez, investir no pedido dessas mulheres, tentando facilitar e mediar os problemas que elas trariam, mas isso implicaria em priorizar as interferências e surpresas que apareceram no meio do caminho, o que poderia me levar a um trajeto de muitas oscilações para além da aprendizagem com o TO. É preciso saber se vale a pena acompanhar essas oscilações e quais as descobertas que podem surgir daí, caso haja a resolução de abraçá-las e se elas contribuem, de fato, para a produção do conhecimento que se deseja construir.

### 3.10. Reflexões finais

“Eu digo, mulher mágica, se esvazie. Choque você mesma com novas formas de perceber o mundo, choque seus leitores da mesma maneira. Acabe com os ruídos dentro da cabeça deles”. (ANZALDÚA, 2000, p. 235).

“Quiero vivir en un mundo articulado. Articulamos, luego existimos”. (HARAWAY, 1999, p. 150).

Azêredo (2002) fala que o desafio para a Psicologia, que muitas vezes mantêm seu enfoque em asserções individualistas, é o de criar condições para a diversidade de identidades étnicas, de parcerias sexuais, de modos de ser sexuados, experiências de classe, idade, religião e, dentre os objetivos da formação de psicólogos(as) deveria estar a busca de soluções coletivas para resolver o problema da desigualdade. Diz ela:

Esse me parece ser o grande desafio da Psicologia neste início de século. Escutar o outro, pegar no ar o sentimento de perda no rosto dos excluídos, mesmo que de ‘relance’, como fez Clarice [Lispector] com Macabéa. Enfim, escutar ‘o rugido da batalha’, como nos propõe Foucault. *É preciso querer saber das verdades do outro e não ficarmos presos à mesmice de nossas verdades, tantas vezes apoiadas em privilégios.* (AZÊREDO, 2002, p. 16, grifo meu).

Essa pesquisa de doutorado permitiu a revisão de minhas próprias “mesmices” como professora e pesquisadora, fazendo-me revisitar à luz das teorias feministas e de gênero as práticas discursivas que desenvolvi ao longo de minha formação. Enquanto elaborava esse dispositivo, avalei conjuntamente minha trajetória como pesquisadora e, como num espelho, ao considerar todos os aspectos da metodologia, considerei os de minha prática discursiva também. Ainda que desejasse utilizar um método alternativo para discutir gênero e violência contra a mulher, muitas vezes me deparei, após realizado todo o trabalho, com concepções tradicionais de se fazer ciência, a promessa de um produto final é um exemplo claro disso, ainda que a intenção de construí-lo residisse na vontade de levar esse debate para o maior número de pessoas possível.

Aos voltar ao pensamento inicial desta introdução posso perguntar junto com Butler (2006), ou melhor, amparada por ela: e se fosse possível ao(à) pesquisador(a), através da compreensão de que as pessoas são vulneráveis, aprender que a sua responsabilidade sobre a vida humana, em função disso, é sempre coletiva? Fazendo leituras a respeito desta questão, seria necessário, quem sabe, inaugurar uma agenda cujo tópico principal seria a promoção de uma sociedade menos desigual, através das discussões das violações de tantos direitos humanos que se vê atualmente. Acredito que isso só será possível diante de pesquisas que sejam, de fato, posicionadas, nas quais o(a) pesquisador(a) consiga rever o que foi produzido e dialogue, honestamente, com seus resultados, com o compromisso de divulgá-los dentro e fora da comunidade científica e para aqueles(as) que virão percorrer caminhos semelhantes. O(a) pesquisador(a) deve permitir chocar a si mesmo(a) e aos(às) seus(suas) leitores(as) diante de suas próprias descobertas. Além disso, é necessário que sejam reconstruídas concepções a respeito daqueles(as) que estão implicados(as) com aquilo que todo mundo é ou quer ser um dia: os(as) outros(as). Ou ainda, tomando Haraway (AZÊREDO; HARAWAY, 2011), é necessário cultivar a capacidade de sentir e pensar *com* os outros seres mortais (animas, plantas, pessoas) e não apenas *sobre* eles, reeducando os afetos e sensibilidades morais. Nesse sentido, talvez seja necessário trabalhar com a ideia trazida por Haraway (1999) de articulação, na qual toda prática deixa de ser inocente e diante da qual os(as) companheiros(as) se estabelecem de vez, sem ventriloquia. Num mundo articulado haveria um número indeterminado de modos e localizações diante das quais poderia ser possível estabelecer várias conexões. Para ela articular é significar, é unir coisas arriscadas e contingentes, devendo figurar a pergunta “quem somos nós?” (ao invés de “quem sou eu?”), pergunta essa sempre disposta a articulações geradoras de fricção.

Acredito que, no caso do esquete apresentado para a plateia, muitos conteúdos que foram mobilizados já estavam dentro das pessoas, esperando apenas o momento de serem colocados para fora. Essa provocação inicial já pode ser um bom indicador de que há muita coisa desejando ser colocada em palavra. Continuo achando que ter utilizado essa metodologia foi mais proveitoso do que ter ficado em métodos que julgo já conhecidos, não apenas por me permitir ter acesso a uma experiência inédita para mim (ainda que isso tenha sido muito importante), mas por fazer com que eu, ao me deparar com um fazer pouco discutido dentro e fora da academia, tenha sido obrigada a ter uma postura crítica frente a ele. Além disso, isso inaugurou em minha prática a possibilidade de trabalhar tais temas através da utilização de metodologias alternativas e que utilizam a criatividade como condição básica para sua elaboração, o que amplia a possibilidade de usos diferenciados, tal como o teatro, mas não apenas isso, também a contação de história, a literatura, a confecção de curtas-metragens etc.

Além dessa experiência pessoal e profissional, acredito que a utilização do TO atinja as pessoas de maneira diferente daquelas já conhecidas. Ainda que não desconsidere a importância das metodologias que já vêm sendo utilizadas para a transformação social, acredito que o uso do teatro, levando em consideração todos os seus pressupostos: socializar o uso da palavra, som, imagem potencializadas através de meios artísticos para a população, publicizando conflitos sociais em apresentações de TF (ou qualquer outra modalidade de TO), tem uma dimensão muito singular e os efeitos disso sobre a realidade social merecem pesquisas futuras. Em sua vertente processual, acredito que um grupo possa se beneficiar ao relatar e coletivizar suas experiências, entendendo as posições subjetivas vindas delas e os lugares que ocupam dentro das estruturas de poder, sendo esse momento bastante propício para a ruptura de discursos reguladores. Ramão, Meneghel e Oliveira (2005) também relatam oficinas com mulheres em situação de violência que, por meio da produção de máscaras, narrativa de histórias de orixás femininos e ritualização de histórias, procuraram meios de agenciar outras formas de subjetividade através da construção de dispositivos artísticos e da cultura popular para alavancar mudanças e criar modos de expressão dissidentes para a vida delas. Meneghel e Iñiguez (2007) ao relatarem uma oficina com contação de história em diferentes coletivos para discutirem violência de gênero, falam da importância de se trazer atividades fundamentadas em referenciais participativos. Para eles, as oficinas com contadores(as) estimulam a construção de estratégias de resistência, através da crítica, dialogicidade e arte. Ao formarem esses grupos, acreditam que podem constituir um dispositivo para alavancar mudanças e agenciar estratégias de resistência às violências:

Acreditávamos, e ainda acreditamos, que grupos de mulheres contando histórias podem resistir a situações de violências, reconstruir suas histórias de vida e organizar-se em padrões diferentes aos propugnados pela sociedade ocidental. Contar histórias é um dispositivo de agenciamento de subjetividades fluidas, permeáveis, nômades, em um exercício de práticas subversivas e de resolução coletiva de problemas. (MENEGHEL; IÑIGUEZ, 2007, p. 1821).

Para Azêredo (2011), a poesia também pode ser um caminho dentro do processo de mudança, por colocar as mulheres na busca de uma linguagem que lhes possibilite falar numa cultura que, até agora, lançou-as ao silêncio. Essa linguagem nova, que fala do corpo e do poético-literário (da arte, de modo geral), procura entender os lugares das mulheres na linguagem, os acontecimentos que marcam sua submissão ao preconceito e aqueles que marcam sua busca para outros mundos. O que melhor caracterizaria tanto a prática como a teoria feminista seria justamente a ousadia de se aventurar no significado da singularidade das mulheres no mundo capitalista e para Azerêdo (2011, p. 83): “[...] isso tem a ver com a afirmação da diferença, a abertura para a poesia, a literatura, a arte, enfim, em nossas teorizações”.

Encerro esse texto concluindo que, seja lá qual a prioridade que se dê ao uso do TO, é inviável que se perca de vista que, como ferramenta de resistência, a própria utilização desse método deve ser pensada, toda ela, como um modo de se contrapor ao estado de coisas hegemônico. Se for para ser utilizado dentro da universidade, como uma poética-política, há que se ter clareza de que a arte, a poesia e o encantamento não podem ser moldados com exigências que, por si só, descaracterizam uma produção artística e, em se tratando de um teatro político, que caracterizam modelos de resistência. Fazer teatro implica em ter tempo, amadurecimento, prazer, elementos que têm sido pulverizados dentro da prática cotidiana acadêmica. Por isso, ter diante de si a tarefa de trabalhar com essa metodologia já deve significar uma oposição aos modos tradicionais de se fazer ciência e gerar conhecimento que têm sido disponibilizados atualmente. Utilizo um poeta que expressa isso que estou dizendo:

Tudo aquilo que nos leva a coisa nenhuma/e que você não pode vender no mercado/como, por exemplo, o coração verde/dos pássaros/serve para poesia [...]/Tudo aquilo que a nossa/civilização rejeita, pisa e mija em cima,/serve para poesia [...]/O que é bom para o lixo é bom para a poesia [...]/As coisas jogadas fora/têm grande importância/- como um homem jogado fora/Aliás é também objeto de poesia/Saber qual o período médio/que um homem jogado

fora/pode permanecer na terra sem nascerem/em sua boca as raízes da escória/As coisas sem importância são bens de poesia [...].(BARROS, 1990, p. 180).

Por outro lado, para a criação de uma linguagem inaugural dentro do campo dos estudos feministas e do tema da violência contra a mulher, também é necessário criar posturas de resistência para que algum tipo de contribuição possa adentrar de modo orgânico nesses debates. Fecho esse artigo com uma discussão que diz respeito a todos(as):

Publicar é importante sim, pois é uma forma de conversa com um número grande de pessoas que poderão contribuir na luta, mas não pode ser uma publicação massificada, compulsória, segundo critérios estabelecidos de fora, sufocando a singularidade de quem escreve, ou seja, tornando-a inteiramente ineficaz e mesmo inútil. *Publicar por publicar? Considero que isso seria fatal para os feminismos.* (AZÊREDO, 2011, p. 16).

## Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236. 2000.

AZÊREDO, Sandra Maria da Mata. Encrenca de gênero nas teorizações em psicologia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 175-188. 2010.

\_\_\_\_\_. **Preconceito contra a mulher: diferença, poemas e corpos**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. O político, o público e a alteridade como desafios para a Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 22, n. 4, p.14-23. 2002.

\_\_\_\_\_. Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em Psicologia. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 55-66. 1998.

\_\_\_\_\_. **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Mato Grosso: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso (no prelo).

BARTHES, Roland. **Fragments de um discurso amoroso**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 197-221.

BOAL, Augusto. **Técnicas latino-americanas de teatro popular:** uma revolução copernicana ao contrário (com o anexo Teatro do Oprimido na Europa). São Paulo: Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. *Stop: c'est magique!* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Jogos para atores e não-atores.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Hamlet e o filho do padeiro:** memórias imaginadas. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

\_\_\_\_\_. **A estética do oprimido.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009a.

\_\_\_\_\_. **O teatro como arte marcial.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.

\_\_\_\_\_. **O Arco-Íris do Desejo:** método Boal de Teatro e Terapia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BUTLER, Judith. Violencia, duelo, política. In \_\_\_\_\_. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violência. Buenos Aires: Paidós, 2006, p.45-78.

\_\_\_\_\_. **Mecanismos psíquicos del poder**: teorías sobre la sujeción. Madrid: Ediciones Cátedra, Universitat de València, Instituto de la mujer, 2010.

CAMPBELL, Alistair. Re-inventing the wheel: Breakout Theatre in Education. In: SCHUTZMAN, M.; COHEN-CRUZ, J. **Playing Boal**: theatre, therapy, activism. Taylor & Francis e-Library: Londres, 2002, p.53-63.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. **Revista Poiesis**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 47-71, 2010.

DIAMOND, David. Out of the silence: Headlines Theatre and Power Plays. In: SCHUTZMAN, M.; COHEN-CRUZ, J. **Playing Boal**: theatre, therapy, activism. Taylor & Francis e-Library: Londres, 2002, p. 35-52.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Portugal: Relógio D'Água Editores, 1997.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURINI, Dóris R. M. Semilla Oceânica: teatralizando sobre gênero e direitos das crianças no Chile. **Revista Urdimento**, Florianópolis, n. 17, p. 55-62, set. 2011.

HADDOCK-LOBO, Rafael. A justiça e o rosto do Outro em Lèvinas. **Cadernos da EMARF, Filosofia e Direito**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, 75-90. 2010.

HARAWAY, Donna; AZERÊDO, Sandra. M. M. Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo. In M. E. Maciel. (Org.), **Pensar/escrever o animal**: ensaios de zoopoética e biopolítica. 1 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 1º ed., 2011, p. 389-417.

\_\_\_\_\_. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p.27-64, jan./jun. 2011b.

\_\_\_\_\_. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p.7-41. 1995

\_\_\_\_\_. Las promesas de los monstruos: Una política regeneradora para otros inapropiadosíbles. **Política y Sociedad**, v. 30, p.63-121. 1999

LIMA, Mariângela. A. História das ideias. **Revista Dionysos**, Rio de Janeiro: MEC/SEC/SNT, n. 24, p. 30-63, out. 1978.

JORGE, Lúcia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010.

MENEGUEL, Stela. N.; IÑIGUEZ, Lupicínio. Contadores de histórias: práticas discursivas e violência de gênero. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, ago., p. 1815-1824. 2007.

NUNES, Sílvia. B. Boal a Bene: contaminações para um teatro menor. 166f. **Tese** (Doutorado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de São Paulo. 2004.

\_\_\_\_\_. Teatro-fórum: histórias espalhadas e questões compartilhadas. In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP – USP. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Cd-Rom.

\_\_\_\_\_. Boal, performer? In: Congresso Nacional da Federação de Arte Educadores do Brasil. XXI CONFAEB. **Anais** do XXI CONFAEB, São Luís, 2011.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene C. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 156, p. 155-167. 2002.

RAMÃO, Silvia Regina; MENEGHEL, Stela Nazareth; OLIVEIRA, Carmen. Nos caminhos de Iansã: cartografando a subjetividade de mulheres em situação de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 17, v. 2, p. 79-87. 2005.

RAUEN, Margarida Gandara. Performance e engajamento político pela paz. **Revista Sala Preta**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 159-166. 2005.

\_\_\_\_\_. et al. De Julieta à Peça-Fórum Juliets. In: XI Encontro Regional da ABRALIC. **Anais...** São Paulo, Universidade de São Paulo – USP, 2007. Disponível em: <[http://andrelg.pro.br/simp%F3sios/Margie\\_Juliets\\_-\\_Margie.pdf](http://andrelg.pro.br/simp%F3sios/Margie_Juliets_-_Margie.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

ROCHA, Marisa L. da; Aguiar, Kátia F. de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n.4, p. 64-73. 2003

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SANTOS, Maria Cecília Mac Dowel. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa “nada inocente” com Donna Haraway. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 43-78. 1995.

SCHRAIBER, Lilia Bilma; D’OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro: v. 25 (Supl. 2), p. 205-216. 2009.

SCOTT, Joan. Experiência. In: SILVA, Alcione da. et al. **Falas de Gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999, p. 21-55.

SILVA, Carolina. V. Curinga uma carta fora do baralho: a relação diretor/espectador nos processos e produtos de espetáculos fórum. 158f. **Dissertação** (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2009.

SPRY, Lib. Structures of power: toward a theatre of liberation. In: Schutzman, M. & Cohen-Cruz, J. **Playing Boal: theatre, therapy, activism**. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2002, p.171-184.

## Artigo 4. O Teatro Fórum como dispositivo de discussão da violência contra a mulher

### 4.1. Introdução

Este artigo apresenta um relato de experiência oriundo de uma pesquisa de doutorado em Psicologia cujo objetivo foi promover discussões sobre a violência contra a mulher (VCM), utilizando como instrumento metodológico o Teatro do(a) Oprimido(a) (TO)<sup>64</sup>, na modalidade de Teatro Fórum (TF). Criado por Augusto Boal, este método é muito utilizado em todo o mundo em trabalhos de intervenção social e política, com minorias oprimidas (BOAL, 2005). Apesar disso, é ainda pouco discutido e explorado nas pesquisas acadêmicas brasileiras.

O TO surge no cenário brasileiro em plena ditadura militar e, através dessa Poética da Liberação (BOAL, 2005, 2009a, 2009b) anuncia um novo lugar para a plateia dentro do teatro brasileiro. Caracterizado como um teatro político, que se preocupa com os problemas da realidade brasileira, a pretensão do TO é restabelecer a voz dos(as) oprimidos(as), provocando um ato de transgressão no ritual teatral convencional. Fazendo afirmações polêmicas nas quais dizia que todos(as) poderiam fazer teatro, até mesmo atores e atrizes, o teatrólogo pretendia mostrar que todos os seres humanos possuem as mesmas capacidades, estando aptos, portanto, a executarem tarefas idênticas, desde que as condições para isso lhes sejam oferecidas. Este ponto de vista procurava romper com o *status quo* que reinava no meio teatral, colocando as formas de se fazer teatro nas mãos de todos(as). Ele levou essa nova forma de pensar o teatro para países de todo o mundo, colocando no palco as mais diferenciadas pessoas, como camponeses(as), operários(as), trabalhadores(as), estudantes etc.

No caso específico do TF os(as) espectadores(as) são convidados(as) a entrar em cena e, teatralmente, pela via da ação, encontrar estratégias para o conflito apresentado. Esta profanação da cena (lugar, *a priori*, habitado apenas por atores/atrizes), dá ao teatro uma dimensão democrática de aprendizado coletivo. A fim de realizar a mediação entre palco e plateia Boal (2005), criou o(a) curinga, que recebe essa denominação por fazer referência à

---

<sup>64</sup> Optamos por utilizar uma linguagem de gênero para nos referir ao Teatro do(a) Oprimido(a), para contemplar tanto as mulheres oprimidas quanto os homens oprimidos.

carta do baralho que, por sua versatilidade, pode ocupar várias funções no jogo. O(a) curinga do TO além de fazer a mediação, é um(a) multiplicador(a) da técnica, coordena a criação do texto a ser apresentado, agrega e organiza as ideias do grupo, dirige, faz a marcação de cena etc (SILVA, 2009).

Para a pesquisa de doutorado nós construímos um esquete<sup>65</sup> sobre o tema que foi apresentado em cinco sessões de TF para diferentes grupos de mulheres e homens de três cidades do interior oeste paulista. Esse relato de experiência pretende contemplar dois desses grupos: uma Cooperativa de Catadores(as) de Material Reciclável e uma Associação de Catadores(as) de Material Reciclável.

Era também objetivo da pesquisa avaliar o potencial do TO como uma ferramenta que pudesse ser incluída no campo das metodologias de pesquisas participativas, por possibilitar uma construção coletiva entre pesquisador(a) e pesquisados(as), na qual a voz de todos os sujeitos fosse norteadora das opressões e ações que deveriam ser discutidas e, quiçá, resolvidas. Para o campo específico da Psicologia, o TO aparece com um dispositivo emancipatório e alternativo que se propõe a trabalhar de modo amplo com as várias questões da coletividade, produzindo diversas rupturas nos discursos e práticas hegemônicas, dentre elas aquelas do próprio campo dos saberes e fazeres psis. Pode, portanto, constituir-se como um poderoso instrumento de intervenção social e análise crítica da realidade.

O referencial teórico que orientou o desenvolvimento da pesquisa e análise das ações e intervenções realizadas no TF foi a perspectiva feminista de gênero (BUTLER, 2003; FRASER, 2006, 2007; LAURETIS, 1994; RUBIN, 2003; SCOTT, 1995, 2007, 2011), que reúne um amplo quadro conceitual, desenvolvido por diferentes teóricas feministas, para pensar as questões de gênero e violência, identidade e subjetividade e outras dimensões da vida social e cultural.

A produção da subjetividade será compreendida aqui como a junção da história pessoal do sujeito com situações, discursos e identidades coletivas. Dentro desse contexto, gênero e identidade de gênero agem como princípios estruturantes que marcam tanto a vida social como a subjetividade das pessoas, junto com outros eixos de relação de poder e diferenciação, tais como etnia, classe social, sexualidade, religião, nacionalidade, dentre outros. Discursos, categorias e tecnologias sociais participam da produção e reprodução dos

---

<sup>65</sup> No teatro, rádio e televisão o termo esquete designa peça de curta duração e poucos(as) atores/atrizes.

sujeitos “marcados por gênero” que, por sua vez, constroem a si mesmos através deles. Junto com Lauretis (1994), poderíamos dizer que o sistema sexo-gênero é tanto uma construção sociocultural quanto um aparelho semiótico.

Nossos padrões culturais promovem uma inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2003, 2007, 2011), participando da construção das representações e autorrepresentações dos sujeitos marcados por ele. Estes sujeitos, por sua vez, assumem, ao longo da vida e em diferentes momentos, várias posições fundadas no gênero. Como discursos, essas representações têm força tanto material como social, não se resumindo a um simples apanhado de ideias (LAURETIS, 1994; MOORE, 2000). Para Moore (2000), é porque existem discursos concorrentes e contraditórios que podemos pensar sobre o fato de algumas pessoas assumirem determinadas posições de sujeito e não outras ou, dito de outro modo, porque mulheres assumem certa posição diante do que é ser feminina e não outra, o mesmo valendo para os homens.

Outro conceito que orientará a nossa análise é a concepção de justiça de gênero, desenvolvida por Fraser (2006, 2007). Para a autora, gênero é uma categoria bidimensional, que contém tanto uma face política e econômica quanto uma face discursivo-cultural. A primeira traz consigo o âmbito da redistribuição e a segunda, o âmbito do reconhecimento. Ambas devem ser levadas em consideração quando se quer discutir justiça e injustiça de gênero.

De acordo com Fraser (2006, 2007), em sua dimensão política e econômica, gênero teria afinidade com classe e, em sua dimensão discursivo-cultural, ele teria mais afinidade com *status*. Na primeira dimensão, o gênero apareceria como uma diferenciação semelhante à classe, enraizado na própria estrutura econômica da sociedade, sendo claramente visível no modo como se dá a organização de trabalho (trabalho “produtivo” pago para os homens, com melhores salários em contraposição ao trabalho “reprodutivo” doméstico e não pago das mulheres ou, quando empregadas, sempre com salários inferiores). A estrutura econômica, desta forma, geraria formas específicas de injustiça distributiva baseada no gênero. Já em sua dimensão de reconhecimento, o gênero apareceria como uma diferenciação de *status* enraizada na própria sociedade, codificando padrões culturais de interpretação e avaliação, que são centrais nessa ordem.

Para a autora, uma das principais características da injustiça de gênero é o androcentrismo, que valoriza tudo o que está relacionado ao universo masculino e, em igual

medida, desvaloriza aquilo que é entendido como feminino. Esses padrões estão distribuídos em várias áreas do Direito, das políticas governamentais, nas práticas profissionais padronizadas, na cultura popular bem como nas interações cotidianas, fazendo assim, parte dos discursos culturais dominantes que influenciam na formação da identidade de gênero.

Diante do que discutimos até agora, podemos pensar a violência surgindo dentro desses construtos que interpretam o que é ser mulher e o que é ser homem, atribuindo-lhe papéis, expectativas e normas a serem seguidas. Como um fenômeno complexo, articula relações de poder, dominação e submissão, geradas pelo sistema sexo/gênero.

#### 4.2. Metodologia

A pesquisa adota a abordagem qualitativa buscando articular os referenciais teórico-metodológicos de gênero e TO. A ideia de metodologia é tomada aqui de acordo com Minayo (2010), que a define como um conjunto de concepções teóricas e de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade pesquisada e o desenvolvimento do potencial criativo do(a) pesquisador(a).

A proposta de trabalhar com diferentes teorias, métodos e técnicas, de uma perspectiva multidisciplinar, insere-se no campo de estudos e pesquisas feministas de gênero (NARVAZ, KOLLER, 2006; OLESEN, 2008). Permite apreender as questões de gênero que atravessam a experiência e a subjetividade das mulheres (e também dos homens) numa perspectiva crítica e política, levando em conta a diversidade, as diferenças, os aspectos ideológicos, epistemológicos e éticos envolvidos na escolha do paradigma de pesquisa (OLESEN, 2008).

As apresentações para o grupo de catadoras(es) se deram no próprio local de trabalho, a Cooperativa e a Associação de Catadores(as). Duas sessões de TF foram realizadas com duração de aproximadamente 1 hora cada, respeitando o tempo proposto pela plateia composta por aproximadamente 50 pessoas na Cooperativa e 26 pessoas na Associação, em sua maioria mulheres.

A participação na pesquisa foi espontânea e todos(as) os(as) participantes assinaram o termo de consentimento, conforme Resolução CNS196/96. O critério para a escolha dos grupos para a apresentação do esquete foi de pessoas que não tinham acesso a este tipo de produção artística. Para a produção do esquete formamos um grupo de alunos(as) de graduação, da própria universidade, interessados(as) no fazer teatral. Através de oficinas com jogos e exercícios dramáticos baseados no TO, o grupo foi capacitado e criou-se o esquete intitulado “Segura meu coração” para ser apresentado por meio do fórum. No caso dessas duas apresentações, a curingagem (isto é, a mediação entre plateia e palco) foi feita pela própria protagonista sendo que somente nas apresentações posteriores é que a própria pesquisadora exerceu tal função. Depois de realizado o fórum, optamos por abrir um espaço para conversar com a plateia, acreditando que muitas pessoas que não desejaram intervir na cena, poderiam dar sua opinião neste segundo momento. Optamos por chamar esse momento posterior às apresentações de “roda de conversa”. Neste relato, nós analisaremos o resultado de algumas falas que consideramos exemplares para a discussão que ora estamos realizando aqui, falas essas retiradas tanto da contribuição dada pelas espect-atrizes que entraram em cena como também das opiniões emitidas na roda de conversa.

A elaboração do roteiro seguiu as indicações de Boal (2005), para a construção de uma dramaturgia de Teatro Fórum, priorizando, portanto, a existência de um conflito que deveria ser solucionado pela plateia. A pesquisadora optou por fazer uma bricolagem de textos e/ou frases de livros, tendo como história norteadora aquela retirada do livro *O dia dos prodígios* da escritora portuguesa Lídia Jorge (1990), além de frases retiradas da peça de teatro *Mateus e Mateusa* do dramaturgo Qorpo Santo (1980) e no conto *Agda* da escritora brasileira Hilda Hilst (2002) e de trechos produzidos pela própria pesquisadora, resultando num texto que contemplasse a discussão sobre a violência doméstica. Além disso, o grupo procurou incorporar, entre as cenas apresentadas, trechos de músicas, dentre elas, a do CD de Tom Zé, *Estudando o Pagode: na opereta Segregamulher e Amor*, no qual o cantor e compositor faz um estudo a respeito das várias opressões que a mulher vem sofrendo ao longo da história. Uma vez escolhido o roteiro, as atrizes prepararam-se para encená-lo.

O registro dos dados foi feito através de gravação e filmagens das falas e/ou imagens dos(as) participantes e, também, em observações feitas pela pesquisadora no diário de campo.

A pesquisa cumpriu todos os princípios éticos estabelecidos pelo Comitê de Ética, atendendo as legislações específicas no país no qual a mesma foi realizada (Registro no CEP nº. 016/2010/Processo nº. 1733/2010).

#### 4.3. Resultados da pesquisa e discussão

As paradas para que a plateia pudesse entrar em cena foram realizadas pela própria protagonista e se deram em momentos cujo impasse chegava ao ápice. Ao longo do esquete, que teve duração média de 10 minutos, foram escolhidos pelo menos três momentos cruciais para se paralisar a cena e pedir auxílio à plateia. Vamos descrever cada um desses três momentos, para, em seguida, elencar os temas mais frequentes como formas de resolução do conflito. As personagens, retiradas e adaptadas do livro de Lídia Jorge, *O dia dos prodígios*, chamavam-se Branca e Zé Pássaro Volante. O enredo conta a história de Branca que borda a figura de um dragão numa colcha do tamanho da casa que seu pai havia lhe deixado<sup>66</sup>. Seu trabalho doméstico e, conseqüentemente, sua obediência ao marido são mensurados através da execução desta tarefa. Caso as escamas do dragão crescessem, o marido entenderia que a esposa havia ficado com o espírito para além dos muros da casa e isso implicaria em castigá-la. Nas palavras de Branca:

Porque se alguma coisa faltasse fazer, e as escamas do dragão crescessem. Ah, dedinhos! Eu estaria esquecendo dos meus deveres, e forçoso seria fazer-me lembrar. Cinco dedos estampados na pele. Não era pra doer. Era mais a marca e a lembrança.

A primeira cena narra a chegada do marido em casa e o desejo deste de fazer com a esposa “aquilo que um homem e uma mulher fazem desde que o mundo é mundo!”. Ao perceber que Branca se esquiva de ter que fazer sexo sem vontade, o marido diz para a plateia

---

<sup>66</sup> Provavelmente a escritora faça uma referência ao mito de Penélope que tecia uma tela enquanto esperava a volta de seu marido, Ulisses. Na ausência do marido, Penélope foi importunada por vários pretendentes que queriam desposá-la. Para não se comprometer com nenhum deles, Penélope prometeu que só responderia aos pedidos, depois que terminasse sua tela. Ela então trabalhava durante o dia na tela e a desmanchava quando anoitecia. Seu trabalho passou a fazer referência às coisas que estão sempre sendo feitas, mas que não acabam nunca (BULFINCH, 2006).

que gostaria de ter uma mulher que, apesar de ser maltratada, ainda continuasse a dizer o quanto gostava dele.

Na segunda parada a protagonista manifesta o desejo de sair, um dia, daquela situação:

Eu espero acordar um dia sem sentir o peso do corpo, nem dos ossos, nem das miudezas do ventre. Estar em casa e pensar. Vou abrir a janela. E levantar-me para abrir a janela sem antes pesar quantas arrobas tem o meu assento sobre a cadeira onde estou sentada. Pensar. Vou chamar o Francisquinho. E não precisar de cortar as coleiras que me amarram a língua pra chamar por meu filho. Isso eu queria! Hei de ir-me embora um dia!

Num terceiro momento, a cena é paralisada quando o antagonista faz menção ao modo como faria sexo forçado com Branca<sup>67</sup>.

Esses são, portanto, os momentos que consideramos mais cruciais para a intervenção da plateia. Uma vez encenados, a protagonista partia em busca de ajuda, procurando algum(a) espect-ator/atriz que pudesse vir com alguma tentativa de solução para o problema apresentado. Abaixo colocaremos as saídas sugeridas lembrando que os nomes dos(as) espectadores/atrizes bem como os lugares mencionados por elas, são fictícios. São nomes de personagens retirados de livros como o próprio *O dia dos prodígios*, de Lídia Jorge e *Kadosh*, do qual foi retirado o conto *Agda*, de Hilda Hilst.

#### 4.3.1. As duas faces da justiça de gênero

Como o esquete convidava a plateia a pensar em alternativas concretas para a resolução da violência conjugal, pudemos notar que várias das tentativas de solução dadas

---

<sup>67</sup> Zé Pássaro: - Já sei Branca, tive uma ideia! Vamos brincar assim: você é o meu corpo e eu sou teu corpo e eu quero comer o corpo da minha amada./Branca: - Você promete que vai me amar?/Zé Pássaro: - Prometo!/Branca: - Você promete que vai ser mais carinhoso?/Zé Pássaro: - Prometo!/Zé Pássaro: - Eu pegaria ela e estraçalharia sua boca com meus beijos./Branca: - Eu morreria de medo, mas beijaria ele./Zé Pássaro: - Eu apertaria a carne dela até ela gemer./Branca: - Eu me encolheria toda./Zé Pássaro: - Eu cavalgaria nela a noite toda./Branca: - Eu levaria ele pra todos os lugares./Zé Pássaro: Cansado, eu gozaria em todos os buracos do corpo dela./Branca: - Cansada, eu dormiria.

pelas espect-atrizes, apontavam tanto para a crença delas no sistema judiciário como também refletiam a contribuição dos “discursos concorrentes e conflitantes” na formulação de um pensamento que trazia como informação que mulheres e homens têm direitos iguais, chegando até mesmo à ideia, por parte de algumas, de que a violência contra a mulher é coisa do passado. Associada a isso, também concorria como possibilidade de resolução do conflito, aquela que dizia que a violência sofrida dentro de casa deveria ser revidada com mais violência.

A longa tradição institucional, cultural e discursiva que legitimou a VCM como algo tolerável em nossa sociedade durou até bem pouco tempo. Mesmo hoje, cinco anos após a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), podemos acompanhar pelos noticiários casos em que este tipo de violência é considerado como um problema de família, a ser resolvido dentro da esfera privada, deixando, deste modo, a mulher em situação de violência vulnerável para sofrer mais violências, às vezes resultando em sua própria morte.

Na análise da participação das espect-atrizes vamos tomar como ponto de partida a contribuição de Fraser (2006, 2007), utilizando seu conceito de “justiça de gênero” que envolve duas dimensões: a distribuição (mudança na estrutura econômica) e do reconhecimento (mudança da cultura). Para ela, é inviável pensarmos numa dimensão sem falar da outra. Levar em conta as duas permitirá que pensemos em como é construída no imaginário e nas práticas cotidianas das mulheres a possibilidade de encontrar alternativas que as defendam das violências sofridas, sobretudo aquelas que acontecem dentro de suas próprias casas. Pensemos na esfera do reconhecimento: quando mencionamos a criação de leis que dão às mulheres possibilidades de proteção, estamos falando de uma esfera que lhes confere aquilo que Fraser (2006, 2007), chama de “paridade de participação”, isto é, o direito de ser defendida e representada/tratada como um sujeito de direitos. A paridade teria, segundo ela, duas condições: uma objetiva, que exclui formas e níveis de desigualdade material e dependência econômica e a outra, intersubjetiva, que exclui normas institucionalizadas que sistematicamente depreciam categorias de pessoas e as características associadas a elas. No “modelo de *status*” mencionado por Fraser (2007), os sujeitos deverão ser parceiros integrais na interação social, participando como um igual na vida social, o que implicaria em reconhecimento recíproco e igualdade de *status*.

No Brasil, até bem pouco tempo atrás, a VCM sequer constituía uma figura jurídica, definida pela lei criminal, dependendo, assim, das interpretações que os(as) operadores(as) do

direito dariam à queixa trazida pela mulher em situação de violência. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, essa situação começou a mudar, mas ainda estamos longe de um acesso igualitário à justiça, proteção integral à mulher e garantia dos seus direitos (POUGY, 2010). Embora garantidos pela lei, na prática, nem sempre acontece, o que, provavelmente, contribui para o desamparo de muitas mulheres. Isso aparece em algumas saídas sugeridas por nossas participantes, dentre elas, uma que chamou a atenção foi a fuga do lar, deixando muitas vezes os móveis, a casa e o filho, se necessário. Outras acreditam que este tipo de situação deve ser resolvida dentro do espaço privado, sendo ela a única responsável para a cessação da violência que é cometida contra ela mesma.

Assim, diante do antagonista<sup>68</sup> que diz para Branca que se ela se separasse dele não levaria nada, a espect-atriz Jesuína Palha diz: “Eu esperaria ele viajar, pegaria as coisas e iria para a casa da minha mãe ou de um parente com o Francisquinho [filho do casal]”. É interessante notar a trajetória de possibilidades sugeridas por essa espect-atriz, que inicia com um *“põe veneno na comida dele”*, ao lado de outra espect-atriz, Carminha, que também diz *“dá um tiro nele”*, passando pela possibilidade de abandonar a casa com tudo. Apenas como última opção, vê na justiça um modo de resolver o impasse. Isso acontece quando ela está em cena diante do opressor que neste ponto a ameaça de morte, caso ela o abandone. Diz ela: “cê acha que vai dar tempo? A justiça tem pra tudo! Até pra morte!”.

Outra espect-atriz que também demonstra oscilações em sua crença no sistema judiciário é Agda que, num primeiro momento, orienta Branca a deixar o antagonista, dizendo-lhe que deseja sua independência e a separação, mas que, ao abirmos para a roda de conversa, diz:

Todas essas alternativas, se ele é um homem violento mesmo, não ia adiantar nada. Ela sozinha [a protagonista], ela procurasse ajuda, num centro de ajuda, fosse na delegacia, depusesse contra ele, querendo ou não a casa não é dele, mas é dos dois, o filho é dele, mas é dos dois, acho que o juiz faria ele ficar longe da mulher.

Mais adiante, ela menciona a experiência que teve com o ex-marido:

---

<sup>68</sup> No TF o antagonista é aquele que representa o opressor. No caso deste esquete, ele foi representado pelo marido, Zé Pássaro Volante.

Eu tive que mentir pra ele, que eu tava indo pra casa da minha mãe, que lá tinha mais oportunidade, que depois ele iria, porque naquela época a gente vivia como cão e gato, ia pra delegacia, fazia boletim de ocorrência, não acontecia nada com ele, ...eu mesma tava desacreditada, inda mais ele era conhecido, colega dos ‘homens’ ...eu menti pra ele, saí fugida e quando ele chegou lá, meus irmãos caçaram ele de cacete e falaram “some, não volta mais aqui”.

Algumas espect-atrizes acabam concordando com Agda sobre a solução encontrada pelos irmãos dela, ou seja, que a violência contra o ex-marido poderia ser “exemplar” e que ele certamente aprendeu algo com isso, não a procurando mais. Ainda a fala dela: “Tanto aprendeu que mora ainda em Vilamaninhos, faz 13 anos isso... e nunca mais”.

Desacreditada no modo como a justiça encaminhava suas queixas e verificando que a alternativa de “dar o cacete” no ex-marido resolvia seu problema, essa espect-atriz nos fala de uma vivência que reforça o quanto as mulheres ficavam vulneráveis caso precisassem de uma proteção legal, tendo que apelar para os recursos extrajudiciais disponíveis. O pagamento de cestas básicas como penas alternativas usadas pelos Juizados Especiais Criminais (JECRIM)<sup>69</sup> colocou em descrédito a viabilidade de uma justiça que defendesse a mulher e que levasse a sério suas reivindicações por proteção. A negação de direitos legais plenos, de proteção igualitária e de mecanismos inibitórios que combatessem a violência, inscreveu até o surgimento da Lei Maria da Penha, as mulheres como sujeitos inferiores ou desviantes, contribuindo para mantê-las em posições de desvantagem. Segundo Fraser (2006), o combate ao androcentrismo e ao sexismo exige uma mudança dos valores culturais, bem como de suas expressões legais e práticas, que negam respeito às mulheres, revalorizando um gênero até então desprezado pelos discursos e pelas instituições.

Se em nosso país ficamos durante anos atolados(as) num imaginário que culpabilizava a mulher pela violência que sofria dentro de casa, autorizando o homem a “corrigir seus excessos”, podemos dizer que é, sobretudo, a partir do advento da Lei Maria da Penha que estamos começando a criar um novo modo de pensar e também de agir frente à VCM, pois não há discurso sem prática ou vice-versa.

Com a nova lei, a mulher ganha um novo *status* dentro da sociedade, pois a ela é conferido o direito de não sofrer nenhum tipo de violência, o que lhe dá maior legitimidade

---

<sup>69</sup> Os JECRIMs foram criados pela Lei 9.099/95 para tratar especificamente das infrações penais de menor potencial ofensivo entre as quais se incluía a violência contra a mulher, até a promulgação da Lei Maria da Penha - Lei 11.340/2006 (DEBERT; GREGORI, 2008).

junto às suas reivindicações de direitos mais igualitários. Ao prever um conjunto de políticas públicas e mecanismos de prevenção e repressão da violência, a lei permite que as mulheres deixem de ser tratadas como inferiores, excluídas, completamente “o outro” ou, simplesmente, invisíveis (FRASER, 2007).

Se concordarmos com Harvey (1989), que as representações das relações como complementares ou hierárquicas se referem também a noções locais de poder e autoridade, podemos pensar que é através das experiências culturais e sociais que permitirão o reposicionamento das mulheres como sujeito de direitos.

Vamos exemplificar nossa fala trazendo as intervenções de nossas espect-atrizes. A intervenção de Maria Rebôla acontece justamente quando o antagonista tenta reforçar a subordinação de Branca, utilizando-se para tanto, da citação de um trecho bíblico. Com a bíblia na mão, a espect-atriz diz que vai mostrar-lhe que no livro sagrado a mulher e o homem se tornarão uma só carne. Em seguida, ela reivindica seus direitos: “Assim como você quer o respeito, eu também quero! Assim como você quer ser amado, eu também quero!” Maria Rebôla termina sua intervenção sendo muito aplaudida por uma plateia composta, em sua maioria, por mulheres. Carminha Rosa, outra espect-atriz, orienta Branca para dizer ao agressor que a mulher não nasceu para ser maltratada e que tem seus direitos. Matilde, em cena, afirmando ser uma mulher de opinião, avisa Zé Pássaro que pretende abandoná-lo, pois não vai aguentar sofrer nenhum tipo de violência, que vai embora, não importa o que ele faça contra ela, pois ninguém precisa deste tipo de vivência, ao que é muito aplaudida pela plateia. Roxana, por sua vez, tenta negociar com o antagonista, lembrando-lhe que tem os mesmos direitos que ele: “Mulher também é ser humano, tem sentimentos. Tudo o que você quer, eu também quero”. E, para provar seu ponto de vista, propõe: “Vamos trocar então? Aguentei teu filho nove meses na barriga, pari, cê vai parir?” e, mais adiante: “Se você quer, eu também quero, então vamos ter independência!”.

É importante compreender o posicionamento dessas mulheres como sendo fruto de uma política de reconhecimento, abarcada por uma concepção igualitária de acesso à justiça para elas, pois, como Fraser (2007), entendemos que o não reconhecimento do *status* está diretamente ligado a relações sociais desiguais, tratando-se de uma questão de impedimentos, externamente manifestados e publicamente verificáveis.

#### 4.3.2. Rupturas nos discursos dominantes: a luta das catadoras por igualdade e pelo enfrentamento da violência

Junto a esse novo posicionamento do Estado frente às demandas que procuram criminalizar a violência, ao mesmo tempo em que formula medidas mais eficazes de proteção e prevenção, podemos notar o nascimento de um discurso que coloca a mulher como alguém que deve estar em condições de igualdade. Dito de outro modo, isso implica no reconhecimento de um discurso que, ao que tudo indica, está concorrendo com aqueles dominantes que dizem ser a mulher inferior ao homem, devendo a ele ficar subordinada.

Essa opção contraditória na linguagem da diferença de gênero, ao que parece, permite, em alguma medida, que as mulheres consigam adotar posições de sujeito que auxiliem no enfrentamento da violência que sofrem em seu cotidiano e na visão de que é possível pensar em sua condição de um modo mais autônomo e independente, o que é reforçado, evidentemente, com a possibilidade de acesso que elas têm a um trabalho remunerado. É claro que um discurso concorrente sem uma prática que permita a vivência enquanto sujeito de direitos garantida pelo Estado, em esferas cotidianas, não é suficiente para que esse posicionamento possa acontecer. Devemos reforçar que, além de um trabalho remunerado, a judicialização continua sendo um projeto essencial, já que universaliza o acesso à justiça de camadas alienadas dos direitos humanos, como nos adverte Pougry (2010).

Para ilustrar este ponto de vista, vamos acompanhar a intervenção de Engrácia, que entrou na cena em que o antagonista dizia que iria fazer sexo forçado com Branca. Diz ela: “De jeito nenhum! Eu não iria deixar!”. Quando ela diz ao Zé Pássaro que pretende deixá-lo e ele tenta dificultar sua decisão, dizendo-lhe que ela não tem trabalho algum, portanto, não terá o que comer, Engrácia retruca dizendo: “Eu ia trabalhar”. Ainda tentando dificultar, o antagonista lembra que a vila em que eles moram é minúscula, desacreditando-a sobre a possibilidade de arrumar algum trabalho. Engrácia não se dá por vencida e continua: “Tem trabalho! Tem trabalho, a gente arruma, não tem só o bordado” e, ainda, quando o antagonista tenta fechar o cerco, dizendo que conhece toda a cidade, que vai contar para todo mundo que ela está louca, ameaçando-a de morte, ela finaliza: “Mas eu tenho certeza: de um lado ou de

outro eu ia sair! Se você tem o seu lado eu também tenho o meu”. Todo mundo aplaude a solução dada por Engrácia.

Engrácia é representante das várias catadoras que estavam ali, no momento da apresentação. Ainda pensando na dimensão da distribuição como instância promotora da igualdade entre os pares, podemos aqui nos debruçar um pouco sobre a história dos(as) catadores(as) de material reciclável e o seu acesso na sociedade como cidadãos(ãs) a partir do surgimento das Cooperativas e Associações. Segundo Carvalho (2008), antes de existir a organização na forma de uma cooperativa, os(as) cooperados(as) provinham das mais diversas profissões, eram catadores(as) de rua, trabalhadores(as) desempregados(as) e aposentados(as) à procura de trabalho e de mais algum dinheiro para auxiliar nas despesas do dia-a-dia. Uma característica comum a todos(as) era a luta individualizada pela sobrevivência, que lhes retirava a crença em suas próprias potencialidades como sujeitos capazes de fazer um trabalho mais autônomo. Com a gradativa descoberta de que a autonomia caminhava em conjunto com a detenção dos meios de produção, os(as) catadores(as) associados(as) à Cooperativa passam a ganhar mais confiança no próprio trabalho e a ter mais visibilidade junto à população. Paralelamente a isso, verificou-se que sua participação política parecia inevitável, pois o tipo de trabalho realizado por eles(as) pedia uma maior implicação com aquilo que estava acontecendo na sociedade. É interessante notar o caminho trilhado por eles(as) que vai do anonimato como cidadãos(ãs) explorados(as) por um sistema que os(as) coloca completamente à margem das decisões sociais até o momento em que, na Cooperativa, juntam seus esforços para entender todo o funcionamento não apenas das etapas do trabalho com o material reciclável propriamente dito, como também como as decisões de caráter administrativo e político, pautados em princípios de gestão solidária e democrática.

Por outro lado, os(as) cooperados(as), pelo fato de serem cooperados(as) e não trabalhadores(as) com contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vivem em situação de vulnerabilidade social, já que muitos de seus direitos não são previstos pela Constituição Federal. Para a autora, o fato de gerar o próprio trabalho bem como a renda advinda dele, pela via da cooperativa popular, é uma alternativa importante para aqueles(as) que, de outro modo, teriam que ir em busca da sobrevivência de forma solitária, realizando trabalhos em sua maioria precários. No entanto, como não estão dentro de uma perspectiva do emprego, a maioria dos seus direitos sociais não é garantida.

O espaço da Cooperativa permite relações mais igualitárias entre os(as) cooperados(as), afinal, todos(as) são sócios(as), ao mesmo tempo, as próprias regras que regem o mundo do trabalho dentro de uma sociedade capitalista, os(as) coloca novamente num campo de exclusão, campo este que vai sendo reajustado na medida em que eles(as) criam brechas e fissuras ao tentar negociar com outras instâncias para a obtenção de seus direitos. Pensar no papel da mulher que trabalha neste espaço é uma tarefa complexa, já que constatamos que ela exercita sua cidadania neste lugar na mesma medida em que não tem seus direitos como trabalhadora garantidos pelo Estado. Segundo Carvalho (2008), a atividade de catador(a) foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações recentemente.

Podemos pensar junto com Harvey (1989), que as mulheres não estão subordinadas em todos os níveis, isto é, em determinados lugares elas podem ter posições mais fortes e participativas, criando, dentro dos próprios eixos de relações de poder, possibilidades de participarem como parceiras em iguais condições.

No espaço da Cooperativa elas mantêm relações não hierárquicas, possuindo o mesmo poder de voz e decisão que os homens, o que nos dá o indicativo da existência da multiplicidade de ações e discursos que estão disponíveis para elas. Talvez por isso, ainda que na plateia existissem homens, apenas as mulheres (que eram maioria) fizeram intervenções. Os homens permaneceram sentados no fundo, o que talvez tenha levado a protagonista a pedir ajuda diretamente às mulheres. No entanto, ouvimos murmúrios de espect-atrizes que diziam para os homens que estes também poderiam entrar em cena, estimulando-os até. Mas, a única coisa que conseguimos ouvir se deu quando a protagonista estava no meio deles(as), convidando-os(as) para entrarem em cena e um homem disse que se entrasse, iria dar porrada em todo mundo. Talvez isso se deva ao caráter provocativo do esquete, com suas músicas cujas letras denunciavam as várias violências sofridas pelas mulheres ao longo da história, o modo muito direto com que abordava a violência sofrida pela protagonista e também o fato de que, pelo menos até aquele momento, o antagonista ter sido mostrado apenas como o opressor (tal como Boal orienta a fazer). Isso, acrescido de que em cena só havia mulheres (tanto as atrizes como as espect-atrizes) já deve ter contribuído para esse tipo de reação. Mas a reação, se analisada por si só, demonstra que para aquele espectador, só seria possível discutir aquilo através de um ato violento. Poderíamos até mesmo afirmar que estávamos dentro de uma “panela de pressão”, pois uma vez terminada a apresentação e o fórum, várias mulheres vieram procurar a protagonista dizendo que haviam passado pela mesma situação que ela. Na roda de conversa, algumas relataram que haviam

sofrido a mesma violência em seus casamentos e que haviam fugido, correndo riscos de morte.

Se a lógica da desvantagem econômica das mulheres lhes retira a participação igualitária na formação da cultura (FRASER, 2006), podemos notar que isso passa a não funcionar na medida em que o trabalho dos(as) cooperados(as) é realizado de modo coletivo, com todos(as) participando em igual medida dos lucros obtidos pelo trabalho desenvolvido, permitindo que o “círculo vicioso da subordinação cultural e econômica” não se mantenha e fazendo, por sua vez, com que as normas culturais sexistas e androcêntricas possam ser questionadas no ambiente de trabalho. Deste modo, se concordamos com Moore (2000), quando diz que as categorias “mulher” e “homem” têm suas representações e autorrepresentações em suas práticas cotidianas, podemos dizer que, pelo menos diante do que pudemos observar, a prática das catadoras tem sido de resistência às categorias culturais dominantes.

Podemos exemplificar essa afirmação contando que, antes da apresentação do esquete, fomos convidadas por uma das técnicas do projeto de extensão desenvolvido pela Universidade<sup>70</sup>, que faz a mediação entre esta e a Associação, para realizarmos duas oficinas de TO com as catadoras. A demanda delas era para receberem algum auxílio na elaboração de uma pequena cena de teatro que queriam mostrar durante o I Encontro das Mulheres Catadoras do Oeste Paulista. A temática que elas queriam discutir estava diretamente relacionada com a nossa pesquisa: desejavam debater, dentre outras coisas, como era o dia na vida de uma catadora, isto é, os transportes que tinham que utilizar até chegar ao local de trabalho, como era o cotidiano dentro da Associação e, por fim, após um árduo dia de labuta, como era chegar em casa e ter um marido que não dividia as tarefas domésticas. O mais curioso e, ao mesmo tempo, gratificante, é que elas já tinham o esquete completamente montado em suas cabeças, pois estavam elaborando o mesmo através de trocas de ideias, durante o serviço. Nosso auxílio, portanto, foi muito mais no sentido de dar uma ou outra dica sobre a sequência da apresentação, já que a construção já estava bastante avançada. É interessante notar a valoração dada por elas às duas oficinas, que foram realizadas durante seu período de trabalho, implicando, portanto, na interrupção do mesmo e na suspensão da produção por algumas horas. Nós já sabíamos que elas procuram interromper o menos

---

<sup>70</sup> Projeto “Incubadora de Cooperativas Populares” desenvolvido pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, Assis.

possível suas atividades, já que isso implica na diminuição de sua produção. Isso demonstra o quanto aquela discussão possuía caráter relevante para elas.

Foi possível, então, observar como essas mulheres conseguem criar rupturas, através de suas problematizações, na hegemonia dos discursos androcêntricos. Ao tentarem romper, por intermédio da arte, com os padrões institucionalizados culturalmente, que relegam a mulher à jornada dupla de trabalho, naturalizando essa prática, elas procuravam criar um novo olhar para os papéis de gênero, colocando em cheque os binarismos tão caros às reproduções estereotipadas do que é ser mulher ou homem. Sua atitude nos lembra as palavras do cantoneiro referindo-se à Branca, em *O dia dos prodígios*: “Ninguém se liberta se não quiser libertar-se” (JORGE, 1990, p. 105). Cooperam para que posturas de enfrentamento as auxiliem para lidar com todos os atravessamentos – sociais, jurídicos e discursivos – que dificultam o caminho de igualdade entre mulheres e homens.

Encerramos esta discussão citando Esperança Teresa, uma espect-atriz que, ao final das discussões, após a apresentação do nosso esquete, nos diz: “Então, vocês estavam falando ali o negócio do homem, da mulher, mas gente, hoje a lei mudou, hoje a lei é da mulher, não existe isso, ficar oprimido lá dentro, [...] acabou!”. Queremos, junto com Esperança Teresa, acreditar que “hoje a lei é da mulher” e que, a partir de agora, estamos caminhando para uma sociedade em que a justiça seja feita tanto para mulheres como para homens, em igual medida.

## Referências

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009a.

\_\_\_\_\_. **O teatro como arte marcial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009b.

BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia (a idade da fábula)**: histórias de deuses e heróis. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In \_\_\_\_\_. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 17-60.

\_\_\_\_\_. **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2007.

\_\_\_\_\_. **Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”**. New York, London: Routledge, 2011.

CAMPOS, J. J. L. (Qorpo Santo). Mateus e Mateusa. In: C. Guilhermino (Org.). **Teatro Completo**. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro/ Fundação Nacional de Arte, 1980, p. 87-101. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000296.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

CARVALHO, Ana Maria R. Cooperativa de Materiais Recicláveis de Assis – COOCASSIS: espaço de trabalho e de sociabilidade e seus desdobramentos na consciência. 310f. **Tese** (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DEBERT, Guita. G., & GREGORI, Maria Filomena. Violência de gênero: novas propostas, velhos dilemas. **RBCS**, v. 23, n.66, 165-211. 2008.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, 14/15, p. 231-239. 2006.

\_\_\_\_\_. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 101-138. 2007.

HARVEY, P. Género, autoridad y competencia lingüística: participación política de la mujer em pueblos andinos. **Documento de trabalho**, n. 33, Série Antropológica n. 9. 1989. Disponível em: <<http://www.iep.org.pe/textos/DDT/ddt33.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2011.

HILST, Hilda. **Kadosh**. São Paulo: Editora Globo, 2002.

JORGE, Lídia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Europa-América, 1990.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, Heloísa Buarque (Org.), **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

MINAYO, Maria. Cecília. S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOORE, H. L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, v.14, p. 13-44. 2000.

NARVAZ, M. G., & KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

OLESEN, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, N. K.; & LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 219-57.

POUGY, L. G. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 76-85. 2010.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la “economía política” del sexo. In: LAMAS, M. **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. México: UNAM, 2003.

SILVA, C. V. Curinga uma carta fora do baralho: a relação diretor/espectador nos processos e produtos de espetáculos fórum. 158f. **Dissertação** (Mestrado em Artes Cênicas) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SCOTT, Joan. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, n. 20, p. 71-99. 1995.

## **Artigo 5. Análise de discursos produzidos durante uma peça de Teatro Fórum**

Neste artigo pretendo analisar as intervenções da plateia durante a peça-fórum apresentada para os cinco grupos, procurando entender o modo como mulheres e homens percebem as posições assumidas pelas mulheres em situação de violência amorosa ou conjugal, as saídas sugeridas pela plateia para a situação da violência e o modo como os autores de violência são contemplados nas intervenções. Pretendo responder a questões tais como: os discursos produzidos pela plateia constroem mulheres que se subjetivam através de modelos de luta e resistência? Ou, ao contrário, é possível notar discursos que subjetivam as mulheres como devendo se resignar diante dos papéis e nas formas de se relacionarem que lhes foram atribuídos ao longo da história como bem demonstram as pesquisas na área? Como a interiorização dos discursos jurídicos são manejadas e utilizadas pelos(as) participantes para pensarem em estratégias de enfrentamento da violência? Que formas concretas assumem todos esses discursos? A estrutura desse artigo foi dividida da seguinte forma: nos dois primeiros tópicos falarei sobre o uso da legislação e da arena jurídica como espaço de negociações dos conflitos, tensões e violências advindos dessas relações e o modo como a Lei Maria da Penha contribui para a organização de discursos e práticas que referenciam ainda mais o Judiciário como espaço de luta pelos direitos das mulheres bem como sua aplicabilidade seis anos após sua implantação. No segundo tópico, problematizarei a prisão do homem autor de violência como uma, dentre as várias medidas que devem ser tomadas quando o assunto é este. A seguir, na trajetória metodológica, explicarei como o esquete foi montado, dando especial atenção à dramaturgia que foi escolhida para levar para os grupos, os momentos que foram priorizados para a intervenção das pessoas, o registro feito, dentre outros procedimentos metodológicos para, no próximo tópico, iniciar a análise dos discursos produzidos. Esses discursos foram divididos em três tipos: discursos reguladores e culpabilizadores, discursos de resistência ou contradiscursos e, finalizando, têm-se os discursos jurídicos. Todos eles foram analisados levando em consideração as contribuições da análise foucaultiana do discurso. Concluo o que foi debatido através de reflexões que pretendem levar em conta tanto os dados produzidos durante as apresentações, como o lugar que o Teatro Fórum poderia ocupar na prevenção da violência contra a mulher em nossa sociedade.

### 5.1. Uma face da moeda: acessando os direitos através de leis

No Brasil a violência contra a mulher tem sido privilegiada pelos movimentos sociais e feministas como pertencente à esfera da justiça criminal e segurança pública, prova disso são as Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) criadas na década de 1980 e, depois, os Juizados Especiais Criminais em meados dos anos 1990 que têm se apresentado como instituições popularizadas e acionadas para a resolução da violência. Para autoras como Debert e Gregori (2008), Santos (2008), Pougy (2010) e Barsted (2011), a revisão das legislações e das instituições do sistema de justiça criminal foi uma aposta política desses movimentos. Voltadas para a defesa das minorias, as delegacias especiais de polícia podem ser vistas como instâncias que expressam a intervenção da esfera política traduzindo, desta forma, em direitos os interesses daqueles(as) que, de outro modo, não teriam um tratamento justo nos tribunais. Para Pougy (2010), a judicialização da violência teria como função favorecer a alteração da correlação de forças entre os sujeitos que a vivem, fazendo parte de um processo de reestruturação da autopercepção das mulheres como sujeito de direitos. Nesta perspectiva e segundo Barsted (2011), pode-se dizer que tais políticas cooperam para a formação das subjetividades de mulheres que acabam por se verem como “titulares de direitos”. São palavras de Pougy (2010):

As condições masculina e feminina são desiguais e o tratamento judicial do tipo criminal não deve ser tolerado e atenuado, como se o seu impacto incidisse sob relações interpessoais que exacerbaram em conflito e pudesse haver uma solução mágica para corrigir desajustes. (POUGY, 2010, p. 80).

Com a inclusão da violência contra as mulheres no campo dos direitos humanos e da saúde, transformações mais efetivas começam a sobressair sobre as políticas legais de muitos países (AZAMBUJA; NOGUEIRA, 2008). No Brasil, as oportunidades políticas acabaram influenciando os padrões do ativismo feminista e direcionando ações e campanhas no enfrentamento da violência contra a mulher e, segundo Bandeira (2009) e Maciel (2011), os principais focos das mobilizações feministas dos últimos anos estiveram direcionados para a

reforma da legislação, para as decisões judiciais e para o monitoramento das políticas públicas.

Maciel (2011) e Maciel e Prata (2011), assinalam os apoios oferecidos aos movimentos feministas em dois planos, desde os anos 1990: no plano nacional, com o retorno da democracia brasileira, os movimentos sociais passaram a contar com aliados(as) entre as elites políticas dissidentes do regime, instituições sociais influentes como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), segmentos progressistas da igreja católica e da imprensa. O poder Judiciário, por sua vez, transformou-se em nova arena política com a qual as ativistas passaram a contar para promover os direitos das mulheres. No plano internacional a temática da violência foi legitimada em documentos, convenções e cortes internacionais e regionais no campo dos direitos das mulheres.

Ainda segundo essas autoras, a campanha da Lei Maria da Penha aponta para dois fenômenos sociopolíticos emergentes nas sociedades contemporâneas: o primeiro deles é o uso dos tribunais como estratégia política para grupos e movimentos sociais e a importância dos efeitos ético-políticos das decisões judiciais. Aqui o uso do direito dá a oportunidade de provocar uma ação responsiva do Estado e de outras autoridades, dramatizando situações sociais problemáticas. O segundo fenômeno demonstra a expansão do direito, em particular do direito penal, como instrumento de resolução de conflito e de mudança social. A apresentação de denúncias ou litígios passa a ser utilizada para politizar ou mesmo para legalizar a política de direitos humanos por meio de casos exemplares.

Desta forma, a mudança legal funcionaria como uma alavanca para o acesso às políticas públicas e ao Judiciário. Para Toneli e Becker (2009, p. 383), com a lei a mulher se torna também detentora de poderes a serem negociados na arena judicial, *locus* de produção de sujeitos, onde os discursos passam a ser entendidos como “[...] aqueles que, ao serem proferidos por quem seja legitimado a fazê-lo, produzem eficácia tanto real quanto simbólica”. Ainda que as discussões em torno da Lei Maria da Penha deem nova visibilidade ao assunto, ampliando o debate que atinge a população em nível nacional, reconstruindo, assim, práticas e discursos sobre a violência tanto para as mulheres como para os homens, alguns estudos e matérias recentes demonstram que a realidade de sua aplicação ainda carrega resquícios daquilo que tanto se criticava nas delegacias e Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIM) (ALMEIDA, 2008; DEBERT, 2006; DEBERT, OLIVEIRA, 2007; DEBERT, GREGORI, 2008; GREGORI, 2006; SAFFIOTI, 2002; SANTOS, 2008;

OLIVEIRA, 2008). Segundo Santos (2008), os entraves da Lei ainda giram em torno das reivindicações para a criação dos Juizados Especializados e à resistência de alguns(as) operadores(as) em aplicá-la. Diz ela: “Além da resistência ideológica que já se verifica em muitos operadores do Direito para reconhecer a constitucionalidade da Lei ‘Maria da Penha’, os órgãos estatais enfrentam dificuldades materiais para implementar todas as medidas que a lei prevê” (SANTOS, 2008, p. 31).

Em pesquisa realizada com mulheres em situação de violência e operadores(as) de instituições de combate à violência em Porto Alegre (RS), ao discutir a rota crítica percorrida pelas mulheres na tentativa de resolver o conflito, Meneghel et al. (2011), percebem que os três setores mais procurados por elas – policial, jurídico e de saúde – ainda não foram reformulados para sustentarem e se implicarem na resolução deste problema. Segundo os(as) autores(as), nas delegacias os(as) profissionais continuam focando sua atenção na queixa, na procura apenas do lado criminal, além disso as mulheres entrevistadas relatam entraves tanto na aplicação da Lei Maria da Penha como deficiências do sistema policial para sua proteção. No setor jurídico os(as) defensores(as) nem sempre estão por dentro do processo ou sequer conhecem a mulher que irão representar antes da audiência, além de existir muita rotatividade entre eles(as), levando-a a ser atendida por vários(as) profissionais durante o processo. A pesquisa demonstra que elas ainda são levadas a tomar decisões rapidamente na audiência, havendo muita pressão para que reconsiderem a queixa e retornem para suas casas. Os homens autores de violência, por outro lado, são encaminhados para organizações não-governamentais, como Amor Exigente ou Alcoolatras Anônimos e, o encaminhamento para serviços psicossociais ou de saúde não implica em segurança ou proteção para a mulher, gerando segundo as autoras a “[...] manutenção de situações de violência e o descrédito, tanto na lei, quanto nos serviços jurídicos e policiais” (MENEGHEL et al., 2011, p. 748). O setor da saúde, por sua vez, ainda invisibiliza a violência vivenciada pela mulher atendida, encaminhando-a para resolver o problema em outros locais, deixando de se responsabilizar pelo assunto. Ainda que as mulheres desta pesquisa citem a Lei Maria da Penha como um fator facilitador para o combate da violência, parece que os atendimentos que são acionados durante a rota crítica ainda as vulnerabiliza e, muitas vezes, continua a revitimizá-las e essa precariedade dos serviços acaba, muitas vezes, resultando no assassinato dessas mulheres. Segundo levantamento realizado por Waiselfisz (2012), intitulado *Mapa de violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil*, nos últimos 30 anos mais de 92 mil mulheres foram assassinadas, 43,7 mil apenas na última década e 41% dentro de suas próprias casas.

Em entrevista realizada em 08/08/2012 para o “Bom dia, Ministro” veiculada pela agência Patrícia Galvão (AGÊNCIA PARTRÍCIA GALVÃO, 2012), a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Eleonora Menicucci, falou da importância da rede de atendimento nesses casos, não devendo se resumir apenas às delegacias. Diz ela: “Quando não existe esta rede, as mulheres denunciam e o Estado, o Poder Público, não as acolhe. Elas voltam para casa e, ao fazerem isso, estão voltando para uma situação extremamente perigosa e vulnerável”<sup>71</sup>. Somado a tudo isso, concorrem para inviabilizar o enfrentamento e as dificuldades das mulheres em relatarem a violência sofrida, os preconceitos sociais dos quais são vítimas (SILVA, 2008) e a moral masculina que ainda modela os procedimentos de atendimento levando muitas vezes a violências institucionais (BANDEIRA, 2009), o que cria vários obstáculos para o pedido de ajuda.

Com a comemoração dos seis anos da implantação da Lei Maria da Penha, várias notícias foram veiculadas em sites e na mídia. Dentre elas, cabe ressaltar a matéria veiculada pelo site do Senado Federal no dia 08/08/2012 (SENADO FEDERAL, 2012)<sup>72</sup>, em que a Relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher, senadora Ana Rita, aponta em reunião do Plenário os obstáculos para a efetivação da lei. Diz ela que falta contrapartida de investimento dos Estados para a destinação de recursos a ações que possibilitem sua aplicação, criação de mais Juizados Especiais de Violência contra a Mulher (ela afirma que existem apenas 60 Juizados no país, a maioria concentrada nas capitais). Além disso, esses Juizados não contam com equipe técnica especializada, infraestrutura física e atendimento multidisciplinar, como prevê a legislação. Em muitos deles, os magistrados não cumprem a lei em virtude de suas opiniões pessoais. Para ela, a conduta do Instituto Médico Legal (IML) também deve ser reavaliada, pois seus(suas) profissionais não estão preparados(as) para atender as mulheres e sua estrutura é sucateada. Ela lembra que as casas-abrigo e os Centros de Referência geralmente não possuem manutenção e nem equipe completa, não cumprindo, portanto, a missão de abrigar mulheres em situação de violência.

Para finalizar esse tópico, tomo o artigo publicado na revista *Direito e Democracia*, da Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias (2006): ela afirma que a existência de um acompanhamento para o autor de violência

---

<sup>71</sup> Disponível em:

<[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/noticias2012/viol/band.co08082012\\_ministra\\_eleonora.pdf](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/noticias2012/viol/band.co08082012_ministra_eleonora.pdf)>. Acesso em: 09 ago. 2012.

<sup>72</sup> Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/violenciacontramulher/Congresso-celebra-6-anos-da-Lei-Maria-da-Penha.asp>. Acesso em 10 ago. 2012.

(acompanhamento que ela define como “psicológico ou terapêutico”) permite à mulher denunciar seu companheiro visando seu direcionamento neste tipo de programa. A desembargadora aposta na denúncia como caminho para levar o autor de violência para atendimentos nos quais poderá rever suas concepções a respeito da violência que utiliza em sua relação com a parceira, já que ela defende que, muitas vezes, a mulher não quer a separação. Ela dá a entender, em seu texto, que a lei seria um modo de restaurar a harmonia familiar, postura bastante criticada pelas estudiosas do assunto e que corrobora a preocupação diante das posições adotadas pelos(as) operadores(as) do Direito. Diz ela:

Quando a vítima consegue chegar a uma delegacia para registrar a ocorrência contra alguém que ela ama, com quem convive, é o pai de seus filhos e provê o sustento da família, sua intenção não é de que seja preso. Também não quer a separação. Somente deseja que a agressão cesse. É só por isso que a vítima pede socorro. (DIAS, 2006, p. 279).

Vê-se, assim, que a desembargadora entende a família de acordo com concepções tradicionais (o autor de violência é pai e também provê o sustento da família) e a mulher quer apenas que os(as) operadores(as) deem um jeito em seu companheiro, afinal, ela não deseja separação, apenas pede socorro. Ao espaço jurídico é conferido o papel de infantilização das personagens que o procuram e, evidentemente, tais posicionamentos dificultam o acesso das mulheres a uma cidadania plena e não permite desconstruções sobre os binarismos tão caros às construções de gênero. Além disso, o tratamento psicológico acaba por ser visto também como outra faceta da pena.

## 5.2. A outra face da moeda: a prisão do homem autor de violência

Como outra face da mesma moeda, encontram-se como resultado do avanço legal e jurídico e da assunção das mulheres na pauta dos direitos humanos, a punição do autor de violência como consequência e como meio para se coibir atitudes violentas. Segundo Santos (2008, p. 3): “A recente Lei ‘Maria da Penha’, criada para ‘coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher’ consagrou a abordagem feminista da criminalização

através do aumento da pena para os agressores [...]”. Cabe, agora, pensar nas consequências disso, pois a restrição do enfrentamento da violência a uma questão de polícia e de justiça criminal pode reduzir um problema que é complexo e multidimensional, como alerta a autora. Sobre a ideia de penalidade, diz Foucault (1987, p. 99): “Essa idéia de uma penalidade que procura corrigir aprisionando é uma ideia policial, nascida paralelamente à justiça, fora da justiça, em uma prática de controles sociais ou em um sistema de trocas entre a demanda do grupo e o exercício do poder”.

Conjuntamente ao aumento da penalidade para o autor de violência, os artigos 35 e 45 da lei preveem a criação de centros de educação e reabilitação para onde devem ser encaminhados. Assinalando inconsistências em seu texto, Medrado (2009) aponta que não há clareza sobre o momento do processo no qual o serviço de atendimento ao autor de violência é oferecido e a qual setor está vinculado (saúde, educação, justiça dentre outros), qual a especialidade dos(as) profissionais que deverão ofertar o atendimento e se é voluntário ou obrigatório. Assinala que nos dois artigos há quatro termos diferentes para se referir à mesma coisa: educação, reabilitação, recuperação e reeducação, o que leva a compreensões distintas sobre as metas dos atendimentos. Há mais de três décadas países como Estados Unidos, Canadá, Suécia, Reino Unido e Austrália realizam experiência com homens autores de violência (BEIRAS et al., 2007; CARRASCO-PORTIÑO et al., 2007; EXPÓSITO, RUIZ, 2010; HÍJAR, VALDEZ-SANTIAGO, 2009). No Brasil, os grupos reeducativos para homens ainda possuem iniciativas isoladas, a maioria regulada por organizações não-governamentais (ONG), sendo que os grupos mais estruturados encontram-se no Rio de Janeiro (BEIRAS et al., 2007).

Em matéria veiculada no site da organização “Católicas pelo direito para decidir” do dia 19/03/2012, há um relato da experiência da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde que desde 2010 realiza trabalhos com autores de violência na cidade de São Paulo e que são encaminhados pela Vara Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na Barra Funda, zona oeste. O grupo tem, ao todo, dezesseis encontros e, segundo Sérgio Barbosa, que coordena voluntariamente o grupo:

No início, os homens se apresentam e contam suas histórias. Os motivos para a violência são quase sempre os mesmos: sentimento de posse, ciúmes, educação dos filhos e machismo. Aham que só eles podem fazer determinadas coisas, como trabalhar e não cuidar das tarefas domésticas ou

sair com os amigos para uma noitada. Quando são desafiados, partem para agressão<sup>73</sup>.

O foco da ação é a responsabilização do autor de violência, além de noções de direitos humanos e Lei Maria da Penha. O que se observa, contudo, é que em países latino-americanos, como o Brasil, as instituições de justiça não dispõem de recursos e capacidade para conceber um modelo integral de atenção aos autores de violência, como salientam Híjar e Valdez-Santiago (2009), encaminhando-os para serviços do terceiro setor que, como se pode observar no exemplo citado, funcionam na perspectiva do voluntariado. Para elas este tipo de atendimento permitiria a construção de homens reflexivos e comprometidos com a anulação da violência.

Reconhecendo a necessidade da responsabilização em casos de violência contra a mulher, é também significativo o número de autores(as) que acreditam que nem sempre apenas a criminalização é a melhor medida, sendo que cada caso deveria ser analisado em sua singularidade (BEIRAS, et al., 2007; BEIRAS et al., 2012; BEIRAS, CANTERA, 2012; EXPOSITO, RUIZ, 2010; HÍJAR, VALDEZ-SANTIAGO, 2009; MEDRADO, 2009; MEDRADO, LEMOS, BRASILINO, 2011; MEDRADO, MÉLLO, 2008; OLIVEIRA, GOMES, 2011). Todos(as) eles(as) apontam para a necessidade de se desconstruir a lógica binária que lança mulheres e homens em duas direções incomunicáveis e que os(as) essencializa em vítimas e agressores/algozes numa postura um tanto maniqueísta como bem adverte Oliveira e Gomes (2011). Esta dicotomia é herdeira, sobretudo, dos estudos iniciais sobre violência contra a mulher, que compreendiam os homens como detentores exclusivos do poder e os perpetradores de situações de desigualdade, concebendo, assim, a cultura como algo imutável, fixo (D'OLIVEIRA, 2000). Tal concepção impede o entendimento das ambiguidades contidas na própria violência e as formas singulares e muitas vezes contraditórias com que as relações de gênero se atualizam nas interações humanas (GREGORI, 1992). As dicotomias que separam mente e corpo, animal e humano, organismo e máquina, público e privado, natureza e cultura, mulheres e homens, primitivo e civilizado devem, todas elas, ser colocadas ideologicamente em questão, segundo Haraway (2000), o mesmo pode-se dizer sobre essa divisão algoz versus vítima. Para Beiras et al. (2012):

---

<sup>73</sup> Disponível em: <<http://www.catolicas.org.br/noticias/conteudo.asp?cod=3346>>. Acesso em: 09 Ago. 2012.

Não pode a judicialização, enquanto papel de Estado, vir a inibir o amadurecimento no mundo das relações, infantilizar o ser humano, transformá-lo indiscriminadamente em algoz ou vítima. Tenta-se domesticar a conflitualidade de gênero através de leis penais organizadas de forma polarizada, dicotômica e excludente, que traduzidas não são compatíveis à complexidade das relações de gênero. (BEIRAS et. al., 2012, p. 37).

Com relação às ponderações realizadas pelos(as) estudiosos(as) sobre este tema, Medrado (2008) assinala lacunas na Lei Maria da Penha, com a finalidade de alcançar compreensões que demonstrem que, enquanto o homem que pratica violência não estiver nas pautas das políticas públicas, dificilmente a questão da violência contra a mulher atingirá profundamente a sociedade. Para ele, a punição não serviria como medida plena que inquietaria os autores de violência, impedindo-os de agir por medo de sofrerem alguma sanção. A criminalização da situação de violência, deste modo, seria muito mais um procedimento vingativo do que um salto para transformar feminilidades e masculinidades, deixando-as menos rígidas e, assim, pulverizando práticas e comportamentos violentos. Para ele, se por um lado é necessário lutar para que as reconstruções das feminilidades e masculinidades não sejam tão rígidas, por outro, é importante incorporar que a dominação dos homens sobre as mulheres não possui um único autor, sendo construída por diversos(as) autores(as): os homens, as mulheres, a mídia, a religião, a educação e as próprias políticas públicas e instituições sociais. Assim, deverá haver uma intervenção positiva nos modelos de masculinidades que costumam ser fortemente ligados à agressividade, através da implementação de serviços de atenção aos autores de violência. Na opinião de Granja e Medrado (2009):

[...] as políticas sociais e a legislação atual parecem não considerar a violência como parte dessa complexidade relacional. O foco continua sendo as mulheres e, assim, coerente com esse direcionamento, temos políticas, legislações e, conseqüentemente, serviços voltados para a violência contra as mulheres, reafirmando a distinção sexual em detrimento da ordem de gênero. (GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 27).

Para Beiras et al. (2007) e Beiras et al. (2012) este trabalho deve ser realizado em conjunto com aqueles direcionados às mulheres, como uma alternativa para a redução, contenção e prevenção da violência. Conjuntamente, medidas que promovam o amadurecimento social devem ser adotadas, deixando de recair o foco apenas na punição do autor de violência, ampliando, deste modo, o tema da violência como uma questão de saúde

pública e não apenas na esfera jurídica ou de segurança pública. A aposta aqui se dá nas mudanças e implicações subjetivas e políticas que comprometam os homens no combate à violência exercida mediante a construção de novas narrativas e significados. Para Exposito e Ruiz (2010), os autores de violência são capazes de mudanças pessoais e muitos deles realizam transformações intensas se lhes são dadas as devidas condições.

Para finalizar este tópico, cabe lembrar que conhecer a situação dos homens que praticam violência é de vital importância para entender ainda mais as situações de violência contra a mulher, aprofundar o conhecimento a respeito do poder, autoridade, masculinidades e suas relações com a violência, dentre outros, e almejar uma sociedade pautada em princípios éticos em que a violência seja cada vez menos utilizada (D'OLIVEIRA, 2000; OLIVEIRA, GOMES, 2011). Se os discursos judiciais, tal como ensina Foucault (1997), determinam para os sujeitos que falam, propriedades singulares e papéis preestabelecidos, é necessário então que seja problematizado o modo como esses sujeitos foram construídos historicamente, recusando explicações estanques e reducionistas.

Neste estudo, adotarei o conceito de homem autor de violência, ao invés de “agressor”, por entender que o uso dele permite afirmar que os sujeitos envolvidos neste tipo de situação possuem subjetividades cambiantes, fluidas e propensas a transformações, destacando, assim, o ato e sua possibilidade de mudança, já que o uso de terminologias (agressor ou autor de violência) deve ser entendido como um marcador identitário que produz sujeitos (BEIRAS; CANTERA, 2012).

### 5.3. Trajetória metodológica

#### 5.3.1. Montagem de um grupo de Teatro do(a) Oprimido(a) e preparação do esquete

Nesta etapa inicial, formei um grupo composto por estudantes universitários(as) interessados(as) no fazer teatral para discutir gênero e VCM, que durante dois anos se encontrou semanalmente, realizando oficinas de jogos e exercícios teatrais. Junto a isso, realizei capacitações em TO (leitura da obra de Boal, participação em algumas oficinas no Centro de Teatro do Oprimido, dentre outras). Passado um ano, o grupo começou a montar o

esquete de TF que viria a receber o nome de “Segura meu coração” e que tinha uma duração média de 10 minutos. Para a montagem do esquete foram utilizadas junções de textos de autoria própria e também de outros(as) autores(as) e suas obras, como o romance *O dia dos Prodígios*, da escritora portuguesa Lídia Jorge (2010), frases do texto *Agda* da escritora brasileira Hilda Hilst (2002) e frases da peça *Mateus e Mateusa* do dramaturgo brasileiro Qorpo Santo (1886/2004). Acrescido a isso incorporei músicas que fizessem alusão ao tema que queria debater, utilizando canções do cantor e compositor Tom Zé, João Gilberto e Comadre Fulôzinha. Usualmente a dramaturgia de um espetáculo de TF é construída pelo próprio grupo, mas neste caso, a opção de levar textos de outros(as) autores(as), foi uma decisão que visava assegurar que nascesse dali um texto que produzisse indagações nas pessoas e, ao mesmo tempo, inaugurasse uma linguagem poética, não cotidiana, para se discutir tema tão duro.

Como resultado final dessa junção de textos, foi possível construir uma dramaturgia que contemplava uma situação de violência conjugal com a seguinte pergunta: o que vocês fariam se estivessem no lugar da protagonista? Num espetáculo de TF a peça é encenada uma vez e é repetida, em seguida, para que as pessoas que a assistem possam, livremente, interrompê-la e intervirem na cena. No caso dessa pesquisa, o esquete contava com pequenas cenas conflituosas e ao final de cada uma as atrizes paravam e pediam auxílio da plateia, numa tentativa de assegurar que todos participassem efetivamente. Essa foi uma escolha particular, outra opção seria não fazer as paradas e fazer como Boal sugere, correndo o risco de que ninguém desejasse entrar em cena, para depois, avaliar a ausência de intervenção, caso ela acontecesse. Esta também pode ser uma alternativa viável e pode ser utilizada em outras intervenções para a compreensão do quanto um espetáculo de TF aciona os corpos, em quais momentos não aciona, os motivos e assim por diante. Além disso, nos três primeiros espetáculos a própria protagonista saía de cena e procurava a ajuda das pessoas da plateia, diretamente, fazendo o papel tanto de atriz como de curinga. Nas duas últimas apresentações, contudo, eu mesma fiz a curingagem.

Utilizei como história norteadora do esquete aquela retirada do romance de Lídia Jorge (2010), *O dia dos prodígios*, que sofreu adaptações e que relata a história de Branca e Zé Pássaro Volante, moradores de uma pequena vila. Branca é uma dona de casa que borda uma colcha do tamanho de sua casa, com a figura de um dragão em seu centro. A atividade doméstica de Branca é controlada por seu marido. Metáfora do controle, a colcha mede a obediência da mulher, pois o marido a castiga sempre que suspeita que as escamas do dragão cresceram, o que pode indicar que o espírito da esposa esteve para além dos muros da casa:

“Cinco dedos estampados na pele. Não era pra doer. Era mais a marca e a lembrança” (Branca). O castigo físico é utilizado como uma forma de corrigir os possíveis excessos da esposa e de provocar coerções, isto é, se o pensamento da mulher se faz autônomo, ela deve olhar para os dedos estampados em sua pele; seu corpo agirá como uma superfície de dor e sofrimento, vigiado, regulado e punido pelo marido. Zé Pássaro cumpre, desta forma, a disciplinarização do corpo de sua companheira (FOUCAULT, 1987, 2007), tornando-o adequado de acordo com seus desejos e prescrições. Bandeira (2009) refere-se a este tipo de disciplinarização como fazendo parte do uso da violência como estratégia normativa do controle viril sobre os corpos femininos.

Além disso, a protagonista possui duas vizinhas, Jesuína e Esperancinha. A primeira vizinha representa aquelas vozes que frequentemente se escutam espalhadas na sociedade atual e que acreditam que Zé Pássaro pode até não saber por que está batendo, mas sua esposa, com toda certeza, sabe muito bem porque está apanhando. Procurei, assim, colocar em seu discurso ditados e crenças populares que se ouve no cotidiano quando o assunto é violência amorosa ou conjugal, tais como “em briga de marido e mulher ninguém coloca a colher” ou “vai saber se ela não gosta de apanhar?”. Esperancinha, a outra vizinha, é amiga de Branca e serve como uma personagem-apoio, isto é, se preocupa com a protagonista e quer vê-la distante daquela situação. Ela questiona a amiga e vizinha, propondo-lhe que tome alguma providência para sair da situação de violência. Diz ela: “Branca, quando se tem um ser ou coisa que nos ataca só há dois caminhos - e isto você sabe, mas não quer saber - ou mata ou morre! Não interessa se é com faca, palavra ou tiro. Ou mata ou morre!” (Esperancinha). Assim, o próprio nome desta personagem demonstra sua *esperança* na cessação do conflito através de uma atitude tomada por Branca.

A seguir, indicarei os momentos que foram priorizados para que a plateia intervisse na cena. Num primeiro momento, desejei saber como a plateia poderia intervir na conversa das vizinhas, sendo que um dos fóruns se deu justamente com Jesuína. Quando se pensa que gênero não é uma categoria estática, mas algo que se faz ou uma performatividade (BUTLER, 2010a), é necessário levar em consideração que as mulheres acabam por participar, muitas vezes, na sustentação das desigualdades e do sexismo (RIUS, 2008; IZQUIERDO, 2010).

Jesuína sustentava uma prática discursiva em que reforçava os padrões socialmente destinados às mulheres e homens, normatizando e reproduzindo discursos que apontavam como posição destinada às mulheres e, portanto, à feminilidade, aquelas que se resumiam à esfera privada, como ser boa dona de casa, esposa e mãe e andar sempre na linha. Do mesmo modo, ela atribuía à posição masculina a execução de um trabalho remunerado e o sustento do

lar realizado pelo homem, colocando, forçosamente, mulheres e homens em representações pouco flexíveis e legitimadoras de desigualdades na medida em que apoiam a hierarquia, o poder e a assimetria do masculino sobre o feminino (RIUS, 2008).

Para fazer o fórum sobre a violência conjugal, elenquei momentos em que Branca sentia-se acuada, seja porque teria que fazer sexo forçado com o marido, seja porque o mesmo dizia-lhe o quanto esta lhe devia submissão e obediência. Para Izquierdo (2010), a subordinação das mulheres é fruto dos condicionantes estruturais que alimentam uma relação baseada na exploração entre as posições mulher e homem. Ela ressalta, contudo, que esses condicionantes não possuem vida própria, só persistindo mediante uma submissão consentida de mulheres e de homens e que as primeiras acabam por transferir aos homens os recursos que produzem. É preciso destacar, contudo, que não se pode partir da ideia de que as mulheres seriam responsáveis por perseguirem ou sustentarem um estatuto subordinado ou as violências que são cometidas contra elas. Para Butler (2010b), o apego à submissão seria produto dos manejos do poder e o próprio funcionamento deste poder se evidenciaria em efeitos psíquicos, sendo estes efeitos sua produção mais insidiosa. Deste modo, embora Branca conseguisse desempenhar várias tarefas (costurar, bordar, cozinhar, lavar etc), ela não se sentia suficientemente capaz para obter seu próprio dinheiro e, se a separação fosse sua escolha, de sobreviver sozinha. Deste modo, o âmbito do desejo é estruturado de modo a facilitar também a exploração libidinal, além da econômica, dos homens com relação às mulheres. As mulheres passam a depender dos homens para sobreviver e, por outro lado, procuram um parceiro para o qual tornam-se cuidadoras, sendo sua posição social uma extensão da posição social dos homens (IZQUIERDO, 2010). Além disso, a escolha conjugal sofre a influência de diversos acontecimentos e muitos deles fogem da consciência dos(as) próprios sujeitos envolvidos.

Legitimado por um contrato social que tem por base o matrimônio, Zé Pássaro procura uma mulher que coloque as mãos ao redor do seu pescoço e lhe chame de “querido”, a despeito dos maus tratos que sofre na relação. É o correlato social da demanda feminina, encontrar alguém que o atenda, cuide dele e lhe traga amor. As relações conjugais acabam por se construir num espaço de poder e são acompanhadas por vivências de servidão e domínio, entremeadas por fantasias de amor e a esfera privada é o lugar por excelência onde se praticam a violência, o autoritarismo, a intolerância e a exploração das mulheres (RIUS, 2008; MELO, SILVA, CALDAS, 2009). Quando Zé Pássaro relata a Branca como fará sexo com ela, mesmo contra a sua vontade, o último pedido que a esposa consegue formular é de que ele seja, ao menos, carinhoso e prometa amá-la: “Zé Pássaro: - Já sei Branca, vamos brincar assim: você é o meu corpo e eu sou o teu corpo e eu quero comer o corpo da minha

amada/Branca: - Você jura que vai me amar?/ Zé Pássaro: - Eu juro!”. A sujeição sexual da mulher é operada de modo a ser naturalizada e seu processo de socialização permite situações em que seu corpo é expropriado, bem como sua sexualidade e desejo (RIUS, 2008).

Branca assume um modo passivo de enfrentar a violência. Ela *espera* livrar-se do funcionamento violento que caracteriza sua relação, sem provocar nenhum tipo de ruptura que lhe favoreça dentro dessa dinâmica, *espera* simplesmente acordar um dia e encontrar-se livre: “Eu *espero* acordar um dia sem sentir o peso do corpo, nem dos ossos, nem das miudezas do ventre. Estar em casa e pensar: vou abrir a janela. E levantar-me para abrir a janela sem antes pesar quantas arrobas tem o meu assento sobre a cadeira onde estou sentada” (Branca, grifo meu). Evidentemente a posição assumida por Branca se dá por diversos motivos: por ser reforçada por uma sociedade que consente e naturaliza esse tipo de violência, por seu temor de ser assassinada pelo Zé Pássaro como foi uma moça da outra vila por seu marido ou mesmo por desconfiar que a justiça não conseguirá ampará-la nessa situação.

### 5.3.2. Planejamento das apresentações, escolha e contato com os grupos

Foram feitas cinco sessões de TF em três cidades do interior do oeste paulista. As apresentações aconteciam nos locais de trabalho ou estudo dos(as) participantes, sendo que o grupo de TO chegava com antecedência a esses lugares para montar a estrutura que serviria como base para a apresentação do esquete (telão, projetor, filmadora etc). Antes disso, uma das atrizes fazia contato com os(as) representantes dos grupos que haviam sido escolhidos, agendando reunião para explicar o projeto, combinar horários e dias compatíveis e tudo o que fosse necessário. A prioridade para escolher o grupo era de que as pessoas a ele pertencente tivessem pouco ou nenhum acesso a este tipo de experiência, seja porque moravam em cidades muito pequenas ou porque, de alguma forma, eram excluídas do acesso às produções artísticas.

No final, as apresentações aconteceram para os seguintes grupos composto por mulheres e homens e com plateias variando de 10 a 50 participantes: uma cooperativa de material reciclável, uma associação de material reciclável, alunos(as) de um programa de alfabetização para jovens e adultos, alunos(as) de um curso profissionalizante para camareiro(a) e, por fim, para profissionais da saúde. Além das intervenções realizadas no fórum (isto é, com a entrada dos(as) espect-atores/atrizes no palco), também abri para

discussão após as apresentações. Essa abertura que acontecia posteriormente à encenação e ao fórum, foi cunhada por “roda de conversa”. O registro dos dados foi feito através de gravação e filmagens das falas e/ou imagens dos(as) participantes e, também, em observações feitas em meu diário de campo. A participação na pesquisa foi espontânea e todos(as) os(as) participantes assinaram o termo de consentimento, conforme Resolução CNS196/96.

#### 5.4. Análise dos Resultados

No caso desse estudo, utilizarei a Análise Foucaultiana do Discurso (AFD) para analisar as falas dos(as) participantes durante o fórum ou na roda de conversa. Segundo Nogueira (2008, p. 3), a análise do discurso permite: “Oferecer rotas para o estudo dos significados, uma forma de investigar o que está implícito e explícito nos diálogos que constituem a acção social, os padrões de significação e representação que constituem a cultura”. Sua preocupação é a linguagem e o papel que ela tem na constituição da vida social e psicológica das pessoas bem como o papel do discurso em processos sociais mais amplos de legitimação e poder, pois parte do pressuposto de que os discursos hegemônicos privilegiam versões sobre a realidade que legitimam as relações de poder existentes e as estruturas sociais, daí seu foco ser tais relações, já que para Foucault (1997) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual, e com o qual se luta, o poder do qual as pessoas querem se apoderar. Assim, é necessário considerá-lo como um jogo estratégico de ação e reação, de perguntas e respostas, de dominação e esquiva (FOUCAULT, 1973). Para ele, os discursos são acontecimentos, têm forma de regularidade e sistemas de coerção, possuem materialidade e constituem um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais que engendram domínios de saber que fazem aparecer novos objetos, conceitos e técnicas e formas inéditas de sujeitos e de subjetividades. Segundo Iñiguez (2005a):

[...] os discursos não emanam do interior dos sujeitos, nem tampouco são uma inoculação ideológica que determine o pensamento desses mesmos sujeitos. Os discursos articulam o conjunto de condições que permitem as práticas: constituem cenários que passam a facilitar ou a dificultar as possibilidades, que fazem surgir regras e mantêm relações. Definitivamente, as práticas discursivas deixam claro que falar não só é algo ma[i]s [sic] como também é algo diferente de exteriorizar um pensamento ou descrever uma

realidade: *falar é fazer algo, é criar aquilo de que se fala, quando se fala.* (INIGUEZ, 2005a, p. 94-95, grifo meu).

Para Nogueira (2008), aquele(a) que utiliza a linguagem não é um(a) comunicador(a) separado(a) e auto-suficiente que manda e recebe informação, mas está localizado(a), imerso(a) e lutando para ter sua posição social ou cultural levada em consideração. Deste modo, os discursos não devem ser tratados como um conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos e representações), mas como “práticas que formam sistematicamente os objetos de quem falam” (FOUCAULT, 1969/2008). Dito assim é necessário que se entenda que o discurso não é a manifestação de um sujeito que pensa, que conhece e que o diz, é, ao contrário, “[...] um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (FOUCAULT, 1969/2008, p. 61).

Para a análise de um texto é necessário ter em vista *quem fala*, isto é, o *status* dos indivíduos que têm o direito de proferir o discurso; os *lugares* de onde se fala, que implica em compreender os lugares institucionais dos quais as pessoas obtêm seus discursos e, por último, as *posições de sujeito*, que são definidas pela situação que é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos. É possível, assim, tentar desvelar os regimes de verdade produzidos pelos discursos, já que cada sociedade tem o seu regime ou modelo de verdade, sua “prática geral” de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros. Verdade aqui deve ser entendida como o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder, desempenhando, portanto, um papel econômico e político (FOUCAULT, 1979). Segundo Foucault (1969/2008), o sujeito que fala não mostra nunca um discurso genuíno, mas constrói seu discurso e sua identidade discursiva através de um trabalho de relações. Para ele:

Fazer aparecer, em sua pureza, o espaço em que se desenvolvem os acontecimentos discursivos não é tentar restabelecê-lo em um isolamento que nada poderia superar; não é fechá-lo em si mesmo; é tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações. (FOUCAULT, 1969/2008, p. 32).

O uso da análise da visão crítica e discursiva na psicologia social, por sua vez, se deve à necessidade de uma análise crítica da sociedade, sobretudo em países da América Latina, devido aos problemas sociais, políticos e econômicos dessa região. Como aponta Dijk (2005), embora muitos aspectos e problemas da sociedade sejam discursivos ou possam ser estudados por várias formas de análise do discurso, a pobreza, a miséria, a violência contra as mulheres, tudo isso demonstra que nossa sociedade não é apenas discursiva. Mas nossos pensamentos e interpretações sobre esses problemas são expressos ou reproduzidos através do texto, da fala e muitas vezes são constituídos discursivamente, o que permite, assim, um melhor entendimento de dimensões tais como as maneiras como as pessoas se vêem, definem e vivem sua realidade cotidiana, o modo como lutam com suas identidades sociais e assim por diante. A problematização é o que guia esse tipo de análise, colocando em dúvida tudo o que está configurado como inquestionável ou indubitável (IÑIGUEZ, 2005a). Nem todos os textos podem ser considerados discursos e nem todos os conjuntos de enunciados podem revelar determinadas posições, sendo que “só o fazem aqueles que possuem valor para uma coletividade, que envolvem crenças e convicções compartilhadas. Ou seja, os textos que claramente incluem um posicionamento em uma estrutura discursiva” (IÑIGUEZ, 2005b, p. 129).

Para realizar a análise desse material, segui as indicações apropriadas para essa pesquisa realizadas por autores(as) como Iñiguez (2004a, 2004b), Parker (1996) e Willig (2008). Assim, o texto foi colocado em linguagem escrita, associando livremente com ele e detalhando sistematicamente os objetos que ali apareceram. Como dispositivo para explorar o direito à fala no seio dos discursos, reconstruí o que cada pessoa tinha a dizer dentro do marco de regras propostas pelo texto, tentando visualizar os direitos e responsabilidades da plateia, suas redes de relações e seus posicionamentos. Identifiquei distintas versões dos mundos sociais coexistentes no texto, atenta aos contrastes entre as diferentes formas de fala e a ocasião em que elas se sobrepunham. Procurei analisar o papel dos discursos na reprodução de instituições bem como daqueles que procuram subvertê-las, examinando também as pessoas que se beneficiam ou sofrem com esses mesmos discursos. Apontei também o modo como eles se vinculam a outros discursos e como reproduzem ou desafiam concepções dominantes.

## 5.5. Resultados e discussões

Como assinalado anteriormente, interessa aqui analisar os discursos produzidos por meio das intervenções realizadas pela plateia durante o fórum, seja através de sua entrada no palco e que denominarei como Teatro Fórum (TF) ao longo do texto, seja através das contribuições que se deram durante o fórum, nas sentadas em suas cadeiras ou, ainda, no final da apresentação, quando abri para debater o tema e que aqui chamarei ambas por roda de conversa (RC). Para a análise, utilizarei os discursos que considero mais representativos, retirados das apresentações realizadas para os cinco grupos. Os nomes dos(as) participantes serão preservados, sendo que para isso, optei por utilizar nomes de personagens de livros de autores(as) como Mia Couto, João Guimarães Rosa, Lídia Jorge e Hilda Hilst, escolhidos de modo aleatório.

### 5.5.1. Discursos reguladores e culpabilizadores

Representando esses discursos aparecem aqueles que apontam a relação entre mulheres e homens permeada por obrigações e papéis tradicionais que devem ser seguidos rigidamente, caso contrário a mulher é merecedora de violência por parte de seu companheiro. Além desses, há a prevalência de discursos que veiculam a ideia de que muitas mulheres que sofrem violência o fazem por não terem vontade de trabalhar, estarem acomodadas nas relações ou, ainda, por não terem autoestima, autoconfiança ou atitude, promovendo uma verdadeira culpabilização da mulher que vive em situação de violência.

### 5.5.1.1. “Mas existe mulher que também é atentada viu?”: a regulação dos papéis de gênero

A feminilidade, segundo Llombart (1993), costuma ser objeto de uma enfática construção discursiva normalizadora. Um exemplo disso são os discursos que reforçam aspectos considerados naturais das mulheres, sendo especialmente relevantes na produção de corpos e subjetividades femininos adequados. Tomarei, pois, como primeiro exemplo de discursos reguladores aqueles que foram gerados a partir do fórum com Jesuína. Quando pergunto à plateia o que ela faria se estivesse no lugar de Esperancinha, que tentava dialogar com Jesuína sobre a situação de Branca, uma espect-atriz, Carolinda, diz sentada em sua cadeira: “Eu falaria pra ela que a mulher tem que trabalhar, limpar a casa, tem que ter lazer, se divertir, levar os filhos pra passear, com o marido junto”. Depois, já no palco, quando Jesuína tenta reforçar que não auxilia Branca porque em briga de marido e mulher não se deve meter a colher e que talvez Branca até goste disso, Carolinda argumenta:

Nenhuma mulher gosta de apanhar, apanha porque gosta [bate palma, diz]: ai, eu não sei falar! [continua] mulher não gosta de apanhar. *Mulher, além de cuidar de casa*, a mulher tem que passear, se divertir com os filhos e o marido tem que levar pra passear, comer lanche. (Carolinda, TF, grifo meu).

Ernestina é outra espect-atriz que procura argumentar com Jesuína quando esta diz que o marido trabalha fora o dia todo e tem que encontrar a casa limpa, a comida feita e os filhos bem cuidados:

*Concordo com você*. Daí seu marido tem que chegar em casa e falar: hum, amor, que cheirinho gostoso nessa panela, ai como as crianças tão bonitinhas, arrumadinhas, ai obrigado por você ter feito isso! Porque daí amanhã a mulher vai acordar com o sorriso aqui [aponta para a boca], de orelha a orelha, *vai fazer tudo de novo pro marido chegar e reconhecer, entendeu?* [...] Então, mesmo obrigação, a gente tem obrigação de ser feliz, de ser mulher, de ser amada, de tudo isso. São obrigações também, cadê as

obrigações dele? *A gente faz nossas obrigações, leva couro.* (Ernestina, TF, grifo meu).

Para Llombart (1993), a interpretação do mundo é manejada de acordo com uma ideia de realidade acessível a todos(as), mas essa realidade mesma, é definida a partir de uma posição social particular: a dos grupos dominantes (homem ocidental, branco e burguês). Este tipo de interpretação acaba por favorecer o interesse desses grupos, reproduzindo continuamente as relações de poder. Através de “jogos de linguagem” contribui para que as mulheres interpretem o mundo e a si mesmas a partir de uma visão androcêntrica, fazendo com que elas se constituam através de uma dupla prática discursiva: a naturalização e a instrumentalização dessa natureza. Os discursos reguladores, assim, permitem a emergência de uma naturalização dos papéis sociais e das relações amorosas. É possível verificar isso através da ausência de questionamento sobre as atribuições tanto femininas como masculinas.

Ainda que as espect-atrizes procurem se opôr à posição assumida por Jesúna, é possível verificar nos discursos elencados, uma naturalização das atividades executadas pelas mulheres: “Eu falaria pra ela que a mulher tem que trabalhar, limpar a casa” ou ainda “Mulher, além de cuidar de casa (...)” (Carolinda), “Concordo com você. [Você] vai fazer tudo de novo pro marido chegar e *reconhecer*” (Ernestina). Além disso, o prazer é sentido como uma espécie de obrigação, como mais um papel social a ser cumprido, como todos os demais, o que pode ser visualizado em vários discursos de Carolinda: “[mulher] *tem* que ter lazer, se divertir”, “a mulher *tem* que passear, se divertir com os filhos e o marido *tem* que levar pra passear”, “Eu também tenho a minha *obrigação* com Deus, tenho *obrigação* com a minha casa, tenho *obrigação* com o meu marido, mas eu tenho o direito de me divertir” e também de Ernestina: “a gente tem *obrigação* de ser feliz, de ser mulher, de ser amada, de tudo isso”. Para Llombart (1993), a utilização de obrigações incide e perpetua uma imagem de sujeito discursivo privado de vontade de ação e de certa autonomia, mostrando uma evidente penetração do saber-poder nos âmbitos mais recônditos do sujeito. Isso pode ser comprovado pelo uso do imperativo verbal *tem* e da própria palavra *obrigação*.

A seguir analisarei os efeitos discursivos dessas produções acerca da percepção de algumas participantes a respeito de Branca e das mulheres que sofrem violência. Ilustrarei com discursos proferidos em roda de conversa: o primeiro deles é de Matamoros, catadora de material reciclável e o segundo é de Maria Mutema e Rosa’uarda, alunas de um programa de alfabetização:

Se toda mulher revidasse queria ver se ia ter um covarde pra bater. *Tem porque tem essas tontas, essas marias-jó que ficam no pé de homem, sai de mim! (...) mulher sem-vergonha que não gosta de trabalhar, então vou ficar aí mesmo porque eu não quero trabalhar. Ih, gente, tem um monte disso aí, eu conheço muito hein? Que apanha e fica ali, essa aí é sem-vergonha, tem que apanhar mesmo.* (Matamoros, RC, grifo meu).

Mas existe *mulher também que é atentada, viu? Tem mulher atentada, viu? Ruim!* [Maria Mutema fala para a espect-atriz que está ao seu lado, Rosa'uarda. Continua]: - Não é verdade? (...). *Tem mulher pilantra, sem-vergonha, safada, tem muitas que faz cada coisa que eu vejo! Olha, há 13 anos que eu sou viúva e hoje eu não vejo... tem mulher aí que tem marido, sai bagunçar e larga os filhos em casa, sai bagunçar... e quer que o marido chegue e não meta o cacete.* [Rosa'uarda responde]: *Tem que bater, essa tem que apanhar.* (Maria Mutema e Rosa' uarda, RC, grifo meu).

É possível mapear um quadro que contém juízos de valor, suposições, práticas e posições de sujeito e que podem ser verificados através de adjetivos que caracterizam algumas mulheres como “tontas, marias-jó”, atributos que constróem explicações sobre as mulheres que sofrem violência seja porque essas gostam, “ficam no pé” do homem que as agride, seja porque não têm disposição para arrumar um trabalho, preferindo depender deste homem, mesmo que este a violenta. O contexto discursivo no qual essas construções sobre as mulheres em situação de violência são formuladas também mostra a posição do(a) falante na ordem moral e seus interesses interacionais (WILLIG, 2008). Assim, a mulher que não trabalha é uma “sem-vergonha que merece apanhar/ Tem que bater, essa tem que apanhar”. Para não sujeitar-se a esse tipo de situação, Agda e Matamoros propõem: “Eu separei dele [do marido que a agredia], depois eu tive mais uns cinco maridos [todas riem]. Agora eu só fui reciclando marido. Só com o primeiro que eu sofri, o resto tudo sofreu na minha mão” (Agda) e “Eu estou no sexto” (Matamoros). Escolhe-se, então, reciclar maridos e fazer sofrer ao invés de sofrer como uma saída para combater as opressões advindas das relações de gênero.

No discurso de Maria Mutema e Rosa'uarda um regime de verdade é construído: mulheres atentadas, pilantras, sem-vergonhas, safadas são aquelas que, tendo marido, saem para bagunçar, deixando filhas e filhos em casa e, ao que tudo indica, ainda esperam que seus maridos não lhes deem um *cacete*. Esse tipo de mulher, na opinião delas são justamente aquelas que *têm* que apanhar, que o marido *tem* que bater. Note-se aí que o verbo *ter* é usado como um imperativo, uma norma que define, fixa e organiza papéis: se existe uma mulher que

*tem* que apanhar é porque existe um homem que *tem* que lhe bater havendo, portanto, funções designadas e expectativas sobre a manutenção de papéis tradicionais; mulheres devem cuidar de suas casas, de seus maridos e de seus filhos(as), homens devem corrigir seus excessos. Para Minayo (2005), existe historicamente uma relação direta entre concepções sobre masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas, o que autoriza homens a dominarem suas companheiras. A escolha pelo castigo físico como forma de controlar e coagir a mulher que se desviou da norma é a proposta feita pelas duas. Butler (2005) diz que as pessoas são reguladas pelo gênero e este tipo de regulação opera como uma condição de inteligibilidade cultural para qualquer pessoa. Assim, desviar das normas de gênero é produzir o exemplo aberrante que os poderes regulatórios podem explorar rapidamente para apontar a justificativa de seu próprio zelo regulador continuado.

Cabe, então, perguntar por que mulheres que possuem uma vida não conformada aos preceitos morais – elas *bagunçam* – mereceriam ser espancadas? O desvio das regras heterossexuais estipuladas dentro das relações as transforma em mulheres “meramente matáveis” (HARAWAY; AZÊREDO, 2011)? Essas produções discursivas afetam o dia-a-dia de milhares de pessoas, formam opiniões, produzem modelos de verdade e efeitos políticos resultando em consequências práticas para suas vidas. Bandeira (2009) observa que os casos de violência viril costumam acontecer pelo fato de que a mulher não correspondeu ao padrão ideal de comportamento normativo a ela atribuído. É interessante e, ao mesmo assustador, constatar que Maria Mutema e Rosa’uarda, cada uma ao seu modo, tentaram auxiliar Branca na cessação da violência vivida por esta, mas é necessário lembrar que essa personagem era uma dona de casa responsável, que cuidava de sua casa e de seu filho, não sendo, portanto, moralmente repreensível. Como seria se a protagonista do esquete apresentasse desvios? Seria ela defendida pelas participantes do fórum?

Outro discurso representativo dessa categoria nos é trazido por Carolinda: “(...) mas acho que mulher pra perder filho só se for bem vagabunda, bem vagabunda, (...) porque mulher não abandona o filho só porque apanhou (...)”. Carolinda reproduz os discursos hegemônicos que conferem um valor inquestionável e transcendente à maternidade, colocando-a como bem supremo e a mãe digna de sofrer qualquer sacrifício pelo amor de suas filhas e filhos. Quando Carolinda diz “só porque apanhou”, apanhar vem precedido da palavra *só*, que diminui o valor da experiência de ser violentada em prol de uma aspiração mais elevada. Como efeito discursivo disso tem-se a reprodução maciça de construções naturalizadoras e essencialistas, o sujeito discursivo passa a ser “mero porta-voz e reprodutor

das regras sociais” e essas formas de falar têm efeitos concretos enquanto configuram a posição daqueles(as) que falam (LLOMBART, 1993). Neste caso, antes de defender a si própria, a mulher deve assumir uma posição sacrificial, esquecer-se de si e pensar nos(as) filhos(as), caso contrário, será uma *vagabunda*. A ela, e só a ela, cabe o resguardo dos(as) filhos(as), sua proteção e bem-estar. Deste modo, como os discursos disponibilizam modos de ver e sentir o mundo (WILLIG, 2008), eles estão fortemente implicados no exercício do poder. No caso dos discursos reguladores, eles privilegiam versões da realidade social, de acordo com essa autora, que legitimam não apenas as relações de poder existentes, como também as estruturas sociais, tornando-se tão arraigados que fica difícil desafiá-los.

#### 5.5.1.2. “É uma questão do eu, né?”: a culpabilização da mulher

Ao invés de verem na protagonista uma mulher que, como elas, vivencia opressões e violência, justamente pelo fato de ser mulher, Maria Mutema e Maria Deodorina, alunas do programa de alfabetização procuram explicar a experiência de violência sofrida por Branca da seguinte forma:

*Então ou ela [Branca] é doente mesmo, como ele [Zé Pássaro] tava falando, só pode, né? Ou ela é doente ou ele também é doente, porque ele só falava de religião, só falava da bíblia sagrada, né? Ou ela era apaixonada por ele. Sei lá, alguma coisa é (Maria Mutema, RC, grifo meu).*

*É isso que eu quero dizer, porque isso aí não é normal, uma mulher aceitar tudo isso, não é normal. E se falar que é por causa de uma criança, não, não existe isso (...) Eu acho que a mulher, neste caso, poderia procurar uma ajuda sim, tanto da lei quanto ela teria que procurar um psicólogo, alguma coisa pra mostrar pra ela que ela pode sair daquela situação (Maria Deodorina, RC, grifo meu).*

Elas também colocam a responsabilidade de dar um basta à violência nas mãos da mulher, o enfrentamento passa a ser algo relacionado à *atitude* como demonstram Farida, aluna do curso profissionalizante e Maria Deodorina, respectivamente: “Acontece que o Pássaro não vai fazer nada disso *se você não tomar uma atitude*, você fica aí, chacoalhando

essa cadeirinha, *você tem que mudar de tática [...] Cê fica uma mulher burra*, o dia inteiro fazendo uma coisa só, tem que ter outras atividades” e “Não, quem tem que tomar a atitude eu acho que é a pessoa, *a mulher é que tem que tomar uma atitude*”.

Nota-se nos discursos dessas espect-atrizes que o gênero deixa de ser considerado em sua dimensão relacional e assume uma esfera individualizante, em que vários déficits ou falhas são apontados (é doente mesmo; isso aí não é normal; cê fica uma mulher burra), déficit que recai sobre a figura da mulher em situação de violência, ou seja, num único polo, numa única direção, mulher esta que deve tomar uma atitude solitariamente. Também se pode identificar um sentimento que a vulnerabiliza, que é a paixão (ela era apaixonada por ele). Não se levanta como hipóteses a contribuição do homem para a manutenção e perpetuação da situação de violência, o quanto é partícipe na continuidade da mesma. A responsabilização é sentida unilateralmente. Carrasco-Portiño et al. (2007), acreditam que, enquanto o homem autor de violência não for concebido como parte do conflito e incluído na discussão, intervenções eficazes não contemplarão este problema social tão amplo e a responsabilidade recairá sempre sobre a mulher.

Assim, excluem-se da linguagem construções mais vigorosas que demonstram que a violência contra as mulheres é uma prática social e histórica, executada de modo silencioso, tácito e sistemático sem que, contudo, as mulheres que as sofrem sejam necessariamente doentes ou anormais. Os efeitos políticos e sociais desses discursos não permitem a construção de posturas e vivências de maior embate, pois individualiza e essencializa os acontecimentos, descontextualiza as trajetórias vividas por milhares de mulheres. Para Llobart (1993), este tipo de posição discursiva faz com que as próprias mulheres se configurem a partir de uma posição sócio-histórica, a androcêntrica, que as deixa alheias, já que reproduzem relações desiguais entre os gêneros.

No grupo de profissionais da saúde, é possível observar que a invisibilidade da violência contra a mulher costuma ser reiterada por prática e discursos que demonstram que eles(as) não vêem os seus serviços como locais de assistência e inclusão da atenção à violência. A situação de violência não se apresenta para eles(as) como um problema organizacional de assistência a ser prestada, merecedora de treinamentos específicos por parte da equipe (KISS; SCHRAIBER, 2011). A assistência, nesses casos, se resume ao tratamento de lesões e sintomas e a violência não é reconhecida como objeto de intervenção em saúde. A natureza doméstica e privada da violência conjugal contribui para essa recusa como alvo

assistencial. Para essas autoras, a natureza da violência como um objeto médico-social não encontra identificação na racionalidade biomédica de intervenção e os pressupostos da clínica médica continuam privilegiando sua abordagem em lesões e disfunções orgânicas. No entanto, na roda de conversa, alguns(mas) profissionais reconhecem sua importância no acolhimento das mulheres:

[...] uma coisa assim pra nós que somos trabalhadores da saúde, o seguinte: *essas situações aparecem pra gente todos os dias* e nós temos que fazer nosso papel do quê? Ela [a mulher em situação de violência] precisa se ver como pessoa, ela não vê isso e isso não vai ser na hora, foram 20 anos, ela não é nada, ela se sente como nada [...], *então pra nós que a todo momento estamos nos deparando com essas situações*, esse apoio constante mesmo, de fazer um trabalho no qual o indivíduo possa se ver como pessoa, porque a partir do momento em que ela conseguir se ver, *resgatar essa auto-estima*, o resto vai fluindo (Graça, RC, grifo meu).

[...] já que a gente, a maioria aqui é da saúde, como é importante o nosso papel no acolhimento e aconselhamento dessa demanda mesmo quando cê tá de saco cheio e é *a décima que vem dizer que apanha do marido* [...]. É mais uma que leva porrada e mais uma que eu vou ter que dar o maior estímulo, né? (Jessumina, RC, grifo meu).

Em primeiro lugar, nota-se como a saúde é porta de entrada da violência contra a mulher nos discursos das participantes (“a todo momento estamos nos deparando com essas situações” ou “é a décima que vem dizer que apanha do marido”). Há consciência de que o papel dos(as) profissionais é de acolhimento e aconselhamento dessa demanda e que, provavelmente, isso seja processual se levarem em consideração o tempo de vivência desse tipo de situação, mas o acolhimento costuma ser encarado como um estímulo e o objetivo se reduz à melhorar a autoestima. Isso, contudo, não parece ser um consenso ou uma prática incorporada por todos(as) os(as) profissionais, de todos os setores:

E aí vem aquilo que ela falou sobre a saúde, né, de vez em quando a gente tá aí na frente atendendo o pessoal aí, “olha, eu apanhei, eu fui agredido”, *chega na hora de falar alguma coisa com o médico*, pronto, já não fala nada, aí muda até de conversa com ele, a gente sai até como mentiroso [...] algumas até falam pra nós que apanham e na hora que chega, a gente relata pro enfermeiro que apanhou tal ali dentro, aí a hora que vai passar pra uma outra... pro médico ou pra alguém que vai atender, ela diz que não, não foi isso não, imagina, que é isso, né? (Ermilindo, RC, grifo meu).

A detecção da violência se resume quase a uma confissão e abordar o assunto depende de um(a) ou outro(a) profissional, sem que haja, necessariamente, um grau de integração entre eles(as). A proposta de um protocolo na saúde implica em habilidade diagnóstica, além da resposta adequada ao problema detectado, aliando elementos técnicos com a interação profissional-paciente (KISS; SCHRAIBER, 2011). Todos(as) os(as) profissionais, de forma integrada, precisam de conhecimentos e habilidades com redefinição cultural do escopo de sua ação e a reorganização dos serviços para poderem dar conta do problema, daí a defesa do paradigma da integralidade em saúde quando o assunto é este (SCHRAIBER et al., 2009):

Então eu acho que essa necessidade de mandar capacitação de recursos humanos sobre a realidade da violência é o que precisa permanentemente, porque se a gente for pela nossa satisfação, pelo que a gente ganha, nosso salário, você não faz nada, então tem que ser por amor à arte mesmo [...]. a gente sabe que a saúde sozinha não faz nada, a família sozinha não faz nada [...] ninguém isolado faz nada [...] (Jessumina, RC).

Para essas autoras, todas essas dificuldades enfrentadas pelos(as) profissionais acabam fazendo, muitas vezes, com que a tentativa de resolução recaia numa perspectiva pessoal e não profissional, força de vontade deles(as) mesmos(as) e não de políticas direcionadas para o atendimento especializado das mulheres: “Mas eu acho que precisa existir uma política mais forte pra orientar e apoiar este tipo de mulher e elas saberem onde podem ir” (Juliana Bastiana, RC). A carência desse investimento gera o desconhecimento do assunto e em decorrência disso, aparecem os discursos reguladores, que mostraremos a seguir:

Ó, se você ficar assim nessa vidinha que você tá, *ou você começa a levantar essa cabeça e erguer e mostrar que você é mulher de verdade* ou você vai continuar passando por esse negócio que você tá passando aí, tá bom? Eu falo isso aí como amigo [...] (Ermilindo, TF, grifo meu).

[...] mas *só faltou um ponto principal nela: autoconfiança* [...]. *Autoestima, autoconfiança*. Um outro ponto, só que é um ponto negativo: há muitas Brancas na vida que *não têm coragem para trabalhar*, não têm coragem pra fazer nada. Então preferem depender do marido a vida inteira, viver aquela

*vida de rotina*, viver apanhando, porque não têm coragem pra trabalhar (Irene, RC, grifo meu).

O ponto aí bem na nossa realidade, os Pássaros da vida, essa questão assim, a gente sabe que tem um monte de direitos que dá pra ir, só que eu acho que é um pouquinho mais embaixo, *é uma questão do eu, né, do eu quero me ajudar (...)* (Euzinha, RC, grifo meu).

Mas a *maioria das mulheres, elas são acomodadas*, essas mulheres que a gente vê e vivenciam essa situação, elas são acomodadas, elas não querem sair pra ir no projeto, aprender a fazer na cozinha artesanal um salgado pra poder vender, ela não quer, gosta daquele comodismo aí [...]. *Se você juntar dez mulheres, ver quem realmente quer mudar, na palavra vai ser as dez, mas no ato vai ser duas, três*. Se tiver vai ser duas, três (Dulcineusa, RC, grifo meu).

*(...) há muitas Brancas na vida que não têm coragem pra trabalhar, não têm coragem pra fazer nada*. Então prefere depender do marido a vida inteira, viver aquela vida de rotina, *viver apanhando, porque não tem coragem pra trabalhar*. Esse é um dos dois pontos que eu queria dizer.... (Irene, RC, grifo meu).

Mulher de *verdade*, de *cabeça erguida*, não *acomodada*, *corajosa*, ligados às práticas institucionais, esses discursos produzem formas de regulação, organização e administração da vida social e tecem um regime de verdade sobre a mulher. O comprometimento ético-político dos(as) profissionais, neste caso, reduz-se a um julgamento, discurso arraigado, difícil de combater como demonstra Willig (2008). Desenha-se uma mulher que, de algum modo, usufrui da situação em que se encontra, uma das explicações recai sobre a sua suposta falta de vontade para trabalhar, já que a atividade doméstica nem mesmo é considerada um trabalho propriamente dito. Junto a isso, mais uma vez a ênfase recai sobre a autoestima ou sobre o “eu” da mulher.

Sobre isso, Debert e Gregori (2008), advertem que não passa de uma armadilha transformar a violência, o poder e o conflito em problemas de falta de confiança ou autoestima e que bastaria às mulheres serem capazes de tomar atitudes adequadas para facilmente se livrarem de práticas discriminatórias. Waiselfisz (2012) em seu levantamento sobre feminicídios no Brasil problematiza demonstrando que os feminicídios acontecem em virtude da tolerância que nossa sociedade tem diante da violência contra as mulheres, sendo que dentre os mecanismos que fomentam essa tolerância encontra-se a culpabilização da

própria mulher que sofreu a violência, os casos de estupro são emblemáticos disso. Vê-se o modo com que os discursos operam, produzindo verdadeiras naturalizações naquilo a que se referem ou, como entende Parker (1996), definindo os objetos de que falam de forma a não questionar sua existência: a mulher é definida em termos de déficits se permanece na relação violenta ou então das normas que supostamente infligiu e que redundou em violências cometidas contra ela.

### 5.5.2. Discursos de resistência ou contradiscursos

Os contradiscursos aqui aparecem principalmente questionando as noções tradicionais de amor, casamento e poder, mostrando a necessidade da partilha e liberdade nas relações, por um lado e, por outro, a necessidade da mulher se colocar frente ao homem em pé de igualdade, mesmo que para isso ela utilize da violência como forma de cessar os abusos cometidos pelo companheiro ou, ainda, através da conquista do trabalho como forma de independência e libertação.

#### 5.5.2.1. A partilha e a liberdade nas relações

No caso dos discursos de resistência ou contradiscursos, os mesmos são caracterizados por serem polêmicos e mostrarem um sujeito discursivo que destoa das vozes normativas, caracterizando-se por negações de definições reguladoras, recusa de obrigações etc (LLOMBART, 1993). Tendo por base essa formulação, a seguir apontarei algumas construções discursivas que mostram aquilo que pode ser dito e feito pelos sujeitos que estão posicionados dentro delas e que, neste caso específico, abrem oportunidades para a ação dentro de relações que, num primeiro momento, colocam a mulher numa posição de assujeitamento. Também procurarei responder sobre aquilo que pode ser dito, sentido e pensado pelos sujeitos posicionados dentro desses discursos, oferecendo-lhes posições para desafiar as práticas sociais (WILLIG, 2008). Passo a exemplificar isso com alguns discursos

que desconstroem mitos que envolvem o amor e as posições que mulheres devem assumir dentro da estrutura social.

Fazer parte num acordo social (como o casamento, por exemplo), significa, de acordo com Willig (2008), que, seja lá o que for feito, é preciso assumir responsabilidade por seus efeitos. Deste modo, ao construir o amor baseado numa troca, num acordo no qual as duas partes devem ser beneficiadas, tanto mulheres como homens passam a ser sujeitos livres e autônomos, responsáveis, portanto, pela condução do mesmo: “Porque o carinho, o amor, não é assim, ele pedir o carinho dela, *não tem que pedir, é dos dois o carinho e o amor, é dos dois*, não precisa exigir. É dos dois que vem o amor, a convivência, né?” (Maria Mutema, RC, grifo meu). Se o casamento foi, durante um longo período, uma instância que permitia o uso e reprodução de abusos e violência por parte daqueles que eram considerados os seus responsáveis (os “cabeças” ou chefes de família, isto é, os homens), esse modo de ver as coisas passa a ser questionado e, um caminho para fazê-lo se dá em função dos discursos que veiculam aquilo que se entende por amor.

Para tanto, esses mesmos discursos precisam ser desconstruídos e, posteriormente, reconstruídos. No fórum com Jesuína entram no espaço estético Dulcineusa e, depois, Euzinha: “Até que ponto você [Jesuína] acha que você é amada pelo seu marido?” e “Então dona Jesuína: como o seu marido te trata? (...). Ele te dá valor? (...). Mas assim... ele te dá valor como? O que ele faz pra você? Ele te trata como a Branca?”. Aqui tanto Dulcineusa como Euzinha colocam em dúvida o amor que o marido de Jesuína sente por ela, amor entendido como sinônimo de cuidados materiais. Também o suposto amor de Zé Pássaro é colocado em xeque, posto que encontra-se amparado pela mesma explicação de que o homem passa o dia todo trabalhando, tentando garantir o sustento e proteção da esposa, podendo descontar nela as dificuldades de um dia duro de trabalho: “Eu acho que uma pessoa amar a outra não significa uma violência dessa que ele fazia *Eu acho que não, que ele não amava ela não*” (Maria Deodorina, RC, grifo meu). Para essas mulheres há que se refazer a dimensão do amor, de modo que o mesmo seja visto como algo simétrico - amor confluyente (GIDDENS, 2003) - no qual os dois parceiros desfrutam dos mesmos benefícios que essa relação pode trazer. Exemplificarei isso com excertos do fórum com Jesuína: “E a sua felicidade [Jesuína], tá aonde?” (Dulcineusa, TF), “Uma mulher só precisa de arroz e feijão, água e luz, mais nada?” (Ernestina, TF), “Sempre na rotina, a mesma coisa? Acordar, lavar, passar, cozinhar? E a sua vida? E a sua graça?” (Marta Gimo, TF) e ainda “Ah, se acostumou com a rotina. Então não é porque você gosta. Quer dizer que não é bom isso” (Juliana

Bastiana, TF.). Outro exemplo está no fórum com Zé Pássaro, quando este diz que vai fazer sexo contra a vontade de Branca. Assumindo o lugar de Branca, diz uma das espect-atrizes, Temporina: “Então eu vou te explicar um pouquinho a respeito de preliminares (...). A preliminar é uma coisa que antecede o ato, o ‘aquilo’. Então amor, você começa abrindo os olhos de manhã dizendo: bom dia minha rainha! Bom dia meu amor! E passa o dia pensando em mim como sua rainha, como seu amor”.

Espera-se, assim, que a vida não deixe de ser vivida e que o casal possa descolar-se da rotina, procurando prazeres tanto físicos como emocionais: “Eu não sou isso que você tá vendo, eu não sou uma máquina de sexo, uma máquina de costurar, de bordar, de limpar, de lavar, de cozinhar, eu não sou isso!” (Temporina, TF). Para que isso ocorra, a mulher deve ser tratada de modo igualitário como pode ser demonstrado no fórum através do discurso de Dulcineusa: “Jesuína, você acha Jesuína que você é uma esposa ou uma empregada?” e de Nãozinha, em roda de conversa após a apresentação: “não tá certo, porque ela não é escrava, ela é mulher”.

As explicações subjetivas de discursos de resistência permitem a experiência de empoderamento já que as construções discursivas têm efeitos práticos e a maneira como falamos passam a ter implicações sobre as formas como experimentamos o mundo, física e psicologicamente (WILLIG, 2008). Outro exemplo disso:

Nossa, por causa de criança você aguentar tudo isso, impossível, porque eu criei seis filhos sozinha, não morri. Eu tô aqui, e agora eu ia ter que aguentar tudo isso, *isso não é pra mim não, de jeito nenhum, principalmente o estupro. Isso aí é uma violência, é uma coisa inaceitável (...)*. Tem os casos que a mulher vai tantas vezes na delegacia e acaba morta, né, pelo seu marido. Sabe o que eu faria? Eu pegaria meus filhos e mudaria de cidade, não deixaria endereço (...). Mesmo sem ter um emprego *eu iria arriscar porque de alguma forma eu iria sobreviver, de alguma forma*. Eu sairia, porque se eu ficasse ali ele ia acabar me matando (...). *Eu acho que eu não consigo não. Uma pessoa mandar na outra assim, pra mim não dá não. Dá até um negócio ruim, só de pensar, já dá uma sensação ruim (...)*. Eu acho que a gente nasce livre, todo mundo tem a sua liberdade, né? *E a gente tem que viver essa liberdade, se a gente não viver a liberdade da gente, a gente vai viver o que, não é verdade? Não resta mais nada, porque você perdeu a liberdade, perdeu tudo* (Maria Deodorina, RC, grifo meu).

Aqui, a aposta que se traduz num poderoso contradiscurso concentra-se numa formação discursiva que proclama a liberdade como um bem valioso, que deve ser obtida através do trabalho: “A gente sofre né? Mas pelo menos a gente tá sofrendo pra ter alguma liberdade” e do esforço: “impossível, porque eu criei seis filhos sozinha, não morri” e da visão de que o ser humano é, antes de tudo, um ser que nasce livre e que deve lutar para manter essa liberdade, não devendo, portanto, aceitar nenhum tipo de humilhação: “isso não é pra mim não, de jeito nenhum” ou mesmo restrição a ela: “Por exemplo, você mata o seu marido, você vai pra cadeia, você vai deixar seus filhos, vai acabar com a tua vida, você vai deixar tudo por causa dele?”. Para alcançar essa liberdade, o melhor é enfrentar o problema de frente, mesmo que para isso tenha que correr riscos: “(...) *eu iria arriscar* porque de alguma forma eu iria sobreviver, de alguma forma”.

Nota-se que o sujeito discursivo possui uma vontade de ação, que deseja transformar as coisas, modificar a realidade da violência em defesa de um valor muito maior que a submissão, que se traduz no direito inalienável que todo ser humano tem de ser autônomo, responsável por suas ações, livre. Para Llombart (1993), os discursos de resistência não devem ser tomados como individualistas, mas como uma vontade de afirmar uma independência da qual as mulheres tem sido historicamente privadas, resultando que a afirmação dessa individualidade desemboca na afirmação e construção de uma nova subjetividade.

#### 5.5.2.2. “Põe veneno na comida dele”: revidar com violência

Em estudo realizado por Couto et al. (2007), foi possível detectar que a violência conjugal poderia ser tolerada por parte das entrevistadas nos casos em que a mesma seria utilizada como um revide, uma “lição” para o homem e, conseqüentemente, a cessação de outras violências futuras. Algumas espect-atrizes também viram como possibilidade de resolver o assunto revidando. Exemplos disso:

Eu tive que mentir pra ele, que eu tava indo pra casa da minha mãe, que lá tinha mais oportunidade, que depois ele iria, porque naquela época a gente vivia como cão e gato, ia pra delegacia, fazia boletim de ocorrência, não

acontecia nada com ele, ...eu mesma tava desacreditada, inda mais ele era conhecido, colega dos 'homens' ...eu menti pra ele, saí fugida e quando ele chegou lá, meus irmãos caçaram ele de cacete e falaram "some, não volta mais aqui" (Agda, RC, catadora de material reciclável).

Algumas espectadoras acabam concordando com Agda sobre a solução encontrada pelos irmãos dela, ou seja, que a violência contra o ex-marido poderia ser "exemplar" e que ele certamente aprendeu algo com isso, não a procurando mais. Ainda a fala dela: "Tanto aprendeu que mora ainda em Vilamaninhos, faz 13 anos isso... e nunca mais". Desacreditada no modo como a justiça encaminhava suas queixas e verificando que a alternativa de "dar o cacete" no ex-marido resolvia seu problema, essa espectadora nos fala de uma vivência que reforça o quanto as mulheres ficavam vulneráveis caso precisassem de uma proteção legal, tendo que apelar para os recursos extrajudiciais disponíveis. Do mesmo modo, as espectadoras Jesuína Palha e Carminha sugerem à nossa protagonista coisas como "põe veneno na comida dele" e "dá um tiro nele", respectivamente.

Outra catadora de material reciclável, Matamouros constrói discursos que estabelecem relações com outros – intertextualidade (IÑIGUEZ; ANTAKI, 1994), e, se por um lado identificam-se neles posições de regulação, por outro lado, visualizam-se posturas que buscam a emancipação da mulher. De modo imbricado, depara-se com uma tessitura que aprisiona e liberta, ora por culpabilizar a mulher, ora por desejar sua autonomia. Ao justificar suas afirmações sobre a permanência de algumas mulheres na relação de violência, Matamoros chama de *sem-vergonha* aquelas que, sob seu ponto de vista, mantêm a relação porque não desejam trabalhar. Por meio do estabelecimento de uma norma, um ideal a ser seguido, ela acaba se colocando como modelo, numa posição de superioridade em relação às outras mulheres: "Ah, eu quando tinha 10 anos (...) comecei a trabalhar e não tenho preguiça de pegar no serviço, quando vem estou pegando e é assim". Se por um lado esse discurso parece aprisionar e responsabilizar algumas mulheres, incidindo sobre seu caráter e justificando a violência cometida contra elas, por outro, Matamoros incita-as ao combate, ao enfrentamento direto, numa insólita proposição de defesa: "Não apanho mesmo, já falei pro marido, se você relar a mão em mim eu sei que no soco não vou aguentar, mas eu vou dar uns ainda, hein?, mas depois... E se eu conseguir derrubar, tadinho dele". Mais adiante:

E ele mesmo [o marido da espect-atriz] falou pra mim, porque ele não rela a mão em mim, eu falei você não rela mesmo, eu sei que no soco não vou bater em você, mas você vai dormir, na hora em que você dormir eu te “lanho” inteirinho. Só isso, eu faço ele virar um repolho. Sem essa, eu nunca apanhei do meu pai, vou apanhar de macho? (Matamoros, RC).

No discurso de Matamoros, a violência é algo tido como intolerável. Como forma de combatê-la, essa espectadora procura soluções que lhe coloquem numa relação simétrica com seu companheiro. Ainda que não tenha força suficiente para entrar numa briga: “eu sei que no soco não vou bater em você”, ela encontra uma estratégia que a coloca em pé de igualdade caso sofra algum tipo de violência dele: espera ele dormir e transforma-o num *repolho*, se necessário. A não aceitação da violência se estende para qualquer tipo de homem, seja pai, marido ou substituto dessas figuras que representam a autoridade e o poder de dominação. Ela interpela e polemiza: “sem essa (...) vou apanhar de macho?”. Constrói-se, assim, uma nova subjetividade na qual a resistência e a auto-afirmação passam a figurar e atuar nas formações discursivas. O gênero assume outra dimensão apontada por Butler (2005): ele é o mecanismo no qual se naturalizam noções de feminilidade e masculinidade, mas também pode ser o aparato mediante o qual tais termos são desconstruídos e desnaturalizados, provocando uma permutação de gênero, uma dúvida sobre os binarismos com os quais estamos habituados(as), afinal, essa mulher “lanha”, rasga o seu companheiro *inteirinho* e este deixa de ser um homem e vira um vegetal, atitude pouco esperada em se tratando de uma mulher se se leva em conta os modos corriqueiros com que a noção de mulher e feminilidade são construídas. Matamoros foge da norma neste aspecto, ainda que estar fora da norma signifique ser definido(a) em relação a ela, como demonstra Butler (2005): não ser feminino ou masculino por completo é ser, ainda assim, compreendido(a), exclusivamente, em termos da relação que se tem com esses dois termos.

Matamoros cria uma mulher que não aceita ser tratada como um “ser inumano” ou, ainda, um corpo *abjeto* (BUTLER, 2010b; PRINS, MEIJER, 2002), sua vida é “digna de valer à pena” (BUTLER, 2006). Ela faz valer, através de estratégias, sua igualdade frente ao homem. Abjeção significa literalmente lançar para fora, longe. Se a materialidade do sexo é construída através da repetição ritualizada das normas, essa mesma construção produz corpos inteligíveis e corpos abjetos. A noção de abjeto designa um *status* degradado ou expulso em termos de sociabilidade. Em suas palavras:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. [...]. Neste sentido, pois, o sujeito é constituído através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio. (BUTLER, 2010b, s/p).

Ainda que a igualdade preconizada por Matamoros tenha que brotar por meio da medição de forças e da troca de violências, ela consegue colocar essa mulher como alguém que faz parte do contrato social, cria regras e pautas para o convívio com o outro, faz com que seu corpo seja pensável e, sobretudo, vivível. Como aponta Parker (1996), os contradiscursos subvertem algumas instituições – a família, por exemplo – além de algumas formatações de gênero – a mulher submissa, obediente. Eles desafiam concepções dominantes e mudam possibilidades para o futuro, colocando mulheres para reagir às violências sofridas, seja de modo violento, seja lutando pela liberdade.

5.5.2.3. “Fome eu não vou passar se você me abandonar!”: ganhar a liberdade por meio do trabalho

Representar Branca como uma dona de casa suscitou várias opiniões da plateia, levantou questionamentos a respeito de mulheres que se acomodam em suas relações, não tendo *coragem* para trabalhar fora, provocando julgamentos por parte dos(as) participantes do fórum, levando muitos(as) a construírem discursos nos quais o trabalho (fora de casa) figura como uma importante categoria de emancipação e fortalecimento das mulheres para o enfrentamento da violência. Trago novamente dois discursos já utilizados anteriormente, mas agora coloco o foco nessa discussão:

Mas a *maioria das mulheres, elas são acomodadas*, essas mulheres que a gente vê e vivenciam essa situação, elas são acomodadas, elas não querem

sair pra ir no projeto, aprender a fazer na cozinha artesanal um salgado pra poder vender, ela não quer, gosta daquele comodismo aí [...]. *Se você juntar dez mulheres, ver quem realmente quer mudar, na palavra vai ser as dez, mas no ato vai ser duas, três.* Se tiver vai ser duas, três (Dulcineusa, RC, grifo meu).

(...) *há muitas Brancas na vida que não têm coragem pra trabalhar, não têm coragem pra fazer nada.* Então prefere depender do marido a vida inteira, viver aquela vida de rotina, *viver apanhando, porque não tem coragem pra trabalhar.* Esse é um dos dois pontos que eu queria dizer... (Irene, RC, grifo meu).

É possível notar pela fala dessas participantes que a saída está em habitar o universo público, participar do trabalho remunerado fora de casa, isso tudo como sinônimo de se mostrar incomodada com a situação de violência, procurando alternativas diferenciadas para o sustento e cuidado de si. É necessário que a mulher em situação de violência saia de sua casa, frequente o projeto disponibilizado pelos serviços de sua cidade (aprender a fazer um salgado na cozinha artesanal para, posteriormente, vendê-lo, faz parte da oferta criada pelas prefeituras ou secretarias citadas por Dulcineusa e, a seu ver, é uma forma oportuna de dar um basta à situação de violência). Caso não tenha disponibilidade para fazê-lo, a mulher é vista como uma acomodada, pois não tem coragem para trabalhar preferindo viver *aquela vida de rotina*. É interessante notar que a vida de rotina à qual elas se referem está relacionada ao trabalho não remunerado executado dentro de suas casas (passar, lavar, cozinhar, dentre outras intermináveis tarefas), não sendo reconhecido, ao que tudo indica, como um trabalho como outro qualquer, mais parece uma *covardia* ficar em casa executando-o. Por não reconhecerem o trabalho doméstico como um trabalho que usa a força da mulher no cotidiano, muitas vezes explorando-a, esses discursos deveriam ser entendidos como reguladores pois

[...] torna-se coletivamente “evidente” [através do movimento de mulheres] que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597).

Tomo-os aqui apenas para exemplificar uma faceta da questão do trabalho exercido fora de casa, portanto com remuneração, como meio de libertação. Em entrevista realizada

por Guedes e Fonseca (2011) com profissionais da saúde que compõem a equipe da Estratégia da Saúde da Família, as autoras chegaram a indicadores semelhantes. Esses(as) profissionais também entendiam que a luta pela autonomia era um meio imprescindível para ser utilizado no combate da violência. A sobrecarga nas responsabilidades reprodutivas e de cuidados, a exclusão das atividades produtivas e, conseqüentemente, a dependência financeira são fatores que inviabilizam a emancipação das mulheres e, segundo essas autoras, a autonomia deve ser entendida como o controle sobre a própria vida e o corpo bem como o direito de se ter uma identidade independente. Para elas, a autogestão financeira redundaria na possibilidade de adotar condições objetivas de superação das desigualdades de gênero.

O que se pode observar nas intervenções da plateia é que a clássica divisão sexual do trabalho, fundamentada no “modelo tradicional” de família, que confere às mulheres o papel doméstico e ao homem o papel de “provedor”, já não faz parte do discurso contemporâneo. Tal posicionamento questiona a naturalização dos homens às esferas produtivas e das mulheres às esferas reprodutivas. Pode-se ver isso no fórum com Zé Pássaro, em que este diz para Otacília que ela não terá como sobreviver, caso resolva deixá-lo, ao que ela replica: “Ah, mas eu trabalho, eu tenho força e saúde, eu trabalho e vivo do mesmo jeito”, também com Maria Mutema: “Eu trabalho, meu filho! Eu tenho braços pra trabalhar!”, com Ernestina: “Ah, eu posso costurar pra fora, eu posso lavar roupa pra fora, posso fazer muita coisa” e Engrácia: “Tem trabalho! Tem trabalho, a gente arruma, não tem só o bordado!”. Em roda de conversa, Nhemaria, catadora de material reciclável aconselha Branca: “Chama ele pra conversar, fala pra ele que não precisa só ele arcar com as despesas, que você trabalha, você ajuda ele, nas despesas da casa, ajuda ele...”. Ou ainda Ermelinda em fórum com Zé Pássaro:

Fome eu não vou passar se você me abandonar! Eu sei lavar, eu sei passar, eu sei cozinhar, eu ia trabalhar, eu cuido de mim, eu cuido do meu filho [...].Eu vou trabalhar, eu vou trabalhar, eu posso colocar meu filho na escola...[...]. Eu sei lavar, eu sei passar, outra: como eu estudei eu posso voltar a estudar, eu posso recuperar o tempo perdido que eu fiquei dentro de casa com você. (Ermelinda, TF).

Para Hirata e Kergoat (2007) a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos e é o fator que tenta garantir a sobrevivência da relação social entre os sexos, conferindo ao homem a apropriação de funções com maior valor social (político, religioso, militar etc). Ela possui dois princípios

organizadores: o princípio da separação, que separa os tipos de trabalho de acordo com o gênero e o princípio hierárquico, no qual o trabalho de um homem tem mais valor que o trabalho executado por uma mulher. Esses princípios, por sua vez, são legitimados através daquilo que as autoras denominam por “ideologia naturalista”: “Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Mas as próprias autoras demonstram que essa divisão não é imutável, tendo uma grande plasticidade dentro da sociedade, ainda que, mesmo quando as mulheres assumem as esferas públicas, se vêem diante da tarefa de conciliar as atividades ali desenvolvidas com aquelas do âmbito doméstico. As políticas públicas destinadas a favorecer a conciliação entre trabalho e cuidados familiares (como licenças-trabalho para cuidar dos/as filhos/as, regulação de tempo de trabalho para mães e pais realocarem as horas trabalhadas com as necessidades das crianças e o acesso às creches e pré-escolas), poderiam neutralizar as desigualdades de gênero, como demonstram Sorj, Fontes e Machado (2007), mas o reconhecimento dessa problemática tem uma fraca legitimação social e política em países como o Brasil.

Abaixo um exemplo de contradiscurso durante um fórum realizado com Branca, no qual Dulcineusa, profissional da saúde e Ermilinda, aluna do curso profissionalizante, tentam convencê-la de que o trabalho doméstico é um trabalho como outro qualquer, valorizado pelas pessoas e cujas atividades podem gerar dinheiro:

Branca: - A casa é nossa, né? O Pássaro que mantém a casa, o Pássaro que trabalha. Dulcineusa: - Mas você não consegue trabalhar? Branca: - Eu nunca trabalhei, sabe? Minha mãe também dizia: minha filha, cê tem que aprender, olha: borda, minha mãe me ensinou, ensinou a bordar, eu sei costurar, eu lavo, passo, cozinho. Dulcineusa: - Então! Branca: - Cuido do Francisquinho... Dulcineusa: - Você acha que com o seu talento você não pode manter uma casa? Branca: - Que talento? Eu nem estudei! Dulcineusa: - Mas você borda, você costura, muitas pessoas não fazem isso. Branca: - Ah, menina, mas isso ó... isso não é trabalho não. Dulcineusa: - Isso é trabalho sim. Branca: - Eu limpo a casa... Dulcineusa: - Isso é trabalho sim e é muito valorizado. Branca: - É? Dulcineusa: - É valorizado. Branca: - Aonde? Dulcineusa: - Muitas pessoas não sabem costurar. Você pergunta aí se alguém sabe costurar como você ou bordar o dragão... Branca: - Jesuína costura, você costura, a mulherada costura... Dulcineusa: - Jesuína só sabe fofocar e falar mal da vida alheia (a plateia ri). É a única coisa que ela tem. Se você for ter a Jesuína de foco, pra tua vida, você vai se afundar. Então porque você viveu 20 anos com o Pássaro, você vai ter que viver outros 20 debaixo dos pés dele? Branca: - Pra onde que eu vou? Dulcineusa: - Com o seu trabalho você vai conseguir pagar um aluguel, financiar uma casa, hoje tem várias opções. Branca: - É? Dulcineusa: - É. Branca: - Eu vou catar o

Francisquinho e vou catar a minha colcha e vou morar aonde? Dulcineusa: - Ué, aluga uma casa! Branca: - Com que dinheiro? Dulcineusa: - Com o dinheiro do teu trabalho! Branca: - Não tem nenhum dinheiro do meu trabalho, eu nem terminei a minha colcha. Dulcineusa: - Então termina minha filha, porque a sua vida tá parada no meio dessa colcha aí. Enquanto cê não terminar essa colcha, cê não vai conseguir dar continuidade pra sua vida. Branca: - Então eu tenho que terminar a minha colcha. (Dulcineusa dá fim à intervenção sob o aplauso da plateia).

Ermelinda: - Mas você sabe bordar, olha que dragão lindo que você tem aqui. Você sabe cozinhar, você sabe lavar, muita gente precisa de doméstica na casa, volta a estudar, tenha um futuro, quantos médicos tem formados no mundo, quantos professores? Tenta! Branca: - Eu queria ser professora. Ermelinda: - Então! Branca: - Mas eu nem terminei a 8ª série. Eu nem sei como fazer... Aqui na vila, eu nem sei se tem telecurso aqui na vila... Ermelinda: - Procura, não tem que ser aqui na vila, vai pra longe.

Os discursos dessas espect-atrizes refletem a realidade do país, na qual o número de famílias chefiadas por mulheres, cujas filhas e filhos são criados(as) sem a presença de um cônjuge cresceu expressivamente nos últimos anos (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007). Ainda segundo essas autoras, essas famílias monoparentais apresentam o maior percentual de pobreza no país. As mulheres acabam ocupando postos de trabalho informais, sem carteira assinada, com rendimentos inferiores e com qualidade de ocupação inferior se comparado com os homens:

As mulheres chefes sem cônjuge, com pelo menos um filho dependente (famílias monoparentais), com e sem parentes, apresentam taxas de participação no mercado de trabalho elevadíssimas (cerca de 82%) e superiores a das cônjuges com filhos, com ou sem parentes. Esse dado mostra que a presença dos filhos, sobretudo de mulheres sozinhas, não reduz a sua inserção no mercado de trabalho. Apesar de poder existir um sério problema de conciliação entre o trabalho e o cuidado com as crianças, essas mulheres, por não terem com quem dividir despesas, são as únicas responsáveis pelo sustento de sua família (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007, p. 18-19).

Haraway (2000) explica os lugares que as mulheres ocupam nos circuitos integrados na informática da dominação através do fato do sustento da vida cotidiana caber a elas, seja por sua condição forçada de mães, o que não é novidade, seja pela integração de seu trabalho à economia capitalista global, como no caso de países de Terceiro Mundo, em que mulheres

adolescentes nas áreas industrializadas são reduzidas à única ou principal fonte de renda para suas famílias. Ela acredita que o trabalho está sendo redefinido como estritamente feminino e feminizado, este último fator tanto para mulheres como para homens. Assim:

Ser feminizado significa: tornar-se extremamente vulnerável; capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho reserva; que as pessoas envolvidas são vistas menos como trabalhadores/as e mais como servos/as; sujeitos a arranjos do tempo em que a pessoa ora está empregada num trabalho assalariado ora não, num infeliz arremedo da idéia de redução do dia de trabalho; levar uma vida que sempre beira a ser obscena, deslocada e reduzível ao sexo. (HARAWAY, 2000, p. 76).

A autora chama a atenção para a feminização da pobreza, entendida como o desmantelamento de um estado de bem-estar, pela economia do trabalho caseiro<sup>74</sup>, na qual empregos estáveis são a exceção e pela ideia da expectativa de que os salários femininos não serão igualados aos salários masculinos. Ela define as redes de poder e de vida social para assinalar as poucas e idealizadas localizações sociais vistas pelas sociedades capitalistas avançadas como a Casa, o Mercado, o Local de Trabalho Assalariado, o Estado, a Escola, o Hospital-Clínica e a Igreja e acredita que não exista nenhum lugar para as mulheres nessas redes, mas somente uma geometria da diferença e da contradição.

### 5.5.3. Discursos jurídicos.

De modo geral, esses discursos foram utilizados num movimento duplo: ora para apontar que a mulher poderia procurar o sistema de justiça como forma de ser protegida e, ao mesmo tempo, conhecer seus direitos, ora como forma de punir o homem autor de violência. Para a compreensão da importância dos discursos jurídicos utilizados pela plateia, é bom lembrar, tal como ensina Foucault (1973), que os discursos são “jogos estratégicos” ou um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais e que são justamente as práticas judiciárias as maiores responsáveis por produzir novas formas de subjetividade, de saber e de

---

<sup>74</sup> A economia do trabalho caseiro faz parte, segundo a autora, da estrutura organizacional capitalista mundial, caracterizada pela desqualificação em larga escala e pelas novas tecnologias de comunicação que integram e controlam os(as) trabalhadores(as).

relações entre os sujeitos e a verdade, já que é a partir delas que certo número de “regras de jogo” são definidas e se estabelecem. Tais práticas, também conhecidas como práticas regulares, são responsáveis pelos “modelos ou regimes de verdade” que circulam nas sociedades, se impõem e valem não somente no campo da política, mas também no campo do cotidiano, tornando-se constitutivas do sujeito. Cada sociedade tem seu “regime de verdade” e é composta por tipos de discursos que acolhe e que funcionam como verdadeiros, isto é, desempenham papéis econômicos e políticos<sup>75</sup>. Cabe, então, tentar entender como a produção de leis e de penalidades alinhava os discursos construídos pelas pessoas sobre o modo de se enfrentar a violência, ora tendendo para discursos em prol da equidade pela via dos direitos, ora na penalização, pura e simples, do homem autor de violência.

Já antes da Lei Maria da Penha ser sancionada, alterações no Código Penal Brasileiro, em vigor desde 1940, tentavam revisitar discursos um tanto prescritivos, próprios do sistema penal (FOUCAULT, 1970/1997) que ditavam formas de regularidade e sistemas de coerção sobre as mulheres. Assim, a expressão “mulher honesta” contida nos artigos 215 e 216, por exemplo, foi retirada do Código somente em 2005 (BASTERD, 2011; SANTOS, PASINATO, 2008;). Aqui o enunciado *honesto* dava à lei um caráter moralizante e demarcava um certo tipo de conduta (que as mulheres deveriam ter, delineando sob quais condições e de acordo com quais comportamentos seriam ou não defendidas pela lei. Seus efeitos discursivos ainda hoje são pulverizados na sociedade através de suportes institucionais de tal modo que, em casos de estupro, o passado da vítima é utilizado para se tentar justificar o crime cometido contra ela e a mídia, sobretudo aquela especializada em divulgar pormenorizadamente a condução desses casos para a população, sempre foi um instrumento bastante contundente neste tipo de divulgação. Para Toneli e Becker (2008), o sistema penal tem operado através da reversão da vítima em ré, acionando a “lógica da suspeita” (nos casos de estupro). Como reação a isso, vê-se nos movimentos sociais contemporâneos como é o caso da Marcha das Vadias, a contraposição do enunciado *honesto*, pelo que seria então o seu oposto - *vadia* - e a crítica contida no uso dessa palavra utilizada para denunciar machismos e crimes. Em pesquisa realizada em documentos disponíveis no site de jurisprudência mineira realizada por Margarita Ramos (2012), verifica-se que a defesa da honra é estratégia jurídica ainda hoje utilizada, mesmo que de forma mascarada, nos assassinatos de mulheres por seus companheiros e que colaboram para a construção discursiva da mulher como um “ser inumano”.

---

<sup>75</sup> A verdade e o poder.

### 5.5.3.1. “Vou procurar meus direitos como mulher”: o fortalecimento das mulheres

Pesquisa realizada por Martha Híjar e Rosario Valdez-Santiago (2008) demonstra que a regulação da politização dos processos interventivos por meio da criação de diversas legislações é própria dos países latino-americanos. Nessa pesquisa pude observar que, inserida no cotidiano das pessoas, a prática jurídica e a arena judiciária emergem como espaço de negociação de conflitos e de luta por igualdade realizada por pessoas que até então não tinham acesso a ela. Exemplo disso está nas falas das espect-atrizes quando Zé Pássaro diz que a protagonista não poderá levar nada da casa caso queira separar-se dele, pois não terá direito a coisa alguma, nem mesmo ao filho. Em roda de conversa, o discurso de Rute, catadora de material reciclável exemplifica isso: “Deixa a criança, vai embora, pede ajuda pra colega e vai atrás dos seus direitos!” e, ainda sobre Branca não poder levar o filho, Otacília, aluna de programa de alfabetização, tentar argumentar durante fórum com Zé Pássaro: “Ah, levo sim [o filho]. Eu *dou “parte”* de você e levo ele embora”. Na roda de conversa, Rute ainda tenta pensar numa estratégia que auxilie Branca e aconselha a protagonista: “Vai atrás da sua colega, que chamou você pra missa, vai, pede pouso pra ela, pede ajuda e vai atrás dos seus direitos, *vai procurar alguma coisa* que defende a mulher”. Convicta, a catadora de material reciclável, tenta fazer o mesmo: “Vai embora, segue o seu caminho, deixa ele! Procura seus direitos e deveres!”. Maria Mutema, aluna do programa de alfabetização, em fórum com Zé Pássaro: “Eu vou na lei também, eu vou procurar meus direitos” e Maria Deodorina: “[...]Tá bom, tá tudo certo então, mas daí depois que você saísse eu pegaria meu filho e iria procurar os meus direitos” (Maria Deodorina, TF, aluna de programa de alfabetização).

A instância jurídica é entendida como lugar responsável pela cessação da violência na sociedade, assim, a protagonista é orientada por Rosa’uarda: “Fala pra ele: eu não vou mais tolerar isso porque é tempo passado, *nós não temos mais violências, não pode ter, tem a justiça*” (Rosa’uarda, RC, aluna de programa de alfabetização). É também colocada como local de informação, aconselhamento ou conscientização acerca da situação de violência: “Eu acho que a mulher, neste caso, poderia procurar uma ajuda sim, tanto da lei quanto ela teria que procurar um psicólogo, alguma coisa pra mostrar pra ela que ela pode sair daquela situação” (Maria Deodorina, RC, aluna de programa de alfabetização). Para Maciel (2011), a

redemocratização brasileira legou condições normativas e político-institucionais favoráveis ao uso da linguagem dos direitos e dos tribunais nos conflitos sociais e políticos, constituindo, assim, o repertório do Direito Penal, num poderoso recurso normativo e instrumental para dar visibilidade pública à temática da violência, comprometendo o Estado e a sociedade na regulação e na contenção das atitudes violentas. Em matéria do site de notícias *O Globo*, de Minas Gerais em 08/08/2012<sup>76</sup>, a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, ao Idoso e ao Portador de Deficiência (DEMID) divulgou dados de que no primeiro semestre de 2012, somente na cidade de Belo Horizonte (MG), mais de cinco mil mulheres pediram proteção à polícia por causa de ameaças e violência provocadas por seus parceiros.

O que Maciel (2011) fala é visualizável através do discurso da plateia que, de fato, muitas vezes usa essa linguagem para normatizar e regular atitudes violentas fazendo com que esses lugares sejam compreendidos como espaços de aconselhamento, diálogo ou orientação, local onde a justiça se faz presente e, portanto, os abusos são controlados, o uso da palavra *lei* faz referência às delegacias, centros de ajuda ou *qualquer coisa* que defenda a mulher e a esclareça sobre seus direitos, lugar que ela deverá procurar *depois* que tiver se separado do homem autor de violência. A pergunta é: mas por que as mulheres – e as minorias, de forma geral – não conhecem seus direitos antes de situações de violência se instalarem em suas vidas? E por que deverão conhecê-los apenas no espaço jurídico e não em outros, de seu dia-a-dia, na escola e seus conteúdos curriculares, por exemplo, quando ainda são crianças ou adolescentes e deveriam ter noções sobre política, história e movimentos sociais? Outra pergunta cuja resposta já foi delineada na introdução desse trabalho é: apesar das mulheres terem incorporado em seus discursos e práticas o acesso às delegacias como forma de proteção, será que essas instâncias estão, efetivamente, protegendo-as?

Verifica-se discursos semelhantes pronunciados pelos(as) profissionais da saúde, Admiração em fórum com Zé Pássaro diz: “[...] A tua máscara caiu e a minha vai cair agora também. Não te amo mais, *vou procurar os meus direitos como mulher* porque eu sei que eu tenho”. Na base da luta por direitos há ainda a ideia incorporada no que tange às rígidas divisões de papéis:

*Isso é obrigação sua, como pai de família* [dar sustento material]. Obrigação que o Estado cobra de você como família, porque se você não desse, eu ia

---

<sup>76</sup> Disponível em:

<[http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3747:08082012-pedidos-de-protecao-contra-violencia-a-mulheres-passam-de-5-mil-em-bh-&catid=43:noticias](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3747:08082012-pedidos-de-protecao-contra-violencia-a-mulheres-passam-de-5-mil-em-bh-&catid=43:noticias)>. Acesso em: 09 Ago. 2012.

procurar socorro lá fora. Porque eu sei que tenho direitos e eu vou correr atrás dos meus direitos, direitos que eu tenho sobre a minha família e o meu filho. (Admirança, TF, grifo meu).

Direitos esses assegurados pelo Estado, pela *Constituição Federal*, como bem assinala a espect-atriz, o que faz com que os próprios direitos sejam divididos de acordo com o gênero como é possível ver: “*obrigação sua, como pai de família*”, “*direitos como mulher*”. Em fórum com a protagonista, fazendo às vezes de sua amiga, outra profissional diz: “Se você [Branca] tivesse legal eu nem ia falar isso pra você, mas você não tá, cê tá morrendo viva aí, minha filha, cê tá na pior. E outra coisa, a lei brasileira atualmente diz que direitos iguais, independente de ser homem ou mulher, sabia?” (Jessumina, TF). Em roda de conversa, “Tem que lembrar que, por lei, o marido tem que sustentar ela também, né? Ela tem os direitos dela” (Juliana Bastiana). É interessante notar, como bem demonstram Granja e Medrado (2009), que os(as) usuários(as) não elegem as unidades de saúde como espaços para os quais poderiam levar suas queixas de violência e, deste modo, procurar ajuda, fazendo com que tais serviços não se estruturam para este tipo de atendimento. Através dos dados coletados, pode-se observar que tanto para os(as) participantes da plateia, certamente usuários(as) deste tipo de serviço, como também para seus profissionais, é a delegacia e não a saúde a responsável pelo combate da violência.

#### 5.5.3.2. “Ele não merece nem ser chamado de homem”: a prisão do autor de violência

A prisão do homem autor de violência é outro expediente ao qual a plateia recorre bastante, o homem é visto por algumas espect-atrizes da seguinte forma: “[...] ele não merece nem ser chamado de homem. Ele merece ser chamado como um animal, um bicho. Os próprios animais às vezes têm carinho, são companheiros de suas fêmeas, e ele não tem por você” (Ernestina, TF, aluna de curso profissionalizante). Sobre isso, Benedito Medrado (2008, 2011) alega que a lei Maria da Penha trouxe novos regimes de verdade sobre a violência de gênero, especialmente a violência conjugal, que é a mais focalizada no processo de legitimação pública da mesma. Ele problematiza o lugar de atenção que se dá aos homens

que praticaram a violência e indica o grau de desumanização que geralmente lhes é conferido. Diz ele: “[...] as narrativas que contam sobre a construção de uma noção (por exemplo, de que o homem autor de violência não é humano e que, portanto, deve ser enjaulado) são práticas discursivas construídas” (MEDRADO, 2009, p.405). Adriano Beiras et al. (2012), também problematizando a construção do homem-algoz/criminoso, procuram compreender as consequências destes entendimentos na prevenção, atenção e aprimoramento legislativo ao considerar que as práticas institucionais jurídicas e de saúde são promotoras de subjetividades, verdades e determinações que influenciam diretamente a prática assistencial, opinião pública e sociedade. Prova disso:

Eu nem sabia que tinha [abrigos], muitas cidades nem sabem que tem isso. Você vê muitos casos na televisão, eu acho que o governo tinha que tomar mais providência, porque eu acho que só a Maria da Penha não protege as mulheres com três, quatro boletins de ocorrência [...] (Ernestina, RC, curso profissionalizante).

A não existência de medidas protetivas impede também a procura de soluções e contradiscursos já que ninguém pode propor aquilo que não conhece. Foram raros os momentos, durante ou após as apresentações, que a plateia cogitou a necessidade de programas de intervenção para os homens. Se a mulher não tem nem mesmo um lugar para ser acolhida, correndo riscos de morte, como a plateia poderia propor atendimento ao homem autor de violência para que o mesmo reveja suas crenças e responsabilidade sobre o ato cometido de uma maneira reflexiva? A inclusão da atenção psicossocial individual ou grupal com homens seria uma alternativa na redução, contenção e prevenção da violência na conjugalidade. Além disso, ações nos níveis macro e micro deveriam pautar as políticas públicas adequadas à complexidade do problema, levando em conta fatores como a prevenção da violência masculina (análise de brinquedos, ressocialização na escola através de programas culturais voltados para a não-violência, trabalhos com os/as cuidadores/as) e a criação de uma política organizacional que permita aos centros de atendimento aos autores de violência, nos termos do Artigo 35 da lei Maria da Penha, participarem da reintegração destes homens à sociedade através de reeducação assistida, ainda que a própria lei não fale claramente como esse trabalho deve ser feito (BEIRAS et al., 2009; BEIRAS, CANTERA, 2012).

Diante da inexistência disso, a saída acaba sendo aquela que visa reparar danos maiores: “A mulher não foi feita pra apanhar. [...] Denuncia ele, *bota na cadeia*” (Carminha

Rosa, RC, catadora de material reciclável), “Cê já pensou em procurar uma delegacia da mulher, denunciar ele?” (Ernestina, TF, aluna de curso profissionalizante), “Chama a Maria da Penha pra ele!” (fala de uma pessoa da plateia não identificada, curso profissionalizante). Assim, os serviços que mais dialogam com as mulheres são aqueles que integram o Sistema de Justiça Criminal: Instituto Médico Legal e outras instâncias da polícia técnica e o Judiciário, através dos Juizados, Varas Criminais e, recentemente, os Juizados Especiais para a Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher como demonstram Santos e Pasinato (2008) No final das apresentações, uma única espect-atriz, Ernestina, diz:

Por isso até que tem um trabalho com psicólogos, os homens, tem uma cidade que eu assisti os homens que agredem as mulheres, eles passam por tratamento psicológico pra resolver isso [todas elas falam junto]. Acho que deveria ter isso em mais lugares, porque é uma coisa também que as pessoas desabafam, porque talvez tem um problema entre a gente que sofreu uma violência também (Ernestina, RC).

Para Exposito e Ruiz (2010), o autor de violência deve ser considerado completamente responsável pelo uso da violência dentro de uma sociedade que estabelece e faz com que ele cumpra as consequências de atos abusivos diante de sua parceira e, posteriormente, é necessário que ele passe por um processo longo, muitas vezes doloroso e honesto consigo mesmo para que consiga transformar-se e estabelecer relações respeitadas com filhos(as) e parceira. Também parecem ser exitosos os casos em que os homens podem participar de programas de reabilitação de maneira voluntária (CARRASCO-PORTIÑO et. al., 2007).

Desde a vigência da Lei Maria da Penha, dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informam que foram decretadas 1.577 prisões preventivas de homens que praticaram violência contra suas companheiras, 9.715 prisões em flagrante e 120.99 audiências foram realizadas. Em pesquisa de opinião pública do Ibope/Avon (2011) junto à população, verificou-se que 51% da população defende a prisão do autor de violência. Há uma tendência em defender as medidas punitivas por parte das pessoas (MEDRADO; LEMOS; BRASILINO, 2011) ainda que, segundo Toneli e Becker (2008), a Lei Maria da Penha permita que, pela primeira vez na legislação brasileira, a relevância e a importância do gênero seja contemplada, já que a utilização da perspectiva de gênero permite que seja previsto, dentre suas medidas, o encaminhamento do autor de violência a centros e programas de

reabilitação e reeducação. Também alguns(mas) profissionais da saúde veem a prisão como modo de cessar a violência: Ermilindo, um homem que substitui Branca no Fórum:

*Tem polícia pra isso! [...]. Você [Zé Pássaro] pode ter dado o dinheirinho pra cuidar da molecada aqui dentro, mas eu tô ajudando nesse barraco aqui e eu tenho parte aqui, ajudo a cuidar desse negócio tudo aqui dentro. Então você abaixa a sua bola, te levo pra delegacia agora, tá entendendo? (Ermilindo, TF).*

O mesmo espect-ator, agora substituindo a amiga de Branca, em Fórum com esta última, aconselha-a: “Vaza, pega as suas coisas, vai na delegacia, faz um B.O. pro cara e some”. O próprio Ermilindo, em roda de conversa, chama a atenção para a importância de outros meios, o esclarecimento é um deles: “Hoje em dia se uma pessoa chega até lá, conversa, troca umas ideias, acho que o cara não pode chegar perto da casa dela 100 metros, se não me engano. Falta conversa com essa Branquinha aí, né? Ou alguma associação que ajuda as mulheres também [...]” e as medidas protetivas é outro meio:

*Tem os abrigos. É... mas aí tem o seguinte, que nem ela, ela tem a casa dela, então ela tem medo de sair da casa, tem medo de ir pra outro lugar, tal, mas existem, nós sabemos que existem no estado de São Paulo e também fora do estado de São Paulo, alguns lugares que vão dar, como é que é?, não sei o nome da casa, eu sei que existem. (Ermilindo, RC).*

E se ao invés de destinarem o esclarecimento de Branca para instituições exteriores a eles(as) – associações ou casas – os(as) profissionais da saúde fossem capacitados(as) para prevenir e combater a violência? O atendimento integral permite que a violência e não apenas suas repercussões sejam tratadas pela equipe de saúde. O papel da saúde é desvelar a violência no interior de seus serviços, de forma que possa ser compreendida em seu todo médico e social e práticas assistenciais adequadas e intersetoriais possam ser oferecidas (D’OLIVEIRA; SCHRAIBER; HANADA; DURAND, 2009). A atenção primária ganha um lugar privilegiado neste enfrentamento e os serviços de atenção básica constituiriam verdadeiras “redes de conversações”, em que conversas direcionadas pelos(as) profissionais produziram orientações específicas para tais casos já que os estudos apontam que os casos agudos de violência ou de caráter mais eventual poderiam ser captados em unidades básicas

de saúde ou escolas, como forma de prevenção ou redução das formas mais graves e crônicas de violência (D'OLIVEIRA et al., 2007).

Assim, Ermilindo acerta quando diz: “Falta conversa com essa Branquinha aí, né?”, mas demonstra não ter conhecimento sobre os serviços especializados de referência, problema que atinge vários(as) profissionais da saúde (KISS; SCHRAIBER, 2011). Exemplo disso:

Eu acho que a sociedade, não sei se a [a de sua cidade] mas a sociedade do estado de São Paulo aqui, ela tem lugares pra colocar pessoas que estão tendo dificuldade, que tá no caso de Branca aí, de procurar trabalho, que apanha, dificuldade de conversar com alguém. [...] Pra dar motivação, pra falar: “ô filha, você tá apanhando, mas você tem ó, direitos, então é esse, esse, esse e esse [...]”. (Ermilindo, RC).

A violência, assim, assume uma posição marginal como objeto de intervenção em saúde e é remetida a distintos campos de intervenção, tomada como causalidade que escapa ao espectro da saúde como apontam as autoras. Granja e Medrado (2009), observam que a violência de gênero não chega às unidades de saúde como queixa principal, ela apenas aparece no decurso do atendimento. Além disso, a capacitação e a experiência da equipe para atuar diante do problema interferem na fluidez dos procedimentos dentro e fora da unidade.

Segundo Parker (1996), ao realizar a análise dos textos produzidos, é necessário examinar, dentre outras coisas, o papel dos discursos na reprodução das instituições. Nos discursos da plateia, a prisão prefigura como o meio mais certo de solucionar o problema, muitas vezes, o único. Para Foucault (1973), as práticas judiciárias consistem na maneira como se arbitram danos e responsabilidades às pessoas. Sua criação reflete como a sociedade concebe a maneira como os sujeitos poderão ser julgados em função de seus erros e a forma como impõe a determinados indivíduos a reparação de algumas ações. Conhecidas como práticas regulares, elas definem tipos de subjetividade, formas de saber e relações entre os sujeitos e a verdade.

Em *Vigiar e Punir* (FOUCAULT, 1987), ele apresenta a prisão como uma empresa de modificação dos indivíduos e o corpo dos condenados é local de correção, reeducação e castigos, corpo este que está diretamente mergulhado num campo político e cujas relações de poder possuem alcance imediato sobre ele. A penalidade teria como função corrigir os indivíduos em termos de comportamento, atitudes e disposições, enfim, do perigo que

apresentam. Através de uma tecnologia política do corpo constrói-se o controle sobre ele. Esta tecnologia raramente é formulada em discursos contínuos, sendo composta de peças ou pedaços e processos sem relação entre si. Diz ele: “Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições” (FOUCAULT, 1987, p. 26). Tal poder traz a possibilidade de vigiar e de constituir sobre aqueles que vigia, um saber. Este saber determina se o indivíduo se conduz como deve ou não, se ele se ordena em torno da norma, se o que faz é correto ou incorreto.

Se a regularização dos corpos femininos se dá por meio de violências exercidas pelos homens a estes corpos, estes, por sua vez, têm os excessos dessa violência (aqui entendidos como crime), regulados pela retirada de sua liberdade, a prisão. Para Medrado (2009, p. 410), a prisão isola os homens do convívio social e os estigmatiza, levando-os “[...] também a um posicionamento de não mudança e de assunção e reposição dos modos de ser agressivo”. Para Ramos (2012), a legislação, através de suas estratégias, se propõe a definir as regras do jogo que inscrevem nos corpos os procedimentos e os domínios de saber, ditando para mulheres e para homens os lugares cabíveis a cada um dentro da sociedade. Desta maneira, tal como em pesquisa realizada por Granja e Medrado (2009), com profissionais de redes de enfrentamento à violência e cujos discursos são parecidos com aqueles encontrados aqui, “[...] institui-se, assim, a narrativa que fundamenta o posicionamento de parte do movimento feminista, que se coloca contrária a qualquer tipo de ação voltada para os homens” (GRANJA; MEDRADO, 2009, p. 32).

Deste modo, a ênfase na criminalização da violência nas políticas públicas acaba fazendo com que o número de delegacias seja superior ao número de casas-abrigo e de outros serviços de atendimento para as mulheres, segundo Santos (2008), o que significa que nem mesmo as mulheres são inteiramente asseguradas pela lei. Na opinião de Toneli e Becker (2008): “Deve-se, portanto, compatibilizar uma responsabilização e uma punição que são individuais à compreensão de um problema que é também da ordem social e que deve assumir um viés educativo com estratégias combinadas” (TONELI; BECKER, 2008, p. 394). Se para Foucault (1979), o foco das transformações não deve recair na tentativa de mudança da “consciência” das pessoas ou daquilo que elas têm na cabeça, mas sim no regime político, econômico, institucional de produção da verdade, implica então em pensar que a produção discursiva dos(as) participantes dessa pesquisa reflete o modo de funcionar das instituições responsáveis pelo enfrentamento da violência, legitimando-as ao mesmo tempo. Cabe, então, modificar esse sistema para que novas subjetividades sejam também reformuladas, através de

um trabalho político de mobilização popular, como apontam Beiras et. al. (2012), que inclua reflexão e provocação de medidas mais eficazes. Fecharei este tópico citando Azêredo (1998, p. 60), que fala não apenas da importância de se estudar os homens violentos, mas de se estudar as masculinidades, de modo geral: “Porém, tenho começado a pensar que é preciso estudar não apenas os homens violentos, mas sobretudo os que não são violentos. É importante saber como esses homens se diferenciam em relação à violência”.

## 5.6. Reflexões finais

A função da análise de um texto é suscitar uma rede de relações através das quais se pode identificar as distintas versões de mundos sociais que coexistem ali (PARKER, 1996). Através da análise dos discursos proferidos pela plateia durante as apresentações do TF, pude identificar os vários modos de se pensar o objeto discursivo “violência conjugal ou amorosa dentro de uma relação heterossexual” e seus desdobramentos, tal como o modo como a mulher que vivencia este tipo de opressão é encarada. Essas falas operam uma verdadeira economia discursiva (WILLIG, 2008), ao demonstrar a disponibilidade de recursos discursivos dentro de uma cultura bem como suas implicações para a subjetividade e experiência das pessoas.

Como desvelamento dessa rede de relações, pude ver como mulheres e homens se (auto)regulam no que diz respeito às construções de gênero, ora mantendo-as, ora desafiando-as. A violência é entendida para alguns(mas) deles, como um campo de contenção e coerção, devendo ser utilizada para corrigir excessos e colocar mulheres desviantes na direção que a elas está destinada, isto é, cuidar da casa, dos filhos e filhas, do marido. Os(as) falantes aqui se posicionam, num primeiro plano, desejosos(as) por manter a ordem hegemônica, perpetrando o uso da violência como instrumento de controle. Em seu avesso, a violência também pode servir como forma de revide, ou seja, como forma da mulher não se deixar violentar por um marido que pretende corrigí-la, como instrumento de medição de forças, vencendo, portanto, aquele(a) que melhor souber empregá-la. Ainda que essa segunda forma seja vista como um contradiscurso, isto é, como um modo de colocar a mulher como um ser vivível e que não pode ser abusada, subvertendo, portanto, construções tradicionais sobre os

papéis de mulheres da sociedade, ela mantém, ao mesmo tempo, a violência como um recurso que mulheres e homens deverão utilizar na mediação de seus conflitos, resultando em benefício para ambos nos jogos de poder. As implicações para a subjetividade e experiência deles(as), contudo, é que a violência provoca danos à saúde física e emocional, além de ter implicações éticas e jurídicas sobre as vidas das pessoas. Segundo Azambuja e Nogueira (2008), a ação coletiva preconizada pelo campo da Saúde Pública visa, antes de tudo, a prevenção, isto é, não se aceita ou se reage à violência, mas acredita-se que o comportamento violento e suas consequências podem ser evitados, assim como seu impacto pode ser reduzido ou amenizado. Juntamente com doenças crônicas e degenerativas, a violência está alterando o perfil dos problemas de saúde em países de todo o mundo. Quando se olha para seus efeitos na saúde individual e coletiva é que se percebe a importância da formulação de políticas e práticas específicas para seu enfrentamento e prevenção, sobretudo no campo da saúde pública.

O posicionamento que prevê o revide da violência como forma de solucionar os conflitos é bastante compreensível diante de todos os abusos que fizeram com que algumas mulheres a ele recorressem, mas fecha as oportunidades de se ressignificar o uso da violência no espaço doméstico e familiar, o que implica que a mesma pode ser utilizada contra todos(as) aqueles(as) que representam perigo ou provocam insatisfação, podendo se estender para as crianças, adolescentes, idosos(as) etc.

Por outro lado, ela acaba encontrando no espaço jurídico o meio para ser controlada, através da punição do autor de violência. Medidas mais reflexivas não são acionadas pela plateia, como o encaminhamento dele para serviços nos quais possa desconstruir o modo como se posiciona dentro de uma relação de parceria. Se os desvios das mulheres são corrigidos pelos homens, agora é a vez do excesso dessas correções serem também sancionados pelo Estado. Este, por sua vez, concentra o foco de suas ações em medidas punitivas – e não preventivas – reforçando o posicionamento dos(as) falantes que acabam por não subverterem o modo como compreendem instituições como a prisão ou o papel de políticas que deveriam (trans)formar profundamente as pessoas.

Caberia, então, perguntar quem se beneficiaria com essas construções tão vigorosas e interiorizadas pelas pessoas: quais instituições ou grupos de pessoas, afinal, são favorecidos com a criação maciça de políticas públicas que têm como porta de entrada a prisão apenas? Por que os investimentos em medidas preventivas são tão tímidos? Por que a saúde não é

colocada também como a porta de entrada para o atendimento das queixas e encaminhamento das mulheres que sofrem violência, deixando de ser vista como um lugar estratégico para a prevenção, detecção e combate da violência até mesmo pelos(as) profissionais que trabalham ali? O que significa investir numa instituição e não em outra? Ao se concentrarem apenas na punição do homem, tais práticas acabam fazendo com que toda a responsabilidade da cessação da violência recaia sobre a mulher que a sofre e nas delegacias que passam a serem os únicos lugares de esclarecimentos de direitos e de controle dos comportamentos masculinos. Isso, é claro, demonstra a fragilidade da rede de enfrentamento, pois não são as mulheres e as delegacias as únicas responsáveis pelo assunto. E a escola, qual lugar ocupa em nossa sociedade, além da transmissão dos conteúdos socialmente construídos? Como espaço de sociabilidade, ela poderia também acolher a ideia de ensinar conceitos como gênero e violência? Por que os investimentos não são direcionados para essa instituição? Em quais instituições, afinal, as pessoas deverão se amparar para terem uma formação que dê conta de discutir cidadania e direitos humanos, por exemplo?

Por outro lado e, não menos importante, as subjetividades formadas pelos discursos jurídicos incorporam as mulheres como sujeitos de direitos, merecedoras de amparo e proteção. As implicações para os interesses dos(as) falantes, neste caso, é a elaboração de uma discursividade que consegue compreender que o uso da violência não deve ser tolerado dentro das relações afetivas. A campanha em torno da Lei Maria da Penha e sua ampla divulgação em nossa sociedade, evidentemente, consolida este ideal, o que é positivo quando se pensa que este debate precisa mesmo ser estimulado. Para Debert e Gregori (2008), a violência é justamente o reconhecimento social (não apenas legal) de que certos atos constituem abuso, sendo o crime a tipificação desses abusos e sua resolução deve se dar no plano jurídico. Ao entender que a violência sofrida por mulheres dentro de suas casas (e também fora delas), é um crime, abrem-se novas possibilidades para que a população ressignifique algo que vem sendo naturalizado ao longo da nossa história. Cooperam com isso discursos de resistência que polemizam o papel da mulher dentro das relações conjugais ou amorosas, contrariando o que se pensa sobre amor, casamento, companheirismo, ao entender que a relação é feita a dois e não apenas através da sujeição de uma das partes. Prova disso é o discurso de uma espectatriz, Maria Deodorina, que coloca a liberdade como bem supremo.

Fica patente que o paradigma de enfrentamento da violência contra a mulher comporta várias ações e reivindicações, pois o que se espera é que, para além das medidas punitivas, serviços psicológicos, de assistência social, saúde, orientação jurídica, casas abrigo,

atendimentos aos homens autores de violência, estudos sobre as masculinidades, redes de apoio, programas e medidas de prevenção primária, sobretudo no campo da educação e da saúde, para mencionar alguns, possam amparar e dar escopo a situações em que a violência atinja as mulheres de tal forma que necessitem de intervenção estatal. A necessidade de um trabalho interdisciplinar e intersetorial é urgente, condição necessária para se tratar de um problema complexo e multidimensional como a violência como apontam os vários estudos sobre o tema (POUGY, 2010; SANTOS, 2008; SCHRAIBER, D'OLIVEIRA, COUTO, 2009; TONELI, BECKER, 2009;).

O Teatro Fórum surgiria, aí, como mais um instrumento que poderia ser utilizado na prevenção deste tipo de violência, ao juntar as pessoas para problematizarem o tema, colocando-as no lugar de quem sofre, observando as dificuldades enfrentadas através do olhar da protagonista que relata uma história de violência. Ele constituiria apenas uma, dentre as várias ferramentas que precisam ser acionadas para discutir este assunto. De tudo aquilo que li durante este estudo, noto que há muito trabalho ainda a ser feito, pois lidar com essa questão implica num reposicionamento social amplo, em que noções sobre o que é ser mulher ou homem sejam reconstruídas, para que se possa forjar subjetividades que não sejam estanques ou intolerantes com as diversas possibilidades de se exprimir que deveriam estar disponíveis para todos os seres humanos.

## Referências

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Mulher denuncia violência, mas Estado não acolhe por falta de rede de atendimento, diz ministra. Disponível em: [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3739:08082012-&catid=43:noticias](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3739:08082012-&catid=43:noticias). Acesso em 09 ago. 2012.

ALMEIDA, Heloísa Buarque. Problemas de família: a violência doméstica e o Juizado Especial Criminal de Família (JECrifam). In: DEBERT, G. G. (Org.). **Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/UNICAMP, 2008, p. 77-109.

AZAMBUJA, Mariana Porto Ruwer; NOGUEIRA, Conceição. Introdução à violência contra as mulheres como um problema de Direitos Humanos e de Saúde Pública. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 101-112. 2008.

AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. O político, o público e a alteridade como desafios para a Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 22, n.4, p. 14-23, 2002.

\_\_\_\_\_. Gênero e a diferença que ele faz na pesquisa em Psicologia. **Cadernos Pagu**, v. 11, p. 55-66. 1998.

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 401-438, mai-ago. 2009.

BARSTED, Leila Linhares. O progresso das mulheres no enfrentamento da violência. In: BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY, Jacqueline. **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres. 2011, p. 346-381.

BEIRAS, Adriano; LODETTI, A. S.; CLÍMACO, D.A.; LAGO, M.C.S., TONELI, M.J.F. Programas de atenção a homens autores de violência latino-americanos: a importância

da ampliação de discussões referentes à violência masculina, após um ano de Lei Maria da Penha. Associação Brasileira de Psicologia Social (Ed.). In: XIV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2007, Rio de Janeiro. **Trabalhos Completos...** Rio de Janeiro: ABRAPSO, 2007, p. 01-13.

BEIRAS, Adriano; CANTERA, Leonor. Narrativas personales, construcción de masculinidades: aportaciones para la atención psicossocial a hombres autores de violencia. **Psico**, v. 43, n. 2, p. 251-259. 2012.

BEIRAS, Adriano; MORAES, Maristela; ALENCAR-RODRIGUES, Roberta de; CANTERA, Leonor. Políticas e leis sobre violência de gênero: reflexões críticas. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 36-45. 2012.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BUTLER, Judith. Regulaciones de género. **La ventana**. Guadalajara, México, n. 23, p. 7-35. 2005.

\_\_\_\_\_. Violencia, duelo, política. In: \_\_\_\_\_. **Vida precaria**: el poder del duelo y la violencia. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2006, p. 45-77.

\_\_\_\_\_. **Mecanismos psíquicos del poder**: teorías sobre la sujeción. Madrid: Ediciones Cátedra, Universitat de València, Instituto de la mujer. 2010a.

\_\_\_\_\_. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010b, p. 151-172.

CARRASCO-PORTIÑO, Mercedes; VIVES-CASES, Carmen; GIL-GONZÁLEZ, Diana; ÁLVAREZ-DARDET, Carlos. Qué sabemos sobre los hombres que maltratan a sua pareja? Una revisión sistemática. **Rev. Panam. Salud Publica**, v. 22, n. 1, p. 55-63. 2007.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima; D’OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; KISS, Lígia Bittencourt. Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher, São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11(Supl.), p. 1323-1332. 2007.

DEBERT, Guita Grin. As Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In: Corrêa, M. **Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”**. Pagu/UNICAMP, 2006, p.15-38.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. **Cadernos Pagu**, nº. 29, p. 305-337, jul/dez. 2007.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **RBCS**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165-211. 2008.

DIAS, Maria Berenice. A violência doméstica na Justiça. **Direito e Democracia: revista do Centro de Ciências Jurídicas/Universidade Luterana do Brasil, Canoas: Ed. ULBRA**, v. 7, n. 2, p.271-280.2006.

DIJK, Teun A. O giro discursivo. In: IÑIGUEZ, Lupicínio. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, p. 7-14.

D’OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. Violência de gênero, necessidades de saúde e uso de serviços em atenção primária. 2000. 279f. **Tese** (Doutorado em Medicina Preventiva). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pire Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima; HANADA, Heloisa; DURAND, Julia. Atenção integral à saúde de mulheres em situação de violência de gênero – uma alternativa para a atenção primária em saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 14, n. 4, p. 1037-1050, jul./ago. 2009.

D'OLIVEIRA, Ana Flávia P. L.; SCHRAIBER, Lilia B.; FRANÇA-JUNIOR, Ivan; LUDERMIR, Ana Bernarda; PORTELLA, Ana Paula; DINIZ, Carmen S.; COUTO, Márcia Thereza; VALENÇA, Otávio. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 299-311. 2009.

EXPOSITO, Francisca; RUIZ, Sergio. Reeducação de maltratadores: una experiencia de intervención desde la perspectiva de género. **Intervención Psicosocial**, Madrid, v. 19, n. 2, p. 145-151. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988/2007.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. São Paulo: Forense Universitária, 1995, p.231-249.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Portugal: Relógio D'Água Editores, 1997.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 1973.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969/2008.

\_\_\_\_\_. A verdade e o poder. In: MACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979/2012.

GRANJA, Edna; MEDRADO, Benedito. Homens, violência de gênero e atenção integral à saúde. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 25-34. 2009.

GUEDES, Rebeca N.; FONSECA, Rosa Maria G. S. A autonomia como necessidade estruturante para o enfrentamento da violência de gênero. **Rev. Esc. Enferm USP**, São Paulo, p.1731-1735. 2011.

GIDDENS, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. Delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos. In: DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F.; PISCITELLI, A. **Gênero e Cidadania**: tolerância e distribuição de justiça. Campinas: Pagu/UNICAMP, 2006, p. 57-87.

GROSSI, Miriam Pillar; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha (Orgs.) **Gênero e violência**: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

HEISE, Lori. Gender-based abuse: the global epidemic. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro: v.10, supl.1, p.135-145. 1994.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HARAWAY, Donna; AZERÊDO, Sandra Maria da Mata. Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo. In: MACIEL,

Maria Esther. (Org.). **Pensar/escrever o animal**: ensaios de zoopoética e biopolítica. 1ª. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 389-417.

HARAWAY, Donna J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tadeu Tomas. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 38-129.

HÍJAR Martha M.; VALDEZ-SANTIAGO, Rosario. *Programas de intervención con mujeres víctimas de violencia de pareja y con agresores*: experiencia internacional y mexicana. Cuernavaca, México, Instituto Nacional de Salud Pública, 2008.

HILST, Hilda. **Kadosh**. São Paulo: Editora Globo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IÑIGUEZ, Lupicínio; ANTAKEI, Charles. El analisis del discurso en Psicologia Social. **Boletín de Psicologia**, nº 44, septiembre, p. 57-75. 1994.

IÑIGUEZ, Lupicínio. A linguagem nas ciências sociais: fundamentos, conceitos e modelos. In: \_\_\_\_\_. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005a, p. 50-104.

\_\_\_\_\_. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, traduções e práticas. In: \_\_\_\_\_. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005b, p. 105-160.

IZQUIERDO, María. Jesús. Las dos caras de la desigualdad entre mujeres y hombres: explotación económica y libidinal. **Quaderns de Psicologia**, v.12, n. 2, p.117-129. 2010.

JORGE, Lúcia. **O dia dos prodígios**. Portugal: Publicações Dom Quixote, 2010.

KISS, Lígia Bettencourt; SCHRAIBER, Lilia Blima. Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 3, p. 1943-1952. 2011.

KRUG, Ettiene; DAHLBERG, Linda; MERCY, James; ZWI, Anthony; LOZANO, Rafael. **WHO: Report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

LLOMBART, Margot Pujal. Mujer, relaciones de género y discurso. **Revista de Psicología Social**, Logroño, v. 8, n. 2, p. 201-215. 1993.

MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da Lei Maria da Penha. **RBCS**, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 97-111. 2011.

MACIEL; Débora A.; PRATA, Ana Paula da Silva Brito. Mobilización por derechos y cambio legal: la Campaña de la “Ley María da Penha”. **Revista Política**, v. 49, n. 1. Dossiê Derecho, Justicia y Política. Chile: Universidad de Chile, 2011.

MEDRADO, Benedito. “A Lei Maria da Penha não é contra os homens, é a favor de uma sociedade sem violência”: conquistas, lacunas e desafios em políticas públicas. In: TORNQUIST, Carmen Susana; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba (Org.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**, v. 2. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009, p. 399-417.

MEDRADO, Benedito; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra a mulher. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, 20, Edição Especial, p. 78-86. 2008.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge; AZEVEDO, Mariana; GRANJA, Edna e VIEIRA, Sirley. **Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde**. Recife: Instituto PAPAÍ, 2009.

MEDRADO, Benedito; LEMOS, Anna Renata; BRASILINO, Jullyane. Violência de gênero: paradoxos na atenção a homens. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 471-478. 2011.

MELO, Z. M., SILVA, D. M.; CALDAS, M. T. Violência intrafamiliar: crimes contra a mulher na área metropolitana do Recife. **Psicologia em Estudo**, Maringá, 14(1), p. 111-119, jan./mar. 2009.

MENEGHEL, Stela Nazareth, BAIROS, Fernanda, MUELLER, Betânia, MONTEIRO, Débora, OLIVEIRA, Lidiane Pellenz, COLLAZIOL, Marcell Emer. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul State, Brazil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 743-752. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilza Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-23. 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n.1, p. 18-34. 2005.

NOGUEIRA, Conceição. Análise(s) do discurso: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 235-242. 2008.

**O GLOBO** (Minas Gerais). Pedidos de proteção contra violência a mulheres passam de 5 mil em BH. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2012/08/pedidos-de-protecao-contra-violencia-mulheres-passam-de-5-mil-em-bh.html>. Acesso em: 08 ago. 2012.

OLIVEIRA, Kátia Lenz Cesar de; GOMES, Romeu. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2401-2413. 2011.

OLIVEIRA, M. B. Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual. In: DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F.; OLIVEIRA, M. B. **Gênero, família e gerações**: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2008, p. 15-49.

PARKER, Ian. Discurso, cultura y poder en la vida cotidiana. In: GORDO-LÓPEZ, Angel Juan; LINAZA, José. (Eds.). **Psicología, discurso y poder**: metodologías cualitativas, perspectivas críticas. Madrid: Visor, 1996, p. 79-92.

POUGY, Lilia Guimarães. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 76-85, jan/jun. 2010.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: v. 10, n. 156, p. 155-167. 2002.

QORPO SANTO, José Joaquim de Campos Leão. **Mateus e Mateusa**. Porto Alegre: Escritos, 1866/2004.

RAMOS, Margarita Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 53-73, jan./abr. 2012.

RIUS, Lourdes. F. Violencia invisible o del éxtasis al dolor? **Estudios feministas**, Florianópolis, 16(1), p.133-144. 2008.

RUIZ, Sérgio; EXPÓSITO, Francisca. Reeducação de maltratadores: una experiencia de intervención desde la perspectiva de género. **Intervención Psicosocial**, v. 19, n. 2, p. 145-151. 2010.

SAFFIOTI, H. I. B. Violencia doméstica: questão de polícia e da sociedade. In: Corrêa, M. (Org.). **Gênero & Cidadania**. Campinas: PAGU/Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 2002, p. 59-69.

SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. **Oficina do CES**, Centro de Estudos Sociais, 301, mar. 2008.

SANTOS, Cecília MacDowell; PASINATO, Wânia. **Mapeamento das delegacias da mulher no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero, Pagu, Universidade Estadual de Campinas, PAGU/UNICAMP, 2008.

SCHRAIBER, Lilia Bilma; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro: v. 25 (Supl. 2), p. 205-216. 2009.

SCHRAIBER, Lilia Bilma; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; PORTELLA, Ana Paula; MENICUCCI, Eleonora. Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 4, p. 1019-1027. 2009.

**SENADO FEDERAL**. Congresso celebra 6 anos da Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/noticias/especiais/violenciacontramulher/Congresso-celebra-6-anos-da-Lei-Maria-da-Penha.asp>. Acesso em 10 ago. 2012.

SILVA, Myriam Cristina Mazieiro Vergueiro da. Introdução. In: \_\_\_\_\_. Rota crítica: os (des)caminhos trilhados por mulheres em situação de violência doméstica na busca por ajuda. **Dissertação** (Mestrado em Medicina Preventiva) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. As políticas e as práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n. 132, set./dez. 2007.

TONELI Maria Juracy; BECKER, Simone. A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina após dois anos de implantação da Lei Maria da Penha no Brasil. In: TORNQUIST, Carmen Susana; COELHO, Clair Castilhos; LAGO, Mara Coelho de Souza; LISBOA, Teresa Kleba (Org.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**, v. 2. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009, p. 377-39.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil**. FLACSO Brasil, Área de Estudos sobre a Violência, CEBELA, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 2012.

WILLIG, Carla. Foucauldian discourse analysis. In: WILLIG, Carla. **Introducing qualitative research in psychology**. London: Open University Press, 2008, p. 112-131.

## Artigo 6. Aproximações do Teatro do Oprimido com a Psicologia e o Psicodrama<sup>77</sup>

### 6.1. Introdução

O *teatro do oprimido* (TO) surgiu na década de 1970 em resposta às inquietações e experimentações de Augusto Boal, quando este ainda era diretor artístico do Teatro de Arena de São Paulo. Uma de suas preocupações era fazer um teatro para o povo e pelo povo, provocando uma revolução ao colocar os meios de produção teatral nas mãos de todos(as) e, assim, subverter o ritual convencional do teatro ao levar a plateia para o palco.

Para Boal (1980), as palavras *oprimido* e *espectador* eram sinônimos, justamente pela impossibilidade de diálogo que havia entre os(as) espectadores(as) e o palco, o que fomentava um monólogo que, por si só, era obscuro, por converter em objeto aquele(a) que se encontrava sentado(a) passivamente, atrofiando, por sua vez, sua capacidade de criar e de produzir.

Além de levar a plateia para o palco, Boal (2005) causou polêmica na classe artística com esta afirmação: – Todo mundo pode fazer teatro – até mesmo os atores! Acreditando que todos os seres humanos seriam capazes de executar qualquer atividade, ele queria desconstruir a ideia do teatro como propriedade privada de poucos(as) ao demonstrar que se tratava de uma linguagem imanente a todos os seres humanos.

Para tanto, Boal introduziu duas mudanças conceituais no seu teatro. A primeira foi a passagem do(a) espectador(a) de depositário(a) passivo(a) da ação teatral para protagonista, levando-o(a) a ocupar uma posição mais ativa no espetáculo teatral. A segunda foi a construção de um “modelo de ação futura”, que reflete não apenas o passado mas que também prepara o sujeito para o futuro (BOAL, 1979).

A partir daí, Boal passa a desenvolver novas modalidades de TO, levando em conta os contextos sociais específicos, as condições de produção teatral e os objetivos a alcançar.

---

<sup>77</sup> Agradecemos a professora e curadora Silvia Balestreri Nunes pelo rico diálogo estabelecido conosco a respeito do arco-íris do desejo.

Foi assim que surgiu o *teatro jornal*, no início dos anos 1970, no auge da ditadura brasileira, o *teatro invisível*, quando estava exilado em Buenos Aires (1971-1976), o *teatro imagem*, quando participava de um programa de alfabetização de adultos no Peru, o *teatro legislativo*, quando era vereador no Rio Janeiro, o *teatro-fórum*, uma das modalidades mais divulgadas e conhecidas em todo o mundo, também iniciado em um programa de alfabetização de adultos no Peru, e, por fim, o *arco-íris do desejo*, que surgiu nos anos 1980, quando Boal vivia na França, sobre o qual nos debruçaremos neste artigo.

## 6.2. O arco-íris do desejo: método Boal de teatro e terapia

As técnicas prospectivas e introspectivas que compõem o arco-íris do desejo (BOAL, 2002) foram elaboradas por Boal a partir das suas experiências com o TO na Europa (1978-1986). Ele observou que as opressões ali vividas eram muito diferentes daquelas encontradas na América Latina, pois não diziam respeito a problemas objetivos ou estruturais mais amplos como o desemprego, a exploração e as condições precárias de trabalho, a falta de infraestrutura, o abuso de poder e o analfabetismo. Eram problemas de natureza mais subjetiva, relacionados com a solidão, o medo do vazio e a incapacidade de se comunicar. O(a) opressor(a), segundo ele, estava dentro da cabeça das pessoas, e, para trabalhar com essas novas formas de opressão, criou *o tira na cabeça (le flic dans la tête)* e um conjunto de técnicas que recebeu posteriormente o nome de uma delas: arco-íris do desejo. O termo sugeria a análise de todas as cores do arco-íris, recombina-as de acordo com o desejo das pessoas com o objetivo de ressignificar as opressões internalizadas e conferir-lhes outras feições.

O percurso teórico e prático percorrido por Boal a partir das suas experiências com o TO na Europa levou-o a uma aproximação com a Psicologia, à medida que passou a utilizar técnicas muito semelhantes às utilizadas pelos(as) psicoterapeutas. Segundo Feldhender (2002), seu trabalho passou a se orientar muito mais para o processo do que para o produto. No final dos anos 80, o Centro de Teatro do Oprimido da França passou a oferecer seminários sobre teatro e terapia com a proposta de integrar o método terapêutico ao método de ação do TO. Nesse período, Boal chegou a admitir que seu método poderia ser considerado um

*psicoteatro*, e que “a política era a terapia da sociedade e a terapia era a política da pessoa” (FELDHENDLER, 2002).

O pressuposto básico de Boal, ao juntar esses dois métodos, era mostrar o teatro como o lugar onde o sujeito poderia se ver em ação, sendo sua essência, portanto, a auto-observação. Em suas palavras: – Teatro (...) é aquela capacidade ou propriedade humana que permite que o sujeito se observe a si mesmo, em ação, em atividade (BOAL, 2002, p. 27).

Assim, através das técnicas do arco-íris do desejo, que condensavam as antigas técnicas do TO com as novas, criadas na década de 1980, ele acreditava ser possível tornar a atividade teatral um instrumento eficaz na compreensão e na busca de soluções para problemas interpessoais e sociais, por meio do autoconhecimento.

Para isso, defendia a ideia de que as propriedades do espaço estético auxiliavam na realização dos movimentos necessários para que a pessoa narrasse e revivesse a sua história, tornando-se protagonista e acionando elementos que auxiliariam na ressignificação da mesma. A plasticidade do espaço estético, uma das suas propriedades, era descrita como possibilitadora do exercício de memória e imaginação, pois permitiria a manipulação do passado, do presente e do futuro, de modo a colocar a pessoa em ação. O espaço estético seria, a um só tempo, dicotômico e dicotomizante, um espaço real dentro de outro espaço, fictício, que provocava, por sua vez, a dicotomização do próprio sujeito/protagonista e dos(as) espectadores(as). Se no palco teatral o(a) protagonista produzia pensamentos e emoções que, embora seus, pertenciam supostamente às personagens, no palco terapêutico, ele(a) reproduziria pensamentos e liberaria emoções reconhecidamente seus. Desse modo, ao reviver sua própria emoção, o desejo do(a) protagonista(a) no palco terapêutico se dicotomizaria, e ele(a) passaria a querer mostrar a cena e a mostrar-se em cena, simultaneamente. Para Boal (2002), se, ao viver o desejo na vida real, o sujeito desejava sua concreção, ao revivê-lo no palco, ele procuraria reificá-lo, transformando-o em objeto observável, passível de análise, e, talvez, de transformação. O procedimento seria terapêutico se permitisse e estimulasse a escolha de uma ou de várias alternativas para o problema apresentado.

Seria então inevitável que, ao trabalhar uma situação pessoal com as técnicas do arco-íris do desejo, em um espetáculo de teatro-fórum, por exemplo, o sujeito, com a cumplicidade da plateia, pudesse refletir e ensaiar soluções para seu conflito. Nesse caso, estaria também presente outra propriedade descrita por Boal a respeito do espaço estético, a

telemicroscopicidade, isto é, o espaço que, ao ampliar as ações humanas, permitiria vê-las do ângulo que se desejasse, ora aproximando-as, ora afastando-as de seu(sua) observador(a). Esse espaço, por si só sensorial, faria com que o conhecimento sobre si mesmo(a) fosse adquirido através dos sentidos, sendo essa mais uma das funções terapêuticas do teatro: ver e ouvir para se autoconhecer.

Para realizar a tarefa de ajudar o(a) espectador(a) a transformar-se em protagonista da ação dramática, a fim de extrapolar para sua vida real as ações repetidas na prática teatral, Boal (2002) se valeu de três hipóteses fundamentais para amparar suas observações: a osmose, a metáxis e a indução analógica.

A osmose se caracterizaria pela propagação dos valores morais, políticos, de dominação e de poder de uma dada sociedade, infiltrados em todas as suas células, inclusive no teatro. Neste também seriam apresentadas imagens dessa vida social, com todos os elementos citados acima. Como a relação com a plateia nesse tipo de ritual era eminentemente intransitiva, a mesma era desativada, não podendo modificar o que acontecia no palco. Isso resultava em um imobilismo do ritual teatral, que, apesar de tudo, ainda poderia lançar ideias mobilizadoras, com o objetivo de fazer a plateia pensar. Boal, contudo, procurava tornar a relação palco-plateia transitiva, em uma tentativa de dinamizar a subversão dos(as) espectadores(as) e de eliminar, dessa forma, sua submissão.

Além disso, a relação intransitiva palco-plateia costumava ser produzida e sustentada através de relações de empatia (*em*: dentro, *pathos*: emoção), em que o mundo moral do espetáculo, ao penetrar de maneira osmótica no público, acabava por fazê-lo experimentar uma emoção vicária, já que se tratava de uma emoção outorgada por alguém que não a própria plateia. Em função disso, Boal sugeria a substituição da empatia, tão cara às poéticas tradicionais, pela simpatia (*sym*: com), na qual se vivenciaria a emoção junto ao(a) protagonista, por tê-la vivido, um dia, em sua própria vida. Paralelamente a isso, o(a) protagonista criaria imagens de sua realidade, devendo, ao mesmo tempo, jogar com a realidade dessas imagens através de sua incorporação artística, vivenciando, simultaneamente, a passagem entre dois mundos: um real e outro fictício. Esse pertencimento a dois mundos receberia o nome de *metáxis*. Uma vez criado esse mecanismo, Boal esperava que o indivíduo esquecesse o mundo real que esteve na origem da imagem criada por ele e passasse a jogar com essa nova imagem, artisticamente. Dessa forma, ele deveria efetuar uma espécie de extrapolação da realidade social e dirigir-se à realidade da ficção. Depois de ter feito essa

primeira extrapolação, o sujeito deveria agir em sentido inverso, isto é, em direção à realidade social.

O relato individual da opressão, proporcionado por meio de uma sessão de arco-íris do desejo, deveria, do ponto de vista de Boal, ser pluralizado, passando a abarcar a opressão de todas as pessoas da plateia, sobretudo se estas pertencessem ao mesmo grupo social e se fossem submetidas aos mesmos tipos de opressão. Se, ao contrário, aquilo que foi relatado fosse tão individual e particular que levasse a plateia a sentir apenas empatia pelo(a) protagonista, isso, por si só, faria com que este não fosse um verdadeiro representante de um espetáculo de TO. Boal preconizava que, a partir de um relato individual (ou imagem inicial), se procedesse por analogia, criando imagens ou cenas produzidas pelos(as) outros(as) participantes. Essas imagens e cenas falariam de suas próprias opressões internalizadas, similares à imagem inicial. A partir dessas imagens, e por indução, seria construído um modelo livre, isento das opressões singulares de cada um(a). A indução analógica consistiria, desse modo, em sua última hipótese fundamental na tentativa de auxiliar na extrapolação da realidade: – A função da indução analógica é a de possibilitar uma análise distanciada, oferecer várias perspectivas, multiplicar os pontos de vista possíveis por meio dos quais se pode considerar cada situação (BOAL, 2002, p. 58).

Isso resumiria a primeira necessidade do TO, mais particularmente, do teatro-fórum, que levaria a plateia para a cena, através da multiplicação, e esta se daria por duas vias: a primeira, pela identificação, faria todos(as) se identificarem com as personagens por sofrerem a mesma opressão, levando o espetáculo a falar na primeira pessoa do plural. A analogia faria o problema de todos(as) tornar-se, de alguma forma, semelhante (BOAL, 1980). A extrapolação seria a segunda necessidade técnica, pois permitira que, a partir da identificação e da analogia, as pessoas envolvidas no espetáculo (atores/atrizes e plateia) tentassem encontrar soluções para seus problemas reais.

Cabe esclarecer que, tanto nas oficinas do arco-íris do desejo como nas demais modalidades do TO, a condução do processo é feita por um(a) *curinga*. O termo faz referência à carta do baralho que, por sua versatilidade, pode ocupar várias posições no jogo. O(a) *curinga* é um(a) multiplicador das técnicas de TO e exerce funções como coordenar a criação do texto a ser apresentado, agregar e organizar as ideias do grupo, dirigir, fazer a marcação de cena e moderar os debates dos espetáculos de teatro-fórum (BOAL, 2000, 2005; NUNES, 2004; SILVA, 2009).

Ao colocar em relevo os efeitos terapêuticos do teatro nas suas oficinas, Boal procurava aproximar-se das opressões mais subjetivas e internalizadas para transformá-las em algo coletivo, procurando, por meio de identificações, promover a vivência daquelas opressões como se fossem de uma só pessoa. A partir daí, produzir-se-ia uma catarse que destruiria todos os bloqueios que estariam proibindo a realização de uma ação subversiva e libertadora por parte daqueles indivíduos. Vale lembrar que a catarse preconizada por Boal é distinta das catarses aristotélica e moreniana. Na primeira, a catarse expressaria o efeito produzido pelo teatro sobre os(as) espectadores(as), causando alívio e descarga de emoções. Na catarse moreniana, o efeito terapêutico produzia-se não apenas nos(as) espectadores(as) como também nos(as) atores e atrizes que criavam o drama ao mesmo tempo em que se libertavam dele (MORENO, 1975). Desse modo, por meio da junção de técnicas terapêuticas e da arte teatral, Boal criava mecanismos de auto-observação, que permitiam ao sujeito o conhecimento de si mesmo, através da confrontação de seus conflitos.

### 6.3. Semelhanças e diferenças entre o método de teatro e terapia de Boal e o método psicodramático de Moreno

Antes de falarmos das semelhanças e diferenças entre os dois métodos, vamos fazer uma rápida incursão pela história do psicodrama para entender o processo de incorporação do teatro à teoria moreniana.

As primeiras aproximações de Moreno com o teatro remetem ao seu trabalho com crianças e prostitutas nas ruas de Viena, em 1921, e têm, na sua origem, uma preocupação social e política. A partir daí, ele foi aprimorando sua experiência com o teatro espontâneo que, posteriormente, deu origem ao psicodrama. No teatro da espontaneidade, Moreno (1984) apresenta um modo revolucionário de fazer teatro, diferente do que se fazia até então, por introduzir quatro mudanças radicais: a eliminação do(a) dramaturgo(a) e do texto teatral escrito, a eliminação da separação entre palco e plateia – todos(as) os(as) participantes podiam atuar como atores e atrizes, a ênfase na improvisação, tudo é improvisado: a peça, a ação, o motivo, as palavras, o encontro e a resolução dos conflitos, e a substituição do antigo palco por um palco-espaco, aberto.

Precursor do sociodrama e do psicodrama<sup>78</sup>, o teatro da espontaneidade<sup>79</sup> colocou as bases para o desenvolvimento da teoria e técnicas psicodramáticas voltadas para o desenvolvimento da espontaneidade e da criatividade, da ação e da atuação, do *role playing* e da comunicação interpessoal.

O teatro da espontaneidade de Moreno tinha como proposta levar o público ao palco, diluindo a barreira entre ambos e superando o “modo legítimo” de fazer teatro, que não levava em conta o presente, tampouco a plateia. Para ele, o “teatro legítimo” considerava apenas a “conserva cultural”<sup>80</sup>, pois levava para o palco produtos acabados do drama (cena, diálogos), na tentativa de preencher a mente dos(as) atores e atrizes, supostamente criativos(as), tornando-os(as) viciados(as) em ensaios de memória (MORENO, 1984). O palco aberto (como uma arena) permitia aos(às) espectadores(as) uma visão plena de tudo que acontecia. O(a) ator/atriz não poderia “virar-se e fugir”, pois o palco não tinha cortinas na frente ou no fundo, tampouco coxias. O aquecimento e a espontaneidade eram fundamentais para o trabalho ali realizado.

O repertório do teatro da espontaneidade era constituído por produções poéticas ou sociais. Nas palavras de Moreno (1984, p. 93): “Todas as questões concretas que excitavam o público naquele momento, os julgamentos ou debates no congresso, podem ser trazidos para o auditório do teatro e reexperenciados”.

Uma das formas de teatro da espontaneidade utilizadas por Moreno era o *jornal vivo*, que trabalhava com dramatizações de notícias do dia. Seu objetivo era tornar espontânea a expressão no palco, tanto em termos de forma (improviso) quanto em termos de comentário (notícias). Nele, os(as) atores e as atrizes não conheciam os argumentos que seriam encenados até o dia da apresentação, dia em que iriam se submeter ao que Moreno (1984) denominou “ato de transferência pública”, ou seja, a construção de toda a poética teatral diante do público. Tudo ali obedecia à improvisação: personagens, forma e conteúdo. Para ele, a apresentação de notícias diárias permitiria o “improviso em si”.

---

<sup>78</sup> O psicodrama trata de um problema no qual estão envolvidos os indivíduos ou grupos pessoalmente, ao passo que, no sociodrama, os aspectos coletivos do problema são proeminentes, deixando para segundo plano a relação pessoal de cada pessoa com ele.

<sup>79</sup> Também conhecido como teatro do improviso ou teatro do imediato.

<sup>80</sup> A *conserva cultural* correspondia ao produto acabado de um esforço criativo, como um livro, uma sinfonia, etc (MORENO, 1984).

O teatro terapêutico ou o psicodrama propriamente dito foi uma decorrência dessas incursões de Moreno pelo teatro da espontaneidade ao perceber o efeito terapêutico e catártico operado nos(as) atores e atrizes que atuavam nos espetáculos abertos ao grande público<sup>81</sup>. Surgiu como uma modalidade mais voltada para o indivíduo e para o grupo, embora não desvinculada do contexto social. Na definição do próprio Moreno (SACHS; MORENO, 1990), o psicodrama é um método para explorar a verdade através dos métodos dramáticos, treinar a espontaneidade e desenvolver a criatividade. O material dramatizado diz respeito à realidade do(a) protagonista (paciente) – seus relacionamentos, conflitos, desejos e necessidades.

Na verdade, o que se chama de psicodrama é um conjunto de teorias e técnicas dramáticas desenvolvidas por Moreno (1974, 1975) ao longo da sua prática social e psicoterápica com indivíduos e grupos. Muitas dessas técnicas, bem como suas teorias, vêm sendo continuamente aprimoradas por seus(suas) seguidores(as), e seu uso não se restringe ao contexto psicoterápico, ao contrário, são vastamente utilizadas para trabalhar em diferentes contextos e temáticas – sociais, culturais, educacionais e de trabalho, dentre outros.

Há muitas semelhanças entre as práticas e as técnicas desenvolvidas por Moreno e Boal, embora nomeadas de forma diferente. Um primeiro aspecto que chama a atenção entre os dois métodos é o comprometimento de ambos com um fazer teatral revolucionário, distanciado do modelo de teatro tradicional. Embora vindo de tradições teóricas e formações diferentes – Boal era um dramaturgo marxista, Moreno era um médico mais ligado à filosofia existencialista – eles tinham preocupações comuns como a de estimular a atividade, a espontaneidade e a criatividade do(a) espectador(a) e utilizar o método dramático como método de ação para resolver conflitos e transformar a realidade social ou individual.

No entanto, em nenhuma passagem de sua obra Boal admite essas semelhanças, pelo contrário, todo o seu esforço é no sentido de diferenciar o TO do psicodrama, ainda que os considere áreas que podem ser superpostas. Ele sempre afirmou não ter experiência com o psicodrama, apesar de ter participado de um grupo de psicodrama em São Paulo, em 1967-68 e também do *X Congresso da Associação Internacional de Psicoterapia de Grupo (IAGP)*, em 1989, que comemorou o centenário de nascimento de Moreno. A convite de Zerka Moreno, ele fez a conferência de abertura do congresso, ocasião em que apresentou as técnicas do arco-íris do

---

<sup>81</sup> Um marco nessa passagem foi o caso de Bárbara, uma jovem atriz que participava das sessões de teatro espontâneo realizadas por Moreno em Viena (MORENO, 1975).

desejo, mas sempre que lhe foi sugerido que Moreno (1889-1974), criador do psicodrama e da psicoterapia de grupo, poderia ter sido um precursor de seus métodos, Boal negou (FELDHENDLER, 2002).

Mesmo assim, quando se observam as semelhanças entre o teatro-fórum e o sociodrama, entre algumas técnicas do arco-íris do desejo e as usadas no psicodrama terapêutico, entre o *jornal vivo* e o *teatro jornal*, o *playback theatre* e a multiplicação dramática, pode-se inferir que Moreno e Boal tenham tido fontes de inspiração comuns ou muito parecidas, dentre elas, aspectos do teatro da espontaneidade (AGUIAR, 1998) e o conhecimento que ambos tiveram das ideias, pesquisas e experiências cênicas do diretor russo Constantin Stanislavski.

Por outro lado, Boal (1980) reconhecia que aquilo que ele tornou conhecido e habitual nas suas técnicas e práticas com TO, na verdade, não foi sua criação ou de uma só pessoa, mas resultantes de manifestações estéticas surgidas e modificadas ao longo da História. Para ele, o que havia de realmente novo no TO era a ampla sistematização de todas as formas possíveis de expressão teatral, a investigação, a pesquisa e o aprofundamento de todos os processos, técnicas, estilos, formas, exercícios, jogos e sua inter-relação. A verdadeira descoberta do TO foi a sistematização e a inter-relação de todas elas.

O teatro audiência, por exemplo, derivado do teatro de conflito ou teatro crítico, foi um predecessor do teatro da espontaneidade. Nele, a audiência poderia interferir ativamente nas ações dos(as) atores e atrizes de modo semelhante ao que acontece no teatro-fórum de Boal. O *jornal vivo*, de Moreno, e o *teatro jornal*, de Boal, também inspirados no teatro da espontaneidade, têm como principal característica a determinação da trama pelo(a) espectador(a), o desenvolvimento e o tema da peça a partir da leitura de notícias de jornais. Por fim, a dramaturgia simultânea, utilizada por Boal no Peru e em outros países da América Latina, guardaria semelhanças com os métodos utilizados pelo *playback theatre*, pois ambos partiam das mesmas tradições populares de narrativas de histórias, com dois elementos fundamentais em comum: a audiência escrevia ou contava uma história e a apresentava através da ação (FELDHENDLER, 2002).

Para Feldhendler, além das fontes de inspiração de Moreno e Boal serem parecidas, há também muitas semelhanças na abordagem de conceitos primordiais, tais como espontaneidade/criatividade, construção da cena com os(as) participantes, ação/transformação da cena/realidade, *locus nascendi* e espaço estético, o princípio da ação improvisada ou

espontânea, a cena ou ação apresentada como espaço para mudança e, por fim, a catarse como momento de libertação.

A seguir, explicaremos alguns desses conceitos e suas semelhanças para, posteriormente, nos debruçarmos sobre as suas diferenças.

Segundo Feldhendler (2002), Boal não mencionava o termo *espontaneidade*, mas esta era uma condição fundamental para o seu teatro. O teatro imagem ilustra bem essa afirmação ao privilegiar explorações não verbais e cinestésicas na discussão e na elaboração das opressões vividas por seus(suas) participantes. Para ele, Boal também teria se aproximado da ideia de Moreno de “catarse de integração”. Nela, o(a) protagonista descobriria que aquilo que fora entendido como uma parte reprimida ou fixada do seu caráter poderia funcionar como elemento valioso em seu repertório de papéis. Isso muito se assemelharia ao conceito de Boal de *pessoa-personagem*, em que sugere que podemos representar no palco aquilo que nossa *pessoa moral* não poderia executar na vida real. Além disso, a hipótese de Boal de que uma personalidade adoecida poderia tentar despertar personagens sadias e não reenviá-las para o esquecimento, misturando-as à personalidade, e, em consequência, permitir a ela diálogos com a saúde, também trazia muitas semelhanças com o pensamento de Moreno.

Outra aproximação refere-se ao fato de que, quando o(a) protagonista psicodramático seleciona uma situação de conflito e a reencena no aqui e agora do palco, estaria experimentando algo novo, que poderia modificar simbolicamente suas relações cotidianas. Esse caráter do *como se*, típico do princípio da ação improvisada ou espontânea de Moreno, seria, para Feldhendler, fundamental no teatro de Boal. Tanto para um como para o outro, o aspecto ficcional da representação da realidade permitiria uma redução dos controles cognitivos e das barreiras, ampliando as possibilidades de ação fora do palco.

Também o conceito *de locus nascendi* de Moreno, espaço onde ocorreria a ação teatral, teria como correspondente o *espaço estético* de Boal. Tanto Moreno como Boal trabalhavam com a perspectiva da realidade excedente, na qual as relações que ainda não ocorreram, tanto no palco como na vida, poderiam ser restabelecidas e até mesmo transformadas. Conforme Feldhendler (2002), a representação, o teste de ação e o processo de transformação ocorreriam dentro da estrutura criativa, e eram considerados pelos dois autores componentes críticos da mudança comportamental.

Por último, o autor comenta que Boal entendia a catarse psicodramática como um movimento em direção à felicidade, simplificando demais esse conceito usado por Moreno. A catarse de integração seria, do seu ponto de vista, muito semelhante à catarse sugerida por Boal, pois quando o(a) protagonista da ação é transformado(a) em ator/atriz de si mesmo(a), provoca uma experiência profunda de autoconhecimento. Esse acontecimento se daria tanto no método psicodramático como no teatro do oprimido.

Identificadas as semelhanças, abordaremos um pouco as diferenças entre os dois métodos. Para tanto, utilizaremos as reflexões do próprio Boal acerca dessas diferenças.

Em primeiro lugar, diz Boal (1980), o TO ocupa-se da primeira pessoa do plural, mesmo que o tema seja proposto por um único indivíduo. Seu objetivo é expandir-se para uma causa coletiva, daí a necessidade de se partir de uma ideia de identificação, em que os indivíduos compartilham os problemas das personagens ou então, por analogia, na qual todos(as) possuem um problema semelhante. No psicodrama, ao contrário, a tendência é ocupar-se da primeira pessoa do singular, mesmo se a resolução do problema for coletiva.

Outro aspecto que, segundo Boal, diferencia as duas práticas é que o psicodrama procura a cura através da catarse, no caso, a eliminação de um elemento inquietador. Já a catarse, no TO, procura eliminar os bloqueios prejudiciais, que impedem o indivíduo de dinamizar e de realizar uma ação. Além disso, o TO trabalha com pessoas que se sentem saudáveis e que desejam modificar a sociedade (ou seja, não busca uma cura individual): “No psicodrama, a *doença* é individual; no teatro-foro, o *problema* é coletivo” (BOAL, 1980, p. 132, grifos do autor). Assim: “[...] a medida do psicodrama é o indivíduo, a psique, a medida do TO é o coletivo, o social” (SILVA, 2009, p. 121).

Além disso, ainda de acordo com Boal, no psicodrama, a figura do(a) psicoterapeuta é autoritária, pois, em última instância, ele(a) é o(a) condutor(a) de toda a situação e o(a) paciente, ao procurá-lo, busca orientações e conselhos. Já no teatro-fórum, o(a) *curinga* não se distingue dos(as) demais participantes, sendo, portanto, destituído de autoridade. Seu papel é reenviar as dúvidas para o grupo opinar, propor, resolver.

Na verdade, essa visão de Boal retrata seu desconhecimento da teoria e da prática psicodramáticas. Originário do teatro da espontaneidade, o psicodrama nasceu de uma preocupação social e política de Moreno de desenvolver um método de ação voltado para a transformação da realidade, através do desenvolvimento do potencial humano espontâneo e

criativo. Apoiada na filosofia do encontro, conceito que por si só remete ao social e à intersubjetividade, a formulação moreniana busca compreender o *socius* e a *psyché* como uma totalidade (BUSTOS, 1979); o indivíduo ou o grupo são tomados sempre dentro dos contextos social, familiar, interpessoal e político. Além disso, é importante lembrar que a prática psicodramática abrange diferentes modalidades que vão do psicodrama terapêutico, voltado para o trabalho psicoterápico individual ou grupal, ao sociodrama, dirigido para questões grupais e sociais mais amplas (MORENO, 1975).

Da mesma forma, a afirmação de que no psicodrama o(a) terapeuta é autoritário(a) precisa ser revista. É verdade que o manejo da técnica psicodramática exige certa diretividade por parte do(a) terapeuta, mas isso é bem diferente de autoritarismo, uma vez que o(a) paciente é o(a) protagonista de todo o processo; é a partir dele(a) e em função dele(a) que o trabalho terapêutico acontece. Isso não quer dizer que não existam terapeutas autoritários(as) no psicodrama ou em qualquer outra abordagem. Como se sabe, a relação terapeuta-paciente está longe de ser simétrica pelo próprio poder que o(a) terapeuta exerce (ARAÚJO, 1995). Como lembra Lacan (1973), é uma relação entre um *sujeito suposto saber* e um outro que se submete a ele. Aprender a lidar e a trabalhar com isso faz parte da formação e da prática de qualquer terapeuta. No caso do psicodrama, a postura autoritária na condução do processo psicoterápico vai contra não só ao seu princípio básico – desenvolvimento da criatividade e da espontaneidade – mas também contra o legado que Moreno deixou aos(às) psicodramatistas: “Sê espontâneo! Anima-te a criar! Não tomes a minha obra como dogma, porque estarás traíndo a sua essência; toma-a como um encontro, transforma-a, não a deixes morrer nas garras da conserva cultural” (MORENO apud BUSTOS, 1979).

Além disso, cabe ressaltar que o psicodrama não procura apenas, pela via da catarse, a eliminação de um elemento inquietador. Conforme nos aponta Contro (2009), o psicodrama assinala a possibilidade de relações mais criativas e espontâneas, o que levaria o sujeito ou o grupo a elaborarem novas formas de organização pessoal e coletiva, facilitando seu grau de autonomia e de desempenho de seus papéis. Para esse autor, a catarse de integração, por sua vez, é constituída por atos que aliviariam momentaneamente o(a) paciente, sensibilizando-o(a) e permitindo novos aprofundamentos, ao mesmo tempo em que possibilitaria o contato com o material recalçado e o inconsciente, além de crescimento e de autoconhecimento.

#### 6.4. Questões e problemas acerca das aproximações do TO com a Psicologia e o psicodrama

O que está em discussão aqui não é o efeito terapêutico do teatro, mesmo porque não podemos afirmar que tais efeitos possam ser encontrados em todos os tipos de fazeres teatrais. Acreditamos que, em alguns momentos, isso até possa acontecer, tenha ele fins declaradamente terapêuticos ou não, em virtude da mobilização emocional envolvida nos processos de catarse e de identificação com as personagens e as temáticas universais abordadas, mas não constitui uma regra. Ainda que nosso objetivo central, neste momento, não seja discorrer sobre os efeitos terapêuticos do teatro, acreditamos que, por ser o arco-íris do desejo um fazer teatral que se propõe trabalhar as dimensões terapêuticas da vida humana, o mesmo acaba sendo, costumeiramente, confundido com o psicodrama (BEZERRA, 2000), daí a necessidade de estabelecermos os pontos comuns e os divergentes entre os dois tipos de saberes/fazer.

Os questionamentos que fazemos a seguir estão relacionados com certas condutas observadas na aplicação de determinadas técnicas do TO, especialmente as do arco-íris do desejo, apontadas por diversos(as) autores(as) (NUNES, 1990, 2004; BEZERRA, 2000; FELDHENDLER, 2002; SPRY, 2002)<sup>82</sup>. Antes de entrarmos nessa discussão, vale lembrar que a nossa preocupação é determinada pelo nosso olhar e o lugar de onde falamos: o campo da Psicologia. A discussão nos parece importante tendo em vista as implicações éticas e técnicas envolvidas na superposição das duas áreas – teatro e terapia – e que exigem o devido cuidado tendo em vista os diferentes contextos e especificidades de cada área. Não estamos, com isso, querendo dizer que faltaria aos(às) multiplicadores(as) das técnicas do arco-íris do desejo, no Brasil e no mundo, responsabilidade diante da aplicação das mesmas. Mas acreditamos ser necessário que novos espaços de discussão sejam abertos para que essas técnicas, quando aplicadas, possam ser conduzidas levando em consideração a série

---

<sup>82</sup> Cabe esclarecer que alguns(as) autores(as) utilizam as expressões teatro do oprimido e arco-íris do desejo muitas vezes, de modo indiscriminado. Vale destacar que ambos se utilizam do relato de experiências individuais para iniciarem suas discussões, daí podermos concluir que tanto um como o outro precisam receber vários cuidados quando de sua aplicação. Neste trabalho, contudo, estamos focando apenas o uso das técnicas do arco-íris do desejo.

inesgotável de preocupações que todos os que aplicam técnicas e procedimentos voltados para questões íntimas dos sujeitos precisam ter. Se conseguirmos chamar a atenção para esse ponto, nosso trabalho terá avançando bastante.

Feldhendler (2002), ao falar da função terapêutica do teatro, retoma a ideia de Boal a respeito da experiência sensorial provocada por ele, experiência catalisadora de autoconhecimento que, por si só, tem um efeito terapêutico. Mas lembra que essa função terapêutica não é propriamente uma terapia, pois não leva em conta as características peculiares de uma estrutura terapêutica. A base estabilizada de cooperação, na qual os papéis e relações entre os(as) participantes são claramente definidos, bem como a clareza na execução da tarefa daqueles(as) que estão envolvidos(as) (exemplo: busca de alívio para determinados sintomas) e a concordância sobre o tempo necessário para a duração do processo, dentre outras coisas, seriam os elementos que caracterizariam um *setting* terapêutico.

Esses aspectos, tão caros às psicoterapias, não são levados em consideração no espaço de oficinas teatrais, pois, não é essa a preocupação nem a função dos(as) multiplicadores(as) de uma oficina para o ensino das técnicas do arco-íris do desejo. Cabe-nos então perguntar: quais as implicações de tudo isso? Como ficam os(as) integrantes de uma oficina ao exporem suas opressões individuais à coletividade? Que garantias eles(as) têm de que seus conflitos, demandas e conteúdos emocionais mobilizados durante o processo serão acolhidos e trabalhados adequadamente pelos(as) curingas condutores(as) da oficinas, se estes(as) não têm necessariamente uma formação na área da Psicologia? Convém lembrar que muitos(as) participantes das oficinas não têm experiências anteriores ou mesmo qualquer conhecimento sobre teatro ou Psicologia que lhes permitam avaliar os riscos e os limites da sua exposição nesse tipo vivência. Um cuidado necessário sugerido por Spry seria o(a) curinga esclarecer aos(as) participantes que o contexto é de teatro, e não de terapia, que eles(as) são responsáveis por si mesmos(as) e que só devem aceitar lidar com o que estiverem preparados(as), uma vez que o que é trabalhado é coletivo e compartilhado por todos(as). Mas isso nem sempre acontece.

Bezerra (2000) chama a atenção para o alerta que Boal faz quando do uso da técnica *imagem analítica*<sup>83</sup>; ele prevê que o(a) multiplicador(a) leve em conta o desejo do(a)

---

<sup>83</sup> Essa é uma das técnicas mais complexas de todo o arsenal do TO. Ela é composta por nove etapas e deve ser usada nos casos em que o(a) protagonista não compreende aquilo que se passa com ele(a), e tem como objetivo tornar conhecido esse conteúdo que está ainda dissimulado. As etapas a serem percorridas são baseadas em

participante de integrar essa dinâmica, e a autora pergunta-se se todos(as) os(as) multiplicadores(as) conseguem levar esse alerta em consideração. Nesse mesmo texto, a autora cita um episódio ocorrido com o próprio Boal em uma oficina no Canadá. Diante da queixa de uma participante que havia mobilizado questões pessoais que não foram trabalhadas, ele disse: – Eu faço teatro, o que vocês fazem de suas vidas é problema de vocês (DWYER apud BEZERRA, 2000, p. 43). Para Bezerra, a reação de Boal evidencia a confusão entre as abordagens psicológica e política, entre problemas psicológicos e opressões sociais.

Na opinião da autora, o método de teatro e terapia de Boal, o arco-íris do desejo, não possui um referencial teórico-metodológico claramente definido, não faz sequer uma confrontação entre os dispositivos teatral e terapêutico. Esses dois domínios deveriam ser discutidos de forma mais rigorosa, tendo em vista melhor uso e adequação das técnicas. Da mesma forma, a função do(a) curinga nessa modalidade de TO também deveria ser problematizada, devido ao lugar de poder e responsabilidade que ocupa no processo.

Refletindo sobre a função do(a) curinga nessa prática específica, Nunes (1990), questiona se o TO pode, de fato, ser feito por qualquer pessoa, como diz Boal. Ela acredita que, assim como as técnicas psicoterápicas, as técnicas do TO também são produtoras de *insights* nas pessoas, e, como tal, exigem um manejo cuidadoso por parte do(a) curinga. Com relação à questão da autoridade, ela também assinala que, se o(a) curinga é um(a) facilitador(a) da liberação das opressões e da busca da verdade dos(as) integrantes do grupo, em hipótese alguma pode arrogar-se como o *dono da verdade*, como às vezes acaba acontecendo.

Outras preocupações dizem respeito às experiências vivenciadas pelos grupos nos espaços das oficinas que são, para Bezerra, “espaços abertos para autênticas dilacerações” (2000, p. 42). Nunes (1990) afirma que esse tipo de oficina pode “balançar certas estruturas” e, uma vez balançadas, o(a) participante talvez devesse procurar uma análise, fazer outras oficinas, não fazer nada ou suicidar-se. Ao que nos parece, essa última ocorrência parece pouco provável de acontecer, exceto se o manejo da oficina se der de modo abusivo. De qualquer forma, por se tratar de um campo que lida com estruturas internas, não é possível fazer nenhum tipo de controle ou de predição em torno dele, daí a necessidade de se

---

improvisações, e todos(as) os(as) participantes serão acionados(as) de modo a contribuírem para que o(a) protagonista veja e ouça melhor aquilo que, em sua trama pessoal, permanece ocultado (Boal, 2002, pp. 161-169).

preocupar com o manejo das técnicas, com o papel exercido pelo(a) curinga e com a duração das oficinas. No entanto, se concordamos com Nunes que o desfecho das oficinas pode se direcionar através das diversas maneiras que mencionamos acima, há que se dar atenção especial a esse tipo de experiência. Se as estruturas do sujeito forem tão invadidas a ponto de ele precisar procurar, solitariamente, respostas para o seu sofrimento, estaríamos diante de um impasse. Se, como as sessões de uma psicoterapia, as oficinas não possuem continuidade, pois esse não é seu objetivo, caberia perguntar-nos quais as limitações dessa prática e como poderíamos contorná-las caso optássemos por aplicá-las. Ainda sobre isso, Cecília Boal<sup>84</sup> (2010), ao relatar uma experiência com pacientes psicóticos(as) em Eaurbonne, localizada próxima de Paris, esclarece que o teatro possui dois elementos de contenção que funcionam como barreiras para o gozo ilimitado; seriam eles: o convite para o ato (não para o *acting-out*<sup>85</sup>) e a convivência com o grupo. Ambos permitiriam a manifestação coletiva do desejo. De modo bastante esclarecedor, ela diz a respeito das experiências específicas do uso do TO em instituições de saúde mental: – Posto que é função do diretor teatral dirigir, o que será que acontece quando o diretor se ausenta, quando o ateliê acaba e os atores se encontram novamente entregues aos seus próprios fantasmas? (BOAL, 2010, p. 9). Ela conclui esse questionamento ponderando que o trabalho teatral que acontece dentro dessas instituições, por exemplo, não pode ser realizado sem a existência de uma equipe, mas deve ter continuidade e levar em consideração as especificidades de seus(suas) pacientes.

Além disso, nem sempre o tempo dedicado ao aprofundamento dessas práticas é conveniente, e seus desfechos podem ser precipitados. A proposta dessas oficinas, tendo em vista a natureza do processo, deveria, segundo Bezerra (2000), demandar maior elaboração e reflexão.

Para Nunes, é preciso rever as “oficinas de informação” e as “oficinas de formação”. As primeiras costumam ocorrer em curtos espaços de tempo e, nelas, os(as) participantes se entregam a exercícios “envolventes e reveladores de si”, sem que haja, todavia, uma garantia de continuidade e de acompanhamento posterior. Nas “oficinas de formação”, cujo objetivo é a apresentação didática e a prática das técnicas, o(a) participante também é convidado(a) a se

---

<sup>84</sup> Cecília Boal foi casada com Augusto Boal. É atriz e psicanalista.

<sup>85</sup> *Acting-out*: termo utilizado pela psicanálise para designar ações que apresentam um caráter impulsivo e que muitas vezes toma uma forma agressiva. O *acting-out* geralmente tem a ver como a marca da emergência do recalçado (Laplanche & Pontalis, 1998).

envolver em exercícios e jogos, mas o que se procura ali é aprofundar a explicação a respeito da técnica, e não das respostas que o(a) participante deu aos exercícios. Ela pondera: – Podemos, mais uma vez, como na época do camponês Virgílio<sup>86</sup>, estar expondo as pessoas, sem estarmos correndo os mesmos riscos (NUNES, 1990, p. 98). Cabe a nós perguntar se Boal e, atualmente, seus(suas) multiplicadores(as), acreditam que, ao acionarmos conteúdos internos e pessoais, podemos, com o mesmo despojamento, dirigi-los, voluntariamente, para propósitos mais amplos (como, por exemplo, levá-los para um fórum, transformar a sociedade), sem que venhamos, com isso, reativar nossos sofrimentos.

As críticas acima referidas não têm como objetivo desconsiderar a contribuição do arco-íris do desejo na emancipação das pessoas ou no efeito terapêutico que possa ter, mas sim, chamar a atenção para os problemas decorrentes de determinadas condutas no manejo das técnicas e na condução do processo por parte dos(as) curingas, especialmente na formação dos(as) multiplicadores(as) do TO. Como assinala Bezerra (2000), o uso inadvertido dessas técnicas pode afastar o TO das suas raízes contestatórias. E mais, se aplicadas sem aprofundamento ou embasamento teórico, poderão produzir novas opressões nas pessoas, agora praticadas por aqueles(as) que justamente desejam combatê-las.

## 6.5. Considerações finais

Boal criou as técnicas do arco-íris do desejo pensando, a partir de uma situação pessoal, em permitir que o sujeito encontrasse alternativas para o problema apresentado, acreditando que esse seria um dos efeitos terapêuticos de seu método. Para ele, o espaço estético, sensorial por si só, permitiria que o sujeito adquirisse autoconhecimento, e essa seria outra função terapêutica de sua técnica. Para tanto, ele criou algumas hipóteses que

---

<sup>86</sup> Caso relatado por Boal (2002) quando de suas incursões com o Arena pelas regiões Norte e Nordeste do País. Desejosos de apresentar um teatro político para o povo, o grupo, através de suas peças, incitava a população oprimida a pegar em armas e a derramar o sangue em prol de um mundo mais justo. Em uma dessas apresentações, em um vilarejo do Nordeste, com uma plateia composta apenas por camponeses(as), surgiu Virgílio, um camponês que, comovido com o espetáculo, convida o grupo para pegar em armas junto com eles, ajudando em sua luta. Diz Boal (2002, p. 18): – O medo fez-se pânico, porque era difícil explicar – tanto para Virgílio como para nós mesmos – como é que estávamos sendo sinceros e verdadeiros empunhando fuzis que não disparavam, nós, artistas, que não sabíamos atirar. A partir daquele momento, Boal (2002) deixa de fazer o *agit-prop*, isto é, o teatro de agitação e propaganda, que exortava as pessoas a lutar sem, contudo, requisitar a participação direta dos artistas nessa luta.

permitiriam que, a partir da história particular desse sujeito, todas as pessoas pudessem procurar uma solução, uma vez identificadas com a opressão que estava sendo narrada, passando o espetáculo a falar na primeira pessoa do plural. Ele esperava, com isso, que o sujeito que narrou a história esquecesse o mundo real que esteve na origem da imagem criada por ele e passasse a jogar com essa nova imagem, mas agora artisticamente. Isso realizado, haveria uma extrapolação da realidade social em direção a outra realidade, fictícia. Feita essa primeira extrapolação, o sujeito deveria agir em sentido inverso, voltando à direção da realidade social. Desse modo, através da junção de técnicas terapêuticas e da arte teatral, Boal criava mecanismos de auto-observação e de extrapolação da realidade, entendendo que, a partir do autoconhecimento, seria possível estender o conhecimento para problemas mais amplos e coletivos.

Essa nova forma de lidar com as opressões, criada a partir da observação da realidade europeia, muitas vezes foi confundida e comparada com o psicodrama. Neste artigo, pudemos perceber que tanto Moreno como Boal possuíam alguns pressupostos parecidos, como o desejo de que a plateia interagisse com os(as) atores e atrizes, a procura pela espontaneidade e a liberação dos conflitos pessoais e sociais, dentre outros. Cabe ressaltar que ambos, cada qual a seu modo, estiveram comprometidos com um fazer teatral que revolucionava e se distanciava do modo tradicional de se fazer teatro, além de utilizarem o método dramático como método de ação para a resolução de conflitos e a transformação da realidade social e individual, preocupados que estavam com as questões políticas e sociais de sua época.

De forma geral, as técnicas usadas para as discussões do teatro do oprimido também partem de questões do próprio sujeito, mas é a partir das técnicas do arco-íris do desejo que Boal tenta dar uma dimensão terapêutica para a sua prática, aí se debruçando sobre os conflitos mais íntimos do sujeito. Essa prática foi problematizada neste artigo a fim de que possamos apenas levantar alguns apontamentos, como, por exemplo, a função do(a) curinga e do manejo que ele(a) dá às técnicas do arco-íris, a transferência de poder que é endereçado a ele(a), a duração e o aprofundamento das oficinas; enfim, ainda que não se trate de um *setting* terapêutico, pensamos que seja necessário dar um tratamento diferencial quando do uso desse tipo de abordagem, por estarmos lidando com pessoas suscetíveis de se expor de maneira indesejada. Evidentemente, não temos respostas para todas essas questões, mas como há poucas publicações nessa área, esperamos, com este texto, abrir um espaço de diálogo e discussão sobre uma prática que vem ganhando cada vez mais adeptos(as), inclusive dentro do campo da Psicologia, não sem razão, pois o método criado por Boal permite que tenhamos

uma escuta privilegiada diante daquelas pessoas emudecidas pela diferentes formas de opressão da nossa sociedade, permitindo-lhes que tenham acesso a meios de comunicação mais coletivos.

## Referências

AGUIAR, Moysés. **Teatro espontâneo e psicodrama**. São Paulo: Agora, 1998.

ARAÚJO, Maria. Fátima. Reflexões sobre o papel social e político do profissional de psicologia. *Perfil*, 8, 33-39. 1995.

BEZERRA, Antônia. P. Augusto Boal e as técnicas do arco-íris do desejo. **Cadernos do JIPE-CIT**, v. 10, 24-32. 2000.

BOAL, Augusto. **Técnicas latino-americanas de teatro popular**: uma revolução copernicana ao contrário (com o anexo teatro do oprimido na Europa). São Paulo: Hucitec. 1979.

\_\_\_\_\_. **Stop: c'est magique!** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. **Hamlet e o filho do padeiro**: memórias imaginadas. Rio de Janeiro: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **O arco-íris do desejo**: método Boal de teatro e terapia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BOAL, Cecília. T. Teatro do oprimido em Eaubonne. *Metáxis: teatro do oprimido na saúde mental*, Rio de Janeiro: Master Print Gráfica e Editora, p. 6-9. 2010.

BUSTOS, Dalmiro Manuel. Prólogo. In: NAFFAT NETO, Alfredo. **Psicodrama: descolonizando o imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1970, p. 11- 12.

CONTRO, Luiz Carlos. Grupos de apoio ao processo de trabalho em saúde: articulações teórico-práticas entre psicodrama e análise institucional. **Tese** (Doutorado em Medicina). Departamento de Medicina Preventiva e Social, Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2009.

FELDHENDLER, Daniel. Augusto Boal and Jacob L. Moreno: Theatre and therapy. In: SCHUTZMAN, Mady.; COHEN-CRUZ, Jan. **Playing Boal: Theatre, therapy, activism**. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2002, p. 87-109.

LACAN, Jacques. **O seminário: livro 11**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

LAPLANCHE, Jean.; PONTALIS, Jean Bertrand. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MORENO, Jacob Levy. **Psicoterapia de grupo e psicodrama**. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

\_\_\_\_\_. **Psicodrama**. São Paulo: Cultrix, 1975.

\_\_\_\_\_. **O teatro da espontaneidade**. São Paulo: Summus, 1984.

NUNES, Francisco Pereira. Palco ou plateia? A progressiva falta de assento nos teatros de Brecht, Moreno e Boal. **Dissertação** (Mestrado em Artes Cênicas), Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

NUNES, Sílvia. Balestreri. Teatro do oprimido: revolução ou rebeldia? **Dissertação** (Mestrado em Psicologia), Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1990.

\_\_\_\_\_. Boal a Bene: contaminações para um teatro menor. **Tese** (Doutorado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

SACHS, James.; MORENO, Jacob Levy. A voz de J. L. Moreno (Entrevista a James Sachs). **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 8, n. 2, p. 11-27. 2000.

SILVA, Carolina Vieira. Curinga – uma carta fora do baralho: a relação diretor/espectador nos processos e produtos de espetáculos fórum. **Dissertação** (Mestrado em Artes Cênicas), Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

SPRY, Lib. Structures of power: Toward a theatre of liberation. In: SCHUTZMAN, Mady.; COHEN-CRUZ, Jan. **Playing Boal**: theatre, therapy, activism. Londres: Taylor & Francis e-Library, 2002, p. 171-184.

## CONCLUSÃO

Esse trabalho nasceu do meu desejo em discutir questões de gênero e violência contra a mulher numa sociedade que, muitas vezes, culpabiliza as mulheres pelas violências sofridas em seu cotidiano e que acontecem tanto fora como dentro de suas próprias casas. Seu objetivo principal era, sobretudo, dar visibilidade ao tema, levando-o para diferentes segmentos populacionais compostos tanto por mulheres como por homens, para disparar conversas sobre uma prática que tem, atualmente, mobilizado a opinião pública por meio não apenas da divulgação da Lei Maria da Penha, como também pela possibilidade de acompanhar as repercussões de sua aplicação através de noticiários, redes sociais, blogs, dentre outras tecnologias sociais. A revisão do enquadramento teórico sobre violência contra a mulher permitiu constatar aquilo que era possível ver no dia a dia: as mulheres são, ainda, tratadas como seres abjetos, inumanos, seja porque violências contra elas são naturalizadas e reproduzidas na sociedade brasileira, seja porque as políticas para o enfrentamento ainda se mostram um tanto problemáticas, demonstrando que os espaços destinados ao combate da violência ainda são povoados por discursos machistas e práticas que não produzem rupturas nas vidas de mulheres e homens e que lhes permita caminhar em direção a diálogos sobre o poder, o amor, o casamento, as feminilidades e masculinidades dentre tantas palavras que precisam ser pronunciadas para se ressignificar conceitos e posições.

As implicações e desenvolvimento do estudo ora realizado para o campo da Psicologia podem ser resumidas na tentativa de considerar a violência contra a mulher numa perspectiva que leve em consideração os aspectos políticos da existência e dos eixos de poder e diferenciação que contribuem para que ela seja vivenciada de maneiras específicas por cada mulher, dependendo do lugar que ela ocupa na sociedade. Foi possível também assinalar que essa disciplina precisa respaldar-se num amplo conhecimento para lidar com esse tema, não podendo estar encerrada em explicações reducionistas, psicologizadas e que revitimizam as mulheres. São necessárias intervenções que garantam a interdisciplinaridade, de forma a elucidar qual o papel que o(a) psicólogo(a) pode adotar nas redes de enfrentamento à violência, o objetivo de sua atuação, a importância de sua escuta e intervenção e seu posicionamento dentro desse campo. Sua formação deve contemplar, além de uma prática focada na clínica, as metodologias alternativas que podem ser acionadas por ele(a) em outros espaços de atuação voltados para o atendimento da população. Levando em conta o

desenvolvimento das metodologias que podem participar na prevenção da violência contra a mulher – entendendo um dos pilares dessa prevenção a denúncia de que as feminilidades e masculinidades são criadas e reguladas por meio de normas identitárias fixas e dicotômicas – acredito que um desafio importante para a Psicologia e que pode ser realizado em trabalhos futuros seja o de dialogar com teorias pós-feministas, pós-coloniais e *queer* que trazem a desconstrução das identidades e das categorias unas e totalizadoras, tentando assinalar o quanto elas podem contribuir para a área da violência contra a mulher e se tais leituras podem fomentar debates que contribuam, futuramente, para a construção de posturas que entendam que as políticas públicas devem contemplar, além das medidas que visam a punição do autor da violência, a criação de espaços para a desconstrução e reconstrução dessas normas identitárias e, se já contemplam isso, reforçarem então a necessidade de se investir na visibilidade dessas normas como forma de atacar, profundamente, as violências que surgem em função de sua existência.

É necessário, assim, dialogar mais pormenorizadamente com essas contribuições que permitirão análises mais complexas de poder e de opressão já que se pretendem distanciadas de uma lógica binária de dominação (bem/mal, homem/mulher, hetero/homo, gay/lésbica, branco/negro), na tentativa de dar uma solução dialética para além do gênero e da sexualidade<sup>87</sup>. Estudos que levam em conta a articulação com tais teorias têm sido realizados, sobretudo por autores(as) que vêem com reserva as políticas que priorizam a penalização e problematizam o lugar de invisibilidade conferido ao homem no que diz respeito ao papel ocupado por ele dentro desse contexto e que foram citados no decorrer dessa tese. A ideia, portanto, é reforçar a perspectiva de que não é possível pensar no enfrentamento da violência contra a mulher, desconsiderando a participação e implicação dos homens para seu combate efetivo, isto é, em estratégias que desafiem conjuntamente e tragam para o debate todos(as) os(as) atores implicados em sua reprodução e manutenção, procurando não essencializar posições e assinalar que tanto mulheres como homens, se vivem em relações interpessoais de violência, o fazem em função de construções sociais, regimes de verdade e de práticas discursivas que legitimam esse tipo de vivência e, portanto, ambos precisam de assistência na tentativa de diluir tais práticas.

A inserção de produções pós-feministas, pós-coloniais e as teorizações *queer* e sua articulação com a violência contra a mulher no campo da Psicologia pode demonstrar a importância de se implodir binarismos e questionar incisivamente as performatividades de

---

<sup>87</sup> CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado.

gênero que contribuem para a manutenção e também para a interrupção da violência praticada dentro de relações de conjugalidade (aqui espera-se que o trabalho do/a psicólogo/a seja o de conhecedor/a, em igual medida, das violências que acontecem tanto entre parcerias heterossexuais como homossexuais). Para tanto, faz-se necessário também discutir o trabalho desse(a) profissional dentro das equipes de atendimento para o enfrentamento da violência contra a mulher já que seu papel não parece tão elucidado como deveria já que a equipe de atendimento multidisciplinar deve trabalhar de acordo com a lei Maria da Penha de modo integrado e, o que se espera, é que seus(suas) profissionais sejam capacitados(as) para atenderem tanto a mulher como o homem autor de violência numa perspectiva que leve em consideração as discussões de gênero.

É necessário, portanto, divulgar, cada vez mais, a importância para a Psicologia de utilizar metodologias alternativas para trabalhar com o tema da violência contra a mulher na criação de linguagens desconstrutoras – e a arte é uma delas – refletindo criticamente sobre as ferramentas que serão utilizadas para isso e na tentativa de estabelecer com os(as) profissionais da área a possibilidade de configurar-se no “outro inapropriado/vel”<sup>88</sup>, isto é, no estabelecimento de uma relação crítica e desconstrutiva e em uma racionalidade difratária como forma de estabelecer conexões potentes que excedam a dominação. O ser “inapropriado/vel” não se encaixa em nenhuma taxonomia, não encontra-se situado(a) em mapas disponíveis que especificam tipos de atores e tipos de narrativas, mas tampouco fica imobilizado pela diferença. Pelo contrário, ele opera na perspectiva dos saberes localizados de Haraway que agem como mapas de consciência para as pessoas que têm sido inscritas dentro das marcadas categorias de raça e sexo, tão exuberantemente produzidas dentro das histórias das dominações masculinas, racistas e colonialistas. Acredito que através dessa perspectiva seja possível produzir contribuições para se pensar o papel desse(a) profissional dentro da equipe multidisciplinar de enfrentamento da violência contra a mulher e na possibilidade da Psicologia elaborar estratégias de resistência à normalização, permitindo às pessoas deixarem de fazer o que seu gênero<sup>89</sup>.

A importância de trabalhar com dispositivos artísticos para discutir a violência contra a mulher tem sido discutida por profissionais de disciplinas relacionadas às áreas da Saúde Coletiva e Psicologia<sup>90</sup>. Como se vê, é importante que cresça o número de pessoas que problematizem essa questão dentro do campo da Psicologia para a discussão da violência

---

<sup>88</sup> HARAWAY, 1999.

<sup>89</sup> PRECIADO, Beatriz. Texto Yonqui, 2008.

<sup>90</sup> AZÊREDO, 2011; MENEGHEL, IÑIGUEZ, 2007; RAMÃO, MENEGHEL, OLIVEIRA, 2005.

contra a mulher. Por sua vez, é possível verificar que a produção de artigos científicos que dialogam com as teorizações pós-feministas, *queer* e pós-coloniais voltados especificamente para a discussão da violência contra a mulher dentro do campo da Psicologia tem sido realizada por meio de publicações que priorizam o enfoque sobre a vida das mulheres e as várias violências que elas vivenciam no cotidiano (como o abortamento precário, a violência conjugal, o preconceito contra a mulher)<sup>91</sup> e também pelo enfoque que articula a violência conjugal e as possíveis consequências das políticas públicas para seu enfrentamento para a saúde de homens no Brasil<sup>92</sup> e no Brasil e Espanha<sup>93</sup>. Assim, é necessário acompanhar essas produções e aumentar o número de estudos que caminham nessa direção.

Além disso, o presente estudo permitiu a compreensão da importância da historicidade na produção das posições que puderam ser visualizadas nas práticas discursivas da plateia para a qual o esquete foi apresentado. Nesse ponto, é possível refletir que o estudo empírico realizado permitiu que se acessassem tais discursos, demonstrando que o Teatro Fórum como produto é um dispositivo que produz ações muitas vezes contraditórias por parte de quem assiste ao espetáculo, pois pode ser que a mesma pessoa que se levanta e assume o lugar do(a) protagonista, transformando-se em espect-ator/atriz e defendendo-o(a), é aquela que, nesse mesmo lugar, pode, implicitamente, acusá-lo ou contribuir para a manutenção das opressões vivenciadas. Pensando no uso dessa metodologia dentro de pesquisas participativas ou interventivas na Universidade é necessário criar um mecanismo que provoque a continuidade dos encontros quando o objetivo é levar o produto (peça-fórum) para as pessoas, tentando garantir um aprofundamento sobre o tema que será debatido: como mostrar as contradições contidas nos discursos da plateia e o quanto elas contribuem para a manutenção do *status quo*? Os próprios apontamentos do(a) curinga durante o fórum conseguem evidenciá-las? É possível provocar fissuras nas formações discursivas da plateia, de forma a não apenas levantar uma profusão de ideias, mas também permitir a reflexão sobre seus posicionamentos e a consequente responsabilidade que posicionar-se implica? Uma única apresentação de uma peça-fórum permite esse tipo de ação? Ou seria o objetivo de uma peça-fórum apenas disparar opiniões, tal como um filme ou outro dispositivo semelhante o fariam? Se for isso apenas, por que escolher o TO e não um filme ou uma palestra? Ou, diferente de assistir um filme ou uma palestra, passivamente, o corpo ativado durante o fórum é ele também produtor de novos

---

<sup>91</sup> AZÊREDO, 2010, 2011.

<sup>92</sup> MEDRADO; MÉLLO, 2008.

<sup>93</sup> BEIRAS; CANTERA, 2012a; BEIRAS; MORAES; ALENCAR-RODRIGUES; CANTERA, 2012b.

significados e, se sim, como o(a) pesquisador(a) pode inscrever e inaugurar narrativas sobre esse corpo mobilizado, acionado e em rede com outros corpos?

Parece-me, então, que da apresentação de uma peça-fórum devem resultar várias outras intervenções que desvelem o quanto a própria plateia contribuiria para situações como as apresentadas pela protagonista, neste caso, a violência conjugal ou amorosa e discussões sobre poder devem fazer parte desse momento. Essa é uma possibilidade, portanto, caso o(a) curinga/investigador(a) priorize a apresentação de uma peça de Teatro Fórum, isto é, caso tenha focado no produto final: que através de uma peça surjam várias outras intervenções que possam ser reapresentadas para as pessoas, agora incluindo aspectos de suas falas incorporados nos discursos das personagens e reapresentadas para elas, o que significa dizer que as falas colhidas nas apresentações passam a ser problematizadas e, novamente, publicizadas e levadas para o debate. Cabe acentuar que parece mais enriquecedor, quando isso é possível, que a peça seja construída com pessoas da própria população e que as mesmas possam levar o espetáculo para a comunidade em geral. Esse processo de construção coletiva, de ensaios e apresentações, de diálogo com pessoas de diferentes segmentos populacionais, poderia permitir um reposicionamento significativo diante do tema, ao menos por parte dos(as) integrantes do processo de construção da peça. O caráter processual de uma construção de uma peça de Teatro Fórum, portanto, não deve ser perdido de vista em nenhum momento da pesquisa. Chamo a atenção para isso por acreditar que uma produção vinda da população pode ser mais impactante do que uma produção feita e apresentada por pessoas da própria universidade.

Nesse sentido o Teatro do(a) Oprimido(a) seria uma metodologia inovadora dentro da Universidade, por permitir o desenvolvimento de um processo grupal de desconstrução e reconstrução a respeito de um determinado assunto, destinado a atingir não apenas o grupo pesquisado, mas também outros estratos da sociedade. Estudar esse dispositivo de maneira crítica foi outro objetivo da minha pesquisa, não só do uso da modalidade de Teatro Fórum, mas do Arco-íris do Desejo, utilizado também como uma forma de terapia, além de teatro.

Seguindo essa linha de raciocínio é possível pensar que esse dispositivo, diferente de uma entrevista ou grupo focal, por exemplo, tem a possibilidade de alcançar um número significativo de pessoas, além daquelas que estiverem fazendo parte do processo de elaboração da peça-fórum. Ao levá-lo para as demais parcelas da população, aposta-se na multiplicidade e disseminação do debate, realizado *pela* comunidade e *para* a comunidade, do modo previsto por Boal. Faz-se, assim, com que as próprias pessoas que vivenciam as diversas realidades de opressão social, uma vez tendo tomado consciência delas, possam

comunicar para outras pessoas, através de sua própria linguagem, sua insatisfação diante disso. Nesse sentido, o TO é mobilizador de ações, criador de conscientização, revelador de novas possibilidades discursivas. Claro está que, consoante a isso, é necessário que se acompanhe as decisões políticas que afetam diretamente o tema estudado pelo grupo, tarefa primordial para o(a) curinga/investigador(a), que deve fornecer todo o material disponível e atualizado do assunto que está sendo investigado, o que significa iniciar um sério estudo, caso contrário, o trabalho perde sua veracidade e carga política, não podendo contribuir com debates importantes que estão acontecendo em nossa sociedade.

Além disso, acredito que uma contribuição necessária para o estudo e aprofundamento dessa ferramenta reside na análise crítica de seus binarismos – opressor(a) *versus* oprimido(a) – e o quanto eles servem para auxiliar na manutenção das regulações de gênero (no caso específico da violência contra a mulher). É preciso pesquisar junto aos grupos que realizam esse tipo de trabalho se os mesmos estão levando em consideração discussões como as que foram realizadas nessa tese, estando atentos(as) para o modo como a plateia reage às personagens que são apresentadas e se o gênero tem sido tratado em sua dimensão relacional. Caso não contrário, há que se ter investigações sobre o modo como esse tipo de debate tem sido veiculado e se tem, de fato, provocado transformações nas pessoas e agido como um “modelo para a ação futura” contribuindo para a reflexão não apenas de uma sociedade sem violência mas também de uma mulheres e homens mais humanizados.

**ANEXO I**

**ANEXO 1 - Esquete 1 – Sou mulher e não serei outra coisa**

**CENÁRIO:** CADEIRAS DE MADEIRA.

**PERSONAGENS:** MARIA DO SOCORRO, JOÃO DA PIEDADE, OS VIZINHOS E AS VIZINHAS.

**CENA 1**

OS VIZINHOS E AS VIZINHAS ENCONTRAM-SE SENTADOS NO MEIO DO PALCO. A MÚSICA “CANÇÃO DE NORA - CASA DE BONECAS” DO TOM ZÉ TOCA. OS VIZINHOS E VIZINHAS CANTAM JUNTO COM A MÚSICA.

“Sobre o abismo pairava

Deus:

O homem era um dos aliados

Seus.

Era de se ver,

Era de se ver.

Mas Nora ignora os poderes

Reais,

O chicote, a espada e suas leis

Morais.

Era de se ver,

Era de se ver.

E quando decide escrever

O seu próprio roteiro,

Quebrar as correntes  
Do seu secular cativoiro  
Então ela pede  
Às forças do sangue  
Valia  
E logo a sala se torna,  
Da sua pessoa,  
Vazia.

Na hora em que Nora  
Sai, bate a porta,  
Abre-se um vão.

O céu quase aborta,  
A lei que era morta  
Cai no porão”

(BARULHO DE VOZES. OS VIZINHOS COCHICHAM):

**VIZINHA 1** - Você soube da última?

**VIZINHA 2** - Soube nada, não tenho nem colocado o nariz pra fora de casa nos últimos tempos. O que aconteceu?

**VIZINHA 1** - A Maria do Socorro!

(MAIS BURBURINHOS. OUVEM-SE FRASES COMO):

- Este mundo tá perdido

- Quem mandou deixar a cabra solta? Os bodes tão soltos por aí, é a natureza deles! (OUVEM-SE RISOS).

VIZINHA 2 - O que aconteceu com a Maria do Socorro? Não vai dizer que ela tá grávida? A irmã dela engravidou no ano passado, ninguém sabe quem é o pai. Só faltava ela ficar barriguda também!

VIZINHA 1 – Antes fosse! O João da Piedade, lembra dele?

VIZINHA 2 – João da Piedade? Ah... o noivo dela... o que tem ele?

VIZINHA 1 – Nossa mãe! Cê tá mesmo enfurnada dentro de casa, né? Mas tem rádio, cê não ouve o rádio? Tem jornal também, cê não lê jornal? Têm também os vizinhos, cê não conversa com os vizinhos?

OS VIZINHOS E AS VIZINHAS EM CORO: - Tem os vizinhos, tem as vizinhas. Como alguém pode viver sem conversar com eles?

Vizinho 1 – Quer um cigarro?

VIZINHA 2 – Eu não fumo.

VIZINHA 1 – Nunca?

VIZINHA 2 – Não sei... não posso afirmar... (PEGA O CIGARRO DA MÃO DE 1, MAS NÃO ACENDE).

VIZINHA 1 – O mundo tá mesmo sem valor.

VIZINHA 2 – O mundo tá mesmo sem valor... – Por que cê tá dizendo isso?

VIZINHA 1 – A Maria do Socorro tá lá, na casa dela, numa cadeira de rodas, paralítica! Foi assim: ela tentou terminar o noivado com o João da Piedade porque ele vivia fazendo ceninha de ciúme na vizinhança.

VIZINHA 2 – Ah... mas eu acho isso tão romântico! Quem me dera que o Tonho tivesse ciúme de mim!

VIZINHA 1 – É... mas cê sabe: Deus dá asa pra cobra! Ela ficou de saco cheio disso, a Maria do Socorro assistia muita novela, queria ser independente demais!

VIZINHOS E VIZINHAS EM CORO: - Coitada!

VIZINHA 1: - Então o João da Piedade foi lá e bum.

VIZINHA 2 – Bum?

VIZINHA 1 – Bum! Ele apontou o revólver pra ela, ela tava de costas e bum! Atirou!

OS VIZINHOS E AS VIZINHAS SE LEVANTAM COM SUAS CADEIRAS NAS MÃOS E SENTAM-SE DE COSTAS PRA PLATEIA.

## CENA 2

JOÃO DA PIEDADE ENTRA E SENTA-SE. MARIA DO SOCORRO É TRAZIDA NO COLO E COLOCADA NUMA CADEIRA. AMBOS ESTÃO NO CENTRO DO PALCO. OS VIZINHOS, JOÃO DA PIEDADE E MARIA DO SOCORRO CANTAM A MÚSICA “MULHER NAVIO NEGREIRO” DO TOM ZÉ.

“O macho pela vida

Se valida

A molestar a mulher

Se diverte

Apavorada

Ela, que se péla,

Pouco pára de pé,

E padece.

Quando ele pia, pia, pia,

Pra inibir na mulher o animal,

Talvez eu ria, ria, ria,

Vendo ele transar uma boneca de pau,

Com seu incubado,

Calado, colado, pirado pavor

Do segredo sagrado.

Por isto existe no mundo

Um escravo chamado mulher – divino luxo – navio negreiro – Graal – Puro cristal - desespero...”

MARIA DO SOCORRO E JOÃO DA PIEDADE CONTINUAM CANTANDO UM POUCO MAIS, SOZINHOS. ATÉ ENTÃO PARECE QUE ELES IGNORAM A PRESENÇA UM DO OUTRO PARA, EM SEGUIDA, TROCAREM UM OLHAR E FECHAREM UM POUCO A CARA.

JOÃO DA PIEDADE: - Maria do Socorro, eu sonhei com você esta noite. Cê era treva, grito de agonia, espinho fincado no dedo.

MARIA DO SOCORRO: - Eu tava perdida, corria sem direção, caía num abismo profundo. Tudo rodava, tudo desnor-teava. Eu tava cheia de corda, arame farpado, prego.

JOÃO DA PIEDADE: - Maria, cê era uma ferida no meio da minha cabeça, um sinal de cansaço.

MARIA DO SOCORRO: - Eu era rio de sangue, pranto, peso. Eu também era a palha, o osso exposto, a mandíbula apertada, o ventre contraído.

JOÃO DA PIEDADE: - Cê tava no meio do redemoinho, de uma chuva torrencial. Cê vinha encharcada, latejante, gelada. Cê era neblina e enxurrada.

MARIA DO SOCORRO: - Eu vinha toda pedinte. Mãos estendidas. Reza, cântico, canto, oração. Os joelhos fincados na terra, a cara alagada.

VOZES DOS VIZINHOS E VIZINHAS: - “Ave Maria, cheia de graça, o Senhor é convosco, bendita sois vós entre as mulheres, bendito o fruto de vosso ventre Jesus. Santa Maria, Mãe de Deus rogai por nós, pecadores, agora e na hora de nossa morte. Amém”.

MARIA DO SOCORRO: - Sou mulher e jamais serei outra coisa.

JOÃO DA PIEDADE: - Cê era serpente travestida de anjo, morta fantasiada de criança, ave de rapina. Cê apareceu no meio de um sonho que eu tive Maria, tinha lobo, tinha coiote, cê tinha o focinho fincado na grama, o couro coberto de pus e de lama.

MARIA DO SOCORRO: - Eu era arma branca, punhal, navalha, língua ferina, cobra sibilante. Sombra e gruta, assovio, alucinação.

JOÃO DA PIEDADE: - Ela era o oco da fome, a noite varando o peito, o vazio da meditação, a voz de todos os mortos. O ciúme espinhoso, a peçonhenta, a lagarta, a carne rasgada pelo cobre, o estampido. Maria do Socorro era o barulho seco de um tiro no meio do sonho, o corpo crispado, retorcido, o destino das almas penadas.

MARIA DO SOCORRO (CANTANDO):

Meu primeiro amor

Tão cedo acabou

Só a dor deixou

Neste peito meu.

Meu primeiro amor

Foi como uma flor

Que desabrochou

E logo morreu.

Nesta solidão

Sem ter alegria

O que me alivia

São meus tristes ais.

São prantos de dor

Que dos olhos caem

Pois que eu bem sei

Quem eu tanto amei

Não verei jamais.

(É INTERROMPIDA PELAS VOZES DOS VIZINHOS):

- Cês conhecem Maria do Socorro? Baleada por seu noivo, João da Piedade, às vésperas do dia de todos os santos. (TODOS OS VIZINHOS E VIZINHAS FAZEM O SINAL DA CRUZ).

- Numa noite sem luar nem coração Maria do Socorro foi baleada, cruz credo!

### **CENA 3**

JOÃO DA PIEDADE: - Maria, cê tem que dizer pra eu acordar, que eu tou sonhando Maria.

MARIA DO SOCORRO: - Acorda, João, a mesa tá pronta, o pão tá fresquinho e quente, o café coado, o leite sem nata. Eu comprei queijo fresco pra você, João, e tem também aquele doce de abóbora, tá tudo aprontado pra você, acorda, João, afasta da cabeça esse mau agouro!

JOÃO DA PIEDADE: - Eu sonhei Maria, eu tive um sonho medonho.

MARIA DO SOCORRO: - Cê pôs dentro da cabeça o filminho errado, João, cê fuçou na prateleira errada, pegou o filminho de terror. Cê sabia que os sonhos são apenas filminhos que a gente coloca na cabeça, na hora de ir pra cama, João?

JOÃO DA PIEDADE: - Foi só isso mesmo Maria?

MARIA DO SOCORRO: - Foi só isso, o filminho errado, o medonho.

JOÃO DA PIEDADE (SE BENZENDO TODO): - Pai: afasta de mim!

MARIA DO SOCORRO (DIZ PRA PLATEIA): - eu tentaria me convencer de que tudo não passou de um sonho. Eu procuraria ignorar o meu corpo cada vez menor, aprisionado numa cadeira de rodas. Eu lembraria de tempos que não voltam mais. Do vento batendo no meu rosto, dos meus pés afundados na areia fofa da praia, dos fios do meu cabelo embaralhados pelo mormaço, da água salgada dentro da minha boca. Eu rasgaria todas as cartas, apagaria todas as memórias, seria incapaz de chorar. Eu me recordaria apenas de uma imagem feliz, congelada, como uma fotografia.

VOZES DOS VIZINHOS E VIZINHAS:

- Era véspera de dia de todos os santos. João da Piedade adentrou na casa de Maria do Socorro sem a sua permissão. Ela tava sentada ao lado de seu pai e de sua mãe, seu Ataulfo e dona Generosa, assistindo um programa de t.v. Ele parecia bastante perturbado. Seu Ataulfo ficou bastante zangado com a irrupção de João da Piedade sala adentro, mas vendo que o rapaz parecia inconsolável, falou pra ele se sentar junto com eles. João da Piedade se sentou no sofá, do lado de Maria do Socorro. Às 21 horas, dona Generosa se levantou e trouxe para a copa um bolo de fubá que ela havia feito no dia anterior. Cortou-o em pedaços e ofereceu pra João da Piedade e pra toda a família, junto com café preto. O café da dona Generosa era bastante conhecido na vizinhança por ser sempre fresquinho e saboroso.

#### CENA 4

JOÃO DA PIEDADE: - Não há paz na vida da gente. Só tortura, só tormento. Toda noite, o mesmo sonho: Maria banhada em sangue, aos meus pés, corpo estirado, esparramado na areia lá da prainha.

VOZ DE VIZINHO 1: - João da Piedade queria quebrar o juramento, os votos que faria na sagrada união. O compadecimento, a solicitude, a espera graciosa diante da amada.

VOZ VIZINHO 2: - João da Piedade queria sujar, emporcalhar os votos sussurrados dentro do ouvido da nubiente, queria desfazer a sagrada dimensão do estar junto.

VOZ VIZINHO 3: - Mas Maria do Socorro só queria saber de independência, Maria do Socorro esqueceu o que é ser mulher. Ela queria desrespeitar os votos, queria ser mais que uma mulher pode ser, Maria do Socorro afrontou João da Piedade, foi além daquilo que um homem pode suportar.

VOZ OFF: - Sou mulher e jamais serei outra coisa.

(OUVE-SE UMA MÚSICA ANDALUZA AO FUNDO).

## VIZINHOS E VIZINHAS:

- Depois, ninguém sabe ao certo o que aconteceu.
- Dizem que ele pediu pra falar com ela, depois que o programa de t.v. acabou.
- Eu ouvi que eles queriam se despedir um do outro, por isso ela entrou no carro.
- A Rosário disse que Maria do Socorro queria muito ser mulher casada, não importava com quem, por isso ela acompanhou o João da Piedade naquela noite.
- Mas *ela* tava com a cabeça virada, queria ser mulher casada e queria ser independente.
- Mas *ele* tava com a cabeça virada, queria ser marido dela, desde que ela fosse obediente.
- Maria do Socorro era assim, voluntariosa, entrou no carro e brigou com ele quando chegou perto da prainha, pediu pra descer do carro, saltou.
- João da Piedade arrastou ela até a prainha, fez ela descer, mandou ela ajoelhar no chão, no meio da chuvarada.
- Ela gostava da prainha, sempre ia oferecer coisas pros santos, era véspera de dia de todos os santos, a prainha ia ficar lotada logo, logo. Tava tudo colorido, tinha fitinha, vidrilho, Nossa Senhora, comes e bebes, tudo aguardando pro grande dia.
- Ele se afastou dela, apontando sempre a arma em sua direção. Ela tava de joelhos, de costas pra ele (VIZINHO JUNTA AS MÃOS, COMO SE ELAS FOSSEM UM REVÓLVER. AO FUNDO, O SOM SECO DE UM TIRO): - Ele atirou em suas costas, sem olhar pros olhos dela, à queima roupa, enquanto os pingos da chuva iam ficando cada vez mais grossos. O mar tava enraivecido.
- Ele parecia um demônio com uma grande língua de fogo, cuspidando fagulhas pra todos os lados.
- Dizem que os olhos dela ficaram serenos como o mar, de uma cor azulada e profunda, como se estivesse enfeitiçada.
- Do corpo dele saía um clarão que quase cegava, uma luz alumiava toda a prainha. Muita gente conseguiu enxergar daqui da vila.
- Maria do Socorro começou a cantar pra afastar o medo. Sua voz era forte, vigorosa. As crianças começaram a chorar naquela noite, todas juntas, pra desespero de suas mães. Contam que elas escutavam as águas do mar quebrando junto com a voz da Maria, diluídas uma na outra.
- Eles se mereciam.
- Nhô Bento falou que João da Piedade contou até três antes de atirar. Chovia torrencialmente naquela noite. Maria tava toda encharcada. Ainda ficou pedindo pra ele, com os braços estendidos: por favor, João, por favor, me ajuda.

- Mas João da Piedade entrou no carro, ligou o motor e foi embora. Ela foi encontrada horas depois, por um casal de jovens que tinha ido na prainha pra namorar. O mar tinha amansado, só a chuva caía. Eles colocaram a Maria no carro e levaram pro hospital. Ela tá numa cadeira de rodas até hoje...
- Depois disso, encontraram ele sentado, enrodilhado em si mesmo, num canto do seu quarto, mudo.
- Ele dizia não saber de nada. Que sua memória tinha esfarelado.
- Até hoje ele alega que tudo não passou de um sonho ruim.

VIZINHA 1 (INDO PARA O CENTRO DO PALCO):

- E será que ele não tem razão? Quem garante que a vida aqui embaixo não é sonho?

OS VIZINHOS COMEÇAM A CANTAROLAR BAIXINHO UMA CANTIGA RELIGIOSA, QUE VAI AUMENTANDO GRADATIVAMENTE. LEVANTAM-SE E CAMINHAM PRA FORA DO PALCO, COMO NUMA PROCISSÃO. ALGUÉM CARREGA MARIA DO SOCORRO NO COLO. JOÃO DA PIEDADE, DE CABEÇA BAIXA, SEGUE O CORTEJO.

*“Nos caminhos mais seguros junto dele eu vou./ E pra sempre o seu nome eu honrarei./ Se encontro mil abismos nos caminhos, eu vou./ Segurança sempre tenho em suas mãos”.*

**Fim**

**ANEXO II**

## **ANEXO II - Esquete 2 - “Segura o meu coração”**

Tudo tem início com a curinga explicando à plateia o que é o Teatro do Oprimido. Em seguida, o grupo aquece a plateia cantando a música “Tocar na banda”:

“Tocar na banda, pra ganhar o quê? Duas mariola e um cigarro Yolanda. Tocar na banca pra ganha o quê? Duas mariola e um cigarro Yolanda. Marquei com meu nego às cinco, cheguei às cinco e quarenta, esperar mais de 20 minutos menina!, quem é que aguenta? Tocar na banda, pra ganhar o quê? Duas mariola e um cigarro Yolanda. Tocar na banca pra ganhar o quê? Duas mariola e um cigarro Yolanda. Num relógio é quatro vinte, no outro é quatro e meia e de um relógio pro outro, menina!, as hora vareia. Para remexer, para remexer, para remexer, mexer, mexer...”

Antes da cena começar, colocamos a música “Você não sabe amar” enquanto no telão é projetado o vídeo do Nosferatu. Em seguida, entra a bailarina que dança, tendo atrás, no telão, outro vídeo sendo projetado.

**Cena 1:** As duas vizinhas, Branca e Zé Pássaro já estão no palco, congelados em Teatro Imagem.

Alguém grita “Cena 1”.

Todos juntos cantam: “O macho pela vida se valida a molestar a mulher, se diverte”.

**Esperancinha:** - Ei, Jesuína, cê tá ocupada?

**Jesuína:** - Tou nada, Esperancinha, só tou fazendo os serviços da casa.

**Esperancinha:** - Cê soube da última aqui da vila?

**Jesuína:** - Soube nada, ultimamente não tenho sabido de nada daqui da vila: a gente não faz nada o dia todo e quando vê, o dia já acabou!

**Esperancinha:** - Pois eu fiquei sabendo que o Zé Pássaro proibiu a Branca de ir na feirinha! Agora é ele mesmo que traz a comida pra casa.

**Jesuína:** - Ué... o Pássaro que tá certo! Se ele não cuida da mulher, quem é que vai cuidar?

**Branca:** Eu sou Branca e a estória que vou contar pra vocês é a minha estória. Eu moro em Vilamaninhos. No centro da Vila fica a casa que me deixou meu pai. No centro da casa estou eu, bordando. No meu centro, bordando, plantada no colo, fica a colcha de linho cru, adamascado. No centro da colcha uma figura de escamas bordadas. E a língua, as sedas vermelhas, reluzentes de fogo. Pra que eu bordasse o dragão de língua de borda dourada, no meio do retângulo de pano cru, adamascado. Do tamanho do chão da casa. Meu marido escrevia, sentado de esquelha na cômoda, duas cartas por ano. Também era o senhor das linhas. Tinha dito uma vez em frente de pessoas de fora, que a bondade mandava que se fornecesse à mulher o entretenimento para os dedos, de outra forma. Oh, de outra forma! Eu passaria as tardes com o espírito além das parreiras. E o que se passasse no espírito nunca se poderia medir nem calcular. O dragão, pelo contrário, era um indicativo precioso. Note-se: não só do tempo que tinha ficado disponível, como ainda da justiça usada na distribuição das tarefas. Porque se alguma coisa faltasse fazer, e as escamas do dragão crescessem. Ah, dedinhos! Eu estaria esquecendo dos meus deveres, e forçoso seria fazer-me lembrar. Cinco dedos estampados na pele. Não era pra doer. Era mais a marca e a lembrança. Mas estes juízos últimos não os fez em voz alta, nem junto de familiares, nem de estranhos, ainda que eu os conhecesse sabiamente. Mesmo quando meu marido não vai viajar pelas feiras, pressinto que as tardes da minha vida de arrastarão medonhas.

**Cena 2:** Alguém grita: - Cena 2!

Todos juntos cantam: “Apavorada ela que se pela pouco pára de pé e padece”.

**Esperancinha:** - Jesuína, ô Jesuína!

**Jesuína:** - Vai falando Esperancinha, vai falando que eu tou aqui, escutando.

**Esperancinha:** - Hoje eu vi a Branca, ela tava andando na vila, com um ar meio perdido, sabe? Eu acho que o Zé Pássaro tá deixando a Branca louca, de tanto que ele briga com ela!

**Jesuína:** - Ah, Esperancinha, eu é que não me meto em briga de marido e mulher. O que eu sei, minha filha, é que o Pássaro pode até não saber porque tá batendo... Mas eu tenho certeza que a Branca sabe muito bem porque tá apanhando....e quem garante que ela não gosta?

**Pássaro:** - Que cê tá fazendo, Branca?

**Branca:** - Tou bordando o dragão! (Késia bordando – Teatro Imagem)

**Pássaro:** - Cê não terminou ainda?

**Branca:** - Eu não vou terminar nunca! (Késia lavando roupa)

**Pássaro:** - Mas por hoje já tá bom, pode parar que eu quero fazer aquilo.

**Branca:** - Aquilo o quê? (Késia passando a roupa)

**Pássaro:** - Ora ora, aquilo! Você sabe do que eu tou falando! (engraxando o sapato)

**Branca:** - Mas eu tou muito ocupada! (Késia fazendo o jantar)

**Pássaro diz:** Eu queria uma única mulher. Que me pusesse as mãos no pescoço e me dissesse: querido. E pondo-me eu junto dela, ela me abrisse com devoção todas as covas do seu corpo. E eu lhe apertasse o pescoço até ela gritar de abafação, mesmo sem me querer mal, ela ainda me chamasse de querido.

**Branca:** - Não é difícil encontrar uma mulher assim, mas é difícil mantê-la. Porque você com a sua navalha de carne vai esfacelando a alma dela, pensando que está apenas a coçar-lhe as virilhas. Muito mais difícil é o que eu espero. Eu espero acordar um dia sem sentir o peso do corpo, nem dos ossos, nem das miudezas do ventre. Estar em casa e pensar: vou abrir a janela. E levantar-me para abrir a janela sem antes pesar quantas arrobas tem o meu assento sobre a cadeira onde estou sentada. Pensar? vou chamar o Francisquinho. E não precisar de cortar as coleiras que me amarram a língua pra chamar por meu filho. Isso eu queria! Um dia eu vou embora daqui!

**Pássaro Volante:** - Não vai embora não, porque eu não quero que vá! Você é minha mulher; e pelas leis tanto civis como religiosas, tem obrigação de me amar e de me aturar; de comigo viver, até eu me aborrecer! (*Abra a Bíblia e lê*): Veja, está aqui, no livro sagrado: “Que ela aprenda em silêncio, submissa, pois a ela não é permitido ensinar, nem ter domínio sobre o seu homem. Que a mulher permaneça em silêncio” (*pra Branca*): - Já sei Branca, vamos brincar assim: você é o meu corpo e eu sou teu corpo e eu quero comer o corpo da minha amada.

**Branca:** - Você jura que vai me amar?

**Pássaro:** - Eu juro!

**Branca:** - E que que vai ser mais carinhoso?

**Pássaro:** - Eu juro, eu juro!

**Pássaro:** - Eu pegaria ela e estraçalharia sua boca com os meus beijos.

**Branca:** - Eu morreria de medo, mas beijaria ele.

**Pássaro:** - Eu apertaria a carne dela até ela gemer.

**Branca:** - Eu me encolheria toda.

**Pássaro:** - Eu cavalgaria nela a noite toda.

**Branca:** - Eu levaria ele pra todos os lugares.

**Pássaro:** Cansado, eu gozaria em todos os buracos dela.

**Branca:** - Cansada, eu dormiria.

**Cena 3:** Alguém grita: cena 3!

Todos cantam juntos: “Se queres atirar atira que eu também sei atirar, eu também sei atirar. Se queres atirar atira que eu também te atirei, eu também te atirarei”.

**Esperancinha:** - Eia, Jesuína, que mundão de Deus é este! Sabe, às vezes eu me pergunto: pra que serve a nossa vida afinal?

**Jesuína:** - Ah, Esperancinha, a vida é pulsação, encantamento. A vida serve é pra ser sonhada!

**Esperancinha:** - Pois olhando pra vida da Branca, olhando assim pra dentro da própria Branca, eu fico aqui pensando se a vida não é só uma coisa danada de doída.

**Esperancinha (para a plateia):** Branca vista de frente parece uma lagarta, porque os olhos fecharam-se de vermelho e inchação de lágrimas. Mas de lado parece uma erva de folha fina.

**Esperancinha (para Branca):** Branca, quando se tem um ser. Ou coisa. Que nos ataca só há dois caminhos. E isto você sabe, mas não quer saber. Ou mata ou morre. Não interessa se é com faca, palavra ou tiro. Ou mata ou morre. Branca - porque você não queima a colcha?

**Branca:** - Eu tenho que terminar meu compromisso!

**Esperancinha:** - Mas se você pensa que se a colcha queimada ainda é colcha, porque você não sai desta colcha? Ou você está querendo copiar aquela mulher do princípio do mundo? Essa mulher, Branca, fazia uma teia e desmanchava todas as noites pra nunca mais acabar. Ela também queria se manter fiel ao compromisso, enquanto isso o marido dela corria o mundo, metido com as sereias do mar. Ah, Branca, até parece que você gosta de apanhar! Não sei, mas às vezes me dá vontade de rir.

**Fim**